

Do premiado autor de *Na natureza selvagem*

JON KRAKAUER MISSOULA

O estupro e o sistema judicial em uma
cidade universitária



COMPANHIA DAS LETRAS



DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.org](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."





30
ANOS

JON KRAKAUER

Missoula

O estupro e o sistema judicial em uma cidade universitária

Tradução

Sara Grünhagen



COMPANHIA DAS LETRAS

Para Linda

O estupro é único. Nenhum outro crime violento é tão carregado de controvérsias, tão dominado por disputas e entranhado nas políticas de gênero e sexualidade... E, no contexto do estupro, o ponto que mais gera discussões acaloradas diz respeito à questão das falsas acusações. Durante séculos se afirmou e se presumiu que as mulheres “inventam o estupro”, que grande parte das acusações de estupro é maliciosamente forjada por vingança ou outros motivos.

David Lisak, Lori Gardinier, Sarah C. Nicksa
e Ashley M. Cote
“False Allegations of Sexual Assault”
Violence Against Women, dezembro de 2010

Sumário

Nota do autor

PARTE I

Allison

PARTE II

Diante da lei há um guardião

PARTE III

Atenção indesejada

PARTE IV

Escalas de justiça

PARTE V

Julgamento por júri

PARTE VI

Abalos posteriores

Lista de personagens

Agradecimentos

Bibliografia

Nota do autor

O estupro é um crime muito mais comum do que a maioria das pessoas imagina, e mulheres em idade universitária são as vítimas mais frequentes. Segundo um relatório especial publicado pelo Ministério da Justiça dos Estados Unidos em dezembro de 2014, “no período de 1995 a 2013, o grupo de mulheres entre dezoito e 24 anos teve a maior taxa de vítimas de estupro e agressão sexual, em comparação com mulheres de todas as outras faixas etárias”. O relatório estimava que 0,7% desse grupo de alto risco é agredido sexualmente todo ano — cerca de 110 mil jovens do sexo feminino. No entanto, essa pesquisa, que tinha como preocupação principal documentar índices de criminalidade, baseou-se em uma definição relativamente restrita de agressão sexual. Por exemplo, os entrevistados da pesquisa do Ministério da Justiça não foram perguntados sobre incidentes em que poderiam não estar em condições de consentir em razão de estarem incapacitados por terem feito uso de drogas ou ingerido álcool.

Uma agência federal diferente, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (em inglês, Center for Disease Control, CDC), divulgou um relatório em setembro de 2014 que examinava o problema da violência sexual do ponto de vista da saúde pública, e não de uma perspectiva da justiça penal, e prestou mais atenção em agressões sexuais envolvendo drogas e álcool. Isso gerou números bastante diferentes. Utilizando dados coletados em 2011, o estudo do CDC estimou que, entre todas as faixas etárias, 19,3% das mulheres norte-americanas “foram estupradas durante a vida” e que 1,6% dessas mulheres — quase 2,5 milhões de indivíduos — “relatou ter sido estuprada nos doze meses que antecederam a pesquisa”.

Conforme sugerem os resultados diferentes dessas duas pesquisas do governo dos Estados Unidos, é impossível afirmar com segurança quantas mulheres são estupradas a cada ano. Quantificar a prevalência de violência sexual é um exercício altamente especulativo porque pelo menos 80% das pessoas violentadas não denunciam o crime às autoridades. Este livro é um esforço com o propósito tanto de entender o que impede tantas vítimas de estupro de ir à polícia como de compreender as repercussões da agressão sexual da perspectiva das vítimas.

Para tanto, escrevi sobre uma onda de agressões sexuais ocorrida numa única cidade americana — Missoula, Montana — entre 2010 e 2012. Coincidentemente, as vítimas dessas agressões eram estudantes universitárias, mas jovens mulheres que não estão vinculadas à universidade provavelmente correm ainda mais risco, e não só jovens mulheres — ou apenas mulheres, aliás — vivem sob o perigo de serem estupradas. O relatório do CDC citado acima estima que aproximadamente 2,5 milhões de homens norte-americanos vivos hoje serão estuprados durante a

vida, o equivalente a 1,7% da população masculina.

A pesquisa que subsidia este livro incluiu entrevistas com as vítimas, seus familiares e conhecidos e, quando possível, com os homens acusados de agredir as mulheres sobre as quais escrevi, mas não conversei com cada vítima nem com cada suposto agressor. Para aprender o máximo possível e para confirmar o que as fontes me disseram, conversei longamente com psicólogos e advogados eminentes; fui a audiências judiciais; li milhares de páginas de transcrições de audiências, documentos judiciais, e-mails, cartas, boletins de ocorrência e documentos gerados por processos disciplinares universitários; ouvi gravações de interrogatórios policiais e de processos disciplinares universitários; além disso, reexaminei artigos de jornal, os resultados das investigações do governo e artigos científicos publicados em periódicos especializados.

Sempre que aparecer um diálogo entre aspas nas páginas que se seguem, trata-se de uma citação literal da fala de uma pessoa; de uma citação literal de uma fonte relatando o que ouviu de outro; de uma citação literal de uma gravação de um processo oficial; ou de uma citação literal de uma transcrição de um processo oficial.

Partes do livro podem ser difíceis de ler. Alguns eventos que descrevo são extremamente perturbadores. Além disso, há um vasto elenco de personagens, vários dos quais receberam pseudônimos para proteger sua privacidade. Para ajudar os leitores a saber quem é quem, pessoas cujos nomes aparecem mais de uma ou duas vezes foram incluídas numa lista de personagens em ordem alfabética ao final do livro, na página 451.

Jon Krakauer, fevereiro de 2015

PARTE I

Allison

Bem, devemos tratar as mulheres como sujeitos independentes, responsáveis por si mesmas? É claro. Mas ser responsável não tem nada a ver com ser estuprada. As mulheres não são estupradas porque estavam bebendo ou porque usaram drogas. As mulheres não são estupradas porque não foram cuidadosas o bastante. As mulheres são estupradas porque alguém as estuprou.

Jessica Valenti
The Purity Myth [O mito da pureza]

1.

A Office Solutions & Services, uma empresa de Missoula de produtos para escritório, só foi realizar sua festa de Natal de 2011 no dia 6 de janeiro de 2012. Como contraponto à gelada noite de Montana, os funcionários decoraram o lugar com um tema havaiano. Por volta das nove da noite, trinta ou quarenta pessoas — em geral funcionários e seus familiares — estavam conversando, passando o tempo com jogos de festa e tomando suas bebidas em copos de plástico vermelho numa sala que dava para o estacionamento, quando um brilhante sedan Chrysler 300 chegou e estacionou numa vaga em frente aos janelões que iam do teto ao chão, chamando a atenção dos festeiros. Dois homens bem-vestidos e de expressão austera saíram do veículo e se postaram ao lado dele. “Era um carro preto realmente bonito”, lembra Kevin Huguet, dono da Office Solutions.

Enquanto admirava o Chrysler, um dos vendedores de Huguet perguntou: “Quem são esses caras?”.

Huguet não fazia a menor ideia. Então ele foi até os dois e perguntou: “Posso ajudar?”.

“Somos detetives da polícia de Missoula”, respondeu o homem que chegara dirigindo o carro. “Preciso falar com Allison.”

“Allison é minha filha”, disse Huguet, irritando-se. “Você vai ter que me falar um pouco mais que isso.”

“Pai, tudo bem”, interveio Allison Huguet, de 22 anos, saindo para o estacionamento pouco depois de seu pai.

O detetive Guy Baker, de 1,96 metro de altura e 113 quilos, olhou para Allison, uma jovem esguia de olhos brilhantes e com os cabelos presos em um rabo de cavalo. “Preciso falar com você”, disse ele. “Não temos que fazer isso na frente do seu pai. Como você quer que a gente conduza isso?” Ele e Allison se afastaram do carro para conversar em particular, enquanto o detetive Mark Blood ficava para trás com Kevin Huguet.

“E aí?”, disse Baker para Allison num tom mais gentil depois que eles se afastaram um pouco. Eles já se conheciam havia quatro anos, pois, durante o último ano no ensino médio, ela pediu que ele fosse seu orientador num projeto da escola. Fora uma experiência positiva para ambos. Explicando por que tinha aparecido durante a festa de Natal da empresa, ele disse: “Achei que era importante lhe contar pessoalmente o quanto antes: cerca de uma hora atrás prendemos Beau Donaldson. Consegui fazê-lo confessar tudo, e ele está na cadeia”.

Os olhos de Allison se encheram de lágrimas de alívio.

Junto do Chrysler, Kevin Huguet estava cada vez mais impaciente enquanto observava Allison e Baker. “Olha só”, disse ele ao detetive Blood depois de alguns minutos. “Quero saber o que está acontecendo aqui. É a minha filha, e eu quero saber o que está acontecendo.” Kevin se afastou abruptamente e confrontou Baker.

“Ela não fez nada errado”, disse Baker. “Não é nada disso.” Então Baker virou-se para Allison e disse: “Acho que você realmente deveria falar com seu pai e contar a ele”.

Allison encarou seu pai e, com a voz trêmula, declarou: “Beau me estuprou”.

Kevin ficou parado no asfalto frio, chocado. Lutando para compreender as palavras que sua filha tinha acabado de pronunciar, ele passou os braços em volta dela. Enquanto abraçava Allison e começava a processar o que Beau Donaldson tinha feito, o choque e a confusão de Kevin se transformaram numa fúria cega.

“Achei que ele ia atrás de Beau e matá-lo ou algo do tipo”, disse-me Allison, recordando os acontecimentos daquela noite.

Beau Donaldson, um terceiranista na Universidade de Montana na época da agressão, estava no time de futebol americano da faculdade. Allison Huguet estudava na Eastern Oregon University (EOU) com uma bolsa de estudos para praticar. Eles cresceram juntos em Missoula e eram amigos inseparáveis desde a primeira série, mas o relacionamento nunca foi romântico.

Beau com frequência se referia a Allison como sua “irmãzinha”, e o sentimento era recíproco. Durante toda a sua infância e adolescência, Allison o viu como o irmão que nunca teve. Nos dezesseis anos anteriores, os pais de Allison haviam recebido Beau em sua casa como se ele fosse da família. “Você passa a vida toda, quando tem filhos, protegendo-os”, Kevin Huguet me disse. “Quem vai imaginar que o melhor amigo da sua filha é na verdade um monstro que vai machucá-la no meio da noite?”

Allison estava com tanta raiva quanto seu pai, mas um misto confuso de outras emoções suplantava sua fúria. Beau a estuprou no dia 25 de setembro de 2010. Ela esperou quinze meses, sofrendo em silêncio, antes de ir à polícia. Durante esse período, não contou para ninguém, além de sua mãe e três ou quatro amigas próximas, que tinha sido estuprada — nem mesmo seu pai e suas irmãs sabiam. Tal reticência, no fim das contas, é comum entre vítimas de agressão sexual. Só 20% dos estupros são denunciados à polícia, uma estatística que desafia nossa compreensão até vermos de perto como os casos de agressão sexual são julgados nos Estados Unidos.

Montana é um lugar enorme com relativamente poucas pessoas. Apesar de Missoula ser a segunda maior cidade do estado, sua população é de apenas 70 mil habitantes. Agradável e pitoresca, é o tipo de comunidade que seduz visitantes de primeira viagem a investir em imóveis horas depois de chegarem. Aproximadamente 42% da população tem diploma de bacharel ou superior, em comparação com 28% do restante da nação. Bons restaurantes e bares animados são abundantes. Um rio de trutas lendário, o Clark Fork, corre rápido e límpido no coração da cidade, ladeado por uma ferrovia abandonada que foi transformada numa bucólica via para ciclistas, praticantes de corrida e carrinhos de bebê. Ao sul do rio, os modestos bairros da cidade se

estendem por um vale amplo, acima do qual convergem cinco cordilheiras.

Desde as origens de Missoula, em meados do século XIX, até as últimas décadas do século XIX, a economia local dependeu fortemente do corte da madeira das vastas cercanias. Há cerca de 35 anos, porém, a indústria de produtos florestais começou a enfrentar dificuldades. A maioria das serrarias fechou, e os madeireiros de botas com prego na sola e calças resistentes tornaram-se uma espécie em extinção. Uma gigantesca fábrica de celulose injetou 45 milhões de dólares por ano na economia local (e também criou uma névoa nociva de poluição que pairava tão densamente sobre a cidade a ponto de os motoristas terem de ligar os faróis no meio do dia) até 2009, quando foi fechada e vendida como sucata.

Atualmente, o maior empregador no vale de Missoula é a Universidade de Montana, por larga margem. Com seus 15 mil alunos e mais de oitocentos membros do corpo docente, a UM, como é conhecida, deixa uma marca profunda na cidade. Missoula tem uma proporção muito maior de democratas, por exemplo, que todo o estado somado. As pessoas do lugar gostam de brincar que uma das coisas que fazem com que seja tão bom morar em Missoula é que ela fica só a vinte minutos de Montana.

Apesar de sua inclinação liberal, em muitos aspectos Missoula se assemelha a outras cidades de tamanho similar situadas na região das montanhas Rochosas. Sua população é composta por 92% de brancos, 2% de nativos americanos, 2% de hispânicos e menos de 1% de afro-americanos. A média de renda familiar é de 42 mil dólares anuais. Vinte por cento da população vive abaixo da linha de pobreza. Entre os missoulianos há um forte apoio ao direito de portar armas e à limitação do papel do governo federal em seus assuntos internos.

Missoula, porém, apresenta uma cultura toda própria, graças à fusão de sua herança de bravura do Velho Oeste com os inúmeros impactos causados pela universidade. A UM tem programas reconhecidos em biologia e ecologia e talvez seja ainda mais famosa por suas credenciais literárias. O corpo docente do Programa de Escrita Criativa da universidade, fundado em 1920, já contou com a participação de autores tão influentes quanto Richard Hugo, James Crumley e William Kittredge. Relembrando em um de seus ensaios incomparáveis o que o atraiu para Missoula pela primeira vez, Kittredge escreveu:

Eu estava à procura do que considerava ser um mundo genuíno onde habitar. Eu queria ser alguém que podia entender e no qual podia confiar — uma ideia romântica que parece banal no Oeste hoje em dia... As montanhas Rochosas do Norte pareciam uma terra desconhecida, cheia de segredos que ninguém se dava ao trabalho de guardar.

Durante uma ébria visita a Missoula para pescar com Kittredge em 1972, Raymond Carver, pioneiro na ficção minimalista, se apaixonou perdidamente tanto pela cidade como por Diane Cecily, diretora de publicações da universidade. Richard Ford, romancista ganhador do Pulitzer, residiu em Missoula durante três ou quatro anos muito produtivos na década de 1980 e é lembrado com orgulho por seus cidadãos. Todavia, a figura literária mais intimamente identificada com a cidade é Norman Maclean, autor de *A River Runs Through It*, romance semibiográfico passado em Missoula e nas proximidades do rio Big Blackfoot, que gerou o filme *Nada é para sempre*, ganhador do Oscar e estrelado por Brad Pitt.

Mas deixemos para lá Kittredge e Ford e o BigBlackfoot. A grande fonte de orgulho cívico dos missoulianos é, sem sombra de dúvida, o time de futebol americano da Universidade de Montana, os amados Grizzlies da Big Sky Conference, que ganharam o título nacional da Football Championship Subdivision em 1995 e 2001. Seu recorde de doze títulos seguidos antes de 2010 foi a segunda maior sequência na história da primeira divisão da National Collegiate Athletic Association (NCAA). Em 1985, Dennis Washington, um magnata bilionário da construção de Missoula, doou 1 milhão de dólares para erguer o estádio Washington- Grizzly, uma bela instalação com 25 200 lugares que lota quase toda vez que o time joga em casa. O resultado geral dos Grizzlies desde a inauguração do estádio até 2011 foi de extraordinárias 174 vitórias e 24 derrotas.

O Griz não joga no mesmo nível de elite do futebol americano universitário como Florida State, Ohio State e Alabama. Cabe dizer que o recorde de vitórias e derrotas do time seria bem menos impressionante se, em vez de jogar em um remanso como a Big Sky, eles o fizessem sob os brilhantes holofotes da Big Ten ou da Southeastern Conference. Seja como for, os Grizzlies inspiram o mesmo tipo de fanatismo em Missoula que os Seminoles em Tallahassee e o Crimson Tide em Tuscaloosa. Os fãs da UM se autodenominam “Nação Griz”. Missoula é a “Grizzlyville”, cidade de Griz. Seria difícil exagerar o grau de exaltação com que os moradores do oeste de Montana se referem ao futebol de Griz.

Acontecimentos recentes, porém, forçaram pelo menos alguns missoulianos a reconsiderar sua veneração de tudo o que é Griz. Em dezembro de 2010, quatro companheiros de Beau Donaldson no time de futebol americano da UM teriam cometido um estupro coletivo contra uma estudante enquanto ela estava bêbada demais para resistir e, por terem declarado que o sexo foi consensual, os jogadores não foram acusados de crime. Um ano depois, em dezembro de 2011, três jogadores do Griz cometeram agressão sexual contra duas alunas depois de supostamente as drogarem. Nenhum desses agressores foi levado a julgamento, tampouco.

Quando o último incidente foi divulgado pelo jornal local, o presidente da UM, Royce Engstrom, nomeou a meritíssima Diane Barz, que em 1989 se tornou a primeira mulher a servir no Superior Tribunal de Montana, para iniciar uma investigação. Em um relatório preliminar, que veio a público em 31 de dezembro de 2011, Barz escreveu: “Essa investigação revelou [...] evidências de sexo não consensual que não estão sendo denunciadas no sistema da universidade [...]. A universidade deve tomar medidas adequadas imediatamente”.

Em seu relatório final, concluído em 31 de janeiro de 2012, Barz identificou nove agressões sexuais cometidas por estudantes da UM (nem todos eram jogadores de futebol americano) entre setembro de 2010 e dezembro de 2011. No topo da lista estava o estupro de Allison Huguet por Beau Donaldson. Barz alertou:

As denúncias de agressão sexual no campus da UM exigem a tomada de medidas imediatas e o rápido cumprimento das determinações do artigo IX [...] Um campus tolerante ao estupro com um programa ineficaz, um serviço de apoio inadequado às vítimas sobreviventes e procedimentos de queixa injustos é uma ameaça a todos os alunos [...] Atos de violência sexual raramente são denunciados em campi universitários e uma vítima de agressão sexual fica propensa a sofrer de depressão, transtorno de estresse pós-traumático, abuso de substâncias e problemas acadêmicos.

O relatório de Diane Barz repercutiu em Missoula. Então, passados apenas três meses, o Ministério da Justiça dos Estados Unidos revelou que também estava investigando a aparente epidemia de agressões sexuais no oeste de Montana. Os agentes federais declararam que pelo menos oitenta supostos estupros tinham sido denunciados em Missoula nos últimos três anos e que o Ministério da Justiça iria examinar atentamente “agressões contra todas as mulheres de Missoula, não apenas estudantes universitárias”.

Eric Holder, procurador-geral dos Estados Unidos, observou que “as acusações de que a Universidade de Montana, o departamento de polícia local e o gabinete da procuradoria do condado falharam em lidar adequadamente com agressões sexuais são bastante perturbadoras”.

A onda de estupros em Grizzlyville motivou artigos inquietantes em publicações nacionais do nível do *New York Times* e do *Wall Street Journal*. Mas foi um relato de 3800 palavras postado no website *Jezebel* nove dias após o anúncio do Ministério da Justiça que talvez tenha feito o maior estrago ao bom nome de Missoula. Escrito por Katie J. M. Baker, intitulava-se “Meu fim de semana na chamada ‘Capital do Estupro’ da América”, e o apelido depreciativo tornou-se viral, gerando protestos de missoulianos que acreditavam que ele era injusto.

O artigo ácido e perspicaz de Baker indicava, porém, que ela não tinha certeza se a descrição era merecida. O título foi extraído do segundo parágrafo do artigo, em que ela cita um traficante de vinte anos de Missoula que se lamentava: “As pessoas acham que aqui é a ‘capital do estupro’ da América agora”, antes de imediatamente comentar: “Mas não é. Missoula é como qualquer outra cidade universitária”.

De fato, a taxa de oitenta estupros num período de três anos parece estar “dentro das médias nacionais de cidades universitárias do tamanho de Missoula”, menciona Baker em seu artigo. De acordo com as estatísticas mais recentes do FBI, houve uma média de 26,8 “estupros violentos” denunciados em cidades americanas do tamanho de Missoula em 2012 — o que totaliza 80,4 estupros em três anos. Em outras palavras, o número de agressões sexuais em Missoula pode parecer alarmante, mas os números do FBI são precisos; trata-se na verdade de algo comum. Estupros, no fim das contas, ocorrem com aterradora frequência em todo o território dos Estados Unidos.

2.

Quando Allison Huguet tinha cinco anos, sua família se mudou de Kalispell, nas proximidades do Parque Nacional Glacier, para Montana, onde comprou uma casa num bairro tranquilo chamado Target Range, na ponta oeste da cidade, perto da confluência do rio Bitterroot com o Clark Fork. Ela foi matriculada na primeira série da Target Range School e logo fez amizade com Beau Donaldson. Eles continuaram amigos próximos durante os doze anos seguintes.

Allison e Beau se formaram juntos em junho de 2008 na Big Sky High School, onde ambos foram bons alunos e atletas proeminentes. Ela, que competia na equipe de atletismo, foi a campeã de Montana em salto com vara no seu último ano. Ele bateu dez recordes escolares no campo de futebol americano e foi homenageado como o jogador mais valioso do time. Quando Beau aceitou uma bolsa de estudos para jogar futebol americano na UM, o fato foi considerado suficientemente importante para merecer um artigo no *Missoulian*, o jornal local. “Eu sempre quis jogar para o Griz”, Beau disse para o jornal. Ele tinha sido recrutado por uma série de outras instituições, incluindo a Universidade Estadual de Montana, em Bozeman, arquirrival da UM. Foi um acontecimento significativo quando ele decidiu estudar lá.

Allison ficou orgulhosa de Beau. “Sempre achei que ele era inteligente”, ela me disse. “Fiquei muito feliz por ele quando conseguiu a bolsa de estudos. Ele veio de uma família em que ninguém tinha feito faculdade; a maioria não tinha nem terminado o ensino médio.” Por sua vez, ela deixou Montana depois do ensino médio para estudar na Eastern Oregon University, onde lhe ofereceram uma bolsa de estudos como atleta. Allison o viu apenas uma ou duas vezes depois que foi para a faculdade.

Em 24 de setembro de 2010, ela estava morando em Missoula na casa de sua mãe, preparando-se para voltar para La Grande, Oregon, e começar seu terceiro ano na EOU. Naquela noite, ela recebeu uma ligação de sua amiga Keely Williams, que sugeriu que elas fossem a uma festa numa casa que Beau Donaldson estava alugando no bairro universitário de Missoula. Keely também tinha crescido na vizinhança de Target Range e a conhecia desde sua chegada a Missoula. Depois de se formar na Big Sky High School na mesma turma que Allison e Beau, Keely tinha deixado a cidade para estudar na Universidade Estadual de Portland e coincidiu de estar de volta por uma semana para visitar os pais. Quando Keely disse que a maior parte da galera com quem elas saíam desde que tinham seis anos de idade estaria na festa de Beau, Allison, entusiasmada, concordou em ir.

Keely dirigiu. Ao chegar na casa de Beau, por volta das dez da noite, elas estavam felizes de ver

tantos de seus grandes amigos de infância. “Quando descemos a escada, eu imediatamente topei com Beau e o abracei”, recordou Allison. “Foi uma noite agradável. Todo mundo estava descontraído e se divertindo.” As pessoas jogaram o jogo da cerveja (*beer pong*) no porão e fizeram “competições de chá” para ver quem conseguia entornar garrafas de Twisted Tea (uma marca de cerveja malt liquor adocicada muito apreciada por estudantes da UM) mais rápido.

Era uma sexta-feira à noite, e o time de futebol americano Griz iria jogar contra a Sacramento State University na tarde de sábado, mas Beau tinha sofrido uma grave lesão no tornozelo no último verão e não estaria recuperado para o jogo. Ele estava esvaziando garrafas de bebida alcoólica com gosto. Na companhia de amigos raramente vistos, Allison e Keely também beberam mais do que estavam acostumadas.

Por volta de uma e meia da manhã, a festa começou a perder força, e as pessoas que ainda restavam subiram para o primeiro andar, para a sala de estar. Beau e Allison sentaram juntos num sofá. Ela, com sono, deitou no sofá, pôs uma almofada na coxa dele e descansou a cabeça ali. Mas não havia nada de remotamente sexual nisso, disseram Allison e Keely. “Allison nunca teve nenhum interesse nesse tipo de relacionamento com Beau”, insistiu Williams. “Absolutamente nenhum.”

Outro colega de turma dos tempos de Target Range, Sam Erschler,* que morava com Beau Donaldson, insistiu para que Keely Williams e Allison Huguet não dirigissem, pois tinham bebido. “O que foi gentil da parte dele”, reconheceu Allison. “Sam é assim. Meio preocupado e tal. Ele disse: ‘Por que vocês duas não ficam aqui e dormem no sofá?’. Então todos concordamos que faríamos isso.”

Não muito tempo depois, Beau levantou do sofá que estava dividindo com Allison, desceu as escadas e ela adormeceu sozinha no sofá, totalmente vestida. Allison gostava de dormir em sofás; mesmo quando estava em casa, preferia dormir no sofá do que na própria cama. Keely, enquanto isso, saiu à procura de uma cama vazia e logo encontrou uma. “Ela estava até arrumada!”, disse a jovem. “Eu pensei: ‘Se vamos ter que ficar aqui, é nessa cama que eu vou dormir’.”

Depois de descobrir o quarto vago, Keely voltou para a sala de estar e chamou Allison para se juntar a ela. Ela acordou a amiga com uma sacudidela e disse: “Ali, quer vir para a cama? Estou dormindo num quarto lá, e tem uma cama”.

“Não, estou bem”, respondeu Allison, a voz grogue. “Vou ficar por aqui mesmo.” Williams pegou um cobertor e cobriu a amiga, depois voltou para o quarto. Quando saiu, Allison era a única pessoa naquele cômodo. Todos os outros na casa pareciam estar dormindo.

Allison foi acordada cerca de duas horas mais tarde. Ainda estava escuro. Ela estava deitada de bruços no sofá, e sua calça jeans e a calcinha tinham sido puxadas para baixo. “Lembro de acordar com Beau gemendo, sentindo muita pressão e dor”, testemunhou ela mais tarde. Beau estava sobre ela, penetrando sua vagina por trás com o pênis. “Abri os olhos, só um pouquinho”, lembra-se. “Só pelos gemidos, eu sabia que era ele.”

Embora estivesse apavorada, ela se forçou a ficar de olhos fechados e esperar que ele terminasse. Allison é uma atleta de elite e fez aulas de defesa pessoal. Mas ela tinha apenas 1,65 metro e pouco

menos de sessenta quilos. Beau pesava 104 quilos e jogava ora como *fullback* ora como *linebacker* para um time de futebol americano da primeira divisão da NCAA. Allison presumiu que, se ele era capaz de estuprá-la enquanto ela ainda dormia, não iria hesitar em machucá-la gravemente para impedir que ela resistisse ou gritasse por socorro. “Ele podia ter quebrado meu pescoço como se fosse um galho”, disse-me Allison, “então eu apenas fiquei deitada ali e fingi que estava dormindo.” Beau continuou a estuprá-la por mais cinco minutos antes de ejacular dentro dela. Ele não estava usando camisinha.

Quando terminou, ele puxou parcialmente a calça dela para cima, atirou o cobertor sobre ela e se afastou sem dizer uma palavra. Chocada, Allison continuou imóvel até ter certeza de que ele tinha saído da sala. Então, silenciosamente, pegou seu tênis e seu celular, foi descalça e na ponta dos pés até a cozinha, saiu da casa pela porta dos fundos e começou a correr por um beco de cascalho em busca de ajuda. Quando Beau puxou com força a calça de Allison até o joelho, ele arrancou o botão e destruiu o zíper, então com uma só mão ela estava segurando os sapatos e tentando manter a calça fechada, enquanto com a outra digitava rapidamente o número do namorado, correndo o mais rápido que podia.

“Não sei por que liguei para ele”, disse Allison. “Ele tinha se mudado para o Colorado. Era óbvio que não podia ajudar. Acho que eu não estava raciocinando direito. Liguei duas vezes, mas ele não atendeu.”

Ainda correndo, Allison ligou para a sua mãe em seguida. “Quando o telefone tocou”, disse-me Beth Huguet, “olhei para o relógio e eram quatro e onze da manhã. Havia um som meio rouco do outro lado da linha. Sons de pânico, sem que nada saísse. Eu sabia que era Allison, mesmo sem nenhuma palavra. Jamais vou esquecer isso. Vou carregar isso comigo o resto da vida.”

“Mãe!”, Allison por fim conseguiu falar enquanto corria. “Ele está atrás de mim! Me ajuda! Me salva! Mãe!” De alguma forma Beau tinha visto ou ouvido Allison escapar da casa e a estava perseguindo.

“Eu estava no telefone com minha mãe fazia apenas alguns segundos quando de repente ouvi alguém atrás de mim e percebi que Beau estava me perseguindo”, disse Allison. Alguns segundos depois a mão dele roçou nas costas dela enquanto ele a agarrava por trás. “Eu estava literalmente gritando no telefone: ‘Ele me estuprou!’ bem quando o senti me agarrando. Minha mãe estava me dizendo: ‘Corre! Continua correndo!’” Allison sabia que Beau tinha várias armas. Enquanto tentava correr para longe dele, disse ela, “achei que ele ia me matar. Eu tinha certeza de que ia morrer”.

Correndo ainda mais rápido pelo beco, e freneticamente repelindo as mãos de Beau enquanto ele a puxava, Allison ignorou a dor enquanto o cascalho cortava seus pés descalços. “Eu estava batendo nele enquanto corria”, disse ela. “Não sei se estava realmente falando com ele. Eu estava só falando com a minha mãe. E fiquei preocupada porque a bateria do meu celular estava fraca e eu sabia que logo ia acabar.”

Em seu próprio telefone, acima do som de Allison soluçando e ofegando enquanto tentava recuperar o fôlego, Beth ouviu Beau dizer: “Não, Allison! Para! Volta! Sinto muito. Não diga nada. Vou consertar isso tudo. Volta pra casa comigo!”.

“A voz dele soava tão calma”, disse Beth, uma professora de ensino médio. “Esta é a parte mais assustadora: como ele estava calmo. Como ela estava histérica, e como ele estava calmo. Me deu arrepios.” Enquanto falava com Allison, Beth Huguet jogou rapidamente algumas roupas sobre o corpo, entrou na sua van e saiu pela South Avenue em direção ao bairro universitário a quase cem quilômetros por hora, o tempo todo implorando: “Corre, Allison! Corre!”.

Então Beth ouviu Allison dizer: “Ele não está mais atrás de mim! Ah, meu Deus, ele não está atrás de mim!”. Por algum motivo, Beau tinha parado de segui-la e dado meia-volta. “Eu fiquei chocada pelo fato de ele realmente ter me deixado ir”, lembra Allison. “Eu sinceramente achei que ele tinha uma arma e que eu ia levar um tiro.” Apesar de ele não estar mais em seu encalço, Allison não parou de correr.

Beth lembrava que Beau morava em algum lugar perto da universidade, mas o bairro universitário é enorme e Allison não sabia o endereço da casa, nem mesmo em que rua estava. Eventualmente, porém, Allison foi capaz de comunicar que estava perto dos campos de futebol, que ficam na South Avenue com a Higgins, então Beth continuou dirigindo nessa direção o mais rápido que se atreveu a ir.

“Eu estava correndo descalça, ainda tentando segurar minha calça”, disse Allison, “quando saí do beco e virei na South Avenue. E lá estava a minha mãe.” A essa altura a bateria do celular de Allison já tinha acabado, então ela correu para o meio da rua e acenou para Beth.

“Assim que a vi, soube que algo ruim tinha acontecido”, disse Beth. “Enquanto vinha na minha direção, ela estava mancando e meio que caindo. Quando entrou na van, ela começou a se balançar pra frente e pra trás, chorando histericamente. Fiz um retorno proibido e segui direto para o Hospital Comunitário. Eu sabia que ela tinha sido agredida, só não sabia até que ponto.”

Poucos minutos depois de elas terem dado meia-volta para ir até o hospital, Allison se deu conta de que Keely Willians ainda estava na casa de Beau, dormindo, sem saber do perigo que corria. “Keely!”, Allison gritou para a mãe. “Precisamos voltar e pegar Keely!” Enquanto Beth fazia o retorno e guiava na direção da casa, Allison digitou o número de Keely. “Beau acabou de me estuprar!”, gritou ela no celular quando a amiga atendeu. “Você tem que sair daí! Você tem que sair daí agora mesmo! Minha mãe e eu estamos esperando você aqui fora.”

Keely agarrou a bolsa, pôs os sapatos e fugiu. Ela estava com tanta pressa que no escuro bateu com a cabeça no batente da porta dos fundos e ficou com um olho roxo. “Eu corri para fora da garagem e lá estavam elas”, disse-me ela. “Eu saltei pro banco de trás da van. Allison estava sentada na frente, toda curvada, chorando. Ela não se virava de jeito nenhum. Vendo-a daquele jeito, comecei a chorar também e dizer que sentia muito.”

Enquanto relatava esses eventos, passados mais de dois anos, Keely começou a chorar. “Me senti culpada porque fui eu que quis ir à festa e ver nossos amigos”, continuou ela, lágrimas correndo pelo rosto. “Eu escolhi dirigir, mas bebi demais para nos levar de volta para casa. E eu a deixei sozinha no sofá, porque queria dormir numa cama. Se a gente apenas tivesse ido embora, ou se eu a tivesse feito dormir comigo, ou se eu tivesse dormido com ela no sofá, então isso não teria acontecido. Sei que não deveria me sentir culpada, mas me sinto. Como pude deixá-la lá?”

“Você me deixou lá”, respondeu Allison, “porque nenhuma de nós tinha motivo para achar que

corríamos algum perigo naquela casa, com aqueles amigos. Nós confiávamos totalmente neles.”

* Pseudônimo.

Depois que pegou Allison e Keely Williams, Beth Huguet levou a filha para o pronto-socorro do Centro Médico Comunitário de Missoula para que ela recebesse atendimento. Mas como esse hospital não realiza exames médico-legais em vítimas de estupro, a equipe do Centro Médico mandou Allison para o outro lado da cidade, para o Centro de Recursos First Step, a unidade de atendimento a agressões sexuais do St. Patrick Hospital, para que fosse coletado um kit de estupro.

A Lei sobre Violência Contra a Mulher de 2005 dos Estados Unidos prescreve que todas as vítimas de agressão sexual tenham acesso gratuito a um kit de coleta de evidências, mais conhecido como kit de estupro. Ele consiste de coletores esterilizados, pequenos recipientes, sacos plásticos, lâminas para microscópio e outros instrumentos para coletar e armazenar sêmen, sangue, saliva, cabelos e fibras de roupa que podem ser usados como provas num processo penal. Para a maioria das vítimas, submeter-se aos procedimentos que permitem coletar tais evidências é uma experiência extremamente humilhante.

Não há dúvida de que isso foi verdade no caso de Allison. Depois de chegar ao First Step, ela disse, “nas quatro horas seguintes eu fui praticamente estuprada de novo. Tive de ficar toda nua num lençol branco e deixar que uma enfermeira limpasse meu corpo inteiro para coletar evidências que pudessem conter o DNA de Beau”. As áreas mais íntimas de Allison foram investigadas, vasculhadas, esfregadas, fotografadas e intensamente examinadas por estranhos. Uma enfermeira fez um vídeo do interior da vagina dela, documentando a pele que tinha sido rasgada quando Beau a violou. “O processo todo — embora absolutamente necessário — foi incrivelmente traumático”, disse Allison, “apesar de a enfermeira e a conselheira tentarem ser reconfortantes.”

Foi só depois das dez da manhã de sábado que Allison e Beth Huguet retornaram para casa em Target Range. Fora uma longa noite, mas Allison não teve o luxo de se arrastar para a cama para dormir. Em vez disso, tomou um banho quente, vestiu-se e tentou se recompor o suficiente para encontrar o pai, que a estava esperando para ir ao jogo do Griz com ele naquela tarde.

Na ponta leste de Missoula, Mount Sentinel paira seiscentos metros acima do campus da Universidade de Montana. A um terço da subida da montanha, um *M* branco de concreto adorna a encosta. Com dez andares de altura, é o marco mais famoso da cidade. Logo abaixo do *M* fica o estádio Washington-Grizzly.

Os pais de Allison se separaram quando ela tinha quinze anos e mais tarde se divorciaram. Embora estivesse morando na casa da mãe naquele verão, ela continuava próxima do pai, Kevin.

Ele era um grande fã do Griz, e sempre que Allison estava na cidade em dia de jogo, eles iam juntos ao estádio. “Eu nasci e fui criado em Missoula”, disse-me Kevin Huguet. “O futebol do Griz é algo importante por aqui.”

Quando Kevin era garoto, seu pai subia com ele e seus cinco irmãos uns sessenta metros da encosta íngreme de Mount Sentinel para assistir aos jogos no Grizzly. “Éramos uma família grande e não tínhamos dinheiro”, disse Kevin, “mas podíamos sentar na colina e assistir de graça.” Desde que se tornou proprietário de um próspero negócio local, Kevin tem sido um patrocinador empresarial do esporte do Grizzly, além de associado com direito a ingressos para temporadas inteiras. “Jogos de futebol americano são um evento que dura o dia todo em Missoula”, disse ele. “Mais de 20 mil pessoas que você conhece aparecem de manhã pra um ‘esquenta’ perto do estádio.”

Allison e seu pai geralmente tomavam café da manhã na casa dele antes de irem para o jogo. Mas, na manhã que Beau Donaldson a estuprou, Allison não estava pronta para encarar o pai em meio a bacon e ovos, então lhe mandou uma mensagem dizendo que ia pular o café da manhã e encontrá-lo no estádio pouco antes do chute inicial. Ele respondeu a mensagem pedindo que ela não se atrasasse.

Ela estava em maus lençóis. “Meu pai era a última pessoa que eu queria que soubesse do estupro”, explicou Allison. “Eu estava em estado de choque. Não estava conseguindo pensar ou tomar decisões. Estava fazendo as coisas no automático. Naquele momento, principalmente, eu estava tentando descobrir como não deixar transparecer que havia chorado sem parar nas últimas cinco horas.” Ela pôs óculos de sol para esconder os olhos vermelhos e foi para o estádio Grizzly.

A família estendida de Allison tinha ingressos na linha de trinta jardas para todos os jogos, a menos de doze fileiras do campo. Quando ela chegou, seu avô estava lá, uns dois tios, alguns primos e seu pai. A primeira coisa que Kevin lhe disse foi: “Você viu Beau lá embaixo? Ele vai jogar hoje? Como ele está?”

“Não sei”, disparou Allison. “Beau é um lixo de gente.” Kevin, que nunca a ouvira falar mal de Beau antes, ficou surpreso, mas deixou o comentário passar. Do outro lado do campo, Allison pôde ver Beau no banco com seus companheiros de equipe, usando uma camisa bordô do time com seu número, 45, estampado em prata no peito.

Antes do intervalo, Allison deixou o pai para evitar ter de olhar para o homem que tinha acabado de estuprá-la e tentou encontrar Keely Williams, que disse que estaria no jogo. Allison pensou que conversar com a amiga poderia fazê-la se sentir um pouco melhor. Enquanto procurava por Keely, topou com Sam Erschler, o amigo que havia convencido as duas a passar a noite na casa de Beau em vez de dirigirem de volta pra casa. Sam — um dos amigos mais antigos de Beau — não fazia ideia de que havia algo errado. “Não sei por quê, ou como foi que saiu”, recordou Allison, “mas eu disse a ele que Beau havia me estuprado.”

“Sinto muito, Al”, respondeu Sam, dando-lhe um abraço. Ele disse a Allison que Beau agiu de forma estranha quando eles acordaram naquela manhã. Então, parecendo confuso, disse: “Não sei o que anda acontecendo com Beau ultimamente”.

Allison afastou-se, localizou Keely, e as duas foram para um canto afastado do estádio para

conversar; ali, logo foram abordadas por dois estudantes da UM. “Aqueles dois garotos estavam dando em cima da gente”, disse-me Allison. “Eles achavam que estavam sendo engraçados e não iam embora de jeito nenhum. Keely finalmente gritou com eles: ‘Vocês precisam nos deixar em paz! Agora mesmo! Estou falando sério!’.”

Depois que os supostos pretendentes foram embora, Allison e Keely passaram o resto do jogo conversando sobre o que havia acontecido na casa de Beau. Tentando explicar por que se sentia tão culpada por ter permitido que a amiga dormisse sozinha no sofá, Keely lhe contou um segredo que havia compartilhado com poucas pessoas: dois anos antes, quando saiu de Montana para ir estudar na Universidade Estadual de Portland, ela também tinha sido estuprada por um conhecido.

Aconteceu durante a primeira semana de Keely Williams em Oregon, antes mesmo de as aulas começarem. “Era semana de recepção dos alunos”, lembra ela. “Eu odiei. Não fiz nada. Não fiz nenhum amigo. Não queria estar lá. Só queria ficar no meu quarto. Desejava nunca ter saído de Missoula.” Então Lewis Ronan,* um garoto que conhecera ligeiramente no ensino médio e que também era aluno da Estadual de Portland, ligou convidando-a para uma festa no seu apartamento. “Que bom!”, pensou ela. “Alguém que eu conheço!”

Era um grupo pequeno. Quando Keely chegou, os amigos de Ronan estavam fumando maconha com um narguilé. Ela começou a entornar bebidas. “Eu fiquei realmente bêbada”, disse, “e comecei a vomitar — muito, por ter bebido rápido demais. Uma garota que eu não conhecia ficou no banheiro comigo, ajudou a cuidar de mim, foi gentil.” A garota ofereceu-se para dar uma carona até o alojamento, mas Keely estava vomitando demais para ir a qualquer lugar. Então continuou ali no banheiro de Lewis com a garota, apoiando o peito na borda do vaso sanitário entre acessos de vômito.

Conforme a náusea de Keely diminuía, a garota repetidamente ofereceu-se para levá-la para casa, no entanto Lewis Ronan intervia toda vez, insistindo: “Não, ela vai ficar aqui mesmo esta noite”.

Por fim, Keely concordou em passar a noite na casa de Lewis, lembra ela, “mas eu estava muito bêbada, então realmente não tinha escolha. Nisso eu desmaiei. Não me lembro nem de ir para o quarto de Lewis. Só que depois, a certa altura da noite, eu acordei na cama dele e...”. Keely parou de falar por um momento enquanto começava a chorar. “Ele estava em cima de mim, e ele estava fazendo sexo comigo”, continuou entre soluços. “Então eu desmaiei de novo. Quando acordei no dia seguinte, não fazia ideia de onde estava, ou de como voltar para o campus da universidade. Eu disse a Lewis que precisava ir para casa porque minha mãe viria me visitar.”

Lewis não demonstrou achar que tinha feito algo errado; ele agiu como se estivesse tudo bem enquanto a levava de carro ao alojamento. “Eu realmente não tive a dimensão de que havia sido estuprada, não de início”, disse ela. Quando sua mãe chegou, Keely não falou nada sobre o que havia acontecido. “Eu só ficava implorando que ela me levasse para casa em Missoula”, explicou em meio às lágrimas. “Eu disse: ‘Quero ir pra casa. Não quero ficar aqui. Não quero ir pra faculdade. Não quero ficar em Portland’.” Sua mãe não fazia ideia do motivo que a estava deixando tão infeliz. “Ela reagiu, tipo: ‘Não. Você tem que ficar. Não faz nem uma semana que você está aqui’.”

Mais tarde naquele dia, Keely Williams dolorosamente se deu conta de que seu trato urinário tinha inflamado durante a relação sexual forçada que ocorrera enquanto estava desmaiada. Sem querer contar à mãe, foi até um mercado local e comprou suco de cranberry e Pyridium para tratar a inflamação. “Deixou o meu xixi todo laranja”, lembra ela, “mas anestesiou minha bexiga, o que ajudou.” Keely passou a maior parte dos dois dias seguintes bebendo suco de cranberry na cama. Hematomas roxos cobriam seu peito nos pontos que ela havia pressionado contra o vaso sanitário enquanto vomitava.

Nesse ínterim, Lewis Roman começou a mandar mensagens para o celular dela, dando a entender que queria muito vê-la de novo, aparentemente sem saber que ela não tinha achado agradável ser estuprada enquanto estava inconsciente. “Toda vez que ele me mandava uma mensagem, eu sentia náusea”, disse-me Keely. “Me dava vontade de vomitar. Eu não queria que ele me dissesse que queria sair comigo nem que me perguntasse por que eu não queria falar com ele. Eu não estava pensando de forma consciente ‘Esse cara me estuprou’, porque na época eu não entendia que, se você não consente ativamente em fazer sexo, isso é estupro. Eu só sabia que havia algo errado.”

Por fim ocorreu a Keely que Lewis de fato a havia estuprado. “Então fiz algumas pesquisas”, disse ela, “e percebi que foi isso mesmo que aconteceu. Mas eu ainda não entendia por que alguém que eu conhecia faria isso. Tipo, talvez eu tivesse dito algo? Ou será que fiz alguma coisa?” Como muitas outras vítimas de estupro, Williams inicialmente reagiu se perguntando se de alguma forma a culpa era dela.

“Nisso já havia passado um pouco de tempo”, disse Williams. “Eu só queria deixar isso pra lá. Não sabia o que deveria fazer, nem pra quem deveria contar... Não queria que ninguém me fizesse perguntas sobre isso. Não queria falar a respeito. Sabia que, se eu contasse para alguém realmente próximo de mim, as pessoas iriam se preocupar, e me fazer perguntas, e querer que eu tomasse alguma atitude, e eu não queria lidar com nada disso. Então falei para um ex-namorado que eu achava que tinha sido estuprada.”

Esse ex-namorado não acreditou em Keely e ficou irritado. Ele lhe disse: “Você só está agindo como uma piranha. Está fodendo com outros caras e tentando acobertar isso dizendo que foi estuprada”.

Dois anos depois de Lewis Ronan ter estuprado Keely Williams, quando Beau Donaldson estuprou Allison Huguet em setembro de 2010, o trauma que Keely havia vivido voltou à tona com tudo. Enquanto ela e a amiga conversavam num canto alto do estádio Grizzly na manhã após Allison ter sido violada, Keely explicou que parte do motivo que a fazia se sentir tão culpada por tê-la deixado sozinha no sofá na casa de Beau se devia ao fato de ser fácil demais para ela imaginar tudo o que a amiga estava passando, especialmente quando ela ficara toda curvada sobre si mesma, chorando incontrolavelmente no banco da frente da van de sua mãe. “Eu queria absorver toda a sua dor”, Keely disse a Allison. “Eu queria sofrer por você para que você não tivesse de passar por aquilo que eu passei.”

No entanto, apesar da intensa empatia de Keely em relação a Allison, isso não podia, e com

efeito não pôde, mitigar a dor de Allison. Ela tinha sido estuprada, e mais cedo ou mais tarde teria de lidar com aquilo. Então as duas discutiram como ela poderia começar a fazer isso.

“Eu não sentia que era forte o bastante para ir à polícia”, disse Allison, “ou contar o que havia acontecido para o meu pai.” Mas ela realmente queria que Beau reconhecesse o que havia feito. As duas amigas decidiram que Allison iria pedir ao amigo de Beau, Sam Erschler, que dissesse a Beau que ele precisava ir à casa de Allison para se desculpar e que, se ele se recusasse, ela iria denunciá-lo à polícia.

Keely convenceu Allison de que, se Beau concordasse em encontrar-se com ela, ela deveria secretamente fazer uma gravação de áudio do pedido de desculpas dele. Keely estava se especializando em direito penal na Universidade Estadual de Portland e sabia que, de acordo com as severas leis de privacidade de Montana, é ilegal gravar uma conversa a menos que todas as partes tenham sido informadas de que estão sendo gravadas. Contudo, mesmo sabendo que isso seria inadmissível na corte, argumentou: “Você *tem* que fazer uma gravação. Porque você não sabe se ele vai admitir isso de novo”.

Allison concordou. “Eu não tinha vontade nenhuma de falar com Beau”, disse ela. “E naquele momento não tinha a intenção de denunciá-lo à polícia. Mas Beau não sabia disso. A ameaça de ir à polícia foi a única maneira que eu achei que teria de fazê-lo reconhecer o que fez. E se algum dia eu decidisse ir à polícia, ou contar a mais alguém sobre o que havia acontecido, eu não queria ter de brigar sobre Beau ter realmente me estuprado ou não. Eu queria ser capaz de provar isso.” Então no sábado à tarde, depois do jogo do Griz, Allison foi à RadioShack com a mãe e comprou um gravador digital por 45 dólares.

Beau Donaldson e Sam Erschler foram à casa de Beth Huguet no domingo à tarde. Tanto Allison como sua mãe ainda estavam extremamente abaladas. Antes de os dois chegarem, Allison Huguet ligou o gravador e o enfiou entre as almofadas do sofá modulado de sua mãe. Coincidiu de Beau sentar bem do lado dele. Assim que se sentou, Allison lhe perguntou: “Você quer me pedir desculpas, Beau, ou...?”

Beau respondeu: “Eu realmente sinto muito”. Falando rápido e nervosamente, ele disse: “A gente estava, tipo, no sofá. Eu estava, óbvio, totalmente fodido. Nós dois estávamos bêbados. Tipo, a gente estava deitado lá. Lembro que a gente estava se pegando no sofá. A gente estava deitado no sofá junto. Começamos a fazer coisas. E então foi só — eu nem lembro realmente de nada depois, tipo... eu lembro que a gente estava se pegando”.

Furiosa porque Beau mentia descaradamente e achava que podia se safar com isso, Allison inquiriu: “Beau, como é possível eu me lembrar de ter pegado no sono no sofá, e então me lembrar de acordar, no meio da noite, percebendo que você estava em cima de mim e fazendo sexo comigo... Beau! Eu estava dormindo!”

“A gente estava se pegando no sofá!”, insistiu Beau.

“Não, a gente não estava!”, respondeu Allison, tão veemente quanto.

“A questão”, disse Beth Huguet, “é que foi sexo sem consentimento...”

“A questão, Beau”, interrompeu Allison com raiva, “é que você se aproveitou totalmente de

mim.”

“É verdade”, confessou Beau. De repente ele pareceu entender que mentir não ia funcionar. “Eu admito. Eu fiz isso. Sinto muito.” Menos de dois minutos depois da chegada de Beau, Allison tinha a confissão que buscava. Mas a conversa estava longe de acabar.

“O único motivo de eu ter me sentido confortável em dormir lá é porque te conheço desde a primeira série”, disse Allison.

“Eu sei!”, disse Beau. “E não posso pôr a culpa no álcool, porque isso não é certo. Foi algo que eu fiz, e foi uma grande merda.”

Allison lhe perguntou: “Isso já aconteceu antes?”.

“Não! Nunca!”, soluçou Beau. “Foi a primeira vez que aconteceu uma coisa dessas comigo. Nunca!... Eu sinto *muito*.”

Beth lembrou a Beau que ele havia traído a confiança de alguém que o considerava um irmão mais velho.

Em meio às lágrimas, ele concordou: “Ela é a minha irmãzinha!”.

“Se algum dia ela tivesse um problema, ela iria até vocês, rapazes”, continuou Beth, referindo-se a Beau e Sam Erschler. “Se algum dia ela sentisse que um cara a estivesse tratando mal, vocês seriam as pessoas a quem ela pediria ajuda...”

Allison lembrou Beau de que ela sempre o apoiara e falara bem dele para os outros. Foi aí que ele desmoronou e começou a chorar incontrolavelmente.

“Você sabia que a rasgou por dentro?”, perguntou Beth Huguet. “Você a cortou por dentro, na vagina dela... Sabe como isso é devastador? Como mãe, isso acaba comigo... Pensar que ela foi fisicamente violentada desse jeito... Isso é tão baixo!”

“Beau”, disse Allison, “eu só queria que você soubesse como é ser uma garota, e acordar e ter essa pessoa de cento e poucos quilos nas suas costas, se aproveitando de você enquanto nem acordada você está. E eu tive de ficar deitada lá até você terminar.”

Allison disse a Beau: “Eu provavelmente me mataria se isso alguma vez acontecesse com outra garota e eu não dissesse nada à polícia”.

Beau disse que entendia. “Eu quase *me* matei ontem à noite”, afirmou. Depois de desistir de persegui-la pelo beco, disse ele, “eu fiquei deitado na minha caminhonete na garagem com a porra da minha arma na mão”.

Allison e sua mãe não estavam muito certas quanto à sinceridade do remorso dele. “Não sei se vocês rapazes sabem disso”, falou Beth Huguet, “mas Allison teve uma ruptura de cisto quando estava com dez anos, ela vivia indo e voltando de médicos... E por causa disso... ela leva sua intimidade muito a sério... Ela não é alguém que sai dormindo com todo mundo. Ela não é promíscua. Não que isso fosse lhe dar o direito de estuprá-la. A questão não é essa. É só que... ficamos horas no hospital. O fato de você tê-la cortado por dentro e tudo o mais?...”

“Allison, eu sinto muito, pra cacete!”, gemeu Beau.

“Se eu não tivesse crescido com você”, disse Allison, “se eu não fosse uma de suas amigas, se você tivesse feito isso a uma garota qualquer, e ela fosse até a delegacia e contasse a eles, a sua vida toda estaria arruinada, Beau... Não consegue imaginar o [a capa do] *Missoulian*? ‘Mais um

jogador do Grizzly encrencado. Estuprou uma garota'... Você precisa de ajuda? Você precisa de ajuda com álcool? Você precisa de ajuda com drogas? Porque obviamente isso é um problema... Você gosta da sua namorada?"

"Eu a amo mais do que tudo", respondeu Beau. "Quero casar com aquela garota..."

"Não entendo", disse Allison. "Se você a ama, por que a está traindo?... Porque sei muito bem que não sou só eu." No círculo de amigos deles, as infidelidades de Beau eram bastante conhecidas.

"Você realmente precisa dar uma boa olhada na sua vida", ralhou Beth, "e pensar bem, e pensar em como você precisa melhorá-la. Acho que a nossa preocupação é — e me diga se estou errada aqui, Allison —, uma das coisas que a fazem querer ir à polícia, Beau, é o fato de ela não querer que isso jamais aconteça com outra garota. Ela não quer ficar sabendo, daqui a um ou dois meses, que você violou alguma outra garota. E que, se ela tivesse falado, algo poderia ter impedido isso..."

"Allison", soluçou Beau, "eu sinto muito..."

"A questão é", explicou Allison, "também tenho um namorado de quem gosto muito. Isso é algo sobre o qual não posso nem falar com ele. Não posso contar a ele. Ele viria até aqui e provavelmente iria te matar... Falando bem sério, se eu ficar sabendo de um só incidente, Beau — se eu ficar sabendo de qualquer mulher dizendo que você tocou nela, eu vou direto à polícia..."

Beth Huguet instou Beau a fazer terapia: "Você precisa falar com alguém e dizer: 'Foi isso que eu fiz. Como posso mudar?'. E se certificar de que isso nunca aconteça com outra pessoa".

"Eu obviamente preciso de ajuda", concordou Beau, não mais chorando. "Sinto muito."

Allison lembrou Beau: "Se eu fosse até a delegacia agora, isso iria arruinar a sua vida. E é por isso que não vou fazer uma coisa dessas... não quero ter que viver com isso. Mas não me sinto nada bem com o que aconteceu... Ao não prestar queixa, não estou te dizendo que está tudo bem, porque não está... Isso jamais deve acontecer de novo... Procure ajuda, Beau".

Ele garantiu que procuraria. "Beau me prometeu que ia buscar tratamento para seus problemas com droga, álcool e sexo", lembra Allison. "E eu deixei claro que essa promessa era o único motivo de eu não ir à polícia."

* Pseudônimo.

“Poucos dias depois do ocorrido”, disse-me Beth Huguet, “lembro de Allison estar sentada no sofá do porão da minha casa, enrolada em cobertores. Ela não estava dizendo nada, mas dava para ver que aquilo não saía da sua mente. Dava para ver no rosto dela.”

“Eu estava muito abalada”, lembra Allison. As aulas do seu terceiro ano na Eastern Oregon University começariam dali a alguns dias, disse ela, “mas eu não estava pronta para deixar a segurança da minha casa. Eu queria estar perto da minha família e me sentir protegida por eles.” Ela decidiu ficar em Missoula naquele semestre e assistir a todas as aulas on-line. Então, uma semana após ter sido estuprada, Allison recebeu uma ligação de sua irmã mais nova, Kathleen, que estava fazendo faculdade em Boise, Idaho.

Kathleen Huguet disse a Allison que uma conhecida das duas estava dizendo às pessoas que “você e Beau fizeram sexo na semana passada”. Kathleen nem se deu ao trabalho de perguntar a Allison se o boato era verdadeiro, pois sabia que era absurdo: Beau Donaldson era a última pessoa no mundo com quem Allison iria para a cama. Muito indignada, Kathleen contou que enviou à conhecida delas uma mensagem grosseira pelo Facebook mandando-a parar de espalhar boatos ridículos.

“Fiquei sentada ali em choque quando Kathleen me contou isso”, disse Allison. “Não conseguia nem processar aquilo.” Beau e seu amigo Sam Erschler garantiram a Allison e sua mãe que não diriam nada sobre o estupro para ninguém. No entanto, um boato de que ela tinha voluntariamente dormido com seu estuprador já estava circulando em Missoula, Montana; Boise, Idaho, bem como em La Grande, Oregon.

Allison não disse nada sobre o estupro para Kathleen. Em vez disso, ela ligou para Keely Williams em busca de apoio moral, dizendo-lhe: “Não posso acreditar nisso”. Depois, mandou uma mensagem para Beau Donaldson para informá-lo do que as pessoas estavam dizendo sobre eles. Ela avisou: “Eu juro que, se ficar sabendo que mais uma pessoa andou dizendo que dormi com você, eu vou à polícia”.

Beau imediatamente respondeu à mensagem, dizendo que, embora não fizesse ideia de quem era responsável pelo boato, ele iria “fazer aquilo parar e cuidar disso”.

A mensagem de Beau pareceu genuinamente pesarosa. Allison Huguet achou-a surpreendentemente reconfortante. Deu-lhe uma sensação de controle, ou pelo menos uma ilusão de controle, que permaneceu por mais de um ano. “Na época”, disse-me ela, “senti que tinha um poder real, então não estava com tanto medo dele. E eu tinha confiança de que ele realmente ia

procurar a ajuda de que precisava.” Ela convenceu-se de que, se ninguém soubesse do estupro, seria possível continuar vivendo como se nada tivesse acontecido e tudo voltaria ao normal. Ela não viu motivo para fazer terapia.

“Aquele ano seguinte acabou sendo estranho para mim”, disse ela. “Não lembro se pensei muito sobre o estupro ou se não pensei nisso durante aquele período. Não lembro se estava dormindo bem ou tendo pesadelos. Todo aquele período foi uma espécie de branco. Tenho certeza de que consegui manter o estupro fora da minha mente.” Naquele semestre, ela lembra, “fiquei trabalhando em tempo integral para o meu pai na Office Solutions. Estudei muito e fui bem nas minhas aulas on-line. E nos fins de semana eu ia para Pullman às vezes.”

Duas das amigas mais próximas de Allison na EOU tinham se formado e se mudado para Pullman, Washington, uma cidade universitária. Quando as visitava, Allison e suas amigas rodavam por bares. “Eu estava bebendo naquele ano bem mais do que o habitual”, disse ela. “Bebendo e indo a festas. Me divertindo. Olhando para trás, vejo que estava tomando algumas decisões ruins. E agora sei por que estava tomando aquelas decisões ruins. Mas, na época, não estava disposta a aceitar o fato de que Beau tinha me mudado daquele jeito. Não estava disposta a dar isso a ele.”

Em janeiro de 2011, Allison mudou-se de volta de Missoula para La Grande, alugou um apartamento com uma amiga de uma amiga chamada Natasha e retomou suas aulas na EOU. “Era bom estar perto dela”, lembra Allison. “Nos tornamos bem próximas, muito rápido. Ela era feminista. Uma mulher muito forte, muito independente.” Certa noite surpreendeu-se confidenciando a Natasha que tinha sido estuprada. “Tasha ficou, tipo: ‘Ah, meu Deus, Allison. Você foi à polícia, não foi?’” Timidamente, ela confessou que não tinha ido. “Tasha ficou chocada”, disse Allison. “Ela falou que entendia por que eu não quis denunciar, mas me disse: ‘A polícia precisa ficar sabendo sobre esse cara e o que ele fez a você’.”

Não muito tempo depois, Natasha conseguiu um emprego num centro para vítimas de violência doméstica e agressão sexual, um lugar chamado Shelter from the Storm (SFTS) [Abrigo contra a Tempestade]. Surpreendentemente, depois que começou a trabalhar com conselheiros profissionais e advogados, a opinião de Natasha sobre o quão desejável era denunciar estupros à polícia mudou. Seus colegas de trabalho falaram que, para algumas vítimas de agressão sexual, o contato com o sistema penal podia acarretar traumas graves, então não necessariamente os funcionários do SFTS o recomendavam. Seus colegas, porém, insistiam para que cada vítima buscasse aconselhamento. Mais de meio ano tinha se passado desde que Allison fora estuprada, mas ela ainda não havia buscado a ajuda de um terapeuta. Ela estava bem, pensava. Não tinha por que falar com um psiquiatra.

Olhando em retrospecto, Allison disse: “Entendo que eu simplesmente não queria reconhecer o que Beau tinha feito a mim. Porque, se de fato o reconhecesse, teria que lidar com aquilo, e aquilo se tornaria real. A mente é muito boa em bloquear experiências traumáticas e em nos impedir de pensar nelas. Pelo menos até que alguma coisa venha disparar o gatilho”.

No outono de seu último ano na EOU, Allison dirigiu de La Grande até Missoula para passar o

dia de Ação de Graças com a família. Em 23 de novembro de 2011, na noite de quarta-feira antes do feriado, ela foi até o centro da cidade com três de suas amigas para espairer no Missoula Club, um barzinho antigo que servia hambúrgueres e era conhecido como Mo Club. O lugar estava cheio. Ela estava conversando no bar com uma amiga chamada Carol,* quando percebeu Beau Donaldson olhando em sua direção do salão, a pouco mais de seis metros de distância. “Ele estava parado ali, rindo”, lembra Allison, “me encarando.”

Beau tinha motivos para estar se sentindo bem. Quatro dias antes, ele e seus companheiros do Griz tinham jogado o último jogo da temporada regular contra seus arquirrivais, os Bobcats da Universidade Estadual de Montana, numa competição anual chamada Brawl of the Wild [Briga dos Selvagens]. O Griz ganhou de 36 a 10 e tornou-se cocampeão da Big Sky Conference com um recorde de nove vitórias e duas derrotas, classificando-se para a pós-temporada na Série dos Campeões de Futebol Americano da NCAA, que começaria dali a dez dias. E, depois de ter ficado no banco durante toda a temporada de 2010 com uma lesão no tornozelo, Beau tinha jogado bem e contribuído para o sucesso do time em 2011.

Allison não o via desde que ele fora à casa de sua mãe para se desculpar, no dia seguinte ao estupro. Catorze meses tinham se passado. O choque de encontrá-lo cara a cara provocou um aperto no peito dela. Sua amiga Carol, que fora namorada de Beau durante um longo período no ensino médio, não sabia que seu ex-namorado a havia estuprado. “Não sei o que deu em mim”, disse Allison, “mas eu disse a Carol o que havia acontecido. Bem ali, naquele momento. Ela olhou para mim horrorizada.”

Carol então se virou para Beau, fechou a cara e disse: “Você tem que sair agora mesmo”.

Beau devolveu a carranca, silenciosamente, e articulou as palavras “Vá se foder”. E riu.

“Ele estava zombando de mim”, disse Allison. “Ele tinha uma expressão convencida, arrogante. E estava, tipo: ‘Este é o meu território. Esta é a minha gente. Você não merece estar aqui’.” Extremamente nervosas, ela e Carol saíram do bar. Quando chegou de volta à casa de sua mãe, Allison desceu as escadas, entrou na internet, abriu o site do departamento de polícia de Missoula e procurou o e-mail do detetive Guy Baker.

Ela conheceu Baker durante o terceiro ano na Big Sky High School, quando ele deu uma palestra numa disciplina de direito penal que ela estava cursando. Um ano depois, já que estava interessada nas operações policiais da Swat [Special Weapons And Tactics], Allison decidiu fazer uma pesquisa sobre o treinamento da Swat no seu projeto de último ano e pediu a Baker que fosse seu orientador. Além de escrever um ensaio de dez páginas em que analisava se as exigências de aptidão física para entrar nas equipes da Swat discriminavam as mulheres, ela fez o mesmo extenuante teste de aptidão física administrado a todos os homens e mulheres que queriam ingressar na equipe da Swat do departamento de polícia de Missoula. Os candidatos tinham de completar uma corrida de obstáculos de trezentos metros em menos de sete minutos e meio enquanto vestiam um colete à prova de balas de onze quilos.

O obstáculo mais desafiador para Allison foi uma parede lisa de 1,80 metro que ela tinha de escalar e da qual saltar duas vezes. “Ela ficou uma fera”, disse-me o detetive Baker. “Ela tentou ultrapassá-la repetidas vezes, recusando-se a desistir. No fim, completou a corrida em pouco mais

de sete minutos e obteve um resultado classificatório. O que foi interessante, porque nenhuma outra mulher do nosso departamento tinha sido aprovada nesse teste na época.” Baker ficou impressionado. E Allison passou a respeitá-lo e a confiar nele também.

Quando Allison encontrou o e-mail do detetive Baker, já eram duas e meia da manhã. Ela estava irada demais para dormir. “Quando vi Beau naquela noite”, lembra-se, “foi como se uma represa tivesse estourado. Aquilo trouxe uma onda de sentimentos enterrados que eu nem sabia que tinha. Passei do estado de nunca pensar no estupro e acreditar que não era mais afetada por ele à percepção de que aquilo vinha exercendo um efeito enorme sobre mim o tempo todo. Percebi que Beau tinha todo aquele poder sobre como eu me sentia, e não queria mais que ele tivesse esse poder. Comecei a pensar que talvez fora um erro não ter ido à polícia.”

Quase quatro anos tinham se passado desde a última vez que Allison Huguet havia falado com o detetive Baker, antes de se formar no ensino médio. Ela ainda se sentia profundamente ambivalente quanto a denunciar Beau Donaldson às autoridades, mas confiava o bastante em Baker para abordar o assunto de forma não oficial. Ela lhe mandou um e-mail dizendo:

Caro detetive Baker... Sou Allison Huguet. Trabalhei com você no meu último ano do ensino médio, pesquisando sobre o treinamento da Swat. Estou numa certa situação, em Missoula, e adoraria conversar com você sobre isso. Quero saber quais são minhas opções numa questão legal que é muito pessoal. Se você puder responder ao meu e-mail, seria ótimo.

Baker respondeu um dia depois, na sexta-feira seguinte ao dia de Ação de Graças, sugerindo que eles se encontrassem naquela mesma tarde para discutir o que ela tinha em mente, mas àquela altura Allison já havia pensado duas vezes sobre se deveria começar um processo que talvez não pudesse controlar ou deter, então ela não respondeu. Em vez disso, convenceu a mãe a perguntar a um amigo da família, um advogado que trabalhava como defensor público, se ele achava que ela deveria denunciar o estupro à polícia. “Ele basicamente disse: ‘Prepare-se para a luta mais difícil e desagradável da sua vida se você for por esse caminho’”, lembra Allison. “Ele disse que minha vida seria revirada e cada aspecto dela seria exposto ao público, e que nesses casos é muito difícil a vítima ganhar.”

Na terça-feira, dia 29 de novembro, quatro dias depois de ter proposto que eles se encontrassem, o detetive Baker ainda não tinha tido notícias de Allison. Então ele lhe mandou outro e-mail, perguntando: “Você ainda quer conversar?”

Ela respondeu:

Já estou de volta a Oregon. Estou confusa quanto ao que fazer nessa situação e já conversei com um advogado, mas ele não foi lá muito reconfortante; basicamente disse [para] eu me preparar para ter minha vida completamente mudada. Eu queria saber se, caso me encontrasse e discutisse a situação com você, você teria que denunciar?

Baker respondeu de imediato: “Depende. Se você me disser que cometeu um crime violento, posso ser obrigado a investigá-lo, mas, se não for isso, então acredito que podemos conversar. Podemos falar pelo telefone, se quiser. A questão envolve algo que você fez ou que fizeram com você?”

Allison respondeu:

Foi algo que fizeram comigo. Já faz um ano e alguns meses, mas quando conversei com o advogado ele disse que a prescrição ainda demora. É algo que eu achei que ia conseguir superar. Mas toda vez que vou pra casa percebo que estou furiosa comigo mesma por não ter denunciado a situação. Vou estar em casa nesta sexta, então talvez a gente possa se encontrar em algum momento.

Allison Huguet voltou a Missoula para os feriados de fim de ano em 9 de dezembro de 2011. Uma noite, não muito tempo depois, ela foi a um bar chamado Bodega com Carol e algumas outras amigas e a conversa logo passou para o assunto de quão alterada ela tinha ficado desde que topou com Beau Donaldson no Mo Club. Coincidentemente, Sam Erschler, o amigo próximo de Beau, também estava ali aquela noite e sentou-se com as duas para tomar uma bebida. À medida que a noite passava e Allison se embriagava, ela foi ficando cada vez mais agitada com o fato de que Beau aparentemente não sentia nenhum remorso pela violência que lhe fizera. Quando deixou escapar que vinha tendo pesadelos, Sam revelou que ele, também, andava tendo pesadelos — sobre Beau perseguindo Allison pelo beco. Sam disse-lhe que faria qualquer coisa para que ela se sentisse melhor.

“Bem, se você realmente quer fazer algo por mim”, respondeu ela num momento de ressentimento bêbado, “você podia machucar Beau.” Allison ofereceu a ele mil dólares para dar uma boa surra no amigo.

“Al”, respondeu Erschler, “você sabe que não posso fazer isso.”

Desapontada porque Sam Erschler se recusava a se vingar em seu nome, mais tarde naquela noite, quando Carol e seu namorado a estavam levando de carro para casa, Allison implorou para que eles dessem uma passada na casa de Beau e furassem os pneus de sua caminhonete. “Acho que foi aí que percebi que eu estava agindo como uma louca”, observou ela, “que eu estava começando a perder totalmente o controle. Eu estava querendo fazer coisas que jamais teria nem pensado em fazer com a mente num estado normal. Sendo bem sincera, se eu pudesse ter encontrado alguém que matasse Beau por mim, naquela época acho que eu teria pagado para fazerem isso. E aquilo começou a me assustar realmente — o fato de eu estar irada o bastante para pensar assim.”

Passados alguns dias, Carol disse a Allison: “Toda vez que você vem pra casa, você fica mais e mais irritada. Dá pra ver que o que Beau fez com você está te afetando. Eu realmente acho que você precisa fazer alguma coisa em relação a isso. Acho que você precisa denunciá-lo à polícia”.

Na sexta-feira, dia 16 de dezembro de 2011, Allison seguiu o conselho de Carol, foi até a delegacia de polícia de Missoula e disse ao detetive Baker que Beau Donaldson a havia estuprado. Ela deixou claro, porém, que não tinha certeza se queria formalizar uma denúncia do incidente.

* Pseudônimo.

Allison Huguet tinha a gravação digital em que Beau Donaldson reconhecia “ter se aproveitado” dela, e as enfermeiras do centro de atendimento a agressões sexuais First Step haviam obtido provas concretas do estupro. Mas, como ele não tinha conhecimento de que estava sendo gravado, sua confissão não seria admitida como prova. Além disso, visto que a agressão acontecera em setembro de 2010, quase quinze meses antes de a jovem ter compartilhado seu segredo com o detetive Baker, e visto que o First Step tipicamente guardava kits de estupro não mais do que seis meses antes de descartá-los, havia uma boa chance de o seu kit de estupro ter sido destruído. Conseguir uma condenação e mandar Beau para a cadeia não era algo que poderia ser dado como certo. Embora Baker estivesse mais do que disposto a investigar o caso, ele sugeriu que Allison pensasse um pouco mais durante o fim de semana sobre o que queria fazer.

Um dia antes, coincidentemente, um artigo na primeira página do *Missoulian* anunciou que houvera uma agressão sexual recente no campus da UM “supostamente envolvendo duas alunas mulheres, vários alunos homens e a droga Rohypnol, conhecida como ‘boa-noite cinderela’”. Um artigo posterior de 16 de dezembro de 2011 revelou que “pelo menos três” dos estupradores acusados eram jogadores de futebol americano do Griz.

As duas reportagens foram escritas por uma jornalista tarimbada chamada Gwen Florio, que tinha ganhado experiência trabalhando para o *Philadelphia Inquirer* e que em 2001 foi ao Afeganistão para cobrir a guerra em rápida expansão dos Estados Unidos contra o terrorismo para o *Denver Post*. Os artigos escritos por ela em dezembro de 2011 sobre as supostas agressões sexuais envolvendo jogadores do Griz foram os primeiros do que viria a ser mais de uma centena de histórias publicadas no *Missoulian* sobre o “escândalo dos estupros de Missoula”, como logo seria batizado.

Enquanto Allison se angustiava sobre o que fazer, os artigos de Florio, publicados em dezembro de 2011, começaram a fazer parte de suas ponderações. Ela estava ciente de que, se Beau Donaldson fosse acusado de estuprá-la, ela iria enfrentar uma crítica feroz dos fãs do Griz. Também entendia que, se o caso fosse a julgamento, os advogados de Beau tentariam destruir sua reputação. Mas ela também sabia que, se não o denunciasse, ele poderia estuprar outras mulheres. Como a última possibilidade a preocupava mais que a primeira, no dia 20 de dezembro Allison foi à delegacia de polícia de Missoula e prestou uma declaração formal ao detetive Baker, que a gravou em vídeo, colocando o desajeitado maquinário da justiça para funcionar.

A reportagem de Gwen Florio, no fim das contas, inspirou outras vítimas de agressão sexual a se

apresentar e contar suas histórias num fórum público. Terry Belnap, a mãe de uma aluna da UM chamada Kelsey Belnap, viu o artigo de 16 de dezembro de 2011 de Florio sobre o estupro coletivo cometido por jogadores do Griz e achou que ele tinha uma semelhança desoladora com o que havia acontecido com Kelsey um ano antes, em dezembro de 2010. Quando Terry mostrou o artigo à filha, Kelsey também achou o relato de Florio do incidente de 2011 dolorosamente parecido com o que se passara com ela. “Ah, meu Deus”, pensou Kelsey. “Eu poderia ter impedido que isso acontecesse.”

Terry Belnap enviou um e-mail para Florio dizendo que Kelsey estava disposta a falar sobre seu estupro por quatro integrantes do time do Griz, na esperança de que, ao fazê-lo, pudesse impedir que outras pessoas fossem submetidas ao que ela fora forçada a suportar.

No dia 15 de dezembro de 2010, três meses depois de Allison Huguet ter sido estuprada, Kelsey Belnap fez seu último exame do semestre e então saiu para a fria tarde de outono. Sua melhor amiga, Betsy Fairmont,* que tinha acabado de terminar o mesmo exame, a convidou para ir ao apartamento de seu namorado naquela noite para comemorar. “Claro”, respondeu Kelsey. “Acho que vai ser divertido.” Betsy e Kelsey, ambas com 21 anos, foram primeiro ao apartamento de Kelsey e jantaram com o namorado dela; os dois viviam juntos. Porém, como tinha de trabalhar naquela noite, ele não ia poder se juntar às mulheres na comemoração de fim de semestre.

O namorado de Betsy, que Kelsey só havia encontrado uma vez antes daquela noite, era Benjamin Styron,** um atacante da linha defensiva do Griz que pesava quase 110 quilos. Quando as duas chegaram ao apartamento dele, às 17h45, Benjamin e seu colega de quarto, um jogador do Griz quase tão pesado quanto ele, estavam fumando maconha do lado de fora. Os quatro estudantes entraram, se serviram de doses de Schnapps com teor alcoólico de 50% e logo foram acompanhados por outros três integrantes do time de futebol americano da UM que haviam chegado. Kelsey não conhecia nenhum dos homens, com exceção de Styron e seu colega de quarto. Os cinco jogadores do Griz começaram a competir para ver quem bebia mais e encorajaram as duas jovens a se juntar a eles. “A cada dois minutos todo mundo tomava outra dose”, disse-me Kelsey. “Era uma coisa meio ‘Vamos ver se vocês conseguem dar conta’. Eu fiquei tipo, ‘Hã, então tá’.”

Kelsey não desconfiou que os jogadores de futebol americano poderiam estar armando para estuprá-la. A comemoração parecia inofensiva. “Eu só estava passando o tempo com minha amiga e seus amigos”, disse ela. “Tenho um irmão que era do time de futebol americano. Eu costumava trabalhar na sala de equipamentos esportivos do time. Naquele momento eu não imaginava que algo de ruim pudesse acontecer.”

Um dos jogadores enrolou um baseado e começou a passá-lo pelo grupo. “Eu nunca tinha fumado maconha na vida”, disse Kelsey, “e não tinha nenhuma intenção de fumar, então aquilo me deixou desconfortável, e eu falei isso para a Betsy. Mas, como era o apartamento deles, eu não disse: ‘Por favor, não façam isso’.”

Betsy Fairmont deu uma tragada profunda, depois virou-se para Kelsey e exclamou: “Ih!”, como se subitamente lembrasse o quanto a maconha a afetava. “Quando fico bêbada e alta”, avisou

Betsy, “fico realmente fodida.”

Alguns minutos depois, Kelsey olhou para o relógio e percebeu que já eram por volta de 18h30 ou 18h45. “Mas o relógio tinha ficado completamente desfocado”, disse ela. “Então eu disse para mim mesma: ‘Pra mim já deu de bebida’. Porque naquele momento eu soube que estava muito, muito bêbada. E depois do que Betsy me disse, eu também comecei a pensar: ‘Ah, merda. Vou ter que levá-la para casa’.”

Àquela altura Kelsey Belnap já tinha consumido entre oito e onze doses de bebida em aproximadamente 45 minutos. Ela consegue lembrar-se muito pouco do que aconteceu depois. Quando parou de beber, estava sentada no sofá da sala de estar “e, no instante seguinte”, disse ela, “eu estava num quarto escuro, sentada aos pés de uma cama. Lembro de olhar para a porta e pensar: ‘Que diabos estou fazendo num quarto?’. E então eu me virei, porque ouvi um barulho, e Betsy e Benjamin estavam fazendo sexo atrás de mim”.

Kelsey não é aventureira em termos amorosos. “Não sou de ficar vendo outras pessoas fazerem isso”, disse ela. “Eu nunca nem tinha visto um filme pornô e certamente não queria ver sexo ao vivo.” Ela tentou se erguer da cama e sair do quarto, ela lembra, “mas meu corpo estava, tipo, macarrão mole. Eu não conseguia me mover. E então a porta se abriu. Primeiro pensei: ‘Alguém veio me ajudar a sair deste quarto’. E então de repente essa pessoa estava parada na minha frente com o pênis na minha cara. Eu disse: ‘Eu não quero!’ e o empurrei”. Porém sua resistência foi ignorada.

Mesmo agora, Kelsey Belnap não sabe a identidade desse agressor. Ele agarrou sua mandíbula, abriu-a à força e enfiou o pênis ereto na sua boca. “Essa é a última coisa de que eu lembro até um momento depois, quando entrou mais alguém no quarto”, disse ela. Kelsey tampouco sabia quem era essa segunda pessoa, mas disse: “Lembro de mexerem na fivela do meu cinto, e então, de alguma forma, eu estava curvada sobre a cama”. Nas duas horas seguintes, ela “perdeu e recobrou a consciência” enquanto homens diferentes entravam no quarto, faziam sexo com ela e saíam. “Fiquei desmaiada praticamente o tempo todo”, disse, “e só lembro de pedaços do que aconteceu.” Mais tarde, de acordo com Kelsey, um policial lhe disse que ela tinha tido relação sexual com todos os quatro companheiros de equipe de Benjamin Styron.

Depois que começou a voltar à superfície da consciência, Kelsey disse, a primeira coisa de que se lembra era de estar “no banheiro, vomitando na banheira. Betsy estava vomitando no vaso, e todos os rapazes tinham ido embora, exceto Benjamin. Betsy ficou tipo: ‘Benjamin! Dá o fora daqui!’”. Ela estava com vergonha de ele vê-la naquele estado”.

Quando por fim recuperou o controle de suas faculdades, Kelsey desatou a chorar. Betsy Fairmont ligou para uma amiga, que levou ambas para o pronto-socorro do Centro Médico Comunitário, onde Kelsey deu entrada às nove horas da noite. Segundo as anotações das enfermeiras, ela estava “obviamente intoxicada” e com a fala arrastada. Duas horas e meia depois de ter parado de beber, a concentração de álcool no seu sangue era de 0,219%, quase três vezes o limite legal para dirigir. Quando lhe perguntaram se sentia alguma dor, Kelsey respondeu que sua vagina doía. Quando lhe pediram para explicar melhor, ela declarou que “talvez tivesse sido estuprada”. De acordo com as notas um tanto confusas de uma enfermeira:

O que ela lembra é que dois possíveis homens fizeram sexo oral com ela e um possível homem penetrou sua vagina com o pênis. Paciente declara que de fato lembra de tentar empurrar os homens, e de forma alguma deu consentimento de sexo aos homens. Paciente relata que não lembra dos acontecimentos direito, mas sabe que houve sexo e que não foi consensual. Paciente ficou muito emotiva e começou a chorar enquanto relatava isso.

Embora a mãe de Kelsey tivesse nascido em Missoula e ambos os seus pais tivessem se formado na Universidade de Montana, ela foi criada em Idaho Falls, Idaho, onde seus pais ainda moram. Mas a tia de sua mãe vivia em Missoula, então, quando Kelsey deu entrada no pronto-socorro, o hospital contatou essa tia-avó. Ela veio imediatamente, ligou para a sobrinha e pôs Kelsey no telefone. Kelsey exclamou com uma voz desesperada: “Mãe, acho que fui estuprada”.

Quando o pessoal do pronto-socorro soube que havia a possibilidade de Kelsey Belnap ter sido sexualmente agredida, eles notificaram o departamento de polícia de Missoula. Às onze da noite, o policial Mitchell Lang chegou ao hospital para falar com ela. De acordo com Kelsey, Lang parecia “bastante inseguro. Como se aquele não fosse o tipo de situação que ele já tinha enfrentado antes”. O relatório inicial apresentado pelo policial Lang diz:

Kelsey ainda parecia estar fortemente debilitada e sua história estava fragmentada. Kelsey declarou que não lembrava muito do que havia acontecido naquela noite... [Ela] declarou que foi levada para um dos quartos do apartamento, mas que não sabia qual era...

Kelsey declarou que duas ou três outras pessoas entraram no quarto... [Ela] lembra que sua cabeça foi agarrada por um dos homens e que ele estava tentando forçá-la a fazer sexo oral nele. Kelsey declarou que empurrou o homem, mas que, quando ele começou a forçar sua cabeça de novo, ela parou de resistir porque teve medo. Quando perguntada se o homem disse alguma coisa, ela declarou que achou que ele disse “Que bom que ela está tão bêbada”... Kelsey declarou que depois fez sexo oral em um ou dois outros homens e então declarou que foi “curvada” sobre a cama e penetrada na vagina. Kelsey declarou que os outros homens se revezaram... Kelsey declarou que estava relutante em prestar queixa porque não queria causar problemas pra ninguém.

Depois de falar brevemente com Kelsey Belnap, o policial Lang entrevistou Betsy Fairmont. Ela lhe disse que não conseguia lembrar-se de nada do que havia acontecido, mas falou que tinha certeza de que Kelsey não tinha a intenção de acusar ninguém de agressão sexual. No entanto, Lang recomendou que Kelsey fosse à clínica de estupro First Step para um exame ginecológico médico-legal.

À uma hora da manhã, o namorado de Kelsey e sua tia-avó a levaram ao First Step, onde ela foi examinada por Claire Francoeur, a mesma enfermeira que havia examinado Allison Huguet. Francoeur encontrou sêmen na vagina e no reto de Kelsey, assim como vermelhidão no colo do útero e “múltiplas lacerações genitais” indicativas de trauma por penetração. “Eu ainda estava bastante enjoada e ainda me sentia um pouco bêbada”, lembra Kelsey, “então foi difícil para mim estar ali. Mas Francoeur foi muito delicada.”

Na tarde seguinte, um policial de Missoula chamado Travis Welsh entrou em contato com Kelsey Belnap para confirmar se ela queria ou não dar início a uma investigação criminal. Kelsey disse ao policial Welsh que, independentemente do que ela ou Betsy Fairmont pudessem ter dito ao policial Lang, ela com certeza queria prestar queixa. Um dia depois, dirigiu-se à delegacia policial, onde foi entrevistada pelos detetives Guy Baker e Mark Blood. De acordo com o relatório posteriormente apresentado por Baker, Kelsey se lembrava de estar sentada no quarto quando um dos jogadores veio até ela,

desabotoou a calça e tirou o pênis. Kelsey declarou que ele então moveu a cabeça dela com a mão na direção do seu pênis ereto. Kelsey declarou que disse algo como “Eu não quero” e empurrou-o com as mãos... [Ele] então foi até ela de novo e empurrou e/ou moveu seus braços estendidos e suas mãos para baixo nas laterais do seu tronco e depois pôs o pênis na sua boca. Kelsey declarou que ficou com medo e o deixou colocar o pênis em sua boca sem dizer mais nada para ele... [Ela] então fez sexo oral... no homem por vários minutos... Kelsey declarou que o homem saiu do quarto e que ela o ouviu exclamar “Porra!” e então dizer algo para os outros homens.

Kelsey declarou que outro homem... entrou no quarto... [Ela] ainda estava sentada na beirada da cama quando ele veio até ela... [E] também tirou o pênis da calça. Kelsey declarou que ele não disse nada para ela e que ela não disse nada para ele... [S]eu pênis não estava ereto e ela o colocou na boca antes de realizar sexo oral nele durante vários minutos. Kelsey declarou que realizou sexo oral nele porque estava com medo... [Ela] acha que desmaiou ou apagou enquanto fazia sexo oral no segundo homem porque a lembrança seguinte que ela tem é de estar deitada de costas na cama e de alguém estar puxando a frente de sua calça tentando desabotoá-la. [Ela] lembra então de estar junto da cama, curvada para a frente na cintura com os braços sobre a cama enquanto alguém a segurava pela cintura de pé atrás dela. Kelsey declarou lembrar-se de um pênis penetrando sua vagina, mas ela não tem certeza de qual homem estava fazendo sexo com ela. Kelsey declarou que não disse “não” ou “pare” para o homem ou fez nenhuma verbalização para o homem enquanto ele estava tendo relações sexuais com ela.

Kelsey declarou que achava ter desmaiado ou apagado de novo enquanto o homem estava fazendo sexo com ela porque a lembrança seguinte que tem é de estar com a calça vestida de volta e saindo do quarto... [A] próxima coisa de que se lembra é de ela e Betsy no banheiro...

Kelsey declarou que sentiu dor na área da vagina depois do incidente e... ainda estava sentindo dor e desconforto na área vaginal no momento da entrevista... [Ela] também sentiu dor no pescoço e nos ombros como resultado do incidente. Quando perguntada se achava que os homens interpretaram a atividade sexual como consensual ou não consensual, declarou que eles provavelmente teriam acreditado que era sexo consensual. Quando solicitada a elaborar, Kelsey declarou que estava tão embriagada que não resistiu a eles, ela nunca disse “não” ou “pare” para verbalizar para eles que “não queria” fazer sexo.

Refletindo sobre essa entrevista em 2014, quatro anos depois, Kelsey me disse que não estava emocionalmente preparada para ser interrogada daquela forma menos de 48 horas depois de ter sofrido um estupro coletivo. Ninguém a havia informado de que ela poderia pedir que um advogado de vítimas estivesse presente durante a entrevista. “Eu tinha acabado de passar por aquele suplício”, disse ela, “e eles me colocam numa sala com duas figuras de autoridade masculinas. Foi bastante intimidador. Tentei manter uma postura firme e achei que não precisava que alguém estivesse lá comigo, mas queria que outra mulher estivesse ali presente para fazer eu me sentir um pouco mais confortável.”

O nervosismo de Kelsey, sua incapacidade de lembrar muita coisa e o fato de sua melhor amiga ter insistido que ela não tinha nenhuma intenção de alegar que fora estuprada levaram os detetives Baker e Blood a questionar a veracidade do relato de Kelsey. “Eles pareciam céticos”, disse ela, “como se achassem que eu era só mais uma garota bêbada. Comecei a ter a sensação de que *eu* era a criminosa. Eles me perguntaram umas duas vezes: ‘Como foi que o cara que pôs o pênis na sua boca agarrou sua mandíbula? Ele agarrou com força ou meio que deu um puxão nela?’. Mostrei exatamente como ele tinha feito, mas eles não pareceram acreditar que eu realmente havia resistido ou dito não.”

O detetive Baker perguntou a Kelsey se ela estava namorando alguém, uma pergunta que os policiais com frequência fazem a mulheres que relatam terem sido estupradas. “Quando eu disse ‘Sim, estou’”, lembra Belnap, “o modo como ele reagiu me deu a impressão de que ele achava que eu tinha traído meu namorado e então mentido sobre ter sido estuprada para acobertar isso, ainda que definitivamente esse não fosse o caso.”

Em relação à pergunta de Baker sobre Kelsey achar que os homens que tinham feito sexo com ela interpretaram aquilo como consensual ou não consensual, ela disse: “Olhando pra trás hoje, parece uma pergunta bastante inapropriada para eles fazerem. Como eu poderia saber o que aqueles rapazes estavam pensando? Fiquei desmaiada a maior parte do tempo. Eu não tinha ciência nem do que eles estavam fazendo comigo”.

No dia seguinte ao incidente no apartamento de Benjamin Styron, Betsy Fairmont mandou várias mensagens de texto pesarosas para Kelsey Belnap, expressando o quanto lamentava o fato de ela ter sido estuprada. “Betsy não parava de mandar mensagens”, disse Kelsey. “Ela disse: ‘Eu sinto muito. Devia ter cuidado melhor de você’.”

Entretanto, quando Kelsey disse a Betsy que tinha feito um boletim de ocorrência acusando os amigos de Styron de estupro, a solidariedade de Betsy desapareceu. Ela tentou minimizar o que havia acontecido, de acordo com Kelsey, e implorou que ela não levasse adiante a questão com a polícia. “Não quero causar problemas pra ninguém!”, protestou Betsy.

Quando foi entrevistada pelo detetive Baker em 11 de janeiro de 2011, quase quatro semanas depois do incidente, Betsy Fairmont insistiu que Kelsey tinha feito sexo com todos os quatro companheiros de equipe de Benjamin Styron voluntariamente. Ela “acobertou os cinco jogadores de futebol americano”, disse Kelsey com amargura. “Eram os garotos dela. Quando eu lhe disse: ‘Mas isso aconteceu, Betsy. Eu fui estuprada’, ela mudou sua história e mentiu descaradamente.”

Styron e os homens que teriam estuprado Kelsey saíram da cidade para os feriados de fim de ano imediatamente após o incidente, dispersando-se em cinco cidades diferentes da Califórnia, do Arizona e de Washington. Como Betsy Fairmont foi inflexível quanto a Kelsey ter consentido em ter relações sexuais com os jogadores e como seria demasiado caro para o departamento de polícia enviar o detetive Baker de avião para três estados para entrevistá-los, nem Styron nem nenhum dos suspeitos foi interrogado até eles voltarem a Missoula para o início do semestre de primavera, quando já haviam se passado sete semanas. Os detetives Baker e Blood só foram interrogar Benjamin Styron e seu colega de quarto em 3 de fevereiro de 2011, e os três companheiros de equipe em meados de fevereiro, quando os quatro suspeitos já tinham tido diversas oportunidades de ensaiar suas histórias com Styron, Betsy e entre si antes de prestarem suas declarações à polícia.

No dia 18 de fevereiro, o detetive Baker encontrou-se com Jason Marks, promotor do condado de Missoula. “Com base na investigação”, escreveu Baker em seu abrangente relatório de caso, “foi decidido que não havia causa provável para oferecer denúncia contra nenhum dos envolvidos no incidente.”

“Baker me ligou e disse: ‘Precisamos conversar’”, lembra-se Kelsey Belnap. Quando ela chegou à delegacia de polícia, o detetive Baker explicou que, como Betsy Fairmont, Benjamin Styron e seus quatro companheiros de equipe tinham declarado que o sexo foi consensual, o gabinete da procuradoria do condado de Missoula determinara que não havia provas suficientes para seguir adiante. Era a palavra de Kelsey contra a de seis testemunhas oculares.

De acordo com Kelsey, Baker disse que o problema foi o seguinte: “Eles disseram que você estava gemendo, então não podia estar desmaiada. Precisávamos que só mais uma pessoa ficasse do seu lado e confirmasse sua história, e não houve ninguém. Sinto muito, mas não há nada que a gente

possa fazer”. O caso foi arquivado.

O delegado da polícia de Missoula na época era Mark Muir. Numa entrevista com Muir que foi ao ar em 2014 no programa *60 Minutes Sports*, o correspondente Armen Keteyian perguntou por que jamais se chegou a instaurar um processo do caso. “Pela impossibilidade de mostrar que o sexo não foi consensual”, respondeu o delegado Muir, acrescentando que foi uma decisão fácil de tomar. Ele lembrou a Keteyian que Kelsey Belnap havia dito ao detetive Baker que os homens com quem ela tinha feito sexo “provavelmente acreditavam” que foi consensual. “Como superar isso?”, disse Muir.

De acordo com a lei de Montana, replicou Keteyian, uma pessoa que está fisicamente incapacitada é incapaz de dar consentimento. Considerando a concentração extremamente alta de álcool no sangue da jovem, perguntou ele, Belnap não estava claramente incapacitada?

“Não”, respondeu o delegado Muir. “Incapacidade física difere de incapacidade mental.” O fato de Belnap “ter apagado algumas vezes não indica, de forma específica, que ela estava fisicamente impotente no momento”, afirmou ele, dando a entender que o caso de Kelsey Belnap poderia ter resultado numa ação penal se ela tivesse estado totalmente inconsciente o tempo todo, mas, como ela ficou semiconsciente de maneira intermitente, sua alegação de que nunca deu consentimento não era digna de crédito.

Mas a lei relevante, o estatuto 45-5-501 de Montana, não estabelece que uma vítima tem de estar “fisicamente impotente” para ser incapaz de dar consentimento, conforme Muir erroneamente afirmou. Segundo essa lei, uma vítima é incapaz de dar consentimento se ele ou ela está “mentalmente perturbado ou incapacitado”; “fisicamente impotente”; ou “dominado por logro, coerção ou surpresa”. E, com uma concentração de álcool de 0,219% no sangue mais de duas horas depois de os supostos estupros terem começado, é difícil imaginar que Kelsey não estava mentalmente incapacitada num grau significativo.

Durante uma entrevista ao vivo com o procurador do condado de Missoula, Fred Van Valkenburg, Keteyian observou que, quando o primeiro agressor de Belnap meteu o pênis na cara dela, ela lhe disse “não” e tentou empurrá-lo. “Isso não é o bastante?”, perguntou Keteyian, referindo-se à indicação de falta de consentimento.

Como Kelsey Belnap não disse mais nada para comunicar seu não consentimento enquanto a atividade sexual aumentava, respondeu Van Valkenburg, ele não tinha provas suficientes para levar o caso a julgamento. “Esse não era um caso ajuizável”, disse ele a Keteyian. “Então eu não tenho nenhum tipo de arrependimento por não ter instaurado um processo. Não acho que fizemos nada de errado.”

Van Valkenburg, que era quem estava à frente da procuradoria do condado de Missoula, deixou de mencionar as provas incriminatórias de que ele de fato dispunha, como as anotações da enfermeira do pronto-socorro e a declaração do detetive Baker em seu relatório do caso de que, quando o agressor inicial de Kelsey Belnap enfiou o pênis ereto em seu rosto, ela “disse algo como ‘Eu não quero’ e o empurrou com as mãos”.

Van Valkenburg também não reconheceu as lesões substanciais e bem documentadas na vagina de Belnap ou as mensagens de texto que Kelsey recebeu de Betsy Fairmont, dizendo: “Eu sinto

muito. Devia ter cuidado melhor de você” — mensagens que o detetive Baker baixou do celular de Kelsey e apresentou como prova. Além disso, as declarações gravadas dos perpetradores feitas a Baker não conseguiram explicar como exatamente Kelsey expressou consentimento enquanto estava de braços e semicomatosa, curvada sobre uma cama. Tampouco conseguiram resolver a implausibilidade de suas alegações de que ela avidamente teve relações sexuais dolorosas e lesivas com quatro homens que nunca tinha encontrado antes daquela noite.

A decisão do procurador do condado de Missoula de não instaurar um processo enfureceu Kelsey Belnap e sua família. Estupro coletivo é um crime particularmente hediondo. Parecia provável que os homens que teriam agredido Kelsey também pudessem ter agredido outras mulheres e poderiam estuprar de novo se não fossem responsabilizados. Os Belnap acreditavam que um promotor mais motivado que Van Valkenburg poderia ter ordenado uma investigação mais aprofundada, acusado os perpetradores de estupro e tentado convencê-los a fazer um acordo judicial ou os levado a julgamento — quando então poderia ter desacreditado o depoimento dos agressores de Kelsey e, possivelmente, convencido um júri a condená-los.

Em vez disso, conforme Terry Belnap lamentou para Gwen Florio, “fomos deixados sem nenhuma resposta e sem nenhuma investigação posterior... eu realmente senti que fomos ignorados”. Quando Terry Belnap perguntou à filha se ela queria que a família contratasse um advogado para pressionar Van Valkenburg a instaurar um processo, de acordo com o artigo de Florio no *Missoulian*, Kelsey Belnap disse: “Mãe, eles são jogadores de futebol americano e ninguém vai me dar ouvidos. Eles vão fazer da minha vida um inferno”.

O artigo de Gwen Florio sobre Kelsey Belnap apareceu na primeira página do *Missoulian* em 21 de dezembro de 2011. Quando Allison Huguet leu que aquela jovem havia compartilhado sua história com Florio na esperança de que isso impedisse outras mulheres de serem sexualmente agredidas, aumentou sua confiança de que denunciar Beau Donaldson à polícia fora a decisão certa. Ela foi ainda mais encorajada quando o detetive Baker soube pela enfermeira Claire Francoeur que o kit de estupro de Allison, junto com outras provas relativas à agressão, não tinha sido destruído e estava armazenado no Tribunal de Justiça de Montana em Helena, capital do estado. No dia 22 de dezembro, Baker recebeu essa evidência de Francoeur.

Um dia depois, após obter um mandado, Baker pediu que Allison fosse à delegacia de polícia e ligasse para Beau de seu celular enquanto Baker secretamente gravava a conversa, na esperança de obter uma confissão que pudesse ser usada como prova.

“Quando fiz o boletim de ocorrência”, disse-me Allison, “essa ligação foi algo que o detetive Baker me avisou que talvez eu precisasse fazer. Mas não era uma coisa que eu achava que de fato seria capaz de fazer. Foi realmente difícil.” Baker conectou o celular de Allison a um gravador e ela digitou o número de Beau, mas ele não atendeu. Baker a fez esperar dez minutos e ligar de novo. Ele não atendeu de novo, e Baker pediu que ela deixasse uma mensagem de voz solicitando que ele ligasse de volta.

Meia hora depois, Beau Donaldson ainda não tinha ligado, então Baker desligou o gravador e disse a Allison que dali a alguns dias eles tentariam de novo. No entanto, enquanto eles estavam

saindo da sala de interrogatório, o celular dela começou a tocar. “Era Beau”, disse ela, “mas o detetive Baker não queria que eu atendesse porque o gravador não estava ligado.” Ela deixou chamar, então ligou de volta depois de o gravador ter sido reconectado ao celular. “Aquela provavelmente foi a conversa mais desagradável que já tive na vida”, disse Allison. “Não lembro nem como comecei. Acho que disse que estava ficando chateada com o que havia acontecido... Depois disse que tinha lido sobre as agressões sexuais que vinham acontecendo na universidade e me perguntava se ele estava envolvido. Beau imediatamente ficou na defensiva. Ele ficou tipo: ‘Não sei de nada sobre isso! Não tive nada a ver com isso!’. Ele estava surtando.”

Allison falou que, quando Beau tinha se desculpado, no dia seguinte ao estupro, ele prometeu que iria procurar ajuda para seu abuso de drogas e álcool, mas, pela forma como ele tinha agido no Mo Club, logo antes do dia de Ação de Graças, pareceu que ele não tinha feito nenhum progresso nesse sentido. De acordo com Allison, “Beau disse: ‘Ah, então você acha que é um problema eu tomar umas bebidas com os meus amigos?’. E eu disse: ‘Sim, acho que é um problema, porque foi exatamente assim que você acabou me estuprando’”.

Enquanto Allison Huguet falava no telefone com Beau Donaldson, o detetive Baker a orientava sobre o que dizer, na esperança de conseguir uma confissão clara e inequívoca. Eventualmente Beau admitiu: “Sim, eu me aproveitei de você”, acrescentando que se sentia “um merda” por isso.

Pouco depois, Beau disse a Allison que tinha procurado tratamento com dois psicoterapeutas diferentes, o que a levou a perguntar: “E você disse a eles que me estuprou?”.

“Sim”, respondeu Beau.

“Naquele momento achei que a polícia já tinha o suficiente”, disse Allison. Mas o detetive Baker discordava. Ele era um policial muito dedicado. Seu pai fora um agente policial da cidade de Missoula durante 31 anos. Seu avô tinha trabalhado para a guarda de trânsito de Missoula por 34 anos. Baker, que estava com 44 anos, tinha entrado no departamento de polícia de Missoula quando tinha 21. Ele havia passado treze dos seus 23 anos na força policial como detetive e fora o investigador principal em aproximadamente setecentos casos, quase uma centena deles de agressões sexuais. Ele sabia bem demais quão facilmente até um caso de estupro muito evidente poderia ser sabotado por desenvolvimentos imprevisíveis. E ele entendia que não havia forma melhor de garantir uma condenação do que obter uma confissão incontestável do estuprador acusado.

Baker insistiu para que Allison ficasse um pouco mais no telefone com Beau e lhe pedisse para explicar por que ele a havia estuprado. Ela concordou com relutância. “Mas quando eu perguntava a Beau por que ele fez isso”, lembra ela, “ele só dizia: ‘Eu não sei! Eu não sei!’. Por fim, ele ficou muito irritado e começou a gritar comigo. Então eu disse: ‘Bem, se você não pode me dar uma explicação sobre por que fez isso comigo, então eu vou ter que ir à polícia’. E ele disse: ‘Tá. Se é isso que você tem que fazer...’. E então eu desliguei.”

Assim que a ligação terminou, Allison perdeu a compostura e começou a chorar. “Aquela ligação foi extremamente emocional”, disse ela. “Beau era alguém por quem eu tinha me importado de forma profunda durante a maior parte da minha vida. Ainda que ele tivesse me estuprado, eu não conseguia deixar de me importar com ele em algum nível, e sabia que tinha acabado de selar seu

destino — sabia que ele ia entrar num mundo de problemas por causa do que eu tinha acabado de fazê-lo dizer na gravação. Mas, ao mesmo tempo, era exatamente isso que eu queria fazer. Quando expliquei ao detetive Baker por que estava tendo um acesso de choro, ele ficou tipo: ‘Allison, você precisa ter em mente que está fazendo a coisa certa’.”

Onze dias depois, Baker acreditou que já tinha juntado provas suficientes para montar um caso à prova de bombas contra Beau. Além de ter gravado a conversa por telefone e obtido o kit de estupro de Allison, ele havia realizado longas entrevistas com a mãe da jovem, com Sam Erschler, Keely Williams e Claire Francoeur, a enfermeira do First Step que havia examinado Allison. Baker solicitou um mandado para prender Beau e recebeu-o às 14h30 do dia 6 de janeiro de 2012.

Duas horas depois, Baker, o detetive Mark Blood e três policiais uniformizados de Missoula foram de carro até a casa de Beau, perguntaram se ele concordava em ser entrevistado e então o levaram até a delegacia de polícia. Quando chegaram lá, Baker confiscou o celular de Beau e o avisou do direito de permanecer em silêncio. Beau disse que entendia seus direitos e consentiu em conversar com Baker e Blood sem a presença de um advogado.

Durante a entrevista gravada em vídeo que se seguiu, Beau de início alegou que ele e Allison tinham adormecido juntos no sofá na sala de estar de sua casa e que os dois voluntariamente tinham dado uns amassos, levando-o a acreditar que a relação sexual que eles tiveram foi consensual. Entretanto, depois que Baker disse a Beau que Keely Williams declarou com todas as letras que viu a amiga dormindo sozinha no sofá, Beau por fim confessou que “puxou a calça de Allison pra baixo e fez sexo com ela enquanto ela estava dormindo”. De acordo com o relatório do caso apresentado por Baker, “Beau admitiu que, pelo fato de Allison estar dormindo, ele sabia que se tratava de sexo não consensual e... a tinha ‘estuprado’”.

Depois de ter entrevistado Beau Donaldson por pouco menos de uma hora, o detetive Baker devolveu seu celular e permitiu que fizesse uma ligação para o pai. Então deteve Beau e o levou até a prisão do condado de Missoula, onde ele foi autuado sob a acusação de crime de relação sexual sem consentimento — o termo legal para estupro em Montana. A fiança foi inicialmente fixada em 100 mil dólares. A essa altura, o pai de Beau já tinha providenciado para que um advogado proeminente de Missoula, Milt Datsopoulos, representasse Beau. Datsopoulos havia auxiliado muitos atletas da Universidade de Montana com seus problemas jurídicos ao longo dos anos — tantos deles que, de fato, os fãs do Griz com frequência brincavam: “Se você é culpado, chame o tio Milty!”. Extremamente descontente porque Beau havia conversado com o detetive Baker sem um advogado, Datsopoulos ligou para Baker enquanto o jovem estava sendo autuado e lhe disse que sob nenhuma circunstância ele poderia falar de novo com Beau.

O detetive Baker é um homem grandalhão com um comportamento que pode ser intimidador, mas ele é atipicamente empático. Ele entende como pode ser difícil para uma vítima de estupro ir à polícia. Ele sabe que o sistema penal muitas vezes agrava o trauma do estupro e, com demasiada frequência, não responsabiliza os estupradores. Então, em vez de ligar para Allison Huguet e lhe dizer que Beau Donaldson fora preso, Baker e o detetive Blood atravessaram a cidade de carro até a Office Solutions & Services para notificá-la pessoalmente de que Beau estava na prisão e tinha confessado tudo.

Às 20h11, uma hora antes até de Baker ter dado a notícia a Allison, um torcedor decepcionado do Grizzly cujo nome de usuário era “grizfan1984” anunciou num fórum popular da internet, eGriz.com: “Acabei de ler o informe da prisão e Beau Donaldson foi preso de novo, desta vez por relação sexual sem consentimento, vulgo estupro, fiança de 100 mil dólares, parece que ele não vai mais jogar pro griz”.

Às 21h31, alguém com o nome de usuário “grizindabox” postou: “Não pode ser, ele é de Montana!”.

Às 22h43, “PlayerRep” postou:

Não sei nada sobre os fatos, mas eu conheço Donaldson e tenho dúvidas de que houve estupro ou que isso vai colar. Acho que Donaldson é um bom garoto. Sei que bons garotos podem ser pegos em coisas do tipo estupro em encontros, mas meus instintos me dizem que ele não estuprou ninguém.

No meio da noite, saiu no website do *Missoulian* um artigo de Gwen Florio sobre a prisão de Beau, levando um torcedor irado do Griz, autodenominado “Sportin’ Life”, a postar o seguinte sobre a prisão de Beau no eGriz às 5h08 da manhã: “Isso só pode ser culpa de Gwen Florio. Ela realmente se superou dessa vez, se rebaixando assim só pra impulsionar sua agenda antifutebol”.

Às 9h08 da manhã, “jcu27” postou:

Em primeiro lugar, as cadelas exageram nisso de estupro. Segundo, ela pode ter chupado o pau dele e mesmo assim ter sido estuprada só porque disse que não queria depois. Terceiro, nenhum sistema judicial funciona de fato. Só as pessoas envolvidas sabem o que realmente aconteceu. E muita gente mente.

* Pseudônimo.

** Pseudônimo.

PARTE II

Diante da lei há um guardião

Podemos todos finalmente concordar que as mulheres querem fazer sexo. Retratadas de forma variada no passado como domadoras de homens e cuidadoras de crianças, somos hoje consideradas bem-dotadas de tesão. Mas será que isso significa que sentimos desejo da mesma forma que os homens? Meu desejo me diz que não. O meu, confesso, não é cego ou monumental ou animal. Ele vem com um interminável monólogo interior — ou talvez diálogo, ou talvez babel. O meu desejo está sempre supondo, com frequência repensando sua suposição. O desejo feminino é uma força poderosa, porém surge na forma de uma interrogação, e não de uma afirmação. Não um Eu quero isso, mas

Claire Dederer

“Why Is It So Hard for Women to Write About Sex?”

The Atlantic, mar. 2014

O coração pulsante do centro de Missoula é um complexo de lojas, escritórios, agências do governo, restaurantes e bares comprimidos entre os trilhos da ferrovia Northern Pacific e o rio Clark Fork. Logo a sudeste, do outro lado do rio, fica o campus da Universidade de Montana, acessível por duas pontes de quatro pistas para veículos e duas pontes bem menores para pedestres e ciclistas. No ângulo do bloco central de oito por quatro quadras, há uma série de botecos e bares sempre cheios de alunos da UM toda quinta, sexta e sábado à noite no período letivo da faculdade.

No dia 22 de setembro de 2011, Kerry Barrett, uma veterana na UM vinda de Nova Jersey, foi a um bar chamado Sean Kelly's com quatro amigas. Era quinta-feira à noite, e a farra semanal conhecida como “Quinta-feira Sedenta” estava no auge — uma tradição que se tornou tão forte nos campi de todo o país que grande número de estudantes atualmente evita se matricular em disciplinas com aulas na sexta de manhã. Missoula estava fervendo.

No Sean Kelly's, Kerry conheceu um aluno alto e atlético chamado Zeke Adams,* que socializou com ela e suas amigas boa parte da noite. Kerry disse que ela e Zeke ficaram atraídos um pelo outro e, quando ele começou a beijá-la, ela correspondeu. Por volta de 1h30 da manhã de sexta-feira, quando ambos já estavam embriagados, eles foram para outro bar, o Badlander, com uma das amigas de Kerry, que foi para casa pouco tempo depois. “Zeke parecia confiável”, disse-me Kerry, “então achei que não havia problema quando minhas amigas nos deixaram.” Tanto Kerry como Zeke viviam perto da Higgins Avenue, uma via principal no sentido norte-sul que corta o centro de Missoula, e depois do último aviso de que o bar do Badlander ia fechar, às duas da manhã, os dois saíram a pé juntos pela avenida na direção dos respectivos apartamentos.

Zeke Adams vivia logo depois da ponte que cruzava o Clark Fork; Kerry Barrett morava cerca de dois quilômetros mais ao sul. “Quando chegamos na casa dele”, lembra-se ela, “Zeke ficou, tipo: ‘Por que você não entra?’. Então eu disse que tudo bem. Mas, antes mesmo de passar pela porta, falei: ‘Eu não vou dormir com você. Se é isso que você está esperando, então eu vou pra casa’. Ele disse: ‘Não, não. Realmente não estou esperando isso. Só entra aí. Podemos passar um tempo juntos’. Então entramos.” Em vez de ficarem na sala de estar do pequeno apartamento, porém, Adams sugeriu que eles fossem para o quarto dele para não acordarem seu colega.

Kerry seguiu Adams até o quarto, onde eles conversaram sobre uma pintura abstrata que um amigo havia pintado para ele. Depois Zeke apagou as luzes, eles deitaram na cama e começaram a se beijar. “Isso foi consensual”, explicou Kerry. “Eu realmente gostei dele, do que tinha conhecido até ali.” Em dado momento, Zeke puxou a calça e a calcinha dela até o meio das coxas e inseriu os

dedos em sua vagina. Isso também foi consensual, Kerry deixou claro, “mas então ele começou a ficar um pouco agressivo, o que me deixou desconfortável”. Kerry lhe disse para parar, pôs toda a roupa de volta, reiterou que não queria fazer sexo com ele e informou que estava de saída.

Zeke insistiu para que ela não fosse, porque já eram três da manhã. Kerry se lembra de ele ter dito: “Você está bebaça. Fica aqui e eu te levo pra casa de manhã. Você sabe que sou um cara legal e não vai acontecer nada”.

“Na verdade, eu não estava tão bêbada — nem de longe tanto quanto ele estava”, disse Kerry, “mas, antes de você conhecer a realidade da agressão sexual, te ensinam que é perigoso caminhar sozinha à noite porque há estranhos lá fora que podem te pegar. A opção mais segura parecia ser ficar na casa dele. Então foi isso que eu fiz.”

Em uma declaração gravada que Zeke deu mais tarde para a polícia, ele confirmou o relato de Kerry: “Eu disse, ‘Bem, você não precisa ir embora’... Ela deitou de volta na minha cama. Ela me disse que não queria fazer sexo comigo — por mim tudo bem, eu disse que não havia problema”.

Totalmente vestida, com seu jeans seguramente fechado com o zíper e abotoado, ela adormeceu na cama dele. Cerca de trinta minutos mais tarde, ela disse: “Acordei com ele completamente nu, e minha calça — que é bem apertada e não é fácil de tirar — estava abaixada nos meus tornozelos”. Zeke estava assediando-a por trás, esfregando o pênis nas costas dela, e então tentou inseri-lo em sua vagina. Zeke tinha 1,90 metro de altura e pesava 77 quilos; Kerry tinha 1,70 e pesava 61 quilos. “Acordar com um cara grande como ele tentando me estuprar”, disse ela, “foi assustador.” Kerry o empurrou freneticamente e puxou a calça para cima, mas Zeke puxou-a com força de volta e tentou penetrar sua vagina uma segunda vez.

“Eu o empurrei de novo”, disse Kerry, “e naquele momento me levantei, acendi a luz e peguei minhas coisas. Ele apenas ficou sentado ali, me encarando. Não falou nada. Nunca vou esquecer aquele olhar.” Kerry fugiu do apartamento de Zeke em estado de choque, chorando, e caminhou as duas quadras até a Higgins Avenue, onde ligou para uma das amigas com quem estivera no Sean Kelly’s antes naquela noite. Quando a amiga chegou e a encontrou chorando, inconsolável, perguntou o que havia acontecido. “Eu falei soluçando: ‘Ele tentou me estuprar!’”, lembra-se Kerry. “E então nós duas apenas ficamos sentadas ali e choramos histericamente juntas. Nenhuma de nós sabia o que fazer.”

Elas foram até outra amiga, que morava num alojamento no campus da UM, e as três discutiram sobre denunciar a agressão à polícia. Por volta das quatro da manhã, Kerry ligou para os pais em Nova Jersey, e seu pai — um tenente da polícia aposentado — convenceu-a a ir até a delegacia de Missoula, onde ela foi entrevistada por um policial chamado Brian Vreeland num banco na entrada do departamento de polícia. De acordo com Kerry, Vreeland lhe perguntou: “O que você quer conseguir com isso?”

Surpresa com a pergunta, Kerry respondeu que não sabia. “Não sou advogado nem nada”, disse Vreeland, “mas como ninguém viu você e vocês estavam aprontando antes de acontecer, vai realmente ser difícil provar alguma coisa.”

O policial Vreeland por fim registrou a declaração de Kerry, depois pediu que ela entrasse em sua viatura e o guiasse, junto com outro policial, Kurt Trowbridge, até o apartamento de Zeke. “Eu não

sabia o endereço exato”, disse Kerry, “mas sabia que poderia identificá-lo. Nisso provavelmente já eram quase cinco da manhã. Ainda estava escuro. Antes de entrarmos no carro dele, Vreeland me disse: ‘Ah, mais uma coisa: você tem namorado?’. Eu disse: ‘Não, não tenho. Por quê?’. E ele disse algo do tipo: ‘Bem, às vezes as garotas traem os namorados e se arrependem, e daí alegam que foram estupradas.’” Embora tenha parecido algo estranho e inapropriado para um policial dizer a uma mulher que tinha acabado de ser sexualmente agredida, ela não estava pensando com clareza, pois ainda estava em choque. “Então eu apenas disse: ‘Ah, certo’”, explicou ela, “e deixei pra lá.”

Kerry Barrett conduziu os policiais Vreeland e Trowbridge até o apartamento de Zeke Adams, então esperou no banco de trás da viatura. Enquanto Vreeland e um terceiro policial, Michael Kamerer, tentavam entrar em contato com Zeke, lembra Kerry, “o policial Trowbridge me entregou um pequeno bilhete com o número do meu caso, disse que eu podia passar para pegar o relatório dali a uns dois dias e me liberou”.

Depois que Kerry partiu, o policial Vreeland tocou a campainha de Zeke e bateu na porta, mas não conseguiu despertar ninguém lá dentro. Então ele deu a volta até a lateral do prédio, percebeu uma janela aberta, espiou no interior do cômodo e viu Zeke dormindo em sua cama. Quando Vreeland projetou sua lanterna nos olhos de Zeke, ele acordou e foi até a porta da frente. De acordo com o relatório policial apresentado por Vreeland,

Depois de me identificar e ao policial Kamerer, perguntei a Zeke se poderia falar com ele. Ele ainda estava bastante embriagado e pareceu ter dificuldade para tomar uma decisão ou mesmo formular uma sentença coerente e compreensível. Ele finalmente admitiu que era Zeke Adams e nos convidou a entrar para falar com ele... Depois que ele se vestiu, eu disse a ele que precisava lhe fazer algumas perguntas sobre um suposto incidente, mas que precisava ler seus direitos. Ele, na maior parte do tempo, não foi cooperativo, porém isso talvez se deva ao seu nível de embriaguez. Toda hora ele tentava falar como se fosse um advogado, usando termos jurídicos que não faziam sentido no modo como ele os usava... Ele teve dificuldade em me responder com um “sim” ou “não” quando lhe perguntei se ele entendia seus direitos, declarando que eu estava tentando “co-milho” [i.e. compeli-lo].**

Ele finalmente disse que iria falar comigo. Eu lhe perguntei se ele havia estado no Sean O’Kelly’s [sic] naquela noite e se havia encontrado uma garota chamada Kerry. Ele disse que achava que eu estava tentando fazê-lo dizer algo sem seu advogado. Quando o lembrei de que ele havia concordado em falar comigo, ele me disse que eu estava tentando fazê-lo admitir que tinha encontrado “gente” [no Sean Kelly’s]...

Zeke então fez um longo discurso incoerente sobre a “exata definição de encontrar gente”. [Quando] Tentei explicar que só estava perguntando se ele tinha encontrado Kerry naquela noite, ele respondeu [com] palavras que expressavam que eu estava tentando “co-milho de novo e ele achava que precisava de representação legal”.

Eu disse que já bastava de entrevistá-lo e que alguém entraria em contato com ele mais tarde para saber a sua versão dos acontecimentos.

Na segunda-feira, 26 de setembro de 2011, uma detetive chamada Jamie Merifield ligou para Kerry Barrett para dizer que fora designada para o caso dela. De acordo com uma transcrição da conversa telefônica, a detetive Merifield avisou-a de que ia ser um “caso difícil”, pois ela e Zeke Adams eram as únicas testemunhas. Com base no nível de embriaguez de Zeke, disse Merifield, e no que Kerry tinha dito aos policiais, “parece muito, muito claro” que o relato de Kerry “era uma história muito plausível” e que os acontecimentos descritos por ela de fato aconteceram. Merifield alertou-a, porém, de que o caso ia ser “muito, muito difícil” de levar adiante. “A não ser que ele confesse”, disse ela, “não temos nada com que prosseguir.”

No entanto, a detetive Merifield disse a Kerry que, se ela quisesse seguir em frente com o caso,

iria pedir que Zeke fosse à delegacia prestar uma declaração. “No mínimo”, explicou Merifield, ela talvez pudesse “dar um bom susto nele” e assim impedir que ele agredisse sexualmente outra pessoa.

“Foi bastante desanimador ouvir isso”, disse Kerry. “Senti que estavam me ignorando, como se não estivessem falando sério sobre ir atrás daquilo. Eu disse à detetive que não tinha certeza do que queria fazer, e ela respondeu: ‘Bem, pense nisso por alguns dias e depois me avise’.”

Inicialmente, Kerry não tinha certeza se queria que Zeke Adams fosse acusado de um crime. Ela disse: “Lembro-me de pensar: ‘Sim, o que ele fez foi errado. Mas ele parecia um cara legal. Talvez tenha sido só um mal-entendido’”. Contudo, conforme revivia aquela noite em sua mente, ela lembrou que, antes de ter pegado no sono na cama de Zeke, ele lhe garantira que era confiável e que “não ia acontecer nada”. E então, cerca de trinta minutos depois, ela acordou com ele agredindo-a sexualmente. Não, ela disse a si mesma, com certeza não foi um mal-entendido. Zeke a enganara intencionalmente.

“Zeke só não me estuprou porque eu acordei”, disse Kerry. Até onde ela sabia, Zeke Adams era um predador serial com o hábito de atrair mulheres para a sua cama dessa forma. Ela decidiu que ele deveria ser responsabilizado por suas ações e notificou a detetive Merifield de que queria prestar queixa contra ele.

A detetive Merifield não encontrou tempo para entrevistar Kerry Barrett antes de 13 de outubro de 2011, vinte dias após a denúncia de tentativa de estupro. Depois de registrar a declaração de Kerry, Merifield telefonou para Zeke Adams para saber o seu lado da história, mas não conseguiu falar com ele. Então, no dia 26 de outubro, ela foi até o apartamento dele e deixou um bilhete pedindo-lhe que ligasse para ela.

Zeke ligou para Merifield no dia seguinte. Quando o policial Vreeland havia tentado conversar com ele no dia 23 de setembro, duas horas após a suposta agressão, Zeke foi agressivo e não cooperativo. De acordo com o relatório apresentado pela detetive Merifield, porém, seu comportamento foi bastante diferente cinco semanas mais tarde, quando ela conversou com ele por telefone:

Zeke ficou bastante emotivo... E pareceu genuinamente chocado de estar sendo acusado de agredir Kerry Barrett. Ao longo de nossa ligação, ele pareceu chorar várias vezes em momentos diferentes... Ele disse que se sentia mal se ela se sentiu desconfortável, mas sustentou que jamais a agrediu. Zeke disse que viria prestar uma declaração assim que possível porque queria isso esclarecido... Devido ao seu estado emotivo e à sua aparente incapacidade de processar o que estava acontecendo, perguntei a ele se ia ficar bem durante o fim de semana. Perguntei também a Zeke se ele era suicida. Ele me garantiu que não era suicida.

Zeke Adams foi à delegacia de polícia e prestou uma declaração gravada para a detetive Merifield no dia 31 de outubro. Ela começou lhe assegurando: “Acho que isso é só um grande mal-entendido... Se houver denúncia, vou recomendar apenas delito leve”. Merifield inquiriu: “Você já foi preso antes?”.

Zeke respondeu: “Não fui”. Isso não era verdade. Ele tinha sido preso em dezembro de 2008 por pequenos furtos. Merifield, porém, não verificou seus antecedentes criminais e aceitou sua declaração sem reservas.

Merifield perguntou quantas bebidas Zeke tinha tomado antes de encontrar Kerry no Sean

Kelly's, mas ele se recusou a responder. "Sinto que essas perguntas só vão me trazer problemas", explicou ele.

"Quando os policiais foram falar com você naquela noite, você pareceu bastante embriagado", lembrou ela. "O que eu preciso saber é se você bebeu muito e se sua memória foi afetada. Você acha que tem uma boa lembrança de tudo o que aconteceu?"

"Sim", garantiu Zeke. "Posso, por exemplo, dizer coisas específicas sobre o que aconteceu. Tipo, lembro que ela era de Nova Jersey... acredito que ela tinha, tipo, formação em biologia." (A formação de Kerry era em psicologia.) "Minha memória está bem clara."

Claras ou não, as recordações de Zeke daquela noite correspondiam de perto com o relato de Kerry até o momento em que ela se sentiu desconfortável com a atividade sexual crescente, anunciou que estava de saída e então mudou de ideia após ele prometer que "não ia acontecer nada" e insistir para que ela passasse a noite ali. Mas Zeke negou com veemência a acusação de Kerry de que tentou forçá-la a ter relações sexuais enquanto ela dormia.

"Eu não tentei fazer sexo com ela", disse ele à detetive Merifield. "Quando ela deitou na minha cama, eu a beijei um pouco mais, e então ela disse: 'Não, tenho que ir'... Ela pegou o resto das suas coisas e saiu da minha casa... Posso dizer com 100% de certeza que não tive a intenção de machucá-la, feri-la, fazer qualquer coisa que ela não queria que fosse feito." Nesse momento, Zeke caiu no choro. "Ela não expressou para mim de nenhuma forma que eu tinha feito essas coisas", insistiu ele em meio às lágrimas. "Quando ela saiu da minha casa, se houve algo, eu pensei, sabe, só pareceu pra mim que ela ficou tipo, eh — ela não, sabe, ela ficou numa situação, ela ficou, tipo: 'Tá, talvez essa não seja a coisa moralmente certa a fazer'."

"Ela pareceu brava, Zeke?", perguntou Merifield. "Ela bateu a porta?"

"Bem, ela saiu, tipo, de um jeito — ela meio que disse: 'Não, tenho que ir'", respondeu Zeke. "E estou falando sério! Não estou mentindo para você!"

"Eu acredito em você", disse Merifield, solidária. "Em algum momento, depois que você a beijou e ela deitou de volta na sua cama, ela disse não?"

"Ela me disse: 'Não vou e não posso fazer sexo com você'. E eu não tentei fazer sexo com ela. Realmente não tentei."

"Você em algum momento esfregou o pênis nas costas dela?"

"Não", disse Zeke.

"Você em algum momento, enquanto ela estava dormindo, puxou a calça dela para baixo?"

"Não."

"Certo. Durante o tempo em que vocês ficaram se pegando antes, ela chegou a tocar em você? Meio que se esfregou em você também?"

"Sim."

"Quanto tempo vocês dois ficaram na cama antes de ela se levantar e sair?"

Após uma pausa de seis segundos, Zeke respondeu: "Não sei exatamente".

"Ela chegou a pegar no sono enquanto estava na sua casa?", perguntou a detetive Merifield.

Zeke permaneceu em silêncio por dez segundos inteiros antes de responder a essa pergunta. "Vou colocar assim", declarou ele por fim. "Em nenhum momento eu achei que, enquanto a

tocava, enquanto tinha qualquer tipo de contato que fosse com ela, ela estivesse dormindo.” Ele continuou negando as alegações de Kerry por mais alguns minutos e então ponderou: “Eu realmente não acho que aquela garota seja mentirosa... Só não sei se exatamente tudo o que ela disse a você aconteceu mesmo. E não estou tentando dizer que ela é uma pessoa má ou qualquer coisa do tipo. Só acho que ela pode estar um pouco enganada”.

Merifield concordava plenamente. “Acho que foi de fato um mal-entendido”, disse ela. “Realmente não acho que houve intenção da sua parte em levar essa garota para casa para poder fazer sexo com ela, quer ela quisesse ou não.”

“Certamente não”, confirmou Zeke. “Com toda a certeza não.”

“É claro”, comentou Merifield, “que há uma grande diferença de tamanho entre vocês dois, então, se você quisesse fazer isso, podia ter feito... As pessoas já fizeram sexo que não queriam ter feito. Não significa que foi estupro.”

Chorando, Zeke disse: “Eu realmente não tive nenhuma intenção de machucar aquela garota ou violá-la ou fazê-la se sentir desconfortável. Se ela se sente assim, me sinto mal por isso ter acontecido. Sou uma boa pessoa em termos morais... Eu te falei fatos concretos dos quais tenho certeza. Vim aqui porque basicamente tenho uma crença verdadeira na minha inocência. De que não quebrei a lei”.

“Entendo perfeitamente”, disse a detetive Merifield.

Apesar de ter sugerido a Kerry Barrett que o objetivo de chamar Zeke à delegacia era “dar um bom susto nele”, durante toda a entrevista Merifield se esforçou bastante para consolá-lo. Em nenhum momento ela desafiou suas alegações de forma agressiva ou investigou detalhes que pudessem revelar se ele tinha ou não puxado a calça de Kerry para baixo enquanto ela estava dormindo. Em vez disso, repetidas vezes Merifield afirmou que tinha certeza de que ele era inocente.

“Você foi como um livro aberto agora”, Merifield disse a Zeke, “e tem sido assim desde que falei com você [no telefone quatro dias antes]... Revela muito do seu caráter o fato de você ter vindo e sentado e conversado comigo esta manhã... Posso lhe garantir que não vou recomendar que se dê prosseguimento a esse caso... Não posso mostrar intenção criminosa. Eu realmente não acredito que você teve nenhuma intenção de machucar alguém... Você parece ser uma pessoa muito boa com um futuro muito bom pela frente.”

Merifield disse: “Nós temos muitos casos em que garotas vêm e denunciam coisas das quais não têm certeza, e daí vira estupro. E isso não é justo. Não é justo com você... Vocês dois entraram nessa juntos... Ela foi voluntariamente à sua casa com você. O fato de ela ter mudado de ideia e voltado para casa sozinha... isso não é culpa sua.

“Mas eu tenho que entrevistar você”, explicou Merifield um momento depois, em tom de desculpa. “Tenho que falar com ela porque ela veio até aqui e denunciou. Se eu apenas descartar o caso, ela vai dizer que a polícia não fez nada... Essa não é a mensagem que queremos passar às pessoas: ‘Bem, vamos dar uma olhada meia-boca no seu caso porque não acreditamos realmente que isso tenha acontecido’.”

Merifield declarou para Zeke: “Não acho que você fez nada de errado. Acho que está te torturando o fato de ela ter te acusado disso. E isso me incomoda... O caso, na minha opinião, está

encerrado... Esse caso vai ser listado como improcedente. Acho que isso é só um mal-entendido. Não acho que seja um crime”.

“Sou um bom garoto”, insistiu Zeke. Chorando, ele disse que não queria constar entre os nomes de delinquentes sexuais em telas de computador pelo resto da sua vida. “Não quero fazer isso com a minha mãe nem com meu pai... Não vejo como eu possa ser culpado de alguma forma.”

“Você não é”, tranquilizou-o Merifield. “Homens e mulheres pensam completamente diferente”, sugeriu ela. “Os homens são muito mais concretos... Na mente das mulheres, a gente tende a revirar as coisas e transformá-las e a conversar com nossas amigas sobre isso. E a buscar conselho e às vezes criar situações em que talvez interpretemos bem mais do que houve.” Amigas bem-intencionadas mas dramáticas, explicou ela, com frequência insistem para que as mulheres denunciem incidentes que não são graves o bastante para justificar uma investigação da polícia.

“No que se refere a mim, este caso está encerrado”, declarou Merifield. “Não se aflija com isso mais do que já fez aqui, tá? É garantido, meu amigo. Não acho que você fez nada de errado.”

Quando a detetive Merifield ligou e lhe disse que não havia provas suficientes para acusar Zeke Adams de agressão sexual e que o caso estava basicamente encerrado, Kerry Barrett ficou atônita. Ela entendia que seria difícil convencer um júri de que Zeke a havia agredido sexualmente. “Eu tinha bebido”, admitiu, “e isso desfavorece as vítimas. A gente ficou, e de forma consensual, antes de ele me agredir — fui bem sincera nesse ponto —, e isso também me era desfavorável. Mas depois de eu deixar claro que não queria dar nem um passo a mais e ele me dizer que não ia acontecer nada, ele tentou me estuprar enquanto eu estava dormindo. O que é crime. E agora eu jamais vou saber quão forte era o meu caso de fato, porque a polícia não quis nem realizar uma investigação aprofundada. Essa é a parte frustrante.

“Se foi consensual”, acrescentou Kerry, “quero saber como Zeke explica o fato de eu sair correndo do quarto dele, chorando histericamente às três da manhã.” Kerry tinha dado à detetive Merifield uma lista de testemunhas, incluindo o colega de apartamento de Zeke, que provavelmente poderia confirmar aspectos de sua história, no entanto ninguém do departamento de polícia de Missoula tinha se dado ao trabalho de entrevistar nenhuma dessas testemunhas.

Conforme Katie J. M. Baker comentou no seu artigo na *Jezebel*, “em Missoula [...] caras bêbados que podem ter ‘cometido erros’ quase sempre recebem o benefício da dúvida. O mesmo não vale, porém, para garotas bêbadas”.

Para agravar a frustração de Kerry, enquanto repassava os acontecimentos da noite em questão, ela se deu conta de que não sabia o que Zeke Adams tinha realmente feito enquanto ela estava dormindo, antes de acordar com ele esfregando o pênis nas suas costas e nádegas. “Fiquei dormindo cerca de vinte a trinta minutos”, disse ela. O fato de ele ter conseguido abrir os jeans apertados dela, puxá-lo até os tornozelos e depois puxado sua calcinha — tudo sem acordá-la — a fez temer que Zeke pudesse ter tomado outras liberdades enquanto ela estava inconsciente. “Passei um dia inteiro sangrando depois”, lembra-se ela. “O policial na delegacia me perguntou se eu estava machucada e precisava de cuidados médicos imediatos, mas eu disse que não. Naquele momento, eu estava traumatizada demais para pensar no que poderia ter sido feito comigo antes

de eu acordar.”

Nas semanas que se seguiram à denúncia de que fora sexualmente agredida, Kerry afundou num miasma de melancolia. Em algumas manhãs, ficava abatida demais para sair da cama. Ela se pegava chorando no chão do banheiro por horas a fio. Deixou de ir a várias aulas, o que era completamente atípico de sua parte. Contemplada com duas bolsas bastante disputadas para estudar na Universidade de Montana, quase nunca perdia uma aula e tinha conseguido a nota máxima no seu índice de rendimento acadêmico no ano anterior ao que Zeke Adams a convenceu a passar a noite em seu apartamento.

Enquanto lutava com a depressão no período subsequente, disse-me Kerry: “Eu estava a ponto de fazer uma ligação, largar a faculdade e voltar para Nova Jersey. Comecei a beber muito, demais mesmo. E a ter outros tipos de comportamento realmente arriscados... Dizem que vítimas de estupro evitam sexo depois. Mas na verdade é igualmente comum que algumas vítimas se tornem promíscuas de uma forma autodestrutiva. Foi isso que aconteceu comigo”.

Algumas vítimas de estupro com efeito reagem aos traumas rejeitando qualquer intimidade sexual. Paradoxalmente, porém, muitas outras começam a se envolver em práticas sexuais perigosas e indiscriminadas. Judith Lewis Herman, professora de psiquiatria na Faculdade de Medicina de Harvard e autora do revolucionário livro *Trauma and Recovery*, escreveu que, com frequência, “pessoas traumatizadas se veem encenando algum aspecto da cena traumática de forma disfarçada, sem perceber o que estão fazendo... Há algo de misterioso nessas encenações. Mesmo quando são escolhidas conscientemente, elas têm um quê de involuntário. Freud chamou essa intromissão recorrente da experiência traumática de ‘compulsão à repetição’”.

Sigmund Freud acreditava que era uma tentativa inconsciente de obter o controle sobre o acontecimento traumático e com isso extingui-lo. Conforme explica o dr. Bessel A. van der Kolk, uma autoridade proeminente em estresse pós-traumático: “Muitas pessoas traumatizadas se expõem, de forma aparentemente compulsiva, a situações reminiscentes do trauma original [...] Freud acreditava que o objetivo da repetição era obter domínio, porém a experiência clínica mostra que isso raramente acontece; em vez disso, a repetição causa ainda mais sofrimento para as vítimas ou para as pessoas à sua volta”.

No seu caso, disse Kerry, recordando o período subsequente à agressão, “minha vida estava desmoronando. Mas de alguma forma eu passei por aquilo. Meus professores foram muito compreensivos. Eles me permitiram compensar algumas faltas e cancelar algumas disciplinas”.

Kerry começou a ver um terapeuta, o que se revelou útil. Ela também achou terapêutico falar sobre isso — e não só sobre seu próprio drama, como sobre outras mulheres que também tinham sido vítimas de agressões.

* Pseudônimo.

** No original inglês, usam-se, respectivamente, *co-horse* e *coerce*. (N. T.)

Nos vários dias que se seguiram à alegada tentativa de estupro por Zeke Adams, Kerry Barrett quase não deixou seu apartamento fora do campus. Quando por fim saiu e se aventurou de volta no terreno da universidade, ela encontrou por acaso Kaitlynn Kelly, uma terceiranista inteligente e arrojada que conhecia desde o outono de 2009. “Ela estava chorando”, disse Kerry, “o que me pareceu inacreditável, porque Kaitlynn é a garota mais durona que já conheci. Então eu soube que algo muito grave tinha acontecido com ela.” Quando Kerry perguntou por que Kaitlynn estava triste, ela confidenciou que tinha sido estuprada três dias antes.

Kaitlynn Kelly morava no Turner Hall, um alojamento de três andares só para mulheres no campus da UM. No dia 30 de setembro de 2011, uma sexta-feira à noite, ela foi a uma festa numa casa no distrito de Rattlesnake, um bairro residencial tranquilo a nordeste do centro de Missoula. Kaitlynn chegou por volta das 21h30, tomou algumas doses de tequila e uísque barato ao longo das cinco horas seguintes e depois pegou um táxi de volta para a universidade no início da madrugada de sábado com um amigo gay chamado Greg Witt.^a De volta ao campus, Kaitlynn e Greg se sentaram num banco em frente ao Jesse Hall, perto do alojamento dela, para que ela pudesse fumar um cigarro antes de voltar para o seu quarto. Quando vasculhou a bolsa e percebeu que tinha deixado seus cigarros na festa, Greg se ofereceu para filar um cigarro para ela.

Por volta das três da manhã, passaram dois calouros, Calvin Smith^b e Ralph Richards,^c que estavam caindo de bêbados. Quando Greg perguntou se eles tinham um cigarro sobrando, Calvin — um rapaz alto e corpulento de dezoito anos — respondeu que nenhum dos dois fumava e se sentou ao lado de Kaitlynn. Ralph se sentou ao lado de Greg.

Greg Witt, que é sociável e atrevido, entabulou conversa com os dois alunos mais novos, e o assunto passou para sexo. Kaitlynn Kelly observou que Calvin Smith era “uma gracinha”. Greg sugeriu que Calvin e Kaitlynn tinham que ficar, porque já fazia um ano que ela não dormia com ninguém e, na humilde opinião de Greg, uma transa ia ser bom para ambos.

Instigada por Greg Witt, Kaitlynn Kelly convidou Calvin Smith para subir até seu quarto, e Calvin respondeu com entusiasmo. De acordo com Kaitlynn, Calvin disse: “Vamos nessa!”, e eles saíram caminhando por um estacionamento até o alojamento dela. Numa declaração que o decano dos alunos da UM pediu que Kaitlynn escrevesse cerca de duas semanas depois, ela relatou o que se seguiu:

^a Calvin estava com o braço em volta de mim quando chegamos ao alojamento. Abri a porta para nós dois [com seu cartão magnético de estudante]. Calvin e eu subimos para o meu quarto. Entramos e vimos que minha colega de quarto e seu namorado estavam dormindo na

cama dela. Eu disse a Calvin que não podíamos fazer nada porque eles estavam ali. Ele disse: “Tá bem, seremos silenciosos”. Eu disse que não.

Calvin então se deitou na minha cama. Eu deitei do lado dele, dei um tapinha para que ele abrisse espaço e eu pudesse caber, e ele foi para o lado. Acredito que nesse momento peguei no sono. Acordei com Calvin penetrando repetida e violentamente minha vagina com três dedos. Tentei afastar sua mão com minha mão direita, dizendo para ele “para, não” inúmeras vezes. Calvin continuou me penetrando apesar dos meus esforços de afastá-lo e mandá-lo parar. Então ele passou a penetrar violentamente o meu ânus com a mesma força e movimento. Eu novamente tentei afastar sua mão. Então ele disse: “Tá tudo bem, só quero fazer você ejacular”. Ele então sentou contra a minha parede e me puxou pelo braço para o seu pênis. Ele me forçou a fazer felação nele puxando minha cabeça para baixo. Eu estava sentindo dor e engasgando. Eu finalmente consegui me afastar e deitar. Calvin então subiu em cima de mim e tentou fazer sexo comigo. Quando ele foi penetrar minha vagina, eu estava com uma dor excruciante. Eu o empurrei com o antebraço direito e declarei em voz alta que tinha que fazer xixi. Eu me levantei e pus uma bermuda, depois fui até o banheiro no final do corredor.

Calvin me seguiu até o banheiro. Nenhuma palavra foi dita, mas ele espiou por cima da cabine e me encarou. Depois foi embora enquanto eu ainda estava fazendo xixi. Foi a última visão que tive dele.

Voltei para o meu quarto. Quando entrei, minha colega, Nancy, estava em pé olhando para os meus lençóis com uma expressão horrorizada no rosto. Então olhei também e vi meus lençóis cobertos de sangue... Comecei a chorar histericamente e fui até a sala de estudos no corredor. Sentei no sofá e chorei. Minha colega de quarto veio e perguntou se eu estava bem e se queria ir ao hospital. Eu disse que só queria ir dormir.

“Eu estava com muita dor — uma dor extrema”, disse-me Kaitlynn. “Quando finalmente empurrei Calvin de cima de mim, saí correndo pelo corredor até o banheiro e me tranquei numa das cabines. Doeu tanto quando urinei que fiquei chorando histericamente. Ele me seguiu até o banheiro, olhou por cima da cabine e me viu chorando. Não acho que ele tenha dito algo. Só fiquei sentada ali no vaso com a cabeça baixa, ganindo. No fim sangrei por três dias.” Depois que Calvin Smith deixou seu alojamento, disse Kaitlynn, ela voltou para o quarto “e tentou apagar um pouco, porque estava realmente cansada”.

Mais tarde, na manhã de sábado, quando acordou depois de ter dormido algumas horas, ela ficou perturbada com o que viu à luz do dia. “Havia sangue no travesseiro em que eu estava deitada”, recordou ela mais tarde numa chorosa entrevista com a detetive Connie Brueckner, do departamento de polícia de Missoula. “Eu ergui os olhos e vi que havia sangue na parede logo acima da minha cabeça. E então sentei muito rápido. Olhei para o lado e havia sangue naquela parede também, à minha direita. Pulei para fora da cama... e havia sangue em todos os meus lençóis... Eu saí de imediato e peguei lenços antissépticos e dei uma boa limpada nas paredes. Enquanto chorava, tirei todos os meus lençóis e a fronha do meu travesseiro e coloquei numa sacola branca do Walmart ou talvez numa sacola da mercearia no campus, enfiei tudo ali e joguei no buraco do lixo do prédio.”

Depois de limpar as paredes e se livrar dos lençóis, Kaitlynn Kelly percebeu que sua calça jeans e seu cinto tinham sumido. “Fiquei realmente confusa com o fato de ele ter levado minha calça”, disse ela. “Não consigo superar isso.” Ela saiu para dar uma volta de carro com sua colega de quarto, Nancy Jones,^d para tentar espairecer. “Eu não entendia o que tinha sido feito comigo”, reflete Kaitlynn. “Eu ficava perguntando a Nancy: ‘O que aconteceu?’. Ela disse: ‘Você foi estuprada’.”

Mesmo depois de Nancy expressar isso com todas as letras, disse Kaitlynn, “leveei uns dois dias para entender. Na segunda-feira, Nancy me convenceu a ir até o Curry Health Center para que

fizessem um kit de estupro”. Um médico do Curry documentou graves dores vaginais e no reto, sangramento vaginal e escoriações na parte interna de suas coxas e na cavidade vaginal. Mas ela não queria denunciar o estupro à polícia.

Na terça-feira, Kaitlynn Kelly esbarrou com Kerry Barrett e lhe disse o que havia acontecido. Naquele momento, disse Kerry, “Kaitlynn não sabia quem era Calvin, não sabia seu sobrenome, não sabia onde ele morava. E ela estava temendo por sua vida, porque tinha acontecido no quarto dela e ela não sabia se ele ia voltar”. Embora Kerry tenha tentado convencê-la a denunciar a agressão, Kaitlynn resistiu. “Ela receava se meter em apuros”, disse Kerry, “pois tinha bebido e era menor de idade, só tinha vinte na época. E ela não achava que a polícia ia acreditar na sua história.”

Kerry Barrett, preocupada com a possibilidade de que o homem que havia estuprado sua amiga jamais fosse responsabilizado, decidiu fazer algo por conta própria. Havia uma câmera de segurança apontada para a porta que Kaitlynn Kelly e Calvin Smith tinham usado para entrar no Turner Hall. “Então liguei para a segurança do campus e perguntei por quanto tempo eles mantinham as gravações das câmeras”, disse Kerry. “Foi aí que eles meio que me persuadiram a falar por que eu queria saber.” Quando Kerry revelou o que havia acontecido com Kaitlynn, um agente de segurança do campus se dirigiu até o apartamento de Kerry e a levou para examinar as imagens de segurança.

Não demorou muito para Kerry identificar Kaitlynn no vídeo, entrando no Turner Hall com um rapaz grandalhão às 3h27 da manhã. “Vimos o cara que a estuprou entrar no alojamento com o braço em volta dela”, disse Kerry. “Ela parecia muito, muito bêbada. Então, cerca de meia hora depois, o estuprador saiu pela porta com a calça dela na mão.” Aparentemente, ele a levou como um troféu de sua conquista.

Kerry não tinha dito a Kaitlynn que fora à polícia do campus. Ela deixou claro para o agente de segurança que havia lhe mostrado o vídeo que Kaitlynn não queria denunciar o estupro e implorou que ele não entrasse em contato com ela. Ele concordou, prometendo que iria salvar a filmagem para que ela estivesse disponível se Kaitlynn mudasse de ideia.

Um dia depois, Kerry confessou a Kaitlynn o que havia feito, explicou que o vídeo do estuprador estava sendo preservado e contou que a polícia do campus tinha lhe garantido que ela não ficaria em apuros. Depois de alguma deliberação, Kaitlynn reconsiderou e decidiu denunciar a agressão à polícia do campus. Como o suposto crime era um delito grave, a polícia da UM imediatamente passou o caso para o departamento de polícia de Missoula, que mandou o policial Randy Krastel para o quarto de alojamento de Kaitlynn para obter uma declaração e coletar qualquer evidência que ainda existisse.

Àquela altura, cinco dias haviam se passado desde que Kaitlynn Kelly teria sido estuprada. “Eu tinha jogado fora meus lençóis encharcados de sangue porque estava com nojo e não sabia o que fazer”, disse-me ela. “Mas dei aos policiais minha bermuda ensanguentada, minha calcinha ensanguentada e minha camiseta ensanguentada. Eles também levaram meu sobrecolchão de viscoelástico com cinco centímetros de espessura, pois o sangue chegou até ele.” O policial Krastel entrevistou Kaitlynn, Kerry Barrett e a colega de quarto de Kaitlynn e tirou fotos da cena do crime.

O estuprador acusado, Calvin Smith, tinha se formado numa escola de ensino médio de uma cidade pequena no último mês de junho, onde se distinguiu como atleta. Pessoas que o conheciam o descreveram como “afável”, “descontraído” e “bobalhão”. Mas ele nunca tinha feito sexo antes de conhecer Kaitlynn Kelly, e uma olhada no que ele havia postado numa rede social sugere que se tratava de um celibatário frustrado e involuntário. No dia 11 de janeiro de 2011, Calvin postou uma frase do seriado de animação *Family Guy* em sua página do Facebook: “Mulheres não são gente, deus apenas pôs elas aqui pro entretenimento do homem”.

Quando um amigo do Facebook comentou que a frase real era “Mulheres não são gente. São aparelhos construídos pelo Senhor Jesus Cristo para o nosso entretenimento”, Calvin respondeu: “Ahhh, quem me dera ter esse poder”.

Depois que o policial Krastel visitou seu alojamento, Kaitlynn Kelly foi chamada à delegacia de polícia no centro para conversar com a detetive Connie Brueckner, uma veterana com oitos anos na força policial de Missoula, muito conceituada. A entrevista, que foi gravada, durou 42 minutos. Brueckner foi meticulosa e fez perguntas inquisitivas, mas apresentou-as de uma forma delicada e solidária. Quando Kaitlynn admitiu que tinha concordado em fazer sexo com Calvin Smith antes de eles entrarem no seu alojamento, Brueckner inquiriu: “O que você estava pensando naquele momento?”.

“Que ia ser divertido”, respondeu Kaitlynn.

“O que você achou que ia acontecer?”

“Provavelmente, talvez, sexo.”

“Você se sentia bem com essa ideia naquele momento?”

“Me sentia, sim”, respondeu Kaitlynn. “Foi por isso que deixei ele entrar no meu quarto.”

“Isso mudou?”, perguntou Brueckner. “Esse sentimento?”

“Sim”, disse Kaitlynn. “Acho que foi quando entramos no meu quarto. Porque minha colega de quarto e seu namorado estavam ali. Eles estavam, tipo, roncando. Apagados. E eu disse a ele: ‘Minha colega de quarto e o namorado estão aqui. Não podemos fazer nada’. E ele me disse: ‘Tá bem. Seremos silenciosos’.”

“O que você achou disso?”, perguntou Brueckner.

“Que não estava bem”, respondeu Kaitlynn.

A detetive Brueckner garantiu a Kaitlynn Kelly que era compreensível e aceitável ela ter mudado de ideia sobre fazer sexo depois que eles entraram no quarto. Em seguida ela perguntou a Kaitlynn: “Se sua colega de quarto não estivesse ali, você teria se sentido bem com isso?”.

“Não”, declarou Kaitlynn sem hesitar. “Assim que entramos no alojamento, eu meio que pensei: ‘Não! Não quero fazer isso’... Eu falei pra ele: ‘Pode só deitar na minha cama até de manhã’.”

“E o que ele disse sobre isso?”, perguntou Brueckner.

“Bem, ele foi até a minha cama e deitou”, respondeu Kaitlynn. “E eu fui pro lado dele e deitei.”

A detetive Brueckner perguntou se ela e Calvin tinham ido para a cama vestidos.

“Sim”, respondeu Kaitlynn. “Não sei o que aconteceu depois disso, mas a lembrança seguinte que tenho é de acordar com os dedos dele dentro de mim, com um movimento de facada, de forma

muito brutal.”

“Dentro da sua vagina?”

“Sim”, disse Kaitlynn.

Brueckner perguntou o que aconteceu com a roupa que ela estava usando quando deitou na cama.

“Quando acordei?”, disse Kaitlynn. “Eu estava sem calça, mas ainda estava com minha camiseta.”

“E o que você fez quando percebeu o que estava acontecendo?”, perguntou Brueckner.

“Eu fiquei tentando pegar as mãos dele e afastá-las”, explicou Kaitlynn, demonstrando com as mãos. “Fiquei agarrando o dedão dele e empurrando, sabe, na direção dele. Pra tirá-lo de cima de mim. Mas ele ficava, tipo, voltando.”

“Ele disse alguma coisa?”, perguntou a detetive Brueckner.

De acordo com Kaitlynn Kelly, Calvin Smith disse a ela: “Não, só espera. Só espera”.

“Você estava dizendo alguma coisa?”, perguntou Brueckner.

“Eu fiquei dizendo: ‘Para!’”, insistiu Kaitlynn. “E então...”

“Quão alto vocês dois estavam falando?”, interrompeu Brueckner.

“Acho que não foi muito alto”, respondeu Kaitlynn. Ela pausou por um momento antes de explicar, pesarosa: “Como minha colega de quarto estava ali, eu não queria acordá-los. Só queria que aquilo parasse. E então ele foi pra minha bunda, com as mãos fazendo o mesmo movimento de facada”.

Pouco depois, a detetive Brueckner perguntou de novo por que Kaitlynn Kelly não tinha feito mais para alertar sua colega e o namorado, que estavam dormindo a poucos metros de distância no mesmo quarto. “Tenho que te fazer perguntas óbvias”, desculpou-se Brueckner, “porque são perguntas que as pessoas fariam... Você estava falando baixo enquanto pedia para ele parar. Posso entender até certo ponto. Mas me diga, o que você estava pensando naquele momento? Por que você não gritou alto? Com certeza isso teria feito as coisas pararem.”

“Eu não sei”, disse Kaitlynn. “Pra falar a verdade, eu simplesmente não sei. Estava muito assustada.”

“Ele chegou a te fazer alguma ameaça?”, perguntou Brueckner.

“Não”, respondeu Kaitlynn.

“Não é minha intenção perguntar isso pra te deixar mal”, insistiu Brueckner. “É só — é só que é fácil olhar para as coisas agora e pensar ‘Eu podia ter feito isso’ ou algo do tipo. Mas as coisas estavam acontecendo.”

“Eu me sinto muito mal por ter jogado meus lençóis fora”, disse Kaitlynn, caindo em prantos enquanto percebia quão inexplicável seu silêncio devia parecer para alguém que não tinha estado em seu lugar. “Eu não sabia o que fazer. Só queria esquecer aquilo, como se não tivesse acontecido. Foi realmente difícil para mim até mesmo denunciar isso.”

Na verdade, psicólogos e psiquiatras que estudam agressões sexuais relatam que as vítimas com frequência reagem ao estupro de forma muito semelhante à de Kaitlynn. Numa apresentação em Baltimore, em 2012, David Lisak — psicólogo clínico e consultor forense especialista em estupro

por conhecido — explicou para uma sala cheia de promotores, advogados de defesa, policiais e profissionais da saúde que, quando as pessoas são estupradas, a experiência é tão traumática que com frequência elas se comportam de inúmeras maneiras diferentes que podem parecer inexplicáveis. “Quantas pessoas já ouviram uma vítima de estupro dizer: ‘Fiquei paralisada?’”, Lisak perguntou à sala. “Quantos já ouviram uma vítima de estupro dizer: ‘Eu queria gritar e não conseguia?’ Quantas pessoas aqui que tratam vítimas de trauma já as ouviram dizer: ‘Tive um pesadelo ontem à noite; eu estava tentando fugir e não conseguia me mexer?’”

Quando um estupro acontece num quarto de alojamento, disse Lisak, os investigadores muitas vezes concluem que a vítima podia ter saído da cama com aparente facilidade e fugido do quarto. Mas “o fato de elas não terem tentado escapar de imediato ou o fato de não terem gritado — nenhuma dessas coisas necessariamente significa que se tratava de um encontro consensual”.

Depois que Lisak falou, seu colega Russell Strand, especialista em crimes sexuais e coordenador da Divisão de Treinamento de Aplicação da Lei na Advocacia Familiar na Escola da Polícia Militar do Exército dos Estados Unidos, contou à mesma sala cheia de gente uma história sobre um casal de militares que deu uma festa em sua casa. Um dos convidados, um soldado, ficou bêbado demais para voltar para casa. O marido e a esposa o acompanharam até o porão e ofereceram-lhe um sofá para dormir, onde ele prontamente apagou, e depois subiram as escadas e dormiram em sua própria cama, com o filho de quatro anos deitado junto deles.

No meio da noite, a esposa acordou e descobriu que o convidado bêbado da festa estava deitado ao seu lado com os dedos em sua vagina, masturbando-a, enquanto seu marido e filho dormiam na mesma cama. Ela ficou horrorizada, mas não disse nada. Apenas permaneceu deitada ali em silêncio pelos próximos quinze minutos enquanto ele continuava a penetrá-la com os dedos. Os advogados de defesa do agressor construíram o caso em torno do fato de que ela podia imediatamente ter detido o agressor acordando o marido, porém permaneceu calada em vez disso.

Mesmo assim, os promotores levaram o caso a julgamento, colocaram a esposa no banco das testemunhas e abordaram a questão de frente, formulando suas perguntas com habilidade para obter uma explicação honesta, que sensibilizasse o júri. De acordo com Strand, um dos promotores começou dizendo a ela: “Me ajude a entender o que você é capaz de lembrar sobre sua experiência”.

“Bem, os dedos dele estavam na minha vagina”, disse a mulher.

O promotor de justiça perguntou: “O que você pensou quando acordou e percebeu: ‘Os dedos dele estão na minha vagina?’”.

Ela respondeu o que estava pensando: “Ah, meu Deus, espero que meu marido não acorde... Ele teria matado aquele sujeito, e meu filho de quatro anos estava deitado do meu lado, sua vida estaria arruinada, a minha vida estaria arruinada, a vida do meu marido estaria arruinada. Então meu primeiro pensamento foi ‘Espero que ele não acorde’”.

Esse depoimento, disse Strand, fez o caso do agressor cair por terra e ele foi condenado.

À medida que a detetive Connie Brueckner continuava entrevistando Kaitlynn Kelly, a jovem foi ficando desconsolada. Brueckner tentou confortá-la elogiando-a por ter denunciado a agressão. “O que aconteceu não foi certo”, comentou Brueckner. “Posso ver que você está chateada. Você é uma

garota forte e provavelmente tem um discernimento muito bom na maior parte do tempo... Tem alguns lenços ali se precisar.”

Então Brueckner observou que o caso ia ser complicado de levar à justiça porque tanto Kaitlynn como Calvin Smith estavam bêbados. “Sinto muito por ele não ter ouvido você [quando você disse não]”, disse Brueckner. “Mas o bom dessa situação toda é que você não está guardando isso em algum lugar, de onde sairia para te assombrar mais tarde... Você tem uma boa família que a apoia. E há ótimos serviços no campus... E você pode deixar isso para trás, tenho certeza. É muito melhor resolver agora do que tentar lidar com a questão daqui a cinco anos.”

“Só não quero que ele faça isso com mais ninguém”, chorou Kaitlynn Kelly. Com apenas 21 minutos de entrevista, antes mesmo de a detetive Brueckner ter conversado com seu agressor, pareceu à jovem que Brueckner já havia decidido não acusar Calvin Smith de nenhum crime.

“Vamos falar com ele, com certeza”, assegurou Brueckner a Kaitlynn. Mas então ela acrescentou: “Não posso garantir que isso vai virar uma coisa superimportante em que ele vai pra cadeia... Algumas pessoas vêm aqui e ficam, tipo ‘Quero que ele seja preso!’... E não é fácil simplesmente jogar as pessoas na cadeia quando temos uma situação ‘ele disse/ela disse’. Mas nós vamos trazê-lo aqui, e vai ficar muito claro pra ele que esse tipo de comportamento é inaceitável. E que ele precisa ter certeza, quando se envolve em qualquer prática sexual com alguém, de que a pessoa concorda com isso”.

A detetive Brueckner disse que a segurança e o bem-estar de Kaitlynn eram sua principal preocupação, seguida por levar Calvin Smith a entender que o que ele fez não era aceitável. Colocá-lo na prisão, disse Brueckner, era muito menos importante. “Para mim isso é meio que secundário a tudo o mais que está acontecendo aqui. Concorda com isso?”

Kaitlynn não concordava se isso significava deixar Smith se safar com nada mais que um sermão sobre responsabilidade. “Não sei como”, protestou ela para Brueckner, “ele não me ouviu dizer ‘para!’ porque, tipo, a cara dele estava bem do lado da minha.”

“Tenho certeza de que ele ouviu”, respondeu Brueckner, mas então ela sugeriu que Calvin, em estado de embriaguez, poderia não ter entendido que Kaitlynn estava retirando o consentimento que havia dado antes.

Kaitlynn Kelly objetou que Calvin Smith devia ter entendido. “Não acho que ele se importava”, disse ela.

“E esse é o problema com casos desse tipo”, argumentou a detetive Brueckner. “Você não pode dar consentimento quando está tão alta, ou chapada, ou bêbada... É muito simples. Mas fica nebuloso quando está todo mundo embriagado.” Conforme a entrevista chegava ao fim, Brueckner disse a Kaitlynn: “Na terça-feira eu vou ligar e pedir para ele vir aqui e vou obter sua declaração. Como eu disse, esses casos não são fáceis. Mas quero que ele passe por isso e quero deixar claro que, não importa o que ele diga, ou o que você disse ou fez, você estava bêbada demais para consentir. E me parece... que você nunca nem chegou a consentir. Então essa nem chega a ser uma questão... Você vai para casa este fim de semana?”

“Não”, respondeu Kaitlynn. “Se eu for para casa, não volto mais... Minha mãe quer que eu largue a faculdade e volte. Minha mãe está arrasada.”

“Você parece ser uma garota forte. Acho que você consegue segurar as pontas e superar isso... Por mais horrível que isso seja, por mais difícil que seja neste momento, o que você está fazendo... vai ter um efeito positivo sobre as pessoas... E certamente Calvin vai saber que isso é completamente inaceitável... E sabe de uma coisa? Os amigos pra quem ele disser que vai vir até a polícia? Bem, eles vão ficar sabendo, também... que isso não é certo. Uma coisa ruim como essa pode na verdade ter um efeito cascata bom e saudável sobre as pessoas e, esperamos, evitar que esse tipo de coisa aconteça com outras.”

A detetive Brueckner ligou para Calvin Smith e deixou uma mensagem de voz pedindo que ligasse de volta porque “tinha algumas perguntas” que queria lhe fazer. Em agosto de 2014, quando Calvin conversou comigo sobre seu encontro com Kaitlynn Kelly, ele disse que não ficou preocupado com a mensagem de voz. Ele estava tão bêbado durante seu encontro com Kaitlynn Kelly dez dias antes que não lembrava muita coisa. No entanto, tinha certeza de que o sexo fora consensual e estava bem seguro de que Kaitlynn havia gostado. Quando Brueckner ligou, disse-me Calvin, “achei que fosse por causa da calça”.

De acordo com Calvin, ele só tinha consumido álcool uma vez quando estava no ensino médio, porque, como um atleta sério, tomava cuidado para evitar coisas que tivessem um efeito negativo sobre seu desempenho. Porém, depois de entrar na Universidade de Montana, em agosto de 2011, ele decidiu: “Bem, eu poderia tranquilamente entrar nessa de beber, agora que saí do esporte”. Durante seu primeiro mês em Missoula, disse Calvin, é provável que ele tenha ficado bêbado “umas quatro ou cinco vezes” — praticamente todos os fins de semana. Então, no dia 30 de setembro — na noite em que conheceu Kaitlynn Kelly —, Calvin exagerou. Ele ficou totalmente embriagado. “Nunca tinha bebido tanto na minha vida”, disse ele. “Lembro de estar bem bêbado e de não conseguir caminhar muito reto. Não sei como não vomitei.”

Segundo o que Calvin Smith recorda daquela noite, por volta das 21 horas ele foi à casa de um amigo fora do campus, onde começou jogando o jogo da cerveja. Ele calcula que bebeu dez ou doze cervejas antes de voltar para seu alojamento, logo depois da meia-noite, com seu amigo Ralph Richards, e lá tomou duas doses de rum com alguns caras do quarto em frente. Nisso Calvin e Ralph decidiram sair do alojamento e passear pela praça nas proximidades do Jesse Hall, disse Calvin, “porque há sempre coisas acontecendo lá na frente, e pessoas com quem conversar, e coisas divertidas acontecendo”.

Depois de topa com Kaitlynn Kelly e concordar em fazer sexo com ela, de acordo com Calvin, “ela basicamente me carregou até seu quarto. Porque eu mal conseguia me manter sobre as pernas àquela altura. Eu estava meio que me apoiando nela... Então subimos até o quarto dela e deitamos na cama. Nisso as coisas ficaram meio...”. Calvin pausou por um momento, depois reiterou que estava tão bêbado que não conseguia recordar-se muito do que aconteceu em seguida.

No dia 14 de outubro, Calvin foi à delegacia de polícia para ser entrevistado pela detetive Brueckner. O que ele lhe disse sobre como foi parar no alojamento de Kaitlynn corresponde ao que Kaitlynn disse a Brueckner. No entanto, em relação ao que aconteceu depois que eles entraram no quarto, é difícil conciliar os dois relatos. De acordo com um resumo de uma página e meia da

entrevista de Brueckner com Calvin que ela apresentou em seu relatório do caso,

Smith descreveu uma conversa bastante franca com a garota sobre fazerem sexo... A impressão que Smith teve é que a garota não estava embriagada...

Ele descreveu o quarto dela como escuro e lembrava que sua cama ficava contra a parede. Smith não achou que havia mais alguém no quarto. Ele se lembrava de ter trocado carícias com a garota na cama. Ele declarou que ambos tiraram a calça. Smith esclareceu que “talvez” tivesse tirado a calça dela para ela. Smith declarou que a mulher ficou deitada na cama e ele a seus pés. Ele declarou que usou os dedos para penetrar sua vagina. Ele acha que não penetrou seu ânus. Smith declarou que a mulher não estava dizendo nada, mas estava gemendo. Ele declarou que tinha a impressão de que ela estava consentindo com seu contato sexual. Smith relatou que a mulher fez sexo oral nele em dado momento. Ele negou ter ejaculado, mas admitiu ter tido uma ereção. Smith declarou que jamais a segurou ou a impediu de sair. Sua recordação é de que ela “se movia por conta própria”.

Smith declarou que ele e a mulher “se pegaram” mais um pouco antes de ela pedir para ele sair. Ele se lembrava de perguntar se ela tinha certeza, ao que ela respondeu que sim. Ele se lembrava de levantar e sair do quarto dela. Smith inicialmente não se lembrava de ter ido até o banheiro no alojamento. Mais tarde ele declarou que lembrava “como se num sonho” que tinha estado no banheiro feminino. Ele esclareceu que era uma lembrança, mas que lembrava aquilo como se fosse um sonho e não achou que tinha realmente acontecido. Smith recordou ter seguido a garota até o banheiro e depois ter voltado para o quarto dela. Quando informei a Smith que a garota tinha relatado que estava chorando no banheiro, Smith ficou visivelmente abalado e sensível. Ele começou a chorar e declarou que sentia muito por ela ter ficado chateada e que jamais teve a intenção de machucá-la ou deixá-la triste. Ele pareceu genuíno em suas emoções. Ficou claro na conversa com Smith que ele estava surpreso com as acusações e perturbado porque a experiência dela era de que o contato deles não foi consensual... Smith mais tarde declarou que talvez tenha tentado ter relação sexual com a garota, momento em que ele lembrava que ela pediu para ele sair. Ele descreveu isso como “um ponto de virada” no encontro deles. Smith confirmou que saiu quando ela pediu.

Smith inicialmente não relatou ter levado a calça jeans da garota. Quando confrontado sobre a roupa, Smith declarou que de fato pegou a calça quando saiu do quarto dela. Ele declarou que se sentia envergonhado por suas ações. Ele explicou que nunca tinha feito sexo antes e levou a calça como prova para seus amigos. Ele se lembrava de ter rodado a calça no ar em seu quarto depois de voltar do Turner Hall. Smith disse que se desfez da calça no dia seguinte.

Smith não recordava ter nenhum sangue nas mãos quando deixou o quarto no alojamento da garota. Ele declarou que mais tarde descobriu um pouco de sangue nas mãos e na calça. Ele achou que talvez fosse porque ela estava menstruada. Smith declarou que, quando saiu do Turner Hall, caminhou até o Noon's [um posto de gasolina e loja de conveniência aberto 24 horas por dia a nove quadras dali] e depois retornou para o quarto do seu alojamento.

Smith pareceu extremamente chateado ao final da entrevista. Ele estava muito preocupado com as consequências da investigação. Repetidas vezes expressou que sentia muito e que desejava que a garota soubesse que jamais quis causar nenhum mal. Smith percebia que havia cometido erros. Ele declarou que não devia ter bebido nem devia ter se envolvido sexualmente com outra pessoa que talvez tivesse bebido. Smith entendia que levar a calça da garota foi errado.

Durante sua entrevista com a detetive Brueckner, disse-me Calvin Smith, ela repetidamente perguntou se Kaitlynn chegou a dizer “não ou qualquer coisa do tipo. E eu falei, sabe: ‘Não... eu teria parado se ela tivesse dito não’. Eu de fato parei, no final, quando ela disse que não queria mais”. Calvin disse que Brueckner e outro detetive “ficaram me fazendo perguntas esquisitas, tipo, se eu tinha algum sangue em mim ou algo assim... Mas não foi o suficiente, sabe, pra me preocupar nem nada. E então, basicamente no final do negócio, eles ficaram, tipo: ‘Ela está dizendo que você a estuprou’”.^e Foi aí, lembra Calvin, que “comecei a chorar e surtei”.

O choro incontrolável de Calvin levou Brueckner a desligar o gravador e perguntar, por fora, se havia algum risco de ele voltar para casa e cometer suicídio. Quando ele garantiu que não tinha nenhuma intenção de se matar, de acordo com Calvin, ela insistiu para que ele não se preocupasse com a possibilidade de ser acusado. “Ainda temos muito a investigar”, ela lhe disse.

Ao longo das semanas seguintes, a detetive Brueckner entrevistou Ralph Richards, Greg Witt, o

colega de quarto de Calvin e várias outras testemunhas. Então, no início de novembro, ela ligou para Kaitlynn Kelly para atualizá-la da situação do seu caso. “Basicamente”, disse Kaitlynn, “ela me disse que eles não tinham provas suficientes para acusar Calvin. Ela disse que não foi encontrado DNA em nada do que eu dei a eles... Ela fez o maior caso do fato de eu ter jogado meus lençóis fora, como se essa fosse a única prova que eles tivessem. Ela não falou nada sobre minhas roupas ensanguentadas ou o colchão manchado de sangue... Ela não falou nada sobre o exame médico-legal... Nada sobre o vídeo dele saindo com minha maldita calça. Ela apenas me dispensou. E ficou por isso mesmo. Eu que me ferrei.”

Depois que uma vítima denuncia um crime à polícia, muitas pessoas acreditam que a decisão sobre acusar ou não o suspeito de um crime, e depois levá-lo a julgamento, é prerrogativa da vítima. A imprensa com frequência contribui para esse equívoco com artigos sobre vítimas de estupro que relatam que determinada vítima “não quis prestar queixa”. Na verdade, o sistema penal não dá às vítimas o poder de decidir diretamente sobre a questão. É a polícia, na maior parte das vezes, que decide se um suspeito deve ser detido, e são os promotores de justiça que em última instância determinam se se deve buscar uma condenação.

Para prender e processar alguém no tribunal penal, a polícia e o promotor devem ter provas suficientes para levar uma pessoa sensata a acreditar que a acusação provavelmente é verdadeira. Esse padrão legal fundamental é comumente chamado de “causa provável”. O anúncio de Brueckner de que Calvin Smith não seria acusado pela falta de uma causa provável foi, e continua sendo, difícil de entender. Teria sido um caso desafiador de apresentar a um júri, e poderia ter acabado com Calvin sendo absolvido. Mas estupradores já foram acusados, processados, julgados e legitimamente condenados com muito menos provas do que as que o departamento de polícia de Missoula e a procuradoria do condado de Missoula tinham à disposição para montar um caso contra ele.

a Pseudônimo.

b Pseudônimo.

c Pseudônimo.

d Pseudônimo.

e Em Montana, o termo legal para estupro é “relação sexual sem consentimento”. A relação sexual é definida como “penetração da vulva, ânus ou boca pelo pênis de outra pessoa, penetração da vulva ou ânus [...] por um membro do corpo de outra pessoa, ou penetração da vulva ou ânus [...] por um corpo estranho ou objeto [...] para consciente ou propositadamente [...] causar lesões corporais ou humilhar, assediar ou degradar; ou [...] despertar ou satisfazer a resposta sexual ou o desejo de qualquer das partes [...] Qualquer penetração, por mais tênue que seja, é suficiente”.

Foi difícil para Kaitlynn Kelly juntar coragem para contar à mãe e ao pai que fora estuprada. “Foi horrível — provavelmente a maior dor que já causei a meus pais”, disse-me ela. Seu pai ficou furioso quando soube que a polícia tinha rejeitado o caso dela e nenhuma denúncia seria feita. Ele e Kaitlynn foram ao departamento de polícia de Missoula para solicitar uma cópia do relatório de seu caso, ela disse, mas a polícia se recusou a mostrar qualquer coisa para eles. “Eles simplesmente nos dispensaram... Meu pai ficou lívido.”

Felizmente para Kaitlynn Kelly, além da polícia de Missoula, ela tinha denunciado o estupro para a Universidade de Montana, e o decano dos alunos da UM, Charles Couture, levou o caso a sério. No dia 20 de outubro de 2011, logo após se encontrar com Kaitlynn, o decano Couture enviou uma carta para Calvin Smith notificando-o.

Iniciei uma investigação sobre a denúncia de que você violou a seção V.A. 18 do código de conduta estudantil da Universidade de Montana. A seção V.A. 18 proíbe o estupro. Conforme consta, no dia 10 de outubro de 2011 você estuprou Kaitlynn Kelly no quarto dela no Turner Hall.

O fato de que uma investigação está sendo conduzida não deve ser de modo algum interpretado como uma indicação de que minha decisão sobre a denúncia já foi tomada, uma vez que o propósito de minha investigação é decidir se a denúncia procede.

Agendei uma reunião com você para quarta-feira, 26 de outubro de 2011, às dez horas da manhã, no Salão (Principal) 022 da universidade, para discutir a denúncia e o regulamento do código de conduta estudantil. Você tem o direito de ter uma pessoa de sua escolha, incluindo um assessor jurídico, presente durante toda e qualquer parte do processo... O não comparecimento à reunião comigo constituirá uma séria violação do código de conduta estudantil.

Após a conclusão de minha investigação, se eu encontrar evidências suficientes de que você violou o código de conduta estudantil conforme alegado, pretendo buscar sua imediata expulsão da universidade... Nesse ínterim, você não deve ter nenhum tipo de contato com a srta. Kaitlynn Kelly, inclusive por meio de terceiros.

Calvin Smith foi sozinho à reunião do dia 26 de outubro com o decano Couture. Como esperava se livrar da situação sem ter de contar nada aos seus pais, pagar por um advogado estava fora de cogitação. Calvin queria ter levado seu amigo Ralph Richards para dar apoio, mas Ralph era uma testemunha importante e Couture queria entrevistá-lo depois, sem a presença de Calvin. “Então eu fui e falei [com Couture] sozinho”, disse-me Calvin. “Ele estava, tipo: ‘Pois bem, quero ouvir o seu lado da história’.”

Calvin foi categórico sobre Kaitlynn Kelly ter consentido na relação sexual que eles tiveram. Durante toda a reunião, porém, o decano Couture contestou as afirmações do jovem, trabalhando a partir do que Kaitlynn já havia lhe contado. Couture, disse Calvin, “ficou falando de novo e de novo sobre como eu precisava dizer a verdade e que seria bem mais rápido se eu simplesmente dissesse a verdade. Então, bem no final, ele ficou, tipo: ‘É, você é culpado... Aham, sim, você vai ser

expulso”.

Durante uma parte significativa desse encontro com o decano Couture, Calvin Smith debulhou-se em lágrimas feito uma criança, assim como tinha chorado ao final de sua entrevista com a detetive Brueckner. Calvin repetidas vezes insistiu que não tinha estuprado Kaitlynn Kelly e implorou que Couture não o expulsasse. Depois disso, percebendo que já tinha perdido o controle, ele confessou aos pais que estava com sérios problemas.

Quando a mãe de Calvin, Mary Smith,* soube o que estava acontecendo, disse-me ela: “Fiquei realmente incrédula... Não sei como isso pôde ter acontecido. Especialmente com ele... Ele não tem um pinga de maldade no corpo”. Mary e o marido contrataram um advogado altamente recomendado, Josh Van de Wetering, para representar Calvin no restante do julgamento do seu caso pela universidade.

No dia 2 de novembro de 2011, depois de ter entrevistado Calvin Smith, Kaitlynn Kelly e outras testemunhas, o decano Charles Couture enviou uma carta a Calvin com o seguinte conteúdo:

Agradeço por ter se encontrado comigo recentemente para discutir a denúncia de que você violou o código de conduta estudantil da Universidade de Montana. Encontrei evidências suficientes para respaldar a denúncia de que você violou a seção V.A. 18, estuprando a srta. Kaitlynn Kelly... Minha decisão e as sanções recomendadas estão baseadas, em parte, nas seguintes evidências:

1. Relato escrito detalhado da vítima do estupro, srta. Kelly, no qual ela declara que vocês dois foram ao quarto do alojamento dela para praticar sexo voluntariamente; quando ela chegou lá, viu que sua colega de quarto e o namorado estavam presentes e dormindo, momento em que disse “não” para o sexo por causa da presença deles; ela deitou na cama com você e dormiu, apenas para ser acordada por você “penetrando repetida e violentamente sua vagina com três dedos”; apesar de a vítima lhe dizer “Para, não” múltiplas vezes, você continuou a estuprá-la; depois você inseriu os dedos no ânus da vítima “com a mesma força e movimento” enquanto continuava a estuprá-la.

2. Seu reconhecimento de que consumiu de dez a doze cervejas durante uma competição de bebida chamada jogo da cerveja antes do incidente.

3. Seu reconhecimento de que consumiu pelo menos duas doses de rum, além da cerveja, antes do incidente.

4. Seu reconhecimento de que estava “muito, muito bêbado” durante o incidente.

5. Seu reconhecimento de que realmente não se lembrou de muita coisa do incidente até depois de algum tempo.

6. Seu reconhecimento de ter feito sexo oral com a srta. Kelly.

7. Seu reconhecimento de ter inserido os dedos no ânus e na vagina da srta. Kelly (você disse que achava que tinha usado dois dedos depois que o informei de que a srta. Kelly disse que você usou três dedos).

8. Seu reconhecimento de ter dito à srta. Kelly: “Está tudo bem, só quero fazer você ejacular”; você disse que viu algumas garotas ejacular em filmes de pornografia a que havia assistido anteriormente.

9. Seu reconhecimento de que seguiu a srta. Kelly até o banheiro feminino no Turner Hall após o incidente e de ter olhado por cima da cabine e observado enquanto ela urinava.

10. Seu reconhecimento de ter levado a calça da srta. Kelly para o seu quarto no Craig Hall após o incidente, porque queria uma lembrança.

11. Seu reconhecimento de que acordou no quarto do seu alojamento, percebeu a calça e de início ficou sem saber de quem ela era ou de onde tinha vindo.

12. Seu reconhecimento de ter lembrado mais tarde como havia obtido a calça e como ela tinha ido parar no seu quarto.

13. Seu reconhecimento de ter jogado a calça fora depois, pois [não conseguia imaginar] por que alguém iria querer ficar com ela.

14. Relato escrito detalhado da srta. Kerry Barrett, que viu vários objetos ensanguentados retirados do quarto da srta. Kelly por um agente da polícia de Missoula; a srta. Barrett viu sangue numa fronha de travesseiro, num sobrecolchão, num colchão e “uma grande mancha de sangue em uma das bermudas que o detetive levou”.

15. Anotações detalhadas de uma entrevista com a srta. Nancy Jones, colega de quarto da srta. Kelly; a srta. Jones estava em sua cama dormindo profundamente durante o incidente; ela foi despertada quando ouviu a porta do quarto bater; ela então viu um homem (depois

identificado como você) se curvar e pegar alguma coisa (depois identificada como a calça e o cinto da srta. Kelly) e sair do quarto; a srta. Jones viu sangue por todos os lençóis de sua colega de quarto. A srta. Jones ouviu um choro vindo da sala de estudos ao lado; ela foi até lá e encontrou a srta. Kelly chorando histericamente; a srta. Kelly disse a ela o que havia acontecido; a srta. Kelly agarrou três dedos de uma mão com sua outra mão e disse à srta. Jones que o homem não identificado no momento (depois identificado como você) a “esfaqueara” com os dedos. A srta. Jones disse que percebeu mais tarde naquela manhã que os lençóis ensanguentados tinham sumido e que a srta. Kelly os havia jogado fora.

16. A srta. Kelly foi ao Curry Health Center dois dias depois de ter sido estuprada por causa de dor pélvica.

17. O médico de plantão encontrou escoriações e contusões superficiais na parte interna de ambas as coxas da srta. Kelly.

18. O médico de plantão encontrou escoriações dentro da “cavidade vaginal” e “grande dor ao menor movimento”.

19. A menstruação da vítima ainda não havia começado.

20. A vítima procurou os serviços do Centro de Apoio a Alunas Vítimas de Agressão do Curry Health Center após o estupro.

Sanções apropriadas para um comportamento tão abominável são:

1. Expulsão permanente da Universidade de Montana, com efeito imediato.

2. Nenhum acesso a nenhuma propriedade da universidade ou a nenhuma atividade patrocinada pela universidade, com efeito imediato.

Você pode aceitar ou negar a acusação de ter violado o código de conduta estudantil e/ou aceitar ou não as sanções. Se você negar a acusação e/ou não aceitar as sanções, você tem direito a uma sessão administrativa com a vice-presidente de assuntos estudantis, ou pessoa por ela designada, e a uma audiência perante o Tribunal Universitário. Por favor, indique como deseja proceder assinando na respectiva linha abaixo.

Calvin Smith negou a acusação e pediu para recorrer da decisão do decano Couture numa sessão administrativa com a vice-presidente de assuntos estudantis, Teresa Branch, marcada para 7 de novembro. Ao término da sessão, a vice-presidente Branch concordou com o decano Couture que Calvin era culpado de estupro e deveria ser expulso. De acordo com Calvin, Couture então lhe ofereceu o equivalente na universidade a um acordo judicial: se ele voluntariamente se retirasse da instituição em vez de forçá-la a expulsá-lo, nada sobre o estupro apareceria em seu histórico. Smith me disse que jamais considerou aceitar a oferta e explicou a Couture: “Eu não vou dizer que fiz isso”. Em vez disso, ele recorreu da decisão de Branch, de acordo com o que permitia o código de conduta estudantil, em uma instância superior chamada Tribunal Universitário. Uma audiência perante essa corte foi marcada para a tarde do dia 18 de novembro de 2011.

Em sua constituição, o processo de julgamento da UM difere crucialmente do modo como se lida com casos de estupro no sistema penal. Quando os administradores de uma universidade são confrontados com uma denúncia de estupro, eles devem ser guiados por dois objetivos predominantes: determinar os fatos o mais rápido e o mais acuradamente possível; e, se o aluno acusado for considerado culpado, proteger os outros alunos, banindo de imediato o estuprador do campus. Como suas contrapartes no sistema penal, as autoridades da universidade entendem que também têm uma séria responsabilidade com o propósito de evitar punir um inocente. Mas, como a penalidade mais severa que uma universidade pode impor é a expulsão — o que não priva o aluno acusado de sua liberdade ou o onera com antecedentes criminais —, a maioria das universidades, incluindo a de Montana, acredita que é mais importante descobrir a verdade do que proteger a qualquer custo os direitos do acusado.

Ao contrário do processo de julgamento da universidade, o sistema penal norte-americano com frequência permite a supressão de evidências e outras ações processuais para garantir que os

direitos constitucionais do acusado não sejam violados e exige que a acusação prove seu caso “para além de uma dúvida razoável” com vistas a obter uma condenação. Inevitavelmente, ir a tais extremos para proteger os direitos do acusado às vezes resulta em culpados escapando impunes. Isso é amplamente entendido como um custo para proteger os sacrossantos direitos civis consagrados na Constituição dos Estados Unidos. Conforme a famosa fala do jurista inglês William Blackstone no século XVIII: “Todas as evidências presuntivas de crime devem ser admitidas com cautela; para a lei, é melhor que dez culpados escapem do que um inocente sofra”.

Mas a Universidade de Montana, como qualquer outra faculdade e universidade dos Estados Unidos, é obrigada pelo artigo IX das Emendas Educacionais de 1972 a proteger os alunos de assédio e violência sexual. Embora esse artigo tenha sido elaborado principalmente para criar oportunidades esportivas iguais para alunos homens e mulheres, ele também exige que as instituições de ensino superior estabeleçam um sistema abrangente para lidar com denúncias de agressão sexual.

Como os julgamentos de supostos estupradores pela UM são processos disciplinares e não criminais, a universidade não é obrigada a seguir as regras de evidência do sistema penal, o que, portanto, a deixa livre para dar tanto peso aos direitos das supostas vítimas quanto aos direitos das pessoas por elas acusadas. Para evitar que os ardis legalistas obscureçam as provas e, caso um estuprador escape da punição, potencialmente sejam colocados em risco os membros da comunidade universitária, a UM tenta minimizar o papel de advogados no trato de casos dessa natureza.

Como o decano Couture salientou para Calvin Smith, o código de conduta estudantil confere aos alunos acusados de violar o código o direito de ter um advogado presente durante todos os processos disciplinares. Mas o código também determina que “o papel do assessor jurídico [...] está limitado *somente a consultas* junto ao aluno”.** Durante os processos oficiais, os advogados estão proibidos de fazer objeções ou mesmo de falar diretamente com as autoridades universitárias. Com exceção da possibilidade de sussurrar no ouvido dos clientes, eles são forçados a morder a língua.

Josh Van de Wetering, o advogado que representava Calvin Smith, ficou exasperado com a impossibilidade de falar em nome de seu cliente durante o julgamento do caso na UM. A maioria dos advogados que representa clientes em julgamentos universitários fica igualmente frustrada. Às 13h05 do dia 18 de novembro, menos de duas horas antes do horário marcado para o início da audiência de Calvin perante o Tribunal Universitário, Van de Wetering mandou um e-mail para o decano Couture pedindo que adiasse a audiência para o dia 2 de dezembro, a fim de ter mais tempo para conseguir os relatórios da polícia sobre o caso.

A essa altura, Calvin já sabia que três dias antes a procuradora-assistente do condado, Kirsten Pabst, tinha decidido pela não instauração do processo. Van de Wetering acreditava que essa informação deveria ser levada em consideração pelo Tribunal Universitário antes de se chegar a um veredicto e informou Couture de que pretendia chamar Pabst como testemunha de Calvin na audiência. Ele também disse que esperava chamar a detetive Brueckner como testemunha.

Couture imediatamente enviou um e-mail para Van de Wetering negando seu pedido:

Josh, estou perplexo por você ter esperado até menos de duas horas antes da audiência para solicitar uma prorrogação. Fui informado ontem de que o delegado Muir negou seu pedido para que a detetive participasse... Com base em declarações do seu e-mail, acredito que você precisa ser lembrado de que não deve chamar nenhuma testemunha na audiência do Tribunal Universitário. O seu cliente é quem deve chamar as próprias testemunhas e apresentar o próprio caso. Sua participação deve se limitar estritamente a consultas privadas com seu cliente. O recurso de seu cliente terá início hoje às quinze horas... Após minha apresentação do caso da universidade contra o seu cliente, ele poderá solicitar à presidente do tribunal para continuar a audiência no dia 2 de dezembro. Este é um processo educacional, não penal.

Van de Wetering revidou:

Não estou tentando atravancar o caso. Estou apenas tentando garantir que meu cliente tenha uma defesa de qualidade contra acusações extremamente graves que, se confirmadas, vão impactar o resto de sua vida. Esse esforço é complicado e sua importância, reforçada pelo fato de que você concluiu que houve um estupro, ao passo que investigadores e promotores treinados concluíram que ele não ocorreu, um fato que não posso deixar passar em branco...

Entendo qual é o meu papel e, embora o considere opressivo, pensar que você, com sua educação e experiência, vai apresentar o caso da universidade enquanto força um garoto de dezoito anos a enfrentá-lo sozinho, vou cumprir as regras. Estaremos lá às quinze horas e vou solicitar tempo adicional à presidente.

E, por favor, fique tranquilo, o procedimento todo tem sido realmente muito educativo.

As sete pessoas do Tribunal Universitário são indicadas pelo presidente da Universidade de Montana. O tribunal é composto por três estudantes da graduação, um estudante da pós-graduação, dois membros do corpo docente e um membro do quadro de funcionários. Na audiência de Calvin Smith no dia 18 de novembro de 2011, realizada no porão do Salão Principal, a presidente do tribunal foi uma distinta professora da Faculdade de Administração de Empresas da universidade; ela atuou como o equivalente acadêmico de uma juíza e conduziu o processo. O decano Charles Couture, representando os interesses da universidade, atuou como o equivalente de um promotor de justiça, chamando testemunhas e apresentando provas contra Smith.

A primeira pessoa que Couture chamou para depor foi Kaitlynn Kelly, que respondeu às perguntas feitas por ele e pelos membros do tribunal durante dezessete minutos, apresentando uma versão abreviada das mesmas informações que havia fornecido anteriormente em suas entrevistas privadas com Couture e com a detetive Connie Brueckner. O tribunal então ouviu o depoimento de seis testemunhas que tinham sido chamadas por Couture em nome de Kaitlynn: Kerry Barrett, a colega de quarto de Kaitlynn, o namorado da colega de quarto, o coordenador do Centro de Apoio à Defesa do Estudante e os pais da jovem.

Aos noventa minutos do processo, foi a vez de Calvin Smith apresentar as testemunhas que tinha chamado para depor em seu favor. A primeira delas foi a promotora Kirsten Pabst, supervisora da divisão de agressões sexuais do gabinete da procuradoria do condado de Missoula.

Pabst tinha 44 anos e era uma presença imponente. Ela fora criada por pais da classe trabalhadora em Havre, Montana, uma cidade ferroviária assolada pelo vento na Grande Hi-Line do Norte, a cinquenta quilômetros da fronteira com o Canadá. Durante sua infância, ela disse à repórter do *Missoulian* Kathryn Haake, “quando as coisas ficavam feias”, sua família às vezes morava numa garagem improvisada sem água encanada. Em 1985 ela entrou na Universidade de Montana, onde fez o curso de belas-artes, mas largou a faculdade antes de se formar e se mudou para Great Falls. Mãe solteira na época, estava trabalhando num restaurante quando decidiu voltar

para a faculdade para se tornar paralegal. Por fim obteve o diploma em direito na UM e, em 1995, uma semana depois de ter dado à luz o segundo filho, foi trabalhar como promotora do condado de Cascade. Dois anos mais tarde, conseguiu o posto de promotora de justiça do condado de Missoula e desde então trabalhava lá.

Em 2006, promovida a procuradora-assistente do condado de Missoula, tornou-se responsável por supervisionar as ações penais contra casos de agressão sexual. Em 2011, quando apareceu na audiência de Calvin no Tribunal Universitário, Pabst já fora casada duas vezes, tinha tido quatro filhos (o mais novo ainda bebê) e era uma equitadora experiente e artista talentosa. Com sua postura autoconfiante e seu cabelo loiro na altura dos ombros, ela era uma figura conhecida pela cidade.

“Fiquei completamente chocada quando percebi que Kirsten Pabst estava ali como testemunha de Calvin”, disse Kerry Barrett, lembrando sua reação ao ver a promotora-assistente na audiência de Smith. “Ela era a responsável pelo processo penal contra o estuprador de Kaitlynn. E lá estava ela no Tribunal Universitário defendendo-o.” A surpresa de Kerry aumentou quando ela viu Pabst interagindo afetuosamente com Calvin e seus pais, como se fossem velhos amigos.

Como Kerry Barrett, o decano Couture desaprovava a defesa da promotora-assistente de justiça do condado em favor de Calvin Smith. Depois da audiência, Couture disse a Kaitlynn que a presença de Pabst era “totalmente fora de propósito” e “nada apropriada”. Couture via com maus olhos o envolvimento de Pabst no julgamento da universidade do caso de Calvin por vários motivos, sobretudo porque à universidade cabia usar um ônus da prova muito diferente para determinar a inocência ou a culpa de Calvin do que o usado por Pabst quando se negou a oferecer denúncia contra ele.

Sete meses antes, em abril de 2011, o Escritório de Direitos Civis do Ministério da Educação dos Estados Unidos tinha enviado uma carta para faculdades e universidades de todo o país, conhecida como a “Carta Caro Colega”. Em termos bastante precisos, ela lembrava as universidades de sua obrigação de proteger os alunos de assédio e violência sexual, em conformidade com o artigo IX. Para dificultar a prática impune do estupro, a Carta Caro Colega decretava que as faculdades deviam usar um ônus da prova conhecido como “padrão de preponderância da evidência” quando denúncias de agressão sexual estivessem em julgamento. Em outras palavras, para declarar um aluno culpado, a faculdade só precisava determinar se, depois de uma análise das provas credíveis, era “mais provável do que improvável” que o indivíduo acusado tivesse cometido o delito. Mais de uma vez durante a audiência de Calvin Smith, o decano Couture lembrou o Tribunal Universitário de que esse é um ônus da prova muito menor do que o que Pabst ou qualquer outro promotor era obrigado a usar num processo penal — o padrão “para além de uma dúvida razoável”.

Kirsten Pabst testemunhou perante o Tribunal Universitário, em apoio a Smith, durante 42 minutos, mais do que o dobro do tempo de todas as outras testemunhas, incluindo Kaitlynn Kelly. Ela aproveitou a oportunidade para explicar suas razões por não ter instaurado um processo contra Calvin — e dizer, portanto, por que, na sua opinião, seria um erro o Tribunal Universitário considerá-lo culpado de estupro. Pabst enfatizou que, quando discutiu o caso com a detetive Connie Brueckner, esta lhe disse que “não havia nem causa provável” para oferecer denúncia

contra Calvin. De acordo com a promotora, ela então fez a própria análise das provas coletadas por Brueckner, “e nós duas chegamos à mesma conclusão: não era um caso ajuizável”. Pabst explicou que, em Montana, os promotores de justiça de crimes sexuais devem não só provar que a vítima não consentiu como também “que o réu sabia razoavelmente que ela não consentiu”.

“Temos muitos casos relacionados a álcool e drogas em que há contato sexual — casos do tipo estupro em encontros”, continuou Pabst. “E são casos muito, muito difíceis para nós... Mas este era diferente. Era um pouco mais claro no sentido de que, de acordo com todas as testemunhas, o sr. Smith e a suposta vítima concordaram em fazer sexo. Os amigos dela e os amigos dele, ambos estavam tentando fazê-los — me perdoem por soar grosseira —, estavam tentando fazê-los transar... E a vítima de fato disse à detetive que este era o seu plano: voltar para o seu quarto e fazer sexo. Então não temos toda aquela questão realmente obscura sobre consentimento que costuma aparecer.”

Entretanto, quando questionada por um membro do tribunal, Pabst admitiu: “É claro, uma pessoa pode retirar seu consentimento. Mas é raro ter uma imagem realmente tão clara sobre o consentimento quando se vai a fundo, e todas as testemunhas estão de acordo a esse respeito. Então esse foi, com efeito, um grande fator. A outra questão é que todo mundo concordou que o sr. Smith não concluiu o ato sexual. E que ele parou em dado momento. Aqui as coisas ficam um pouco mais obscuras, mas foi-lhe pedido para parar em dado momento em que se tornou desconfortável para ela, e ele parou”.

Alguns minutos depois Pabst acrescentou: “Uma vez que houve uma concordância verbal afirmativa para fazer sexo, o consentimento foi dado, e ela é de fato confusa sobre ter retirado ou não esse consentimento verbalmente. Então não é justo que nós, como promotores, esperemos que um suspeito leia a mente de alguém quando recebeu consentimento verbal”.

Embora Kirsten Pabst tenha dedicado um tempo considerável de sua agenda lotada para comparecer perante o Tribunal Universitário em favor de Calvin Smith, ela jamais se deu ao trabalho de falar com Kaitlynn Kelly, em evidente violação a uma lei de Montana*** que exige que promotores de justiça consultem as vítimas de estupro. E, aparentemente, Pabst também não teve tempo para ouvir a gravação da entrevista da detetive Brueckner com Kaitlynn, pois várias de suas afirmações sobre o que a jovem tinha dito ou não para Brueckner estavam nitidamente equivocadas.

Por exemplo, quando testemunhou que, no caso de Calvin, “foi-lhe pedido para parar em dado momento em que se tornou desconfortável para ela, e ele parou”, Pabst deixou de mencionar que o único motivo de Calvin ter finalmente parado, de acordo com o depoimento de Kaitlynn, foi porque ela conseguiu empurrá-lo e fugir do quarto, depois de lhe dizer várias vezes para parar de penetrá-la com os dedos e de enfiar o pênis em sua boca.

Em seu depoimento tanto para a detetive Brueckner como para o decano Couture, Kaitlynn Kelly foi o contrário de “confusa” sobre ter retirado ou não seu consentimento verbalmente: ela foi categórica e declarou com consistência que disse “não” e “pare” várias vezes enquanto Smith a penetrava. A jovem também declarou com clareza que verbalmente retirou seu consentimento quanto a fazer sexo logo que entrou no quarto do seu alojamento e viu que sua colega e o

namorado estavam ali.

Quando Smith disse: “Tá bem. Seremos silenciosos”, em resposta à sua retirada inicial de consentimento, Kaitlynn não consegue lembrar se reiterou que não iria fazer sexo enquanto houvesse outras pessoas no quarto. Mas ela tem certeza de que não disse nada que poderia ser interpretado como uma afirmação de consentimento depois de tê-lo retirado ao entrar no quarto. E a política da Universidade de Montana relativa a estupro e outros delitos sexuais estabelece nitidamente que o consentimento não pode ser inferido “de silêncio, consentimento passado ou consentimento a uma forma diferente de atividade sexual”.

Kaitlynn Kelly disse tanto à detetive Brueckner como ao decano Couture que, enquanto estava inconsciente, e portanto incapaz de dar consentimento, Calvin retirou sua calça e sua calcinha e penetrou sua vagina com os dedos. Isso levou um membro do tribunal a perguntar a Pabst: “Você não pode dar consentimento enquanto está dormindo. Então, mesmo que tenha dado consentimento anteriormente, isso não conta se você está dormindo, certo?”.

“Correto”, respondeu Pabst. Um momento depois, porém, ela se esquivou: “Bem, depende. Essa não é realmente uma regra estabelecida. Mas algumas pessoas argumentariam que, se eu vou para casa com alguém e nós dizemos: ‘Bem, vamos fazer sexo’, e então eu durmo e acordo com essa pessoa fazendo sexo comigo — alguns diriam que isso é consensual e outros diriam que não é”.

O interrogador prosseguiu: “O que a lei diz?”.

“Não sei a resposta para isso”, respondeu Pabst. “Não há uma regra estabelecida.”

Outro membro do tribunal pediu que Pabst confirmasse se, para retirar o consentimento, “só o que você precisa fazer é dizer ‘não’ ou ‘pare’ uma vez, e então o consentimento está retirado”.

“Geralmente esse é o caso”, confirmou Pabst. “Se o réu está ouvindo, e entendendo isso, e se ele ouve alguém dizer ‘não’... ‘não’ significa não. Não há dúvida a respeito se isso é manifestado.”

Mas Kirsten Pabst se recusava a admitir que Kaitlynn Kelly claramente tinha dito “não” ou que ela estivera embriagada demais para entender sobre o que havia concordado em fazer. “Simplesmente não há tantos fatos assim em questão aqui”, disse a promotora ao tribunal. Antes de entrar no alojamento com Calvin Smith, Kaitlynn disse ao amigo com quem estava, Greg Witt, que achava que Calvin era uma gracinha e que concordava em fazer sexo com ele. E Pabst não achava que Kaitlynn “estava bêbada demais para dar consentimento” naquela hora.

O decano Charles Couture acusou Pabst de tirar conclusões precipitadas. Só porque Kaitlynn disse que Calvin era uma gracinha, perguntou Couture, “e eles concordaram em voltar e fazer sexo voluntariamente, você está supondo que eles foram e fizeram sexo voluntariamente?”. Pabst, argumentou ele, parecia ignorar o fato de que Kaitlynn retirou seu consentimento assim que ela e Calvin entraram no quarto.

Pabst respondeu que nada no relatório do caso que ela havia recebido da detetive Brueckner confirmava que Kaitlynn Kelly chegara a dizer claramente não. “Não tirei nenhuma conclusão precipitada”, insistiu Pabst.

Antes disso, em seu depoimento, Kirsten Pabst disse ao Tribunal Universitário: “Não há melhor prognóstico do comportamento futuro do que o comportamento passado... No caso do sr. Smith,

ele não tem absolutamente nenhum antecedente criminal. Não conseguimos encontrar nem mesmo uma multa de trânsito em seu histórico”. Todos os conhecidos de Calvin, disse Pabst, o descreveram como “um cidadão exemplar” que jamais havia se metido em encrenca. Calvin Smith era “pra cima, bondoso, amoroso. Temos que considerar essas coisas quando estamos decidindo se esse é ou não um caso que vamos levar à justiça”.

Em outro momento, Pabst disse que achava significativo que, quando a detetive Brueckner entrevistou Calvin na delegacia e lhe disse que Kaitlynn Kelly o havia acusado de estuprá-la, Calvin “mostrou-se abalado e sensível, lamentando grandemente por ela ter ficado chateada. Ele disse que jamais teve a intenção de machucá-la ou de deixá-la triste... Ele pareceu genuíno em suas emoções e ficou realmente surpreso com a acusação”.

Ouvindo Pabst dizer ao tribunal que Calvin Smith era bondoso e amoroso demais para ser um estuprador, Kaitlynn Kelly ficou perplexa. “Kirsten Pabst se recusou até mesmo a falar comigo quando eu tentei descobrir por que nada estava sendo feito sobre o meu caso”, lembra Kaitlynn com amargura. “E então ela vai e tem todo esse trabalho de aparecer no Tribunal Universitário para testemunhar em favor do filho da puta que me estuprou? Eu não podia acreditar.”

Seguindo o conselho de seu advogado, Josh Van de Wetering, durante a audiência Calvin Smith se recusou a depor ou a responder a perguntas dos membros do tribunal. Em vez de falar ao tribunal, Calvin pediu a Pabst que descrevesse a breve declaração que ele tinha dado à detetive Brueckner no dia 11 de outubro e que depois dissesse ao tribunal o que “ela achava dessa declaração”.

Pabst respondeu: “Todo mundo tem o direito de permanecer calado, mas para mim é impressionante quando as pessoas estão dispostas a vir e contar o que aconteceu, de forma aberta e honesta, que foi o que o sr. Smith fez com a detetive Brueckner... Ele foi voluntariamente até ela e respondeu a todas as perguntas que ela fez. De acordo com a detetive Brueckner, ele declarou com toda a sinceridade que realmente achava que [Kaitlynn Kelly] estava gostando do que se passava, pelo menos no começo, até perceber que não era o caso”. Pabst disse ao tribunal que, antes de Calvin Smith penetrar Kaitlynn com os dedos ou o pênis, “ele disse que eles trocaram carícias, que houve alguns beijos. Muito do que ele disse confere com o que a vítima disse sobre... um breve momento de sexo oral”. Tudo isso Pabst via como prova de que o sexo foi consensual.

Kirsten Pabst não considerou a possibilidade de que a presunção de Calvin, amplificada por sua embriaguez, o levou a ignorar as ordens de Kaitlynn Kelly para parar. Quando eles entraram no quarto da jovem e viram duas outras pessoas dormindo ali, em vez de aceitar a decisão dela de que não era mais possível fazer sexo, Calvin descartou a mudança de planos dizendo: “Seremos silenciosos”. Alguns minutos antes ela o havia convidado a ir para a cama e ele não iria permitir que ela desistisse de sua oferta agora, quando estava prestes a finalmente perder sua virgindade. Trato é trato. Ela tinha dito sim uma vez, e esse era todo o consentimento que ele achava que precisava. Depois que Kaitlynn ficou inconsciente, Calvin puxou sua calça e sua calcinha e começou a enfiar os dedos em sua vagina. Quando a dor intensa a acordou e ela lhe implorou para parar, ele replicou: “Não, só espera”, então agarrou a parte de trás de sua cabeça e meteu o pênis ereto em sua boca.

A maioria das mulheres está demasiado familiarizada com homens como Calvin Smith. Homens cujo senso de direito os torna surdos quando as mulheres dizem: “Não, obrigada”, “Não estou interessada” ou “Cai fora, idiota”.

Calvin forçou Kaitlynn Kelly a fazer felação; Kirsten Pabst se referiu a isso como “um breve momento de sexo oral” e assegurou que Calvin genuinamente acreditava que Kaitlynn estava “gostando do que se passava”. Mas, se Pabst tivesse se dado ao trabalho de ouvir a gravação da detetive Brueckner interrogando Kaitlynn, ela teria escutado uma descrição bastante diferente.

Kaitlynn disse a Brueckner que, depois de Calvin ter terminado de fincar os dedos dolorosamente em sua vagina, e antes de começar a fincar os dedos dolorosamente em seu ânus, “ele decidiu que precisava de sexo oral. Então ficou puxando minha cabeça para baixo — tipo, minha garganta doía no dia seguinte. Eu me engasguei bastante. Me surpreende que minha colega não tenha acordado comigo fazendo isso. Porque não foi nada agradável... Ele me puxou para cima dele e simplesmente, tipo, abriu o zíper e puxou-o para fora e depois começou a empurrar minha cabeça pra baixo... Eu não conseguia respirar. Eu cuspiam por toda a parte. Ele ficou me sufocando horrivelmente”.

A alegação de Calvin Smith de que acreditava que Kaitlynn Kelly havia gostado das atividades sexuais que ele infligiu sobre ela é reveladora. Um garoto inexperiente de dezoito anos, ele tinha testemunhado antes que “o que aconteceu com Kaitlynn é o mais longe que já cheguei realmente com uma mulher”. Segundo o reconhecimento do próprio Calvin, sua compreensão da sexualidade feminina provinha principalmente de pornografia na internet. Daí sua explicação ao decano Couture, em outubro, de que queria fazer Kaitlynn “ejacular”. A pornografia que Calvin via o fez acreditar que a ejaculação vaginal era a suprema expressão feminina de prazer sexual e que enfiar freneticamente os dedos em sua vagina e ânus iria provocar tal resposta.

Um estuprador, por definição, está interessado apenas em satisfazer os próprios desejos. Um estuprador não se importa com o que uma mulher quer. Se se importasse, ele não estupraria.

Quando um membro do Tribunal Universitário perguntou a Kirsten Pabst se ela achava que o roubo da calça de Kaitlynn Kelly por Calvin Smith era “indicativo de alguma coisa”, Pabst descartou sua importância. “Isso meio que me lembrou”, disse ela, “de uma atitude adolescente de garoto.”

Pabst, porém, achava que as pequenas inconsistências no depoimento de Kaitlynn eram bastante importantes. “Houve vários pontos... em que o relato [de Kaitlynn] do que aconteceu — a cronologia — mudou, o que foi bastante significativo”, disse Pabst ao tribunal. “Porque em dado momento ela disse que acordou com ele penetrando-a com os dedos, e que foi muito doloroso. Mas então mais tarde ela disse que ele a forçou a fazer felação nele... [e] que isso aconteceu primeiro. Nesse caso ela já estaria acordada no momento em que disse que ele a forçou a realizar felação, ainda que [anteriormente] tivesse dito que essa coisa toda começou com ela acordando com aquilo [os dedos dele em sua vagina].”

Pabst insistiu que os relatos conflitantes de Kaitlynn de quando Calvin enfiou o pênis em sua boca levantavam dúvidas para ela como promotora. “Primeiro, eu seria capaz de convencer um júri de que esse crime aconteceu para além de uma dúvida razoável? E, segundo, alcancei o meu

patamar de causa provável? Temos que levar em consideração essas inconsistências nas alegações da vítima.”

Quando era uma jovem mãe solteira, que havia desistido da faculdade, lutando para pagar as contas, Kirsten Pabst deu a volta por cima com o próprio esforço. Mais tarde, foi vítima de violência doméstica. Anos depois, em 2008, ela chegou em casa do trabalho uma tarde e encontrou o corpo sem vida de seu filho de treze anos, que havia perecido num horrível acidente. Trauma emocional não era um conceito abstrato para Pabst. Ela o havia experimentado com alguma regularidade. Em sua opinião, porém, o que aconteceu com Kaitlynn Kelly não foi grande coisa, e certamente não foi estupro. Foi só uma trepada consensual que falhou em corresponder às expectativas de Kaitlynn. A jovem precisava superar isso e seguir com sua vida.

“Eu não conheci [Kaitlynn Kelly]”, admitiu Pabst. “Não falei com ela. Mas já falei com muitas vítimas, e trabalho com vítimas, e as pessoas me consideram uma ferrenha defensora delas. Então não tenho dúvidas de que ela se sinta traumatizada por esses acontecimentos.” Mas Pabst acreditava que a angústia de Kaitlynn “aconteceu mais depois do ocorrido”, quando, na manhã seguinte, de ressaca, ela olhou para trás para o sexo desastroso e “percebeu que o encontro... não saiu do jeito que nenhum dos dois realmente tinha planejado”.

Pabst está muito enganada em relação a isso e a muitos outros detalhes do encontro entre Kaitlynn Kelly e Calvin Smith. Como se recusou a falar com Kaitlynn, suas conclusões estão baseadas em informações ruins, e seu testemunho sobre as inconsistências no depoimento da jovem foi incorreto. Ela jamais disse a Brueckner, ou a Couture, ou a nenhuma outra pessoa, que a felação ocorreu primeiro. Kaitlynn afirmou sem hesitar que acordou quando sentiu Calvin fincando violentamente os dedos em sua vagina.

O único aspecto inconsistente no depoimento de Kaitlynn diz respeito à cronologia do que aconteceu depois de ela ser acordada pela penetração de Calvin com os dedos. Inicialmente, ela disse ao policial Krastel que Calvin primeiro a violara inserindo os dedos em sua vagina, em seguida fincando-os em seu ânus, e então forçando-a a fazer felação. Mais tarde, quando entrevistada pela detetive Brueckner, Kaitlynn disse que, embora de fato tivesse sido acordada com Calvin cravando os dedos em sua vagina, ele a puxou até sua virilha e a forçou a realizar a felação — e por fim ele fincou os dedos em seu ânus.

De acordo com David Lisak, Russell Strand e outros especialistas que trabalharam como investigadores ou consultores em casos de estupro, tais inconsistências nos relatos fornecidos pelas vítimas de agressão sexual são bastante comuns e podem ser facilmente explicadas pelo modo como o trauma afeta a memória — um fenômeno documentado em diversos estudos empíricos publicados em periódicos de avaliação por pares. Conforme explica a psiquiatra Judith Lewis em seu livro *Trauma and Recovery*:

As lembranças traumáticas têm uma série de características incomuns. Elas não são codificadas como as lembranças comuns de adultos numa narrativa verbal e linear que é assimilada numa história de vida em curso [...]. Em vez disso, são sob a forma de vívidas sensações e imagens.

Portanto, não surpreende que a lembrança de Kaitlynn Kelly da violação por Calvin Smith fosse

impressionista e não perfeitamente linear. Além disso, apesar das pequenas inconsistências cronológicas nas declarações dela, as declarações do próprio Calvin corroboram as alegações de Kaitlynn de que cada um dos atos sexuais que ela descreveu de fato aconteceu. Assim, a afirmação da promotora-assistente de que ligeiras contradições no depoimento de Kaitlynn eram um fator significativo em sua decisão de não acusar Calvin levanta perguntas perturbadoras sobre sua credibilidade — não só em relação à sua participação na audiência do Tribunal Universitário, como também no que se refere à sua rejeição peremptória do processo penal do condado de Missoula contra Calvin.

Quando Kirsten Pabst concluiu seu depoimento, Calvin Smith chamou sua próxima testemunha, Ralph Richards, que disse ao Tribunal Universitário que ele e Calvin tinham estudado na mesma escola de ensino médio e eram amigos próximos desde o segundo ano. Ralph estava no alojamento do amigo, visitando o colega de quarto de Calvin, quando este voltou de seu encontro com Kaitlynn Kelly. “Quando Calvin chegou”, admitiu Ralph, “ele estava segurando uma calça jeans... Ele disse que não sabia por que estava com ela, e a gente meio que só largou ali.” Nisso, na sala de audiência da universidade, Ralph soltou do nada uma gargalhada estranha e involuntária. Embora tenha rapidamente reprimido o riso, não havia dúvidas de que o roubo da calça de Kaitlynn parecia hilário para ele.

Continuando seu depoimento, Ralph Richards disse que, depois que Calvin Smith entrou no quarto trazendo a calça, os dois saíram para dar uma caminhada e o amigo lhe disse “que tinha apalpado [Kaitlynn Kelly] e que ela fez sexo oral nele por um minuto”. A lembrança dessa conversa fez Ralph cair na risada de novo, como se estivesse fazendo o papel de Beavis para o Butt-Head de Calvin. Quando se recompôs, disse ao tribunal: “Não inventei nada disso. Isso foi tudo o que ele mais ou menos me disse”.

Ralph Richards foi dispensado, e o pai de Calvin Smith entrou na sala para depor como testemunha de caráter. Calvin lhe perguntou: “Você pode descrever que tipo de pessoa eu sou?”.

“O que sei sobre você é que você tem sido um filho muito bom”, respondeu o pai de Smith com voz emocionada, os olhos marejados de lágrimas. “Você nunca me desrespeitou. Nunca usou o nome de Deus em vão... E seus amigos me disseram que você é só um grande ursinho de pelúcia. E você é um ursinho de pelúcia. Eu não acredito que você pudesse machucar ninguém.”

A próxima testemunha foi a mãe de Calvin, Mary. “O que você pensou quando soube dessas alegações?”, perguntou-lhe Calvin.

“Pensei que era impossível que meu filho machucasse alguém intencionalmente, nunca mesmo”, respondeu ela.

“Quanto tempo a senhora já passou perto do seu filho enquanto ele estava embriagado?”, perguntou um membro do tribunal à sra. Smith.

“Jamais passei por isso”, respondeu ela.

Depois que seus pais terminaram de depor, Calvin pediu ao Tribunal Universitário para continuar a audiência numa data posterior, para que pudesse ter mais tempo para apresentar seu

caso. “Não”, declarou a presidente. “O processo só permite uma audiência, e essa é a sua audiência. Você vai fazer uma declaração?”

Calvin disse que não. “Já prestei a minha declaração à polícia”, explicou ele. “Seguindo o conselho do meu advogado, invoco a quinta emenda.” Seu advogado, Josh Van de Wetering, o aconselhara a não testemunhar na audiência, pois, se fossem oferecidas denúncias contra ele numa data posterior, qualquer coisa que dissesse poderia potencialmente ser usada contra ele por promotores.

A presidente do tribunal insistiu para que Calvin prestasse uma declaração mesmo assim. “Esse processo é confidencial, então não acho que isso seja relevante.”

“Ele tem o direito de permanecer calado”, observou o decano Couture à presidente.

“Podemos lhe fazer perguntas?”, a presidente perguntou a Couture.

“Vocês podem”, respondeu Couture, “mas ele apenas vai dizer que não irá responder a elas.”

David Aronofsky, o assessor jurídico da Universidade de Montana, estivera observando em silêncio a audiência e não deveria se dirigir ao Tribunal Universitário. No entanto, depois de ponderar sobre o pedido de Calvin Smith de continuar a audiência numa data posterior, ele se manifestou. “Devo dizer”, falou, “não ligo se o tribunal me dá ou não permissão. Como o principal representante legal desta universidade, tenho algumas preocupações sobre supor que esse processo tem de acabar hoje. Se há provas materiais...”

“David”, interrompeu Charles Couture, “você não tem permissão para participar.”

“Eu estou participando, Charles!”, protestou Aronofsky.

“Você não tem permissão para participar!”, disse Couture de novo, erguendo a voz.

“Bem, então eu estou fazendo isso sem autorização”, declarou Aronofsky.

“Você certamente está”, disse Couture com severidade.

“Então que fique registrado que eu estou falando sem a autorização do tribunal”, continuou Aronofsky. “Parte da minha responsabilidade como principal representante legal é me certificar de que todas as partes estejam de acordo com a lei. E se há evidências que esse tribunal possa receber capazes de influenciar a decisão que poderia resultar no recurso da expulsão, a meu ver há uma obrigação por parte da universidade para que esse tribunal considere isso.”

“E eu protesto porque a presidente não está detendo David”, disse o decano Couture ao tribunal. “Ele não tem o direito de participar.”

A questão surgiu porque o depoimento da promotora Kirsten Pabst na audiência foi baseado em declarações e provas obtidas pelo departamento de polícia de Missoula, mas a polícia não tinha cedido nenhuma dessas declarações ou nenhuma dessas provas para Kaitlynn Kelly ou Calvin Smith, apesar das solicitações de ambos. Calvin e Josh Van de Wetering acreditavam que algumas dessas provas poderiam ser usadas na defesa e queriam ter a chance de apresentá-las ao Tribunal Universitário antes que se chegasse a um veredicto.

No entanto, de acordo com a política da Universidade de Montana, o decano Charles Couture tinha o dever de investigar a suposta declaração de estupro de Kaitlynn Kelly de forma independente. Desse modo, nem a investigação criminal pelo departamento de polícia de Montana nem a decisão de Kirsten Pabst de que não havia causa provável suficiente para processar Calvin

Smith deveriam ter algum peso no processo disciplinar da universidade.

Calvin Smith tinha tido várias oportunidades para apresentar o seu lado da história para o decano Couture e a vice-presidente Teresa Branch e para chamar testemunhas na audiência do Tribunal Universitário. Couture acreditava não só que fizera uma investigação exaustiva, como também que tinha feito um trabalho melhor de coleta e exame de provas do que o realizado pela polícia de Missoula ou por Kirsten Pabst. Em sua opinião, não havia motivo para uma segunda audiência.

A presidente do Tribunal concordou. “Vamos prosseguir”, anunciou ela, tentando reestabelecer a ordem. “Vamos seguir o processo na questão do tempo”, disse ela a David Aronofsky, explicando por que a audiência não iria continuar numa data posterior. “O tempo é restrito por um motivo. Você não tem uma eternidade para julgar isso, como num processo judicial. Não ouvi nenhum dos membros do tribunal objetar sobre concluirmos esta noite.”

Um membro do tribunal, preocupado se Calvin Smith tinha tido tempo suficiente para entrevistar testemunhas e se preparar antecipadamente para a audiência, perguntou: “É verdade que ele [Calvin] recebeu a notificação de Charles Couture no dia 2 de novembro [sobre o fato de que estava sendo investigado]?”

“Não”, disse o decano Couture. “Ele foi informado do suposto delito, conforme carta datada, no dia 20 de outubro.”

“Certo”, disse o membro do tribunal. “Então já faz quase um mês... Já ouvimos razoavelmente tudo e ele teve um mês para pôr suas coisas em ordem... e não somos um tribunal de justiça. Então lamento.”

“Posso explicar?”, perguntou Josh Van de Wetering, esperando esclarecer para o Tribunal Universitário por que Calvin Smith, seu cliente, precisava de mais tempo para apresentar seu caso.

“Não”, disse Couture, cortando-o.

Nesse momento a presidente suspendeu a audiência para realizar uma sessão executiva. Ela achou prudente esvaziar a sala para que os membros do tribunal pudessem fazer uma pausa, respirar fundo em conjunto e ter uma breve discussão para se certificar de que estavam fazendo tudo corretamente. Vários minutos depois, quando a audiência foi retomada, ela anunciou: “Em primeiro lugar, o tribunal gostaria de lembrar ambos os assessores jurídicos que vocês podem ficar à vontade para conversar com suas partes associadas, mas, por favor, não se dirijam diretamente a nós, por mais tentador que isso seja. O tribunal concorda por unanimidade com minha decisão de terminarmos a audiência esta noite”.

Algumas testemunhas foram chamadas de volta para mais algumas perguntas, e então o decano Couture começou a fazer seu discurso final. “A maioria dos pais vai dizer coisas boas sobre os filhos”, lembrou ele ao tribunal, “e quer acreditar no melhor sobre seus filhos.” Mas, acrescentou, “todos nós conhecemos pais que não sabem tudo o que os filhos fazem. Isso é fato. No primeiro dia que me encontrei com Calvin em meu escritório, ele chorou na maior parte do tempo. Ele disse que [o sexo] foi consensual. Ele não estava chorando porque tinha alguma preocupação sincera com a vítima. Ele estava com medo. Ele estava absolutamente apavorado... Vendo-o chorar, eu mesmo tive dificuldades emocionais para lidar com isso. Ele estava sofrendo, e muito”.

Naquele primeiro encontro, o decano Couture estava no meio da investigação das alegações contra Calvin Smith; ele ainda não havia recebido o relatório médico de Kaitlynn Kelly ou entrevistado testemunhas-chave. Cerca de uma semana depois, após ter concluído sua investigação e determinado que Calvin era culpado de estupro, Couture convocou-o para o seu escritório de novo. “Quando ele entrou no meu escritório nessa segunda vez”, disse o decano ao tribunal, “seu comportamento foi completamente diferente. Ele foi arrogante. Ele realmente não parecia se importar com o que eu tinha a dizer [sobre as] das provas adicionais que compartilhei com ele.”

Assim que o decano Couture terminou de falar, Calvin Smith fez seu discurso final. “O motivo de eu ter chorado na frente do decano é o mesmo de eu ter chorado na frente da policial”, explicou Smith. “Eu me senti mal... Nunca quis machucar ninguém. Eu estava com medo. Quero dizer, eu estava diante do risco de expulsão. Estava diante de possível pena na prisão. Eu nunca fiquei encrencado. Nunca nem fui mandado para a sala do diretor quando estava no ensino médio... Sei que cometi erros naquele dia. Eu definitivamente bebi demais. Roubei uma calça. Entrei no banheiro feminino. Mas sei que ela nunca disse ‘não’ enquanto estava acontecendo. E sei que não a estupro. Eu apenas acho difícil de acreditar que ela disse ‘não’ sete ou oito vezes, mas, assim que ela disse ‘Tenho que fazer xixi’, eu a deixei sair.”

Após essas palavras de Calvin, a audiência foi concluída. Duas semanas depois, no dia 2 dezembro de 2011, o Tribunal Universitário anunciou sua decisão numa carta para o decano Couture e o presidente Engstrom:

O Tribunal entende que a srta. Kelly retirou seu consentimento em três momentos diferentes (no mínimo): ao entrar no quarto ocupado, ao adormecer e ao declarar “não” ou “pare” durante os atos. Isso é corroborado pela natureza violenta dos atos, conforme evidenciado por dor, sangue, escoriações e contusões.

Desse modo, o sr. Smith efetivamente violou o código de conduta estudantil, seção V.A. 18, por meio de relação sexual sem consentimento (estupro), utilizando-se o padrão de preponderância da evidência conforme exigido pelo Ministério da Educação (unânime, com sete votos a favor, zero contra) [...]

Em face da gravidade e dos danos resultantes da agressão sexual sem consentimento (estupro) e da obrigação de proteger a autora da queixa, o Tribunal impõe as seguintes sanções (seis votos a favor, um voto contra):

1. Expulsão imediata da universidade.
2. Acesso proibido à propriedade da universidade ou a atividades patrocinadas pela universidade, com efeito imediato.

O veredicto enfureceu Calvin Smith e sua família, que tinham absoluta certeza de que Calvin era inocente, fora falsamente acusado e era vítima tanto do politicamente correto como de um julgamento apressado por parte da Universidade de Montana.

Mas Kaitlynn Kelly e sua família também ficaram descontentes com o veredicto. Embora ela seja grata a Charles Couture e à Universidade de Montana por conduzirem um processo disciplinar que responsabilizou Calvin por estuprá-la, Kaitlynn acha que ele escapou com demasiada facilidade. Ela acredita que Calvin deveria não só ter sido expulso, como também preso. Ela tem raiva de Kirsten Pabst, da detetive Brueckner, do departamento de polícia de Missoula e do gabinete da procuradoria do condado de Missoula por se negarem até a acusá-lo. Kaitlynn entende que seu caso poderia não ter sido fácil de ganhar se tivesse ido a julgamento. Contudo, ela está amargamente desapontada por lhe ter sido negada a oportunidade de testemunhar num tribunal de justiça sobre como Calvin violou seu corpo e feriu sua alma. Ela acredita que um júri deveria ter

podido decidir se Calvin Smith era culpado de relação sexual sem consentimento, em vez de deixar que Kirsten Pabst determinasse isso de forma unilateral.

* Pseudônimo.

** Ênfase presente no código de conduta estudantil.

*** MCA 46-24-104. Consulta com vítima de certos delitos. O mais cedo possível antes da definição do caso, o promotor de justiça responsável por um caso criminal deve consultar a vítima de um delito grave ou de um delito leve envolvendo lesão corporal real, ameaçada ou potencial à vítima [...], incluindo: (1) arquivamento do processo; (2) libertação do acusado com pendência dos processos judiciais; (3) negociações de acordo; e (4) desvio pré-julgamento do caso do processo judicial.

Quanto mais Kerry Barrett e Kaitlynn Kelly pensavam sobre a recusa da polícia de Missoula e dos promotores em oferecer denúncia contra seus agressores, mais desanimadas elas ficavam. Antes da audiência no Tribunal Universitário, quando solicitaram informações sobre seus casos à polícia de Missoula, elas foram ignoradas, o que levou o pai de Kerry, Kevin Barrett, a ligar para o delegado da polícia de Missoula, Mark Muir, em nome de sua filha.

Kevin Barrett é um tenente da polícia aposentado com doutorado pela Faculdade de Justiça Criminal John Jay que atualmente trabalha como presidente do Departamento de Justiça Criminal na Faculdade Comunitária Rockland, em Nova York. Quando ligou para o delegado Muir, lembra Kevin, “informei-o de imediato que era policial e disse o que esperava dele como colega”. Kevin expressou sua preocupação de que os oficiais e detetives de Muir pareceram dar menos crédito às declarações prestadas por Kerry Barrett e Kaitlynn Kelly do que às declarações prestadas pelos homens acusados de agredi-las.

Kevin perguntou ao delegado Muir se ele estava familiarizado com um vídeo educativo chamado *Duty Trumps Doubt* [O dever supera a dúvida], que é usado por milhares de departamentos de polícia pelo país para ensinar seus oficiais a investigar devidamente casos de estupro. Muir respondeu que o conhecia bem e que o departamento de polícia de Missoula mostrava o vídeo como parte de seu treinamento.

“Uma das principais mensagens do vídeo”, disse-me Kevin Barrett, “é sobre a importância de você, como policial, sempre acreditar na vítima até que todas as testemunhas tenham sido entrevistadas e todas as provas disponíveis tenham sido coletadas, e só então determinar se ela está dizendo a verdade ou não. Na maioria dos crimes, é isso que os policiais fazem. Mas, em casos de agressão sexual, muitos policiais não assumem essa abordagem. Então eu perguntei a Muir: ‘Se você usou esse vídeo para treinar seus oficiais, como é possível que um deles tenha perguntado a Kerry se ela tinha namorado? E por que a sua detetive disse a ela que o acusado chorou e falou sobre como sua reputação seria arruinada se ele fosse acusado? Por que os seus detetives parecem mais preocupados com o acusado do que com a vítima?’”

Kevin Barrett criticou tanto a polícia como os promotores de Missoula por sua aparente relutância em levar adiante casos de estupro a não ser que tivessem absoluta certeza de que iriam ganhar no tribunal. Ele ressaltou que em décadas anteriores, antes de policiais e promotores distritais disporem de recursos tecnológicos para usar DNA como prova, “cada caso de estupro era uma questão de ‘ele disse/ela disse’. Mas mesmo assim nós processávamos... Todo mundo gosta

de ter uma média alta de acertos quando se trata de ganhar casos. Às vezes, porém, você tem que levar o caso para o tribunal e deixar que seja decidido lá, em vez de decidir de antemão que as chances de ganhar não são boas o bastante para seguir em frente. Quando você tem uma vítima que está disposta a encarar todo o processo e você a detém, o que isso diz para as outras vítimas? ‘Nem se dê ao trabalho?’”. Quando policiais e promotores deixam de investigar com rigor casos de agressão sexual, argumentou Kevin, isso passa uma mensagem para predadores sexuais de que as mulheres são alvo fácil e de que eles podem estuprá-las impunemente.

No dia 15 de novembro de 2011, depois do empurrão dado por Kevin Barrett, Muir finalmente concordou em se encontrar com Kerry Barrett e Kaitlynn Kelly. Durante a conversa de duas horas que eles tiveram na delegacia de polícia de Missoula, de acordo com Kerry, “o delegado Muir disse tudo o que se esperava dele. Ele nos garantiu que iria ‘passar um belo sermão’ nos detetives que investigaram nossos casos. Ele teve toda uma atitude de se desculpar sobre o que havia acontecido e parecia estar ouvindo atentamente nossas preocupações. Mas ele jamais chegou realmente a fazer qualquer coisa sobre nossas preocupações”.

Já perto do término do encontro, Kerry lembrou o que havia acontecido quando relatou pela primeira vez a agressão para o policial Brian Vreeland: ele havia perguntado se ela tinha namorado, pois estava certo de que as mulheres comumente mentiam sobre terem sido estupradas. Kerry comentou com Muir que a pergunta de Vreeland era ofensiva por uma série de razões, a começar porque a taxa de falsas acusações de estupros é na realidade bastante baixa, menos de 10%. “Quando mencionei isso”, disse Kerry, “Muir ficou todo na defensiva e disse: ‘Na verdade, você está enganada. A taxa de falsas acusações de estupro é de cerca de 50%’.”

No dia 18 de novembro de 2011, como seguimento às divergências sobre a taxa de falsas denúncias, o delegado Muir enviou por e-mail para Kerry Barrett um artigo intitulado “Falsas acusações de estupro: um ataque à justiça”, de Bruce Gross, publicado em 2009 num periódico chamado *Forensic Examiner*. A tese do artigo, claramente expressa no título, foi baseada em grande parte em dois estudos acadêmicos: “Falsas acusações de estupro”, de Eugene J. Kanin, publicado na edição de 1994 dos *Archives of Sexual Behavior*, no qual 45% de 173 estupros denunciados não foram considerados verídicos, e “Falsas acusações”, de Charles P. McDowell, supostamente publicado na edição de 1985 de um periódico obscuro chamado *Forensic Science Digest*, no qual (segundo a interpretação dos dados por Bruce Gross) 45% de 1218 estupros denunciados também não foram considerados verídicos.

Estudiosos já refutaram ambos os artigos. Kanin examinou um único departamento de polícia numa pequena cidade do Meio-Oeste e simplesmente se valeu da palavra dos policiais quando classificavam uma acusação de estupro como falsa. Ele não fez nenhum esforço para confirmar de forma independente se as acusações eram de fato falsas. Além disso, o departamento de polícia em questão usava um polígrafo, ou ameaçava usar um polígrafo, para identificar as falsas acusações — métodos amplamente reconhecidos como não confiáveis. De acordo com o manual de procedimentos da Associação Internacional dos Chefes de Polícia, vítimas de estupro:

com frequência se sentem confusas e envergonhadas e experimentam grande culpa por algo que fizeram ou deixaram de fazer em relação à agressão sexual. Esses sentimentos podem comprometer a confiabilidade dos resultados [de polígrafos e análises de tensão da voz]

[...]. Alguns estados inclusive promulgaram leis que proíbem a polícia de realizar exames poligráficos em vítimas de agressão sexual ou de utilizar os resultados para determinar se denúncias deverão ser oferecidas.

Conforme salientou David Lisak numa crítica publicada em 2007,

o artigo de 1994 de Kanin sobre falsas acusações é um texto provocante de opinião, mas não é um estudo científico sobre o tema das falsas denúncias de estupro. Certamente ele jamais deveria ser utilizado para impor uma base científica sobre a frequência de falsas acusações [...]. Ele simplesmente reflete as conclusões de agentes [policiais] cujos procedimentos foram rejeitados pelo Ministério da Justiça dos Estados Unidos e pela Associação Internacional dos Chefes de Polícia.

Apesar de terem sido desacreditados, os estudos de Kanin e McDowell ainda são rotineiramente citados em inúmeros sites dedicados a propagar a ideia de que a sociedade americana sofre de uma epidemia de espúrias acusações de estupro por mulheres maliciosas, resultando na injusta condenação de muitos milhares de homens inocentes. Destaca-se entre esses sites *A Voice for Men*, um blog do “movimento pelos direitos dos homens” que conta com cerca de 30 mil visualizações de página por dia. Conforme declarado no site, a missão do *AVFM* é “denunciar a instituição do casamento como insegura e imprópria para homens modernos”, “educar homens e meninos sobre as ameaças que enfrentam sob a governança feminista” e “promover o fim da histeria de estupro”, entre outros objetivos. Em junho de 2014, o diretor de redação do *AVFM* nos Estados Unidos, Robert O’Hara, disse à correspondente do Al Jazeera America, Nicole Grether: “Nós também queremos desafiar o ambiente midiático. Parece que os nossos oponentes — as feministas — têm um domínio repressivo sobre a mídia e sobre todo o discurso das relações de gênero e questões de gênero”.

Na opinião de O’Hara, a imprensa americana, sob a influência de uma conspiração feminista, pinta injustamente “o movimento pelos direitos dos homens como um bando de psicopatas loucos que odeiam as mulheres e querem matá-las... e eles fazem isso basicamente para nos silenciar e nos impedir de espalhar nossa mensagem”. Parte da mensagem relaciona-se com o que o *AVFM* entende ser um aumento alarmante nas falsas acusações de estupro. “É uma das nossas principais questões”, disse ele:

Nós ouvimos todas estas mentiras tolas: há um estuprador atrás de cada esquina; todos os homens são potenciais estupradores. Coisas comuns que você sempre escuta saindo da boca de feministas. E as infladas estatísticas de estupro, essa ideia de que uma em cada quatro mulheres na faculdade vai ser estuprada antes de se formar, você escuta isso o tempo todo, e simplesmente não é verdade. Não é verdade...

Não tenho as estatísticas exatas comigo agora, mas você vê que geralmente em torno de 2% das mulheres vai ter algum tipo de problema com agressão sexual na vida. É o mesmo que ter sido assaltado ou ter alguém invadindo a sua casa... Todo esse lance de estupro tem sido usado por feministas para adquirir poder político, muito poder, e dinheiro. A coisa toda tem sido usada como um artilho.

O *AVFM* com frequência é desdenhado como um site irrelevante que funciona como palanque para extremistas. Mas não são só homens os que acreditam que as estatísticas de agressão sexual têm sido descontroladamente exageradas para promover uma agenda política. Alguns dos críticos mais proeminentes da “histeria de estupro” são escritoras como Katie Roiphe, Christina Hoff Sommers, Heather Mac Donald e Cathy Young. Outras escritoras, como Judith Shulevitz, Emily Yoffe e Zoë Heller, assumem uma posição mais sutil, argumentando que, embora o estupro em

campus seja um problema sério, as universidades supervalorizam isso, resultando na negação do devido processo legal a homens acusados de estupro.

Sem dúvida, homens inocentes são às vezes falsamente acusados de estupro e às vezes expulsos da faculdade ou mandados para a prisão. Quando isso acontece, as consequências para os que foram injustamente julgados podem ser desastrosas. O caso dos jogadores de lacrosse da Universidade Duke talvez seja o exemplo mais conhecido dos últimos anos. Em março de 2006, uma stripper acusou três membros do time de lacrosse dessa universidade de a agredirem sexualmente após ela ter sido contratada para entretê-los numa festa. Os três homens foram acusados de estupro pelo procurador distrital do condado de Durham, Mike Nifong, mas, em dezembro de 2006, Nifong foi acusado pela Ordem dos Advogados da Carolina do Norte de violar regras de conduta profissional, incluindo a realização de mais de uma centena de falsas declarações à imprensa. Um mês depois, a Ordem dos Advogados fez outras denúncias éticas ainda mais graves contra Nifong, dessa vez porque ele havia retido provas ilibatórias de DNA para induzir o tribunal a erro, e, em abril de 2007, foram retiradas as denúncias contra os três jogadores de lacrosse e eles foram declarados inocentes. Nifong, descrito como um “promotor pilantra”, foi expulso logo depois por “desonestidade, fraude, logro e falsidade ideológica”.

O caso de Brian Banks é, em muitos aspectos, ainda mais perturbador. Em 2002, Brian era um terceiranista na Polytechnic High School de Long Beach, Califórnia, um *linebacker* de 1,93 metro com 102 quilos num extraordinário time de futebol americano. Um de seus colegas de time foi DeSean Jackson, que depois se tornou um recebedor All-Pro e especialista em retorno para o Philadelphia Eagles na Liga Nacional de Futebol Americano. Brian foi recrutado por alguns dos programas de futebol americano das melhores faculdades do país e aceitou uma oferta de bolsa de estudos da Universidade do Sul da Califórnia (USC).

Pouco depois, a vida de Brian Banks virou de cabeça para baixo. Enquanto cursava disciplinas de verão antes do seu último ano na Long Beach Poly, ele teve um encontro casual com uma segundanista chamada Wanetta Gibson que, de acordo com Brian, culminou em sexo consensual. De acordo com Wanetta, Brian a estuprou.

Num bilhete que Wanetta escreveu a uma amiga, o qual se tornou uma evidência crucial, ela disse que Brian “me pegou e me pôs no elevador e ele me fez descer a escada e abaixou minha calça e ele me estuprou [sic] e ele não tinha camisinha e eu era virgem e agora naum [sic] sou”. Quando entrevistada pela polícia, Wanetta Gibson contou uma versão mais detalhada dessa mesma história, e Brian Banks, que tinha dezessete anos de idade, foi acusado de estupro violento. Se condenado, ele poderia ser sentenciado à prisão perpétua.

Como milhares de outros réus ludibriados pelo sistema penal, Brian Banks aceitou um acordo judicial. Para evitar ir a julgamento e colocar seu destino nas mãos de um júri, ele concordou em não contestar a acusação de estupro, passar pelo menos cinco anos na prisão, permanecer em liberdade condicional por outros cinco anos e ser fichado como delinquente sexual.

Enquanto Brian Banks estava cumprindo sua pena, Wanetta Gibson e sua mãe entraram com uma ação contra o Distrito Escolar Unificado de Long Beach, alegando que a segurança negligente da Poly High School criou um ambiente inseguro que fez com que ela fosse estuprada. A ação foi

resolvida fora dos tribunais, e o distrito escolar concordou em pagar 1,5 milhão de dólares para Wanetta.

No entanto, nove meses depois de Wanetta dizer que foi estuprada, sua consciência começou a pesar. Em março de 2011, alguns anos após Brian Banks ter sido solto da prisão, ele entrou no Facebook e viu que havia recebido uma solicitação de amizade de Wanetta Gibson, sua acusadora. Brian, que estava desempregado e ainda tentando pôr a vida em ordem, aceitou o pedido e ficou sabendo que Wanetta queria “deixar o passado para trás”. Brian perguntou se ela se encontraria com ele na presença de um investigador particular, Freddie Parish, cujo filho tinha sido colega de time dele na Poly. Wanetta concordou e durante o encontro admitiu o que Brian sempre soube: ele não a havia estuprado.

Sem o conhecimento de Wanetta Gibson, Parish estava secretamente gravando a conversa. Com a confissão de Wanetta em mãos, Brian pôs-se a limpar o nome com o auxílio de um advogado chamado Justin Brooks, que trabalhava para o Projeto Inocência, uma organização sem fins lucrativos dedicada a exonerar pessoas condenadas injustamente. Menos de um ano depois da denúncia, soube-se mais tarde, Wanetta tinha confessado para uma colega que havia inventado a história do estupro para impedir que sua mãe soubesse que ela era sexualmente ativa.

A condenação de Brian Banks foi revertida em maio de 2012. Treze meses depois, o Distrito Escolar Unificado de Long Beach ganhou um julgamento à revelia de 2,6 milhões de dólares contra Wanetta Gibson para recuperar o acordo que ela havia recebido, acrescido de juros e indenização por danos.

Brian foi inocentado, mas dificilmente se pode dizer que o resultado foi justo. Sua reputação foi destruída. Foi-lhe negada a oportunidade de fazer faculdade com uma bolsa e jogar futebol americano para a USC. Ao contrário de seu colega de time do ensino médio DeSean Jackson, que se tornou uma celebridade nacionalmente reconhecida, a chance de Brian Banks ser uma estrela da NFL foi roubada por Wanetta Gibson.

Depois que foi absolvido, Brian Banks foi contratado pelo Atlanta Falcons e jogou na pré-temporada de 2013 da NFL, mas foi tirado do time antes do primeiro jogo da temporada regular. Não é fácil ser escalado para a NFL com 28 anos de idade; depois de um hiato de onze anos do futebol americano, mais de cinco deles passados atrás das grades, é quase impossível.

Ninguém deveria ser submetido ao que Brian Banks foi forçado a suportar. Policiais e promotores de justiça são moral e profissionalmente obrigados a fazer todos os esforços para identificar denúncias de estupro capciosas, proteger os direitos civis dos suspeitos de estupro e impedir os falsamente acusados de serem condenados. Ao mesmo tempo, porém, policiais e promotores são obrigados a fazer tudo o que podem para identificar indivíduos que cometeram estupro e garantir que os culpados sejam levados à justiça. Esses dois objetivos não são mutuamente excludentes. Uma investigação meticulosa e habilmente conduzida, que começa acreditando na vítima, é parte essencial do processo penal e, em última instância, da condenação daqueles que são culpados de estupro. Ocorre que é também a melhor forma de inocentar os que foram falsamente acusados.

Vítimas de estupro fornecem à polícia mais informações — e informações melhores — quando os detetives as entrevistam com uma atitude de confiança em vez de desconfiança. O que não significa que os policiais deveriam simplesmente aceitar a veracidade das histórias das vítimas sem confirmá-las depois. Eles devem “confiar, mas verificar”, segundo a famosa descrição do presidente Ronald Reagan de sua abordagem na diplomacia internacional.

Apesar da triste história de Brian Banks, policiais e promotores geralmente fazem um trabalho muito bom de descartar falsas acusações de estupro e evitar que inocentes sejam acusados. Mas policiais e promotores nem de longe são tão conscientes quando se trata de buscar a condenação dos que são culpados. Isso se confirma por estatísticas que indicam, indiscutivelmente, que a maioria dos estupradores escapa impune.

Em um artigo bastante conceituado publicado em 2010, intitulado “False Allegations of Sexual Assault: An Analysis of Ten Years of Reported Cases”, David Lisak e três coautores verificaram que o predomínio de falsas acusações é da ordem de 2% a 10%; esse número se baseou em oito estudos metodologicamente rigorosos. Nos parágrafos finais desse trabalho, Lisak afirma:

Esses resultados contradizem o estereótipo ainda amplamente disseminado de que falsas acusações de estupro são uma ocorrência comum.

No discurso público sobre violência sexual carregado de emoções, acontece com frequência de afirmações serem feitas sem a referência de dados de pesquisas. Tais afirmações não só minam o discurso racional, como também prejudicam vítimas individuais de violência sexual. O estereótipo de que falsas acusações de estupro são uma ocorrência comum, uma concepção equivocada fortemente difundida em diversas camadas da sociedade, incluindo policiais, tem consequências muito diretas e concretas. Ele contribui para o enorme problema de subnotificações por parte das vítimas de estupro e abuso sexual. Estima-se que entre 64% e 96% das vítimas não denunciam os crimes cometidos contra elas [...], e um dos principais motivos para isso é a crença [da vítima] de que a denúncia dele ou dela será recebida com desconfiança ou total descrença.

O estereótipo também resulta em reações negativas às vítimas que de fato denunciam, seja por membros da família, seja por funcionários do sistema penal. Quando agentes da lei acreditam que metade ou mais das denúncias de estupro são inventadas [...], seu contato com as vítimas pode facilmente se tornar mais parecido com interrogatórios hostis do que com uma averiguação de fatos.

Estupro é o crime grave menos denunciado nos Estados Unidos. Estudos cuidadosamente realizados indicam de forma consistente que pelo menos 80% dos estupros jamais chegam ao conhecimento das autoridades policiais. Uma análise publicada em 2012 por Kimberly Lonsway, diretora de pesquisa do movimento internacional pelo Fim da Violência contra a Mulher, e Joanne Archambault, ex-sargento de polícia encarregada da unidade de crimes sexuais de San Diego, sugere que somente entre 5% e 20% de estupros violentos nos Estados Unidos são denunciados à polícia; insignificantes 0,4% a 5,4% dos estupros chegam a ser levados a julgamento; e apenas 0,2% a 2,8% dos estupros violentos culminam numa condenação que inclui alguma pena na prisão para o agressor. Eis outra forma de pensar nesses números: quando uma pessoa é estuprada nos Estados Unidos, mais de 90% das vezes o estuprador sai impune do crime.

Passados apenas três dias do encontro de Kerry Barrett e Kaitlynn Kelly com Mark Muir, o delegado da polícia de Missoula, em novembro de 2011, o Tribunal Universitário decidiu que o agressor de Kaitlynn, Calvin Smith, era culpado de estupro e o expulsou. No entanto, a ação tomada pela universidade foi uma questão disciplinar, e não um processo penal. Ela não teve

nenhum impacto na alegação da procuradora-assistente do condado Kirsten Pabst de que não havia provas suficientes para estabelecer um provável caso e acusar Smith. O caso criminal contra ele não foi reaberto, e detalhes do processo da universidade contra ele se tornaram confidenciais.

A expulsão de Calvin por estupro teve sérias repercussões. Ela tornou quase impossível para ele frequentar qualquer outra faculdade ou universidade pública em Montana. Mas ele não teve de ser fichado como delinquente sexual, e o fato de o Tribunal Universitário tê-lo considerado culpado de estupro não aparecia em nenhum registro público. Calvin voltou para casa, matriculou-se numa faculdade comunitária próxima e voltou a postar comentários banais em redes sociais como se nada tivesse acontecido. No dia 29 de novembro, onze dias após a audiência do Tribunal Universitário, ele brincou na *timeline* de sua conta no Facebook sobre ter tido uma ereção enquanto assistia a um desfile de moda da Victoria's Secret.

A vida de Kaitlynn, por outro lado, foi profundamente transformada pelo estupro. “Continuei na faculdade mais um pouco depois da audiência do Tribunal Universitário”, disse-me ela, “mas eu não estava indo às aulas e não estava fazendo nada. Eu apenas ficava sentada no meu quarto, na cama, chorando o tempo todo.” No início de dezembro, sua mãe a convenceu a voltar para casa para que a família pudesse cuidar dela. “Naquele momento eu larguei a faculdade e não voltei mais”, disse Kaitlynn. “A Universidade de Montana acabou para mim. Busquei aconselhamento logo que voltei pra casa, porém ainda choro o tempo todo. É algo na minha cabeça. Não suporto falar sobre o que aconteceu, ou mesmo pensar nisso, porque fico me sentindo um lixo. Já tentei esquecer, mas...” Ela não concluiu a frase.

Kerry também permaneceu traumatizada muito tempo após a agressão. Depois de terminar os exames finais em meados de dezembro de 2011, ela voou de volta para casa, em Nova Jersey, para os feriados de fim de ano. No dia 21 de dezembro, enquanto navegava na internet, ela deparou com o artigo da repórter Gwen Florio no *Missoulian* sobre Kelsey Belnap, que teria sofrido um estupro coletivo por membros do time de futebol americano da UM no dia 15 de dezembro de 2010. “Quando li que a procuradoria do condado de Missoula se recusou a oferecer denúncia porque os jogadores alegaram que o sexo foi consensual”, disse-me Kerry, “comecei a me perguntar se isso não seria um padrão. Fiz algumas pesquisas sobre a frequência com que casos de estupro eram ou não processados em Missoula, e aquilo me deixou com muita, muita raiva. Então decidi ligar para Gwen Florio e contar minha própria experiência com a polícia e os promotores.” Kerry também convenceu Kaitlynn Kelly a falar com Florio.

Florio escreveu um artigo sobre as duas mulheres que foi publicado no *Missoulian* no dia 7 de janeiro de 2012; uma segunda reportagem, mais detalhada, saiu no dia 8 de janeiro. Nenhum dos artigos revelava o nome delas. No último, Florio deu a Kirsten Pabst a oportunidade de explicar sua decisão de não processar Calvin Smith por estuprar Kaitlynn Kelly. “Temos grande respeito pelo fato de que, quando oferecemos denúncia de violação sexual contra alguém, isso vai arruinar sua vida”, disse Pabst. “Oferecer denúncia dispara um alarme que não pode ser desligado.”

Quando a vereadora da cidade de Missoula Cynthia Wolken leu os artigos de Florio sobre o modo como a polícia de Missoula lidou com os casos de Kerry e Kaitlynn, ela ficou preocupada o bastante para pedir que o delegado da polícia Mark Muir comparecesse a um fórum filmado

realizado no dia 25 de janeiro de 2012, para responder a perguntas de membros da Câmara dos Vereadores e do público. Durante os comentários de Muir, que duraram mais de uma hora, ele reconheceu que “a vítima deve ser nossa prioridade” e que o departamento de polícia tinha de “encontrar formas de desafiar nossos agentes a se comunicar melhor” com vítimas de agressão sexual.

Depois que Muir terminou, Kerry foi até o microfone e postou-se diante de cinquenta ou sessenta pessoas sentadas na Câmara dos Vereadores. “Meu nome é Kerry Barrett”, começou ela com voz trêmula, “e eu fui sexualmente agredida em setembro.” Ela decidiu que havia chegado a hora de se identificar publicamente como uma das vítimas a quem fora negada justiça pela polícia de Missoula e pelo gabinete da procuradoria do condado de Missoula. Durante os vários minutos que se seguiram, ela explicou alguns dos problemas que teve tanto com a polícia como com os promotores. Sua crítica mais dura foi dirigida à promotora Kirsten Pabst por depor no Tribunal Universitário em favor de Calvin Smith: “O fato de ela aparecer numa audiência universitária por vontade própria, voluntariamente, para defender um estuprador e manter um predador sexual em nossa comunidade é extremamente alarmante para mim”.

Conforme o evento se aproximava do fim, o vereador da cidade de Missoula Mike O’Herron declarou que ficou “particular e profundamente impressionado” com a disposição de Kerry de compartilhar sua experiência e expressar suas preocupações num fórum público. “Ganhei a semana com isso”, disse O’Herron a ela. “Sua coragem e sua força e sua capacidade de falar nesse microfone. Fiquei comovido e lhe agradeço por fazer isso. Meus parabéns.”

Entretanto, nem todo mundo no salão ficou satisfeito com a franqueza de Kerry Barrett. Quando a audiência acabou, enquanto se preparava para sair, ela foi abordada pelo procurador do condado de Missoula, Fred Van Valkenburg, o homem que estava à frente do gabinete da procuradoria e que atuou como chefe de Kirsten Pabst. Ele estava visivelmente irritado, lembra Kerry, e disse a ela: “Quero falar com você!”.

“Certo”, respondeu Kerry, sem se intimidar. “Quero falar com você também.”

“O que você disse lá em cima sobre Kirsten Pabst não é verdade!”, esbravejou Van Valkenburg, de acordo com Kerry. “Ela foi intimada! Ela foi obrigada a depor!”

“Intimada?”, disse Kerry. “Por quem? Era uma audiência universitária! Você sabe melhor do que ninguém que a universidade não tem o poder de intimar testemunhas.”

“Ela foi intimada pelo réu e seu advogado”, disse Van Valkenburg.

Kerry destacou que o advogado de Calvin Smith, Josh Van de Wetering, também tinha pedido para a detetive Connie Brueckner comparecer à audiência universitária, mas o chefe de Brueckner, o delegado Mark Muir, não a autorizou a depor. “Então não tente me dizer que Pabst foi forçada a ir àquela audiência”, disse Kerry a Van Valkenburg. “Foi ela mesma quem decidiu depor.”

“Está bem”, admitiu Van Valkenburg. “Tecnicamente, acho que ela não foi obrigada a comparecer à audiência. Mas ela sentiu que tinha o dever moral de depor.”

“Ela tinha o dever moral de manter um estuprador em nossa comunidade?”, inquiriu Kerry.

“Epa!”, disse Van Valkenburg com o rosto vermelho, de acordo com Kerry. “Você fala como se soubesse todos os detalhes desse caso. Posso lhe garantir que há muitas coisas das quais você não

está ciente.” Van Valkenburg não fazia ideia de que Kerry Barrett havia testemunhado na audiência de Calvin Smith no Tribunal Universitário e que sua compreensão do que Calvin fez a Kaitlynn Kelly era muito mais precisa do que a de Pabst e a dele mesmo.

“Na verdade, estamos falando de uma grande amiga minha”, disse Kerry. “Então eu sei muito mais sobre o caso do que você imagina. E uma das coisas que eu sei é que Kirsten Pabst, que deveria processar estupradores, em vez disso se deu ao trabalho de defender um estuprador num esforço de mantê-lo na universidade e nas ruas de Missoula.”

“Ela estava agindo de acordo com sua crença de que ele não deveria ser expulso por um crime que não cometeu!”, protestou Van Valkenburg.

O fato de que Pabst acreditou no testemunho de Smith e não no de Kaitlynn, replicou Kerry, “prova o meu argumento de que o seu gabinete supõe que as vítimas estão mentindo”.

Aquela altura, relembra Kerry, Van Valkenburg “estava gritando, e outras pessoas no salão nos encaravam, perguntando-se que diabos estava acontecendo. Então eu disse a ele: ‘Eu sei, eu sei: a questão toda são aqueles alarmes disparados. Eles não podem ser desligados’”. Com isso, Kerry se afastou e se retirou do local.

No entanto, os comentários de Kerry Barrett na audiência daquela noite causaram uma impressão duradoura tanto em Van Valkenburg como em Kirsten Pabst. Cinco meses depois, quando o escândalo dos estupros de Missoula se aproximava do auge, Pabst ainda estava tão perturbada que escreveu em seu blog pessoal um discurso irado que culpava Kerry Barrett, Kaitlynn Kelly e Gwen Florio (sem de fato nomeá-las) por produzir um frenesi midiático injustificado. Na terça-feira, 19 de junho, Pabst postou uma arenga bizarra intitulada “Why Reporters Should Be Elected Officials”.

“Advogados que violam as regras da responsabilidade profissional respondem à Comissão de Prática do Superior Tribunal de Montana”, escreveu ela, e policiais que quebram as regras são igualmente responsabilizados. Mas repórteres que agem de forma antiética não prestam contas a ninguém. “Especificamente”, explicou Pabst,

me refiro à campanha do *Missoulian* para fazer o povo de Missoula acreditar que está no meio de uma crise sexual, a fim de assustar as pessoas e fazê-las comprar jornais. Muitos jornais...

Sem entrar em detalhes inapropriados, eu garanto a vocês que o fundamento para a série de artigos sobre “escândalo sexual” não é baseado em fatos. A triste realidade é que os agentes responsáveis por colocar tudo em pratos limpos têm as mãos atadas pela Lei de Informação Confidencial de Justiça Criminal de Montana. Quando a polícia e os promotores optam por não oferecer denúncia contra um suspeito, todos os fatos... se tornam legalmente confidenciais... Você não ia querer que o mundo pensasse que você vende drogas para crianças em idade escolar só porque seu vizinho doido está puto porque seu cachorro late demais. Ou pior: você não ia querer ser rotulado como pedófilo só porque sua ex vingativa disse que você machucou o próprio filho. Acontece com mais frequência do que gostaríamos de acreditar.

Então como é que o *Missoulian* pode publicar alegações rotulando pessoas legalmente inocentes de “agressores sexuais” só porque duas jovens descontentes, que conseguem permanecer anônimas, contam uma boa história para uma repórter preguiçosa demais para averiguar os fatos?... A resposta é que repórteres não respondem a ninguém exceto aos donos de suas corporações.

Kerry Barrett teve uma opinião diferente sobre a cobertura do *Missoulian*. Ela destacou que o número de estupradores que escapam do julgamento é muitíssimo maior do que o número de inocentes que são erroneamente acusados de estupro. Promotores de justiça como Pabst, que se

negam a instaurar processo de casos de estupro, sugeriu Kerry, deveriam receber mais atenção da imprensa, não menos, e Gwen Florio merecia ser louvada por suas reportagens corajosas sobre o problema do estupro em Missoula. “Florio tem sido muito insultada”, disse Kerry, “mas ela foi fundamental para chamar a atenção do público para isso. Se ela não tivesse escrito, isso teria sido varrido para debaixo do tapete e nada iria mudar.”

Zeke Adams agrediu sexualmente Kerry Barrett, ela alega, em setembro de 2011, perto do início do seu último ano na Universidade de Montana. Durante vários meses depois, até se formar e deixar Montana, ela ocasionalmente encontrava Zeke no campus da UM, o que a fazia recuar enojada e se perguntar quantas outras mulheres ele tinha agredido antes e quantas iria agredir no futuro.

No final de 2013, passados dois anos do estupro de Kaitlynn Kelly por Calvin Smith, ela me disse que não conseguia deixar de pensar nas mulheres que Calvin também poderia ter estuprado depois. “Uma vez estuprador, sempre estuprador”, disse Kaitlynn. “Ele vai fazer isso de novo, se é que já não fez.”

Uma pesquisa realizada por David Lisak sugere que as preocupações de Kerry e Kaitlynn em relação a seus agressores não são infundadas. Na década de 1980, quando Lisak estava estudando estupro como aluno da pós-graduação na Universidade Duke, quase todas as pesquisas da época tinham sido feitas com homens na prisão que foram condenados por estuprar estranhos. Elas revelavam uma tendência alarmante entre os estupradores encarcerados de cometer múltiplos atos de violência sexual. “Mas essas pesquisas não serviam para as circunstâncias com que estávamos deparando quando entrevistávamos vítimas de estupro”, disse-me Lisak, “pois quase todas tinham sido sexualmente agredidas por pessoas que elas conheciam.”

Estima-se que aproximadamente 85% dos estupros são de fato cometidos por agressores que estão de alguma forma relacionados a suas vítimas, e que só um pequeno percentual desses “estupros por conhecidos” resulta na condenação bem-sucedida do estuprador. Então Lisak concebeu um estudo que gerasse informações sobre os agressores que tinham conseguido escapar tanto da punição como da investigação — uma população que representa a esmagadora maioria dos estupradores. Mais especificamente, ele desenvolveu seu estudo para revelar se esses “estupradores não detectados”, como seus pares encarcerados, demonstravam uma propensão para estuprar mais de uma vez e se era provável que cometeriam outros tipos de violência interpessoal. O estudo, intitulado “Repeat Rape and Multiple Offending Among Undetected Rapists”, em coautoria com Paul M. Miller e publicado em 2002, contribuiu significativamente para a compreensão de homens que estupram.

Lisak e Miller examinaram uma amostra aleatória de 1882 homens, todos alunos da Universidade de Massachusetts, em Boston, entre 1991 e 1998. A média de idade foi de 24 anos. Desses 1882 estudantes, 120 indivíduos — 6,4% da amostra — foram identificados como

estupradores, o que não foi uma proporção surpreendente. No entanto, 76 dos 120 — 63% dos estudantes estupradores não detectados, totalizando 4% da amostra global — revelaram-se reincidentes que eram coletivamente responsáveis por pelo menos 439 estupros, uma média de quase seis agressões por estuprador. Em outras palavras, um número muito pequeno de homens na população tinha estuprado uma grande quantidade de mulheres com total impunidade. O estudo de Lisak revelou algo igualmente perturbador: os mesmos 76 indivíduos foram responsáveis por 49 agressões sexuais que não chegaram ao nível de estupro, 277 atos de abuso sexual contra crianças, 66 atos de abuso físico contra crianças e 214 atos de lesão corporal contra parceiros íntimos. Esse relativo punhado de estudantes homens, conforme informa Lisak, “deixou um rastro de, em média, catorze vítimas cada... E é quase certo que o número de agressões foi subnotificado”.

Ao olhar para esses dados pela primeira vez, David Lisak ficou chocado. Ele achou que devia ter cometido um erro em algum lugar. Ele sabia, por meio de pesquisas anteriores realizadas com homens na prisão, que a maioria dos crimes violentos é cometida por um pequeno número de indivíduos em dada comunidade, disse-me ele, “mas na nossa pesquisa estávamos trabalhando com estudantes universitários. De início, tive dificuldade em vê-los como criminosos”.

Quando Lisak voltou e reexaminou seus dados, porém, eles se confirmaram. Além disso, um estudo semelhante publicado em 2009 por Stephanie K. McWhorter, que examinou 1149 recrutas da Marinha que jamais foram condenados por agressão sexual, repetiu as descobertas de Lisak: 144 dos recrutas (13%) revelaram-se estupradores não detectados e 71% desses 144 estupradores eram reincidentes. Uma média de 6,3 estupros ou tentativas de estupro poderia ser atribuída a cada um deles. Dos 865 estupros ou tentativas de estupro relatados no estudo de McWhorter, 95% das agressões foram cometidas por apenas 96 indivíduos. Como Lisak havia relatado, um pequeno número de agressores imperceptíveis — apenas 8,4% da população estudada — foi responsável por um número assombroso de estupros.

É preciso ressaltar que todos os indivíduos nos estudos de Lisak e McWhorter participaram voluntariamente e nenhum dos estupradores não detectados identificados pelos pesquisadores se considerava um estuprador. Ao recrutar indivíduos, Lisak lhes disse que estava estudando “experiências na infância e o funcionamento adulto” e lhes prometeu confidencialidade. Os participantes concordavam em completar uma série de questionários compostos por perguntas como: “Alguma vez você já teve relação sexual com alguém, ainda que a pessoa não quisesse, porque ela estava intoxicada demais (de álcool ou drogas) para resistir aos seus avanços sexuais (por exemplo, tirando sua roupa)?” e “Alguma vez você fez sexo oral com um adulto quando ele não queria porque você usou ou ameaçou usar força física (torcendo seu braço; segurando-o para baixo etc.) se ele não cooperasse?”. Embora cada pergunta empregasse linguagem explícita para descrever atos bem específicos, Lisak foi cuidadoso em jamais utilizar termos como “estupro” ou “agressão”. Qualquer participante que respondia “sim” a uma das perguntas no questionário era posteriormente entrevistado e indagado com perguntas investigativas.

Enquanto entrevistava os indivíduos, disse Lisak, “eu me certifiquei de não sugerir de modo algum que os julgava ou que estava horrorizado com o que eles me contavam. Como pesquisador, estou proibido de dizer qualquer coisa a eles que possa alterar sua visão de si próprios. Não é como

se eu pudesse interrogá-los no final e dizer ‘A propósito, o que você acabou de me descrever é estupro’”.

Os participantes do estudo não tinham receio de ser objeto de pesquisa, disse-me Lisak, “porque compartilham essa ideia comum de que um estuprador é um cara com uma máscara de esqui, empunhando uma faca, que arrasta mulheres para o mato. Mas esses estupradores não detectados não usam máscara nem empunham facas ou arrastam mulheres para o mato. Então eles não tinham absolutamente nenhuma visão de si mesmos como estupradores e estavam mais do que felizes em falar sobre seus comportamentos sexuais”. A maioria dos estudantes estupradores entrevistada por Lisak foi considerada por seus colegas como caras legais que jamais estuprariam alguém, e eles também se viam assim.

Os estupradores seriais escondidos em plena vista entre nós, explicou Lisak, “nutrem todos os mitos e concepções equivocadas habituais sobre estupro. Além disso, agora temos dados que mostram que eles são mais narcisistas que a média. Então eles estão presos em sua própria visão de mundo. Falta-lhes a capacidade de ver o que eles fazem da perspectiva das vítimas. Não é como se já tivessem passado algum tempo pensando em como seria estar desmaiado e acordar com alguém o estuprando. Não é como se alguma vez tivessem se perguntado: ‘Como eu me sentiria se eu adormecesse, alguém subisse em cima de mim e me penetrasse com o pênis ereto?’. Estupradores não fazem isso. Eles vivem em um mundo próprio, e no mundo deles há com frequência um tremendo senso de direito”.

Para ilustrar a visão de mundo de um estuprador, Lisak abriu seu laptop e reproduziu um vídeo que havia batizado de *A fita de Frank*. É uma encenação angustiante de um trecho de cinco minutos não editado de uma entrevista que ele fez com um estuprador estudante, realizada por um ator que imitou com exatidão a fala do estuprador e seu insensível amor-próprio.

O trecho, que resumo a seguir, começa com “Frank” dizendo a Lisak: “A gente tem festas todo fim de semana”. Ele continua:

Minha fraternidade é conhecida por isso. A gente convida um bando de garotas, espalha um monte de barris ou o que quer que a gente esteja bebendo naquela noite. E todo mundo simplesmente fica mamado... A gente fica de olho nas garotas bonitas, especialmente as calouras, as bem novinhas. Elas são as mais fáceis. É como se elas não tivessem noção da coisa... como se fossem presa fácil. E elas não sabem nada sobre beber, ou de quanto álcool conseguem dar conta. Então elas não sabem nada sobre as nossas técnicas...

A gente convida elas pra festa... faz parecer como se fosse uma grande honra. Como se a gente não convidasse qualquer garota. O que, acho, não deixa de ser verdade... Então a gente faz elas beberem já de cara. A gente tem todos aqueles barris. Mas sempre tem algum tipo de ponche também... A gente faz com um suco bem doce e mistura tudo que é tipo de álcool... As garotas ficam sem saber o que foi que as derrubou. Elas entornam os copos, sabe, porque são calouras, meio nervosas... As ingênuas são as mais fáceis. E são essas os nossos alvos...

A gente sai em busca de alvos durante a semana... A gente seleciona, e trabalha nelas durante a semana, e então faz elas ficarem loucas de vontade de participar de uma das nossas famosas festas... Você basicamente tem que ter um instinto pra coisa... Eu marquei uma garota lá. Escolhi ela durante uma das minhas aulas... Fiquei esperando por ela... e no minuto que ela entrou pela porta da festa, coleei nela... Começamos a beber juntos, e eu podia ver que ela estava nervosa... porque ela estava bebendo aquele troço tão rápido...

Era algum tipo de ponche que a gente fez. Sabe, o negócio de sempre... Ela começou a ficar mamada em poucos minutos... então comecei a fazer minhas investidas. Eu meio que me inclinei pra perto... passei o braço em volta dela e então no momento certo eu a beijei... Aquele lance de sempre... E depois de um tempo perguntei se ela queria subir pro meu quarto, sabe, fugir do barulho, e ela topou na hora. Na verdade, não era o meu quarto... A gente sempre tem vários quartos designados antes da festa... que estão todos preparados para isso...

Ela já estava realmente tonta a essa altura. Então eu trouxe outra bebida, sabe, e fiz ela sentar numa das camas, sentei ao lado dela, e logo fiz minha investida. Não lembro exatamente o que eu fiz primeiro. Eu provavelmente, sabe, deitei ela na cama, comecei a mexer na roupa dela, apalpá-la... Comecei a tirar sua blusa...

Em algum momento ela começou a dizer coisas do tipo... “Não quero fazer isso agora” ou algo assim. Eu simplesmente continuei mexendo na roupa dela... e ela começou a se contorcer. Mas isso na verdade ajudou, porque a blusa saiu mais fácil. E eu meio que me inclinei sobre ela, continuei apalpando pra ela entrar mais no clima. Ela tentou me empurrar, então eu a empurrei pra baixo de volta...

Fiquei puto por ela ter feito o jogo até ali e então decidido escapar daquele jeito no final. Quero dizer, de qualquer forma ela estava tão mamada que provavelmente não sabia o que estava acontecendo. Não sei, talvez foi por isso que ela começou a me empurrar. Mas, sabe, eu só continuei em cima dela, puxando sua roupa, e em algum momento ela parou de se contorcer. Não sei, talvez ela tenha apagado. Ela estava de olhos fechados.

Lisak perguntou a Frank: “O que aconteceu?”.

“Eu fodi ela”, respondeu Frank.

“Você teve de se inclinar sobre ela ou segurá-la enquanto fazia isso?”

“Aham, eu fiquei com o braço sobre o peito dela desse jeito, sabe, foi assim que eu fiz.” Enquanto falava, Frank demonstrou como pôs o antebraço sobre o esterno da vítima, perto da base do pescoço, e inclinou-se sobre ela para segurá-la.

“Ela estava se contorcendo?”, perguntou Lisak.

“É, ela estava se contorcendo”, disse Frank, “mas já não tanto.”

“O que aconteceu depois?”

“Eu me vesti e voltei pra festa.”

“O que ela fez?”, perguntou Lisak.

“Foi embora”, respondeu Frank.

A entrevista de Lisak com Frank foi típica das entrevistas que ele fez com outros estupradores. Numa parte da entrevista não incluída acima, disse-me Lisak, Frank “descreveu de fato dois outros estupros que ele cometeu, quase exatamente nas mesmas circunstâncias, exceto pelo fato de que as duas outras vítimas estavam inconscientes por causa do álcool no momento. E Frank não fazia ideia de que o que ele estava me descrevendo eram atos de estupro”.

Predadores como Frank se safam disso em várias ocasiões, explicou Lisak, porque a maioria de nós fica num estado de negação. Não estamos inclinados a acreditar que alguém que é um aluno atento ou um atleta excelente poderia ser também um estuprador serial. Mas Frank e sua laia são predadores sexuais que causam danos incalculáveis em suas vítimas, e é crucial que policiais, promotores de justiça e administradores de campi os vejam como tais.

O problema é que a maioria dos agentes responsáveis por fazer estupradores responder por seus crimes não considera caras como Frank criminosos perigosos. E, mesmo quando o fazem, muitos ficam relutantes em oferecer denúncia e processar os autores de estupro de conhecido, pois estão convencidos de que as chances de condenar esse tipo de estuprador são pequenas — pequenas demais para justificar o enorme investimento de tempo, dinheiro e capital emocional necessário para montar um caso em grande escala de acusação de estupro. Promotores justificam essa relutância em processar ressaltando que o dever jurado deles é agir no melhor interesse do Estado, e não servir como advogados pessoais de vítimas de estupro ou qualquer outro crime.

David Lisak considera essa lógica autodestrutiva e imprudente. Ele argumenta que deixar de

processar com rigor estupradores como Frank não só prejudica as muitas vítimas de estupro por conhecido, como também causa um dano tangível à sociedade em geral. Quando homens como Frank repetidamente estupram e não pagam por isso, diz Lisak, “o comportamento se torna arraigado. É algo obsessivo. E, uma vez que esse padrão se estabelece, ele não tende a ser algo que simplesmente cessa. Predadores sexuais estão constantemente praticando, constantemente testando os limites de vítimas em potencial. Sabe quando você conversa com um vendedor experiente, e depois de umas duas cervejas ele diz como você pode aprender a ler as pessoas, como você pode aprender técnicas para fechar a venda? Predadores sexuais fazem praticamente a mesma coisa. Não é que todos eles sejam gênios, mas eles estão constantemente aperfeiçoando suas habilidades e se tornam muito bons nisso. Eles ficam muito melhores no que fazem do que nós em detectar e resistir a isso”.

Lisak reconhece que processar estupradores como Frank é difícil. Ele disse, porém: “Discordo totalmente de que tais casos sejam impossíveis de processar. Há promotores em todo o país que foram muito bem-sucedidos ao enfrentá-los. Mas isso requer muita habilidade e uma disposição de lidar com estupros por conhecidos de uma forma nova”. Também requer que os promotores entendam que um número relativamente baixo de estupradores comete a maioria dos estupros. “Estatisticamente, as chances de que qualquer estupro tenha sido cometido por um agressor serial são de cerca de 90%”, disse Lisak. “As pesquisas são claras nesse ponto. A questão principal para a polícia e os promotores deveria ser de que há um predador solto. Ao denunciar esse estupro, a vítima está lhe dando uma oportunidade de prender esse cara. Se você se nega a levar o caso adiante porque a vítima estava bêbada, ou tem um histórico de promiscuidade, ou o que quer que seja, é quase certo que o agressor vai continuar estuprando outras mulheres. Precisamos de policiais e promotores que entendam que ‘caras legais’ como Frank são criminosos perigosos.”

David Lisak argumenta que a polícia precisa investigar suspeitos de estupro com a mesma diligência dedicada a investigar chefões do narcotráfico e autores de crime organizado. “O foco da investigação não deveria ser apenas um estupro aparentemente isolado”, explicou ele. “Deveria ser: ‘Quem é esse suspeito? Quem pode nos dizer como ele realmente é? Quem são as outras mulheres que ele pode ter estuprado?’. Detetives precisam buscar autorização para fuçar contas de e-mail, investigar os amigos no Facebook do suspeito. Eles realmente precisam cavar.”

Policiais que atuam dessa forma em casos de estupro têm grandes chances de descobrir outras vítimas e outros crimes. E, quando os promotores têm evidências de múltiplas vítimas, fica muito mais difícil para os advogados de defesa atacar a credibilidade de qualquer vítima isolada — a consagrada defesa de estupro que tantas vezes resulta em absolvição.

PARTE III

ATENÇÃO INDESEJADA

Durante a minha viagem a Missoula, fiquei chocada com a quantidade de alunos da UM para quem era inconcebível que um ilustre jogador de futebol americano — nada menos que um quarterback — pudesse chegar a estuprar alguém. “Esses caras podem dormir com quem quiserem”, as pessoas me diziam repetidamente...

Todo mundo concorda, por exemplo, que, nas palavras de um homem que conheci sob as desconcertantes luzes fluorescentes de um boteco esportivo chamado Missoula Club, jogadores de futebol americano em especial “não precisam estuprar pra transar”. Isso apesar do fato de que pelo menos seis jogadores do time universitário estavam envolvidos em casos com investigação em curso pelos federais.

Katie J. M. Baker
“University of Montana Quarterback Charged with Rape”
Jezebel, 1^o de agosto de 2012

Quando Beau Donaldson foi preso em 6 de janeiro de 2012 pelo estupro de Allison Huguet, essa foi a notícia principal na edição do dia seguinte do *Missoulian*. Nos seis meses que se seguiram, o crime de Beau e outras agressões sexuais por alunos da Universidade de Montana foram um tema cada vez mais noticiado pela imprensa de Montana. No dia 8 de janeiro, saiu no jornal um artigo descrevendo a frustração de Kerry Barrett e Kaitlynn Kelly com a recusa da polícia de Missoula e do gabinete da procuradoria do condado em oferecer denúncia contra seus supostos agressores. No dia 11 de janeiro, o *Missoulian* publicou uma coluna escrita por Mark Muir, o delegado da polícia, defendendo suas ações. “Casos de estupro”, escreveu ele, “são um desafio significativo; provar o caso para além de uma dúvida razoável diante de um júri é ainda mais difícil.”

No dia 15 de janeiro de 2012, um artigo do repórter do *Missoulian* Michael Moore revelou que uma aluna da UM se apresentara para denunciar que foi sexualmente agredida em fevereiro de 2011, quando era caloura. Ela foi encontrada inconsciente na neve em frente ao seu alojamento no meio da noite, com a calça e a calcinha abaixadas na altura dos tornozelos. A maior parte do seu corpo estava coberta de hematomas. “Uma mão tinha sido pressionada com tanta força em sua boca e rosto que havia uma marca ainda visível”, relatou Moore. Seus joelhos estavam ensanguentados de esfoladuras por atrito.

Na noite anterior, ela tinha bebido além da conta e, enquanto voltava a pé para casa com uma amiga, parou numa cafeteria. Alguém lhe pagou uma xícara de café, e, assim que a bebeu, ela viu um grupo de rapazes apontando para ela e rindo. “Um deles articulou com a boca a palavra ‘sedativos’ para mim”, disse ela a Moore. Assustada, ela saiu correndo da cafeteria e depois disso se lembrava de pouca coisa até ser encontrada no chão congelado do campus da UM em frente ao Jesse Hall e ser levada até seu quarto. Na manhã seguinte, quando foi ao posto de saúde da universidade, ela disse: “Lá eles me trataram como se eu não passasse de uma bêbada. Todas as perguntas foram do tipo: ‘Bem, você tem certeza de que não caiu sozinha?’”.

Um exame médico-legal posterior na clínica de atendimento a agressões sexuais First Step revelou que ela havia sido estuprada. “Sei que meu caso provavelmente não vai ser resolvido”, disse a vítima. “Mas eu quero que as pessoas saibam o que aconteceu.” Ela decidiu contar sua história ao jornal na esperança de que isso motivasse a universidade e as autoridades da cidade a começar a levar a sério o problema do estupro em Missoula. “É horrível o que está acontecendo”, ela disse a Moore, “e todos nós precisamos fazer alguma coisa para tentar consertar isso.”

No dia 17 de janeiro de 2012, dois dias depois de o artigo de Michael Moore ter sido publicado,

o presidente da UM, Royce Engstrom, falou sobre a onda de agressões sexuais num fórum público que contou com a participação de 125 missoulianos, incluindo o delegado Muir, o prefeito John Engen e membros do corpo legislativo estadual. “Quero que vocês saibam que levamos isso muito a sério”, garantiu Engstrom à audiência. Durante uma sessão de perguntas e respostas que se seguiu à sua fala, um assistente social local chamado Ian White disse a Engstrom que acreditava que a principal causa do problema era o time de futebol americano Griz. “Com todo o respeito, mas eu discordo”, retrucou Engstrom, embora antes naquela noite ele tivesse reconhecido que “um pequeno número” de atletas da universidade era responsável por parte do problema. Num memorando confidencial enviado aos funcionários da UM, porém, Engstrom tinha basicamente concordado com White, escrevendo que investigações feitas pela universidade “indicavam uma associação desproporcional” entre a crise de agressões sexuais e “padrões de comportamento de uma série de alunos atletas”.

Quatro semanas antes, Engstrom tinha designado a ex-juíza do Superior Tribunal de Montana Diane Barz para realizar uma investigação sobre o aparente surto de estupros na universidade. No dia 31 de janeiro de 2012, ela apresentou o que ficou conhecido como o Relatório Barz. “As denúncias de agressões sexuais no campus da UM exigem medidas imediatas”, escreveu ela. “Em razão do número de incidentes que se somaram desde dezembro, a investigação deve ser contínua.”

Provou-se que ela tinha razão no dia 17 de fevereiro, quando os alunos da UM ficaram sabendo de outras duas agressões através de um e-mail enviado para todo o campus avisando de uma “Possível ameaça à comunidade”. Pouco depois das duas horas da manhã do dia 10 de fevereiro, um estudante da Arábia Saudita havia encontrado uma aluna no campus da UM e oferecido uma carona até o alojamento dela. Mas, em vez de ir direto para lá, ele disse que primeiro precisava pegar uma coisa no seu quarto na International House, um alojamento de propriedade da universidade para alunos estrangeiros. Quando eles chegaram, o estudante serviu um drinque e insistiu que ela o tomasse. Imediatamente a jovem se sentiu enjoada e perdeu o controle de seu corpo, momento em que o homem começou a beijá-la contra a sua vontade. A última coisa que ela lembra foi de tentar escapar por uma janela. Amigos a encontraram inconsciente e a levaram para o seu quarto.

Mais tarde naquela mesma noite, cerca de uma hora após essa vítima ter escapado do quarto do aluno saudita, ele passou de carro por outra aluna enquanto ela ia a pé até seu alojamento, encostou no meio-fio e ofereceu-lhe uma carona. Como o conhecia, ela aceitou. Depois que entrou no carro, o aluno saudita lhe disse o mesmo que havia dito à sua vítima anterior: ele precisava dar uma passada na International House no caminho para pegar uma coisa. Conforme relatado por Dillon Kato no *Montana Kaimin* (um jornal independente feito por estudantes e publicado pela universidade), quando os dois alunos chegaram à International House, ele a convenceu a subir até seu quarto e “serviu uma bebida para cada um”. A mulher logo começou a sentir náuseas e vomitou. Sua lembrança seguinte, ela disse a Kato, era do aluno

deitado em cima dela, ambos nus... “Ele tinha um hálito terrível. Lembro do peso dele no meu peito.”[...] Ela disse que estava com dificuldades para se mexer e ainda se sentia enjoada. Ela disse que o homem então pegou uma camisinha e se pôs a estupra-la e ela gritou

para que ele a soltasse.

Por fim o homem adormeceu e os efeitos do coquetel batizado dela passaram, permitindo que a jovem fugisse e voltasse para o seu alojamento.

Ambas as agressões ocorreram nas primeiras horas da madrugada da sexta-feira do dia 10 de fevereiro de 2012. Naquela tarde, a primeira vítima, que não foi estuprada, denunciou seu encontro com o aluno estrangeiro para o escritório de segurança pública da UM, e a polícia do campus notificou o decano Charles Couture sobre a questão no dia 14 de fevereiro. Além disso, aparentemente em algum momento os policiais do campus trouxeram o agressor para interrogá-lo e o acusaram de delito leve por fornecer álcool para a primeira vítima.

A segunda vítima, que foi estuprada, de início não denunciou o incidente para a polícia da universidade nem para a polícia de Missoula, de modo que os agentes de segurança pública da UM não sabiam da segunda agressão, mais grave, quando conversaram pela primeira vez com o aluno estrangeiro. No fim de semana, porém, a primeira vítima ficou sabendo do estupro da segunda vítima pelos boatos no campus.

No dia 14 de fevereiro de 2012, a primeira vítima, que fora agredida mas não estuprada, recebeu uma ligação do decano Couture, marcando uma entrevista com ela para o dia 17 de fevereiro. Ao chegar para a reunião, ela surpreendeu Couture ao levar junto a segunda vítima, que fora estuprada. Até aquele momento, Couture nem mesmo sabia que havia uma segunda vítima. De acordo com o artigo de Dillon Kato, Couture garantiu às duas mulheres que iria convocar o estudante que as agredira para vir ao seu escritório e interrogá-lo e iria “possivelmente tirar seu visto e expulsá-lo” da universidade.

Em resposta ao estupro, conforme exigido por uma lei federal de 1990 conhecida como Lei Clery, às 4h51 da manhã do dia 17 de fevereiro, a universidade mandou o e-mail em massa sobre possíveis “condições perigosas” no campus e seu entorno. A polícia da universidade obrigou Couture a notificar o aluno estrangeiro de que ele estava sendo investigado pelo suposto estupro da segunda vítima, o que o decano fez naquela tarde com uma ligação.

No entanto, Couture não pediu que o aluno entregasse seu passaporte, pois não tinha autoridade legal para fazê-lo. Ele também não ligou para a polícia de Missoula para informá-los do estupro. Em vez disso, a polícia e outras autoridades da cidade ficaram sabendo do ocorrido pelo e-mail de alerta, o que não os deixou contentes. Cerca de noventa minutos depois de o e-mail em massa ter sido enviado, o prefeito Engen mandou um e-mail para o presidente Engstrom e Jim Foley, o vice-presidente de relações externas da UM, no qual dizia:

Parece que duas supostas agressões sexuais estão ligadas a um único suspeito que o escritório de segurança pública teve sob custódia e acusou de delito leve por menor em posse de álcool. Ambas as agressões parecem ter acontecido fora do campus e deveriam ter sido imediatamente comunicadas ao departamento de polícia de Missoula. Espero que o decano sinta certa obrigação de comunicar os crimes para nós para que possamos proceder a uma investigação criminal profissional apropriada. Embora entendamos que haja implicações para o suspeito com base no código de conduta estudantil, tal investigação deve ser secundária a uma investigação criminal de uma suposta agressão sexual.

Engen estava enganado sobre o lugar em que as agressões ocorreram; elas na verdade

aconteceram na propriedade da universidade. Mas isso era irrelevante. Apenas três meses antes, a universidade havia assinado um memorando de entendimento com a cidade assegurando ao departamento de polícia de Missoula jurisdição sobre todos os crimes graves cometidos no campus da UM. Esse acordo, porém, não suplantava a suposta obrigação da universidade de respeitar os direitos de privacidade da vítima, na opinião do assessor jurídico da instituição, David Aronofsky. “Francamente, se uma vítima diz: ‘Não quero que isso seja levado à polícia’”, ele disse a Gwen Florio, do *Missoulian*, “nós vamos honrar isso.”

A relutância de Aronofsky em envolver a polícia talvez estivesse associada também com a recusa do gabinete da procuradoria do condado de Missoula em oferecer denúncia nos casos de Kerry Barrett e Kaitlynn Kelly. Durante a audiência de Kaitlynn no Tribunal Universitário, Aronofsky ficou ciente de que tanto Kerry como Kaitlynn acreditavam que o tratamento que receberam do departamento de polícia de Missoula e da promotora Kirsten Pabst fora aviltante e contraproducente. Ambas disseram que não recomendariam a outras vítimas de estupro denunciar suas agressões aos policiais de Missoula.

O presidente Engstrom concordava com a opinião do assessor David Aronofsky de que a universidade agiu corretamente ao não comunicar o estupro do dia 10 de fevereiro aos agentes policiais de Missoula. “Conforme exigido pela lei federal”, ele disse a Florio, “a universidade não pode e não revelou os nomes das supostas vítimas ou autores para a polícia.” A exatidão dessa declaração, entretanto, é questionável. A lei federal, a lei de Montana e a política da universidade concernente a agressões sexuais e à privacidade das vítimas e dos autores são, na melhor das hipóteses, confusas, e em alguns aspectos contraditórias.

De acordo com a Carta Caro Colega de 2011 expedida pelo Escritório de Direitos Civis do Ministério da Educação dos Estados Unidos, assim que uma faculdade “é notificada” de uma agressão sexual, “ela deve tomar medidas imediatas para investigar ou então determinar o que ocorreu e tomar medidas rápidas e eficazes [...] para impedir sua ocorrência e, consoante o caso, remediar seus efeitos”. Mas, conforme observou Diane Barz em seu relatório de 31 de janeiro para Engstrom, “essa é a parte mais difícil para a UM e outras universidades, porque as diretrizes não são claras quanto ao que constituem ‘medidas rápidas e eficazes’”.

Em todo caso, na noite de sexta-feira, 17 de fevereiro de 2012, a universidade forneceu à polícia de Missoula o nome do suposto estuprador, e os policiais imediatamente começaram a procurar por ele, de acordo com o delegado de polícia assistente Mike Brady. Na terça-feira, dia 21 de fevereiro, ambas as vítimas foram ao departamento de polícia, prestaram declarações para os detetives e confirmaram a identidade do agressor por meio de fotografias. Infelizmente, foi tudo em vão. Antes do fim do dia, a polícia descobriu que o autor dos crimes tinha fugido de Missoula no dia 19 de fevereiro e pegado um voo para a Arábia Saudita.

A raiva coletiva em Missoula pela fuga do estuprador estrangeiro foi extrema. Menos de um mês depois de o Relatório Barz alertar que as agressões sexuais no campus da UM exigiam medidas imediatas, o problema só parecia aumentar. Em uma sessão da Câmara dos Vereadores em 27 de fevereiro de 2012, o vereador Dick Haines atacou os administradores da universidade por não

terem feito mais para impedir que o agressor saísse fugisse do país. “Eles têm que perceber que aquela pessoa é uma ameaça não só para o campus”, declarou Haines, acrescentando que usar regulamentos federais como desculpa para não passar imediatamente o caso para a polícia da cidade era inaceitável.

“Se em dezembro você estava alardeando sobre como isso [impedir agressões sexuais] era a principal prioridade”, disse Tracy Cox, porta-voz do Centro Nacional de Recursos contra a Violência Sexual baseado na Pensilvânia, a Florio, “e apenas dois meses depois estamos nessa situação, isso diminui e muito a sua credibilidade. E o fato de o sujeito fugir — aí a coisa já assume outra dimensão.”

Então, quando parecia que a crise não tinha mais como piorar, ela piorou. À 1h16 da manhã do dia 15 de março de 2012, Irina Cates — uma repórter do canal de televisão local Kpax — postou um artigo no site do canal sob o título “*Quarterback* do Griz recebe ordem de restrição após suposta agressão sexual”. Cates descobriu que uma aluna da UM havia pedido ao tribunal proteção contra Jordan Johnson, o *quarterback* estrela do time de futebol americano, alegando que ele a estuprara.

Três meses antes, Jordan — um segundanista de dezenove anos de Eugene, Oregon — tinha levado os Grizzlies ao primeiro lugar na Big Sky Conference com um recorde de onze vitórias e três derrotas na temporada de 2011, o que culminou numa passagem impressionante pelo campeonato nacional da subdivisão FCS. A jovem que ele teria estuprado, Cecilia Washburn,* era uma terceiranista de vinte anos da faculdade de farmácia da UM. Eles eram amigos desde 2010, tinham saído de forma intermitente e ficado algumas vezes, mas as coisas nunca passaram disso em termos sexuais. O relacionamento deles consistia principalmente de troca de mensagens de texto. Então, na primavera de 2011, Cecilia Washburn começou a namorar outro homem, Jordan Johnson ficou interessado em outra mulher e o relacionamento nascente “fracassou”, conforme descreveu Cecilia.

Em dezembro de 2011, porém, depois que o relacionamento de Cecilia com o namorado terminou, ela e Jordan começaram a trocar mensagens de novo. Muitas mensagens. De acordo com a detetive da polícia de Missoula Connie Brueckner, de dezembro de 2011 até o dia 4 de fevereiro de 2012, quando o estupro teria ocorrido, os dois trocaram “algumas centenas de mensagens”. Setenta e cinco por cento delas partiram de Jordan. Cecilia as caracterizou como “amigáveis e com flertes” durante seu testemunho sob juramento.

No início de dezembro de 2011, após uma vitória do Griz na pós-temporada, Jordan Johnson foi a uma festa, bebeu demais e mandou mensagem para Cecilia Washburn pedindo uma carona para casa, para não ter que dirigir bêbado. Quando Cecilia o buscou e o levou para casa, ele a convidou para entrar para um rápido tour pela residência, mas eles nem sequer se beijaram. Mais de um ano depois, durante o julgamento de Jordan, seu advogado lhe perguntou por que ele ligou para Cecilia naquela noite, e não para um de seus outros amigos. “Não sei”, respondeu ele. “Apenas liguei.”

“Você meio que gostava dela?”, perguntou o advogado.

“Não necessariamente”, respondeu Jordan. Ele explicou que estava mais interessado em Kelli Froland, de quem estava a fim desde o início de 2011. “Não éramos namorados”, disse ele, descrevendo seu relacionamento com Kelli, “mas a gente se gostava.”

“Você gostava muito dela?”, inquiriu o advogado.

“Sim”, respondeu Jordan.

No final de dezembro de 2011, Cecilia Washburn saiu da cidade para passar as férias de inverno de seis semanas da universidade com a família, e Jordan Johnson foi a Oregon visitar a sua. Eles trocaram várias mensagens durante esse período. Na primeira semana de fevereiro de 2012, quando os dois já tinham voltado a Missoula, eles se toparam numa festa anual do campus conhecida como “Baile dos Florestais” (Foresters’ Ball), realizado todo inverno em noites consecutivas.

Era sexta-feira, 3 de fevereiro de 2012, a primeira noite da festa. Havia cerca de 1500 jovens entre homens e mulheres no local. Embora não fosse servido álcool no evento, a maioria dos estudantes tinha bebido bastante antes de chegar, incluindo Cecilia e Jordan. Ela tinha ido ao baile com dez ou doze pessoas; Jordan Johnson chegara com seus dois melhores amigos, que também moravam com ele e eram seus companheiros no time de futebol americano: Bo Tully e Alex Bienemann. Logo no início da noite, Cecilia estava dançando com um conhecido quando viu Jordan passar. “Então fui até ele”, testemunhou ela, “dei um grande abraço nele e perguntei como ele estava.” Jordan testemunhou que ficou feliz em vê-la. Cecilia pôs a mão na lombar de Jordan, inclinou-se para ele e declarou bebadamente (de acordo com Jordan e Alex): “Jordy, eu transaria com você a qualquer momento”. As consequências dessa oferta fria e afetada pelo álcool, como se viu, foram muito, muito maiores do que qualquer um poderia ter imaginado.

Quando a festa acabou, Jordan voltou para casa com Bo e Alex e foi para a cama sozinho. Cecilia chamou alguns de seus amigos para sua casa alugada, onde eles socializaram até duas ou três da manhã, e então ela também foi para a cama sozinha.

Apesar de ter ficado acordada até tão tarde, Cecilia se forçou a levantar às sete e meia da manhã seguinte para ir trabalhar na Casa Ronald McDonald de Missoula, uma instituição que dá apoio a crianças gravemente doentes e suas famílias. Ela trabalhava como voluntária lá todo sábado das oito às dez da manhã, aos domingos de manhã das sete às nove e toda noite de segunda-feira. Terminado o seu turno naquele sábado de manhã, ela voltou para casa, fez panquecas para os dois homens que dividiam a casa com ela e saiu com um visitante de Great Falls.

Por volta das duas da tarde, Cecilia recebeu uma mensagem de Jordan. “E aí!”, escreveu ele, iniciando uma conversa na qual perguntou quais eram os planos dela para a noite. Na enxurrada de mensagens que se seguiram, eles marcaram de assistir a um filme juntos na casa dela. Jordan mandou mensagem para ela de novo às 22h29 e depois às 22h40, perguntando se ela poderia passar na casa dele e buscá-lo para assistir ao filme, pois ele tinha bebido e não achava prudente dirigir. Cecilia não respondeu porque tinha pegado no sono.

Cada vez mais ansioso, por volta das 22h45 Jordan ligou para Cecilia. Desperta, finalmente, pelo toque do telefone, ela respondeu e disse que iria em seguida.

Quando Cecilia Washburn saiu de casa para buscar Jordan Johnson, ela não tomava banho havia mais de 24 horas, não tinha escovado o cabelo, não tinha se dado ao trabalho de pôr uma roupa limpa ou passar qualquer maquiagem — não tinha, em suma, feito nada do que se imaginaria que uma jovem faria caso esperasse ter relação sexual pela primeira vez com um homem

por quem estava interessada. Conforme Cecilia testemunhou mais tarde, embora certamente se sentisse atraída por Jordan e esperasse fazer sexo com ele em algum momento no futuro, ela jamais teve nenhuma intenção de fazer sexo com ele naquela noite. Ela só queria assistir a um filme, talvez se aconchegar um pouco se houvesse a oportunidade e explorar a possibilidade de reacender algum tipo de relacionamento com ele. Cecilia não consumia nenhum álcool desde a noite anterior.

Jordan Johnson dividia uma casa alugada com outros cinco jogadores de futebol americano. De acordo com seu testemunho, entre cinco da tarde e dez da noite, ele tinha bebido cerveja e passado o tempo com Alex Bienemann, Bo Tully e alguns outros companheiros do Griz. Durante esse período, testemunhou Jordan, ele “provavelmente” não bebeu mais do que quatro ou cinco cervejas, mas em uma declaração à polícia de Missoula a recordação de Alex foi de que Jordan bebeu três ou quatro cervejas nos 45 minutos que antecederam a saída para a casa de Cecilia, para além do que quer que ele tivesse ingerido ao longo das últimas quatro horas. Enquanto Jordan saía pela porta, Alex incentivou-o: “Dá um trato nela, cara!”.

Segundo o testemunho de Jordan, ele achava Cecilia Washburn “realmente legal, uma garota inteligente... eu gostava dela como pessoa”. Mas, acrescentou, “eu não gostava dela, digamos, como namorada”. Entretanto, quando Cecilia chegou à casa de Jordan e ele entrou em seu carro, ele mais tarde disse que achava que “havia uma possibilidade” de os dois fazerem sexo naquela noite.

Ao entrarem na casa de Cecilia, ela apresentou Jordan a um de seus colegas, um amigo próximo chamado Stephen Green, que estava jogando video game na sala de estar, depois o levou até seu quarto para assistir ao filme. Cecilia tinha combinado antes de buscar um amigo, Brian O’Day, em algum momento após a meia-noite para lhe dar uma carona para casa depois da segunda noite do Baile dos Florestais; como já eram quase onze da noite, ela queria começar o filme logo para que eles pudessem assistir ao máximo possível antes que O’Day ligasse pedindo carona, momento em que Jordan teria de ir para casa.

O quarto era pequeno. A cama monopolizava a maior parte do espaço do chão. Jordan tirou o sapato e o relógio e recostou-se na cama. Cecilia tirou a bota, pôs um DVD chamado *A mentira* (uma comédia inspirada em *A letra escarlate*) e então deitou ao lado dele para assistir ao filme. Alguns minutos depois eles começaram a se beijar. Segundo o testemunho de Cecilia, embora tivesse gostado disso, ela disse a Jordan: “Vamos só ver o filme”, e eles pararam de se beijar, mas continuaram abraçados. Ele estava de costas; ela estava deitada sobre o lado esquerdo com o braço direito sobre o peito dele e a cabeça em seu ombro.

Uns dois minutos depois, Jordan virou-se para ela e eles começaram a se pegar de novo. “Eu pensei ‘Tá bem’”, lembra Cecilia. “Parecia tranquilo. E então as coisas esquentaram um pouco.” Ele tentou puxar a camiseta dela para cima. Quando ela a puxou de volta para baixo, ele insistiu em tirá-la pela cabeça, e ela o deixou. Em seguida Cecilia tirou a camiseta de Jordan. Ela rolou para cima dele e eles começaram a esfregar os quadris um contra o outro. Ela beijou e mordiscou a orelha dele, e ele beijou o pescoço dela. Tudo isso, ela testemunhou, foi consensual. Mas então Jordan agarrou o braço dela e passou “a ficar realmente excitado”, o que começou a alarmá-la, porque ela não queria fazer mais nada do que dar uns amassos. Ela lhe disse: “Vamos fazer uma

pausa... Vamos só ver o filme”. Cecilia saiu de cima de Jordan e voltou a ficar deitada de lado com a cabeça apoiada no ombro dele.

No entanto, após terem assistido ao filme durante mais alguns minutos, sem dizer nada Jordan rolou para cima dela e começou a beijá-la de forma mais agressiva. Mais uma vez ela lhe disse: “Não, vamos só ver o filme”. Contudo, em vez de parar, testemunhou Cecilia, ele ficou sentado sobre ela “como se fosse um gorila... E eu disse: ‘Não’, tipo, ‘Esta noite não’. Porque imaginei que ele estava querendo fazer sexo. E eu não queria isso”.

Àquela altura, porém, Jordan Johnson parecia determinado a fazer sexo, apesar dos repetidos protestos de Cecilia Washburn. Ela tinha 1,72 metro e pesava 57 quilos. Ele era um jogador de futebol americano bem desenvolvido que pesava cerca de noventa quilos e passava bastante tempo levantando peso na sala de musculação do Griz. Jordan a imobilizou apoiando o braço esquerdo sobre os ombros e o peito dela, testemunhou Cecilia, “e então ele agarrou minha *legging* e minha calcinha com o braço direito, puxou-as para baixo e elas ficaram presas na altura do tornozelo”. Enquanto ele arrancava sua roupa, ela continuou protestando: “Não! Esta noite não!”. Ela também tentou manter as pernas fechadas e ergueu os joelhos contra os quadris dele numa tentativa de empurrá-lo.

Enquanto Cecilia resistia aos avanços de Jordan, testemunhou ela, “ele não disse nada. Ele ficou só... Ele se transformou numa pessoa totalmente diferente... Fiquei apavorada”.

Depois que Jordan arrancou a *legging* e a calcinha de Cecilia Washburn, e enquanto a imobilizava com o antebraço sobre o esterno dela, ele a mandou virar de bruços. Quando ela se recusou, testemunhou Cecilia, “ele disse: ‘Vira, senão eu te obrigo’. Então nesse momento ele agarrou meu quadril e me virou”. Quando isso aconteceu, disse ela, “eu simplesmente soube que ia ser estuprada”.

Com Cecilia deitada de bruços na cama, Jordan abriu as pernas dela à força com os joelhos, pôs a mão no lado da cabeça dela para segurá-la e usou a outra mão para abrir seu cinto e abaixar sua calça jeans. “Você disse que queria”, ele falou. Jordan puxou o quadril da jovem em sua direção para que ela ficasse de joelhos com as nádegas erguidas no ar e penetrou sua vagina com o pênis enquanto se ajoelhava na cama atrás dela. Ao fazer tais coisas, de acordo com Cecilia, ele falou de novo: “Você disse que queria! Você disse que queria!”.

“Ele agarrou meu quadril e começou a puxar meu corpo contra o dele”, testemunhou Cecilia, “repetidas vezes, de novo, e de novo, e de novo. Doía muito.” Ele a penetrou dessa forma por “uns dois minutos”, até sentir que estava prestes a ejacular, momento em que tirou o pênis e gozou na mão e sobre o cobertor dela.

Quando Jordan começou a estuprá-la, testemunhou Cecilia, ela ficou “totalmente em choque. Foi como se eu tivesse sido atingida por um taco de beisebol. Eu não fazia ideia do que estava acontecendo. Nunca na minha vida eu teria imaginado que aquilo aconteceria... E então, gradualmente, quando as coisas começaram a avançar, eu me retraí aos poucos... E, depois, eu ainda estava em choque. Não queria acreditar que tinha acontecido. Foi, tipo, um pesadelo”.

Depois que Jordan tirou o pênis da vagina de Cecilia e ejaculou, ela arrastou-se para fora da cama, postou-se ao lado da cômoda e o encarou, tremendo, enquanto ele limpava o sêmen do

cobertor, pegava sua roupa e entrava num banheiro contíguo. Assim que Jordan saiu do quarto, ela vestiu a roupa, pegou seu celular da mesa de cabeceira e mandou uma mensagem para o amigo com quem dividia a casa, Stephen Green, que ainda estava jogando video game na sala de estar, a poucos metros dali. “Omg”, ela escreveu, “acho que acabei de ser estuprada. ele ficou forçando e forçando e eu disse não mas ele não me deu ouvidos... soh tenho vontade de chorar... omg, o que eu faço!”

Cecilia Washburn pegou a bolsa e a carteira, pôs um casaco e atravessou a sala de estar; ela passou por Stephen e entrou na cozinha, onde percebeu que seu amigo Brian O’Day havia lhe mandado uma mensagem para perguntar se ela o buscaria no centro e lhe daria uma carona para casa, conforme tinha concordado em fazer antes. Cecilia respondeu com um sim, seguido por um emoticon de carinha feliz. Mais tarde, quando foi questionada sobre a razão de haver respondido com uma carinha feliz, ela explicou que não queria que Brian soubesse que ela fora estuprada.

Depois de responder à mensagem de Brian, Cecilia seguiu porta afora e foi até seu carro, certa de que Jordan iria atrás dela quando percebesse que ela havia saído. “Eu o queria fora da minha casa o mais rápido possível”, testemunhou. No estado de choque e descrença que se sucedeu ao estupro, ela decidiu que levá-lo de volta para casa era a forma mais eficaz de conseguir isso.

Quando Cecilia passou por Stephen Green, ele viu que a amiga tinha lágrimas nos olhos. “Ela parecia muito aflita”, testemunhou Stephen. “E ela... só meio que balançou a cabeça e disse que não queria falar a respeito naquele exato momento.”

Jordan Johnson saiu da casa dois minutos depois de Cecilia e se acomodou no banco do passageiro da frente do carro. Durante o curto trajeto até sua casa, eles não se falaram. “Não trocamos nenhuma palavra”, testemunhou Cecilia. “Silêncio absoluto... Eu tinha lágrimas nos olhos, mas não estava chorando alto... Quando o deixei, ele saiu do carro e disse: ‘Bem, valeu’, e então fechou a porta... Eu dei a volta com o carro, comecei a chorar e então fui pra casa.”

Posteriormente, muitas pessoas ficaram intrigadas com as ações de Cecilia Washburn durante a suposta agressão e no período que se seguiu a ela. Quando a agressão começou, perguntaram-se os céticos, por que ela não gritou pedindo ajuda a Stephen Green, que estava sentado logo ali, do outro lado da porta do quarto? E por que Cecilia deu carona a Jordan Johnson depois que ele a estuproou?

Há várias explicações plausíveis, de acordo com Rebecca Roe. Advogada talentosa de Seattle, Roe trabalhou de 1977 a 1994 no gabinete da procuradoria do condado de King, onde dirigiu uma Unidade Especial de Agressões Sexuais durante onze anos; em 2008, após passar a atuar na esfera privada, ela foi reconhecida como “Advogada do Ano” pela Associação dos Advogados do Estado de Washington. O estupro é uma experiência tão traumática, Roe me explicou, que com frequência resulta em comportamentos aparentemente bizarros. O medo sem dúvida está relacionado com as ações inesperadas de Cecilia Washburn, disse ela. Mas igualmente poderia ter a ver com algo tão mundano quanto a culturalização.

“Na verdade, foi uma atitude bastante comum as mulheres não gritarem ou chamarem a polícia nos casos de estupro que processei”, disse Roe, “ao menos em parte porque não são programadas

para reagir assim. Somos educadas para sermos agradáveis e para não criarmos atrito. Somos criadas para sermos amáveis. Espera-se que as mulheres resolvam problemas sem fazer uma cena — espera-se que elas façam coisas ruins desaparecerem como se jamais tivessem acontecido.”

Quando chegou de volta em casa após dar uma carona a Jordan Johnson, Cecilia Washburn entrou pela porta da cozinha, caiu em prantos e começou a soluçar tão alto que teve dificuldade para respirar. “Achei que ia desabar”, disse ela, “então eu agarrei o... puxador da porta do forno.” Assim que Stephen Green ouviu o choro convulsivo de Cecilia, ele correu para a cozinha a fim de consolá-la, depois a convenceu a sentar-se com ele na sala de estar. “Eu sentei no colo dele... e ele ficou ali só esfregando minhas costas”, lembra ela.

Depois de conversar durante cerca de vinte minutos com Stephen, ela tomou um longo banho. Ela disse que se sentia suja e violada e queria “limpar e simplesmente esfregar cada fenda do meu corpo”.

* Pseudônimo.

Quando Cecilia Washburn saiu do banho, já era por volta de uma da manhã. Seu amigo Brian O'Day ainda precisava de uma carona para casa, então ela se vestiu, voltou para o carro e dirigiu até o centro para buscá-lo. Quando entrou no carro, Brian percebeu que ela parecia chateada e perguntou qual era o problema. Cecilia irrompeu em lágrimas e lhe contou que tinha sido estuprada. Quando por fim ela voltou para casa e foi para a cama, já eram duas e meia da manhã.

Após acordar no domingo de manhã, 5 de fevereiro de 2012, Cecilia Washburn mandou mensagem para uma amiga próxima, Ali Bierer, para lhe contar o que havia acontecido na noite anterior. Ali, uma veterana da faculdade de farmácia da UM, era um ano mais velha que ela. Durante seus anos de caloura e segundanista, Ali tinha trabalhado vinte horas por semana como assistente residente, um trabalho que envolvia dar aconselhamento e apoio aos estudantes. Como parte do seu treinamento para o cargo, ela fora instruída sobre como responder a alunos que a procuravam para relatar agressões sexuais. Guiada por esse treinamento, Ali insistiu para que a amiga fosse imediatamente ao Centro de Recursos First Step. (Trata-se da mesma clínica para vítimas de agressão sexual a que Allison Huguet foi levada por sua mãe depois de ser estuprada por Beau Donaldson e para onde Kelsey Belnap foi após o alegado estupro coletivo por quatro companheiros de equipe de Beau e Jordan Johnson.) Ali ofereceu-se para levar Cecilia ao First Step.

Embora estivesse cética, ela cedeu à insistência da amiga porque queria receber tratamento para suas lesões genitais e potenciais doenças sexualmente transmissíveis. “Eu só queria ter certeza de que estava fisicamente bem”, testemunhou Cecilia.

Quando Ali foi buscá-la para acompanhá-la à clínica, a aparência de Cecilia a preocupou. “Ela estava muito esgotada, retraída”, testemunhou. “Ela não olhava para mim... Ela estava chorando. Muito abalada.”

No First Step, Cecilia Washburn conheceu Claire Francoeur, a enfermeira especializada de plantão. Francoeur explicou que ela não era obrigada a denunciar o suposto estupro à polícia, mas observou que, se havia qualquer possibilidade de talvez decidir denunciar a agressão algum dia no futuro, era muito importante fazer um exame médico-legal imediatamente, a fim de que evidências fossem coletadas. Cecilia concordou em fazer o exame, que acabou sendo tão doloroso que ela pediu para Francoeur parar por um breve momento. O exame determinou que Cecilia tinha dor genital, além de “leve vermelhidão, inchaço e algumas pequenas escoriações, marcas no peito e sensibilidade no lado da cabeça”.

Depois do exame, a jovem ficou na dúvida sobre denunciar o estupro às autoridades. Ela tinha

quatro opções. Poderia ir à polícia de Missoula e buscar reparações pelo sistema judicial penal; poderia denunciar a agressão à Universidade de Montana; poderia prestar queixas tanto para a polícia como para a universidade; ou poderia permanecer calada. Nenhuma dessas escolhas era atraente. Cada uma delas tinha o potencial de afetar sua vida de formas imprevisíveis e adversas.

Após pesar os possíveis riscos em contraposição aos possíveis benefícios, Cecilia decidiu não prestar queixa na polícia, pelo menos naquele momento, mas denunciar à Universidade de Montana que fora estuprada por Jordan Johnson. Ela esperava que, ao não registrar uma denúncia formal no departamento de polícia de Missoula, seria capaz de manter o estupro confidencial e fora da imprensa. Alguns dias depois da ida ao First Step, ela prestou uma declaração ao decano da UM, Charles Couture. Ele imediatamente deu início a uma investigação formal.

No domingo, dia 12 de fevereiro, Jordan Johnson chegou em casa de uma viagem a Pullman, Washington, e encontrou uma carta de Couture em papel timbrado da Universidade de Montana. “Prezado sr. Johnson”, começava a missiva,

Iniciei uma investigação sobre a denúncia de que você violou a seção V.A. 18 do código estudantil da Universidade de Montana. A seção V.A. 18 proíbe o estupro. Conforme consta, no dia 4 de fevereiro de 2012 você estuprou uma aluna, a srta. Cecilia Washburn, em seu apartamento fora do campus... Após a conclusão de minha investigação, se eu encontrar evidências suficientes de que você violou o código de conduta estudantil conforme alegado, pretendo buscar sua imediata expulsão da universidade.

Enquanto lia a carta, Jordan começou a tremer e hiperventilar, segundo os amigos que moravam com ele, e mal conseguia falar. Dois deles, Alex Bienemann e Bo Tully, sugeriram que ele se aconselhasse com um de seus técnicos assistentes de futebol americano que morava perto. Como este não estava em casa, eles ligaram para Robin Pflugrad, o técnico principal, que chamou Jordan para ir a sua casa conversar.

Tanto Pflugrad como Jordan eram de Eugene, Oregon, e o técnico era amigo dos pais de Jordan. Pflugrad tinha um filho que frequentara a Sheldon, uma escola de ensino médio de Eugene, onde Jordan se destacara nacionalmente como um *quarterback* excepcional. Em dezembro de 2009, quando Jordan era veterano na Sheldon, Pflugrad foi nomeado técnico principal da Universidade de Montana. Quase de imediato, ele ofereceu ao jovem uma bolsa de estudos para fazer faculdade na UM e jogar futebol americano para o Griz. Jordan aceitou sem demora.

Quando Alex Bienemann levou Jordan Johnson até a casa de Robin Pflugrad e o deixou, Jordan ainda estava extremamente agitado com a carta do decano Couture. Durante a pouco mais de uma hora que passou com Pflugrad, ele disse a seu técnico que a relação sexual com Cecilia fora consensual e que definitivamente não a estuprara. Nesse caso, Pflugrad respondeu, não havia com o que se preocupar, porque era impossível ficar encrencado por algo que não fez. O técnico de 53 anos garantiu a seu *quarterback* de dezenove que ia “ficar tudo bem”. Assim que Jordan foi para casa, Pflugrad ligou para o diretor atlético da UM, Jim O’Day, para alertá-lo de que Jordan Johnson estava sendo investigado pelo decano Couture por estupro, e o departamento atlético da UM prontamente se mobilizou para fazer todo o possível para defendê-lo da denúncia de Cecilia Washburn.

No início de março, Cecilia Washburn estava atravessando o campus da UM com uma pessoa amiga quando viu Jordan Johnson, que por acaso estava passando ali perto. Embora Jordan não tenha feito nenhuma tentativa de se aproximar, e aparentemente nem chegou a notá-la, Cecilia entrou em pânico quando o avistou. Era a primeira vez que o via desde a noite em que ele a teria estuprado. Apavorada, correu até um prédio próximo para se esconder, depois ligou para Lori Morin, a decana assistente de assuntos estudantis da faculdade de farmácia da UM. Morin a convenceu a ir imediatamente a seu escritório. Quando Cecilia chegou, testemunhou Morin, ela estava “chorando de forma incontrolável. Ela chegou e me abraçou e não queria me soltar... Eu nunca tinha visto uma pessoa tão apavorada”.

No dia 9 de março, incitada por esse encontro acidental, Cecilia Washburn obteve uma ordem de restrição temporária contra Jordan Johnson; a ordem o proibia de ameaçá-la ou assediá-la e exigia que mantivesse uma distância de quinhentos metros dela e de sua casa. A repórter Irina Cates ficou sabendo da ordem de restrição no dia 15 de março e postou um artigo sobre isso no Kpax.com à 1h06 da manhã do dia 16 de março, sob o título: “QB do Griz recebe ordem de restrição depois de suposta agressão sexual”. Essa foi a primeira revelação pública de que Jordan Johnson tinha sido acusado de estupro.

Embora o nome de Cecilia Washburn tenha sido mantido em sigilo nas reportagens que imediatamente saíram na imprensa, o estupro já não era mais segredo. Por essa razão, ela decidiu que poderia ir em frente e denunciar a agressão à polícia de Missoula; e o fez na tarde do dia 16 de março. Em conformidade com o código de conduta dos estudantes atletas da Universidade de Montana (que Jordan assinara), quando o time de futebol americano Griz iniciou seus treinos de primavera no dia 19 de março, ele não teve permissão para participar. Confrontados com as notícias sobre seu brilhante *quarterback*, os missoulianos reagiram com choque e incredulidade. No popular fórum da internet eGriz.com, um fã postou:

No ano passado levei minhas duas meninas de três anos para alguns dos jogos, e eu estava ansioso para tentar assistir a todos os jogos com elas neste próximo outono. Mas agora estou pensando que vou encontrar outra coisa para fazer com elas neste próximo outono. Se só uma fração do que tem sido dito é realmente verdade, então... ainda assim o programa do Grizzly tem um sério problema... É difícil torcer por jogadores quando simplesmente não dá para confiar que eles são pessoas decentes. E eu certamente não quero que minhas meninas cresçam admirando esses garotos quando parece haver uma quantidade tão grande de babacas entre eles.

E eu preciso ouvir a revolta dos fãs, não um monte de desculpas. Isso tudo não pode ser culpa só das garotas, ou de Gwen Florio, ou de qualquer outra coisa que não o time de futebol americano. Não é possível que tudo isso esteja acontecendo e que o time não tenha nenhuma parte da culpa. E talvez Pflugrad não tenha criado, ou de forma alguma causado esse problema, e ele provavelmente nunca nem o imaginou, mas, se ele quer ser o líder desse time, é bom que encontre uma maneira de resolver isso.

Treze minutos depois, em resposta, outro fã do Griz postou: “Por favor, não venha a mais nenhum jogo. Isso não passa de uma caça às bruxas”.

No dia 23 de março de 2012, a ordem de restrição contra Jordan Johnson foi revogada em favor de uma “ordem de proibição de contato” civil negociada pelo advogado de Cecilia Washburn, Josh Van de Wetering,* e pelo advogado de Jordan, David Paoli. Ela implicava as mesmas restrições para Jordan que a ordem anterior — ele ainda era obrigado a manter uma distância de quinhentos

metros dela —, mas, como a ordem de proibição de contato era um processo civil e não penal, o técnico Pflugrad e o departamento atlético da UM permitiram que Jordan treinasse com o time de futebol americano, com base numa interpretação bastante tolerante do código de conduta dos estudantes atletas. Pflugrad disse à repórter do *Missoulian* Fritz Neighbor que estava feliz de tê-lo de volta ao treino. “Acredito que sempre que você tem uma pessoa com o caráter e a tremenda fibra moral de Jordy, e, sendo ele o capitão do seu time e parte do conselho de liderança”, disse o técnico, “seus jogadores serão estimulados.”

Para Josh Van de Wetering, o apoio efusivo de Pflugrad a seu jogador no *Missoulian* foi extremamente inadequado, dadas as circunstâncias; ele acreditava que Jordan não deveria ter tido permissão de voltar ao time. Em uma carta a um administrador da UM, Van de Wetering reclamou que “a decisão do departamento atlético de reintegrar o sr. Johnson baseia-se ao menos em parte em sua incompreensão do processo judicial contra o sr. Johnson”.

No dia 29 de março, um dia após a carta de Van de Wetering ter sido recebida, o presidente da Universidade de Montana Royce Engstrom demitiu tanto Robin Pflugrad (que recentemente havia sido eleito Técnico do Ano na Big Sky Conference) como o diretor atlético da UM, Jim O’Day. Embora Engstrom não tenha indicado os motivos para a demissão dos dois homens, o técnico Pflugrad fora alvo de críticas pelo modo como lidou com o suposto estupro coletivo de Kelsey Belnap por quatro jogadores do Griz em dezembro de 2010. Em fevereiro do ano seguinte, quando ficou sabendo que esses jogadores tinham sido acusados de estuprar Kelsey e estavam sendo investigados pela polícia de Missoula, ele se absteve de repassar a informação para O’Day, o decano Couture ou quaisquer outros administradores da UM. Como consequência, ninguém da universidade contatou Kelsey Belnap, e a universidade não iniciou uma investigação oportuna sobre o que parecia ser um crime grave.

O suposto estupro de Cecilia Washburn por Jordan Johnson no dia 4 de fevereiro de 2012, além das outras agressões sexuais por jogadores de futebol americano do Griz que ocorreram sob a tutela do técnico Pflugrad, aparentemente forçaram o presidente Engstrom a tomar medidas drásticas.

Os missoulianos já estavam incomodados com o crescente escândalo dos estupros, e a demissão de Robin Pflugrad e Jim O’Day mexeu com a cidade. No dia 30 de março, o time de futebol americano postou uma carta no GoGriz.com (nenhuma relação com o eGriz.com), o site oficial do departamento atlético da UM:

Queridos pais, Nação Griz, Universidade de Montana, cidadãos de Missoula,

Escrevemos esta carta como jogadores do time de futebol americano de 2012 da Universidade de Montana. Também escrevemos como estudantes de uma universidade que amamos, como membros de uma comunidade que estimamos e como representantes de uma das mais respeitadas e honradas tradições de futebol americano de excelência do país.

Os acontecimentos dos últimos meses relativos a acusações e ações de jogadores e, mais recentemente, à demissão do nosso técnico principal e do diretor atlético tiveram um impacto profundo e marcante em nós. Entendemos e aceitamos o fato de que algumas ações dos nossos companheiros de equipe, quer intencionais e merecidas, quer não, contribuíram para essa situação lamentável. Verdadeiras ou não, independentemente de motivações óbvias e apesar dos fatos, ou da falta deles, aprendemos que as regras na arena pública de hoje estão relacionadas com percepção e conveniência. Como estudantes atletas desta universidade, ficamos sem resposta sobre por que nossos dois líderes, o técnico Pflugrad e Jim O’Day, foram embora. Esses acontecimentos nos deixaram decepcionados, tristes e

perplexos, mas também nos trouxeram outra coisa.

Fomos lembrados do compromisso que fizemos anos atrás, e apoiados por nossas famílias, de buscar a excelência no esporte que amamos e que nos fez atravessar o país e Montana para vir aqui. Nossa responsabilidade de honrar aqueles que nos apoiam, nosso dever de respeitar os jogadores e técnicos que construíram a orgulhosa tradição Griz e nosso apreço inabalável pela Nação Griz estão agora mais fortes e são mais profundamente sentidos. Mais importante, o nosso compromisso uns com os outros está mais forte do que nunca.

Falando a uma só voz, pedimos a sua força, o seu apoio e a sua solidariedade. Esperamos que essa série de tragédias pessoais e coletivas dê lugar a fortalecimento e reconstrução. Também pedimos àqueles a quem foram confiados autoridade e poder que considerem cuidadosamente o impacto de suas declarações e ações em nosso time e em nossa grande tradição.

Nosso time permanece unido, mais próximo e mais forte do que jamais esteve. Assim como buscaremos um padrão mais elevado, também queremos isso dos outros. Entendemos que a honra, a verdade e o trabalho duro vencem no final. Nós somos Montana.

A carta demonstrava uma compreensão tardia dos jogadores do Griz de que o problema das agressões sexuais em Missoula estava tendo um impacto prejudicial no programa de futebol americano e em suas carreiras. Porém, visivelmente faltou qualquer expressão de preocupação pelas mulheres que haviam sido estupradas por seus companheiros de equipe. Fica-se com a sensação de que os jogadores se viam como as principais vítimas do escândalo dos estupros.

Muitos missoulianos compartilhavam a perspectiva dos jogadores. Há um sentimento em Missoula de que o time de futebol americano Grizzlies representa a cidade toda, não só a Universidade de Montana. Mesmo missoulianos que desprezam a universidade pelo que consideram ser seu viés liberal e sua insularidade acadêmica tendem a amar o Griz. Na época, boa parte da população parecia sentir que a cidade inteira tinha sido injustamente denegrida pelo escândalo. Expressões de apoio ao time encurralado apareceram por toda a parte em Missoula na forma de bandeiras, faixas, camisetas e placas proclamando “SOMOS A NAÇÃO GRIZ”. Florio foi chamada de vaca e puta por anônimos em fóruns da internet e foi ameaçada de agressão violenta.

Mas o apoio aos jogadores não foi total. Grafites em estêncil declarando “SOMOS A NAÇÃO GRIZ DO ESTUPRO” também apareceram em alguns muros e passagens sob viadutos ferroviários de Missoula. E as más notícias sobre o problema do estupro em Missoula, como se revelou, estavam longe de acabar.

No dia 1º de maio de 2012, Thomas Perez, o procurador-geral adjunto da Divisão de Direitos Civis do Ministério da Justiça dos Estados Unidos, chegou a Missoula e realizou uma coletiva de imprensa para anunciar que o Ministério da Justiça tinha iniciado uma grande investigação sobre o tratamento dado a oitenta casos de agressão sexual em Missoula ao longo dos últimos três anos. Perez disse que o Ministério da Justiça iria investigar o gabinete da procuradoria do condado de Missoula, o departamento de polícia de Missoula e a Universidade de Montana. Cartas enviadas ao procurador do condado Fred Van Valkenburg e ao delegado da polícia Mark Muir alegavam que a falha das agências “em investigar denúncias de agressão sexual contra mulheres” apontava para uma discriminação de gênero.

Van Valkenburg e Muir apareceram ao lado de Perez na coletiva de imprensa, junto com John Engen, o prefeito de Missoula, e Royce Engstrom, o presidente da UM. Embora Muir, Engen e Engstrom tenham prometido apoiar a investigação, Van Valkenburg pegou o microfone depois que Perez fez seus comentários e atacou o Ministério da Justiça. Ele protestou contra “a pesada mão

do governo federal”, negou com veemência que seu gabinete tivesse cometido qualquer erro e se recusou a cooperar com os federais, alegando que o Ministério da Justiça estava se excedendo na sua jurisdição.

O procurador-geral adjunto Thomas Perez não se inibiu com a explosão de Fred Van Valkenburg. “Não acho que proteger mulheres de estupro ou assédio sexual”, disse ele, “seja um excesso do governo federal.”

Enquanto o escândalo se intensificava durante os primeiros seis meses de 2012, o departamento de polícia de Missoula, o gabinete da procuradoria do condado de Missoula e a Universidade de Montana penaram para responder à torrente de publicidade negativa, com resultados mistos. Em várias ocasiões, autoridades públicas ficaram tão abaladas com as notícias da imprensa sobre o escândalo que de fato tentaram pôr a culpa em Gwen Florio e/ou nas vítimas de estupro pelo apuro em que se encontravam.

Demandas da imprensa sobre a resposta da universidade às agressões sexuais foram tratadas pelo vice-presidente de relações externas da UM, Jim Foley. Ele tinha um relacionamento estreito com o departamento atlético e acompanhava o time de futebol americano em todos os jogos fora da cidade. Em março de 2012, Foley enviou um e-mail ao decano Charles Couture sugerindo que a universidade tomasse medidas disciplinares contra Kelsey Belnap por falar com Florio sobre o mau tratamento dado a seu caso pela universidade. “Não é uma violação do código de conduta estudantil a mulher ficar falando publicamente sobre o processo e fornecendo detalhes sobre o resultado?”, inquiriu Foley.

Foley também se ofendeu com o uso, por Florio, das expressões “estupro coletivo” e “jogadores de futebol” para descrever a agressão a Kelsey em 2010 por quatro membros do time do Griz, em vez de chamar isso de “estupro em encontro” por vários “estudantes”, conforme foi caracterizado em declarações oficiais da universidade. “Alguém pode me dizer onde a UM usou os termos estupro coletivo e jogadores de futebol em qualquer documento público ao qual o *Missoulian* estaria se referindo?”, escreveu ele em um e-mail para o decano Couture, para o assessor jurídico da UM David Aronofsky e para Lucy France, a diretora de igualdade de oportunidades e ação afirmativa da UM.

Couture explicou a Foley que ele tinha usado a expressão “estupro coletivo” em referência à agressão de Kelsey Belnap “porque foi isso que aconteceu”. Dando o devido crédito a Couture, em dezembro de 2011, um ano após a suposta agressão ter ocorrido, quando soube pela notícia do *Missoulian* que presumivelmente ela tinha sido estuprada, ele iniciou uma investigação sobre Benjamin Styron e os quatro jogadores de futebol americano acusados de estuprá-la.

O Tribunal Universitário decidiu que Benjamin não era culpado de violar o código de conduta estudantil da universidade. Graças aos esforços de Couture, no entanto, um dos agressores de Kelsey foi expulso. Outro concordou em se retirar da universidade no final da primavera de 2012 e foi proibido tanto de ter qualquer acesso futuro ao campus da UM como de voltar a se inscrever em qualquer campus do Sistema Universitário de Montana no futuro. Os outros dois agressores, que largaram a faculdade depois que o artigo de Gwen Florio sobre Kelsey Belnap saiu na mídia, foram notificados de que enfrentariam medidas disciplinares se algum dia tentassem se reinscrever.

* Quatro meses antes, Van de Wetering tinha representado Calvin Smith, considerado culpado pela Universidade de Montana de estuprar Kaitlynn Kelly.

Após sua prisão em 6 de janeiro de 2012 pelo estupro de Allison Huguet, Beau Donaldson continuou na cadeia até 13 de janeiro, quando foi solto sob fiança, reduzida de 100 mil para 50 mil dólares. No mesmo dia, Allison recebeu uma ligação alarmante de uma pessoa próxima que estudara na mesma escola de ensino médio que ela e Beau. Essa pessoa lhe disse que uma admiradora de Beau chamada Sharon Mortimer^a vinha espalhando que Allison estava mentindo quando o acusou de estuprá-la e que ele também tinha sido falsamente acusado de estuprar outra mulher em 2008.

O boato fez Allison pensar. Sharon Mortimer obviamente estava errada sobre Beau Donaldson ser inocente de estuprá-la. Talvez também estivesse errada sobre a inocência dele com relação ao estupro daquela outra mulher, quem quer que ela fosse. Então Allison ligou para o detetive Guy Baker, o policial que havia prendido Beau, para informá-lo do boato.

O detetive Baker localizou Sharon Mortimer e lhe pediu que fosse ao departamento de polícia de Missoula para ser entrevistada. Se Beau Donaldson havia de fato estuprado outra mulher dois anos antes do que fizera com Allison Huguet, e se fosse possível convencer a vítima a testemunhar contra ele, isso poderia ajudar a condená-lo pelo estupro de Allison, ainda que a outra vítima não tivesse denunciado a agressão à polícia. Conforme observou David Lisak, convencer um júri a condenar um estupro serial é muito mais fácil do que condenar alguém que está sob a suspeita de ter cometido um único estupro.

Durante a entrevista com o detetive Baker, Sharon Mortimer explicou que tinha uma prima em segundo grau chamada Hillary McLaughlin que vivia em Great Falls. No outono de 2008, Hillary veio a Missoula numa sexta-feira à noite visitar sua melhor amiga, Joanna Sutherlin,^b que havia conseguido ingressos para um jogo do Griz no sábado. Na noite anterior ao jogo, Joanna deu uma festa em sua casa, e Hillary chamou Sharon para ir se divertir. Esta apareceu com o namorado e Beau Donaldson, que naquele outono era calouro na UM. Sharon Mortimer disse ao detetive Baker que Hillary McLaughlin se sentiu atraída por Beau, quis ficar com ele e o levou para o andar de cima “para lhe mostrar uma coisa” no quarto de Joanna Sutherlin.

Na noite seguinte, disse Sharon Mortimer ao detetive Baker, ela recebeu uma ligação de uma das amigas da prima, que estava chateada pelo que “Beau tinha feito a Hillary”. Numa conversa posterior com Hillary, de acordo com Sharon, a jovem disse que, enquanto estava com Beau no primeiro andar, ele tentou estuprá-la, mas Sharon não acreditou. Ela relatou ao detetive Baker que, quando ela, o namorado e Beau foram embora da festa, Hillary a abraçou, despediu-se de Beau e

não deu nenhuma indicação de que havia algo errado. Hillary McLaughlin tinha inventado a história sobre a tentativa de estupro porque teve uma relação consensual com Beau Donaldson e depois se arrependeu, insistiu Sharon.

Uma semana depois de entrevistar Sharon Mortimer, o detetive Baker entrevistou Hillary McLaughlin, e o relato dela sobre o que aconteceu na festa de Joanna foi bastante diferente do de Sharon. Conforme Hillary McLaughlin contou ao detetive Baker, e mais tarde a mim, Beau Donaldson começou a dar em cima dela assim que chegou à festa. “Beau foi muito, muito pegajoso”, lembra Hillary, “e meio que não saiu do meu pé a noite toda. Eu nunca o tinha encontrado antes, então foi meio esquisito.” Também foi estranho o fato de que Beau, como membro do time de futebol americano do Griz, estivesse bebendo pesado na noite anterior a um jogo.

Hillary McLaughlin havia chegado a Missoula naquele fim de tarde depois de trabalhar o dia todo e passar três horas dirigindo, desde que saíra de Great Falls. Após ficar umas duas horas com Beau Donaldson, ela se sentiu esgotada, por isso deixou a festa e subiu sozinha para se preparar para dormir. Quando chegou ao quarto de Joanna Sutherlin, tirou a maquiagem, pôs uma camiseta e um moletom e deitou na cama. “Eu estava mexendo no meu celular e deitada na cama”, disse ela, “e por algum motivo ainda não tinha apagado a luz. De repente a porta se abriu e era Beau. Ele entrou e não disse nada, depois fechou a porta e a trancou.”

Beau não apagou a luz, e Hillary se lembra vividamente do que aconteceu em seguida: “Ele vestia uma bermuda cáqui, e ele a baixou e subiu em cima de mim”. Beau estava bêbado, disse-me ela, “mas não acho que a ponto de não conseguir se controlar.” Enquanto Beau Donaldson se estendia em cima dela, basicamente nu da cintura para baixo, Hillary enrolou os lençóis à sua volta o mais firme possível. Ele empurrou o telefone dela para o chão e começou a molestá-la movendo o pênis contra ela, prendendo o corpo da jovem ao colchão. “Comecei a gritar”, disse Hillary, “porque ele estava meio que se esfregando em cima de mim, e tentando transar comigo. Eu mexia a cabeça para impedi-lo de me beijar e gritava.”

Por volta da meia-noite, Joanna Sutherlin estava sentada na escada com dois amigos — um rapaz chamado Cody^c e uma jovem chamada Grace^d — e ouviu os gritos. Eles subiram correndo para o quarto dela, mas descobriram que a porta estava trancada. Durante vários minutos, os três tentaram abri-la, sem sucesso, e enquanto lutavam com a fechadura, o choro e os gritos vindos de dentro do quarto continuaram. Quando ouviu seus amigos tentando arrambar a porta para entrar no quarto, Hillary gritou: “Joanna! Me ajude!”

Eles gritaram de volta: “Estamos tentando abrir a porta!”. O tempo todo, Beau Donaldson continuou molestado Hillary, apesar dos seus gritos de socorro e dos berros do outro lado da porta.

“Depois de cinco a oito minutos, talvez”, lembra Hillary McLaughlin, “acho que Cody finalmente quebrou a dobradiça da porta e conseguiu abri-la. Eu ainda estava gritando e Beau ainda estava se esfregando em mim e não parava, e não saía de jeito nenhum de cima de mim. Eu fiquei, tipo: ‘O que você está fazendo! Me deixa em paz!’”. Por fim, Cody ou Grace o arrancou de cima de mim. Ele ainda estava com a bermuda arriada, e eles o empurraram para fora do quarto.”

Quando o detetive Baker entrevistou Grace sobre o incidente, conforme escreveu em seu relatório do caso, a jovem disse que Beau “agiu como se estivesse irritado por eles terem interrompido o que ele estava fazendo com Hillary”.

De acordo com esse relatório, Joanna Sutherlin disse ao detetive Baker que, “com base no que observou quando abriu a porta trancada, ela sentiu que, ‘se ninguém o tivesse impedido [...] ele teria estuprado [Hillary McLaughlin]’”. Baker escreveu que “Joanna declarou que era ‘óbvio’ [...] que ela [Hillary] não queria estar com ele, mas Beau não parou, apesar dos contínuos gritos de Hillary e das tentativas de Grace [e Joanna] de abrir a porta”.

Depois que Joanna, Grace e Cody tiraram Beau do quarto, disse-me Hillary, “lembro que fiquei sentada lá e chorei. Não sabia o que pensar. Nunca tinha estado numa situação dessas antes”. Joanna e Grace tentaram consolar a jovem, que estava extremamente abalada, e então desceram e exigiram que Beau Donaldson, Sharon Mortimer e seus amigos saíssem imediatamente da casa de Joanna. Grace disse ao detetive Baker que Beau e seu séquito “ficaram putos por serem mandados embora”.

No dia seguinte à festa, Sharon Mortimer voltou à casa de Joanna Sutherlin, aparentemente sem saber que Beau Donaldson tinha tentando estuprar Hillary McLaughlin no quarto de Joanna. Então Hillary levou a prima até um closet para que elas pudessem conversar em particular e lhe disse com toda a franqueza: “Beau tentou me estuprar ontem à noite”.

De acordo com Hillary, Sharon Mortimer respondeu: “Não, ele não tentou”.

Hillary disse: “Sim, ele tentou”.

Nesse momento, disse-me Hillary McLaughlin, Sharon novamente declarou: “Não, ele não tentou!”, e ficou irritada. “Isso é mentira!”, afirmou ela. “Beau jamais faria isso! Ele não é esse tipo de gente.”

Para convencer a prima de que Beau Donaldson tinha realmente tentado estuprá-la, Hillary fez um relato minucioso da luta que havia se passado no quarto. Sharon se recusou a acreditar, dizendo a Hillary: “Não é verdade! Não foi isso que aconteceu!”, antes de deixar bufando a casa de Joanna.

Quando voltou para casa em Great Falls, Hillary McLaughlin não contou a ninguém, exceto a uma pessoa amiga, sobre a tentativa de Beau Donaldson de estuprá-la e decidiu não denunciar a agressão à polícia.

Essa agressão aconteceu em 2008. Hillary tinha dezenove anos de idade. Ela havia se alistado na Guarda Nacional Aérea e estava prestes a iniciar o treinamento básico. Embora estivesse traumatizada pelo ato violento de Beau, ela se perguntava — como tantas outras vítimas de agressão sexual — se de alguma forma era responsável. “Senti um monte de emoções diferentes”, lembra. “Não conseguia deixar de me perguntar: será que eu fiz algo para ele achar que era isso que eu queria? Será que bebi demais? Eu não tinha realmente feito nada disso, mas essas coisas passam pela sua cabeça mesmo assim. Quando pensava nisso, eu sabia que o que aconteceu não foi culpa minha. Mas eu não quis denunciar. Assumi uma atitude meio ‘Eu provavelmente posso superar isso e esquecer o assunto’.” Então foi o que decidiu fazer. E, à medida que o tempo passava, parecia que ela tinha conseguido deixar a agressão para trás.

Em janeiro de 2012, Hillary McLaughlin percebeu que estava enganada. Mais de três anos tinham se passado desde que Beau Donaldson a atacara. Nesse ínterim, ela havia conhecido um homem na Guarda Nacional Aérea e se casado. Ela estava grávida de oito meses do primeiro filho deles. Uma noite, disse-me Hillary, “meu marido, Robert,^e e eu estávamos sentados no sofá quando de repente o nome e a foto de Beau Donaldson apareceram na tela da TV. Eu respirei fundo e fiquei, tipo: ‘Ah meu Deus!’. Robert perguntou: ‘O que foi?’. Eu disse: ‘Tenho que te contar uma coisa’”.

Até aquele momento, Hillary McLaughlin não tinha dito uma palavra sobre a agressão para ninguém de sua família e, com exceção de seu marido, continuou sem falar nada sobre isso para nenhum de seus parentes. Depois que a prisão de Beau virou notícia, ela e Joanna Sutherlin conversaram a respeito no telefone, disse Hillary, mas “então a gente meio que seguiu com a vida e eu não pensei muito mais nisso por um tempo”. Três semanas após a prisão de Beau, porém, o telefone do marido dela tocou e uma voz desconhecida do outro lado da linha disse: “Olá, aqui é o detetive Guy Baker, do departamento de polícia de Missoula, e estou procurando por Hillary McLaughlin”.

“Meu marido ficou se perguntando ‘Por que a polícia quer falar com Hillary? Com que tipo de problema ela está?’”, disse ela. “Mas eu imediatamente soube por que o detetive Baker havia ligado. Eu sabia que era por causa de Beau.” Quando Hillary McLaughlin ligou de volta para Baker, ele explicou que ficara sabendo que ela fora sexualmente agredida por Beau Donaldson em 2008 e esperava que ela estivesse disposta a lhe fornecer uma declaração gravada do que aconteceu naquela noite.

Hillary não tinha certeza se queria revisitar esse acontecimento tão perturbador. “Na época meu cunhado era policial federal”, disse ela. “Então perguntei-lhe: ‘O que eu devo fazer?’. Ele disse: ‘Acho que você sabe o que fazer. Você precisa fazer a coisa certa’.”

Depois dessa conversa, McLaughlin ficou inclinada a permitir que o detetive Baker a entrevistasse, entretanto queria primeiro contar ao pai sobre a agressão e ouvir sua opinião. “Sou muito apegada a meu pai”, explicou ela, “e realmente queria contar a ele cara a cara, mas eu deveria ir fazer a gravação no dia seguinte, então tive de contar por telefone. Quando liguei pra ele, claro, seu primeiro instinto foi ‘Eu vou matar Beau Donaldson! Vou dirigir até Missoula e vou matá-lo!’. Mas meu pai se acalmou e disse: ‘Acho que você precisa prestar essa declaração à polícia, e precisa fazer isso imediatamente, porque talvez ajude aquela outra mulher que ele estuprou. E talvez isso o impeça de estuprar qualquer outra pessoa.’”

Em 26 de janeiro de 2012, Hillary McLaughlin contou sua história ao detetive Baker. E então esperou ansiosa pelo que quer que fosse acontecer em seguida.

O que aconteceu foi que ela teve uma epifania. Hillary subitamente entendeu que estivera se enganando quando achou que ia deixar a agressão para trás. Na verdade, Beau Donaldson ainda estava logo abaixo da superfície de sua consciência, causando todos os tipos de estragos, e ele estivera ali à espreita desde que tentara estuprá-la.

“Antes de Beau me atacar”, disse Hillary, “eu nunca tinha sido uma pessoa ansiosa. Porém, na época em que ele foi preso, percebi que desde 2008 meu nível de ansiedade aumentara

enormemente. Eu costumava ser uma corredora muito ativa e amava correr ao ar livre. Agora tenho medo de correr fora sozinha.” Na verdade, ela disse, desde o ataque ela morria de medo de ficar sozinha. Toda vez que se via só e tinha de caminhar de casa até o carro à noite, ligava para o marido, Robert, e lhe pedia para ficar falando com ela até estar segura dentro do veículo com as portas travadas. “Ele fazia isso”, disse McLaughlin, “mas nunca entendeu por que eu tinha tanto medo.”

Hesitante, Hillary McLaughlin admitiu que também tinha medo do escuro. “Eu estava com 21 anos e tinha medo do escuro”, disse ela, com expressão atônita. “A ponto de eu não querer ficar sozinha nem mesmo na minha casa. Se Robert estivesse fora da cidade para um treinamento ou coisa do tipo, eu ficava na casa da minha irmã ou dos meus pais. E não é porque moro num bairro perigoso. Eu moro num bairro bom e seguro.” Hillary lembra de uma viagem que ela e Robert fizeram a Nova York. “Estávamos caminhando pela rua indo comprar ingressos para um show da Broadway”, disse ela, “quando um cara meio que roçou no meu ombro, e eu me descontrolei. Comecei a chorar sem parar. Eu agarrava a mão de Robert como se minha vida dependesse disso.” A situação ficou tão feia que Hillary finalmente falou à sua obstetra sobre seus medos irracionais. “Eu não expliquei a ela o que aconteceu”, disse. “Apenas falei que tinha uma ansiedade grave. Disse que tenho sobressaltos, que estou sempre com medo, sempre olhando por cima do ombro. Tipo, eu acordo no meio da noite para ir ao banheiro e acendo todas as luzes da minha casa. Se escuto um só barulhinho, fico completamente maluca.”

Hillary disse: “Eu nunca relacionei as coisas até Beau ser preso. Meu marido e eu estávamos conversando uma noite, e eu disse a ele: ‘Minha ansiedade piorou muito’. Ele me perguntou quando isso havia começado, então fomos repassando os acontecimentos para tentar descobrir. E então eu percebi: foi naquela noite em Missoula que isso começou”.

a Pseudônimo.

b Pseudônimo.

c Pseudônimo.

d Pseudônimo.

e Pseudônimo.

Em 13 de janeiro de 2012, no dia em que Beau Donaldson pagou a fiança e foi solto da Unidade de Detenção do Condado de Missoula, Allison Huguet recebeu um e-mail de um promotor de justiça do condado chamado Shaun Donovan, informando-a de que ele estaria à frente do processo contra Beau. Donovan explicou que, de acordo com os termos de soltura da prisão do condado, o rapaz deveria usar um dispositivo de monitoramento por GPS no tornozelo e completar um programa de tratamento de dependência química. Ele também estava proibido de ter qualquer contato com Allison ou sua família, de se aproximar a menos de trezentos metros de sua casa ou de deixar o condado de Missoula.

Com sessenta anos de idade, atarracado e desalinhado, Shaun Donovan era um nativo de Montana graduado pela Stanford e com uma pós pela Faculdade de Direito da Universidade de Montana. No início de sua carreira, ele tinha trabalhado para Milt Datsopoulos, o advogado que estava representando Beau. De 1979 até 2010, serviu como procurador no escassamente povoado condado de Mineral, logo a oeste de Missoula. Como o único advogado no escritório, ele tratava pessoalmente de cada caso. Em 2011, quando os cidadãos do condado de Mineral decidiram, depois de 31 anos, que estava na hora de uma mudança e não votaram nele para o cargo, Donovan retornou para Missoula, onde se tornou um dos dezesseis promotores labutando sob a supervisão do procurador do condado Fred Van Valkenburg no que, pelos padrões de Montana, era um escritório de advocacia grande e frenético.

Como Beau Donaldson havia confessado que estuprou Allison enquanto ela dormia, seria praticamente impossível para Milt Datsopoulos convencer um júri de que ele era inocente. Shaun Donovan estava, portanto, confiante de que o caso seria resolvido com um acordo judicial e jamais iria a julgamento. Logo após a prisão de Beau, porém, Datsopoulos deixou claro que pretendia exigir uma punição branda para seu cliente como parte de qualquer acordo judicial. Allison, por outro lado, insistiu que os promotores não se contentassem com nada menos que uma longa sentença na penitenciária estadual em Deer Lodge.

Em Montana, um acordo judicial que envolve a negociação de uma sentença normalmente funciona assim: em troca de uma confissão de culpa, os promotores recomendam uma pena que o réu e seus advogados estão dispostos a aceitar como a punição máxima; os advogados do réu recomendam uma pena que os promotores estão dispostos a aceitar como a punição mínima; e ambas as partes concordam em deixar o juiz determinar uma pena que recaia em algum ponto da faixa de extensão de suas recomendações. Depois que os termos do acordo judicial são definidos e

submetidos ao juiz, uma audiência é realizada para permitir que cada parte defenda os méritos de sua recomendação para a corte. Ao término dessa audiência, o juiz emite uma decisão e a sentença é imposta.

No caso de Beau Donaldson, as negociações do acordo (como a maioria das negociações de acordo) foram semelhantes a um racha de carros em câmera lenta, em que o objetivo é fazer o outro desistir. Cada parte ameaçava suspender as negociações e levar o caso a julgamento (um resultado não desejado nem pela defesa nem pela acusação) a menos que a outra parte concordasse com seus termos. Mas, à medida que o caso se arrastava ao longo do inverno, da primavera e do verão de 2012, Allison Huguet foi ficando cada vez mais preocupada por achar que Shaun Donovan não estava comprometido com um acordo que incluísse uma pena dura em Deer Lodge. Apesar das muitas garantias em contrário de Donovan, Allison e sua família temiam que ele cedesse às exigências de Milt Datsopoulos de que Beau Donaldson cumprisse uma pena curta numa unidade de segurança mínima do Departamento de Correções, seguida por liberdade condicional, em vez de ser encarcerado na prisão estadual, um ambiente muito mais severo e restritivo.

De acordo com a lei do estado de Montana, a pena máxima para uma pessoa condenada por relação sexual sem consentimento — o termo legal para estupro em Montana — é encarceramento na prisão estadual por cem anos; a pena mínima é de dois anos na prisão estadual. Mas a lei permite exceções ao mínimo. No caso de Beau, por exemplo, se o juiz determinasse que “nenhuma lesão corporal grave foi causada à vítima”, a pena mínima poderia incluir nenhum tempo de prisão. De fato, no condado de Missoula era comum que réus considerados culpados de estupro recebessem penas que não exigiam que eles passassem nenhum tempo atrás das grades.

No dia 12 de abril, para dar a Allison Huguet uma ideia melhor de que tipo de punição ela poderia esperar que Beau Donaldson e seu advogado aceitassem num acordo judicial, Shaun Donovan enviou um e-mail para Allison e seus pais, Kevin e Beth Huguet, resumindo o resultado de casos de estupro locais ao longo da última década. De 2001 até os três primeiros meses de 2012, 67 homens tinham sido condenados por relação sexual sem consentimento no condado de Missoula. Em quatro desses casos, os réus foram condenados a uma média de cinquenta anos atrás das grades. Em 42 casos, a condenação consistiu de uma mistura de tempo de prisão e liberdade condicional que variava de dez a sessenta anos de prisão e liberdade condicional combinados. Nos outros 21 casos, as penas não incluíam nenhum tempo em regime fechado. Ao final do e-mail, Donovan garantiu aos Huguet:

Continuo empenhado em buscar uma sentença que exija que Beau cumpra uma pena na prisão estadual, fique sob liberdade condicional por um longo tempo após ser solto e permaneça fichado como delinquente sexual pelo resto de sua vida... Por favor, entrem em contato se tiverem dúvidas, quiserem conversar ou precisarem de alguma outra coisa.

Vinte e sete minutos após ter recebido o e-mail de Shaun Donovan, Allison respondeu:

Para mim é perturbador saber que chega a haver uma possibilidade de que ele não receba nenhum tempo ou mesmo pouco tempo de prisão apesar de ter confessado um crime tão horrível... Também acredito que você sabe e tenho a esperança de que o juiz irá saber o quão profundamente isso afetou a mim e a minha família e entender que é Beau quem tem de pagar por isso.

No dia 18 de abril, duas semanas depois de o procurador-geral adjunto Thomas Perez anunciar que o Ministério da Justiça dos Estados Unidos estava investigando o gabinete da procuradoria e o departamento de polícia de Missoula por negligenciar dezenas de casos de estupro, Allison Huguet foi contatada por um investigador do Ministério da Justiça, que queria falar com ela sobre o modo como a polícia e os promotores locais lidaram com seu caso. Quando Allison perguntou a Shaun Donovan sobre a investigação federal, descobriu-se que nem ele nem Fred Van Valkenburg estavam cientes dela; ao entrar em contato com Donovan, Allison sem querer avisou o gabinete da procuradoria de que uma investigação do Ministério da Justiça estava em curso — uma revelação que alarmou bastante Van Valkenburg e que imediatamente pôs seu escritório em estado de alerta.

Alegando que o procurador do condado não queria “complicar a resolução do caso contra Beau Donaldson”, Donovan pediu a Allison para consultá-lo “antes de fornecer qualquer informação para quem quer que fosse sobre o caso Donaldson”. Na verdade, Van Valkenburg decidiu que a melhor forma de lidar com a crise era afirmar que a investigação era um abuso da autoridade legal e constitucional do Ministério da Justiça e dificultar as coisas para os federais.

Allison Huguet concordou em falar com Shaun Donovan antes de conversar com o Ministério da Justiça, mas disse que, a seu ver, a investigação poderia ser boa para o seu caso e que “a pressão adicional irá ajudar todo mundo”.

A resposta de Donovan foi curta e grossa. Ele reiterou que, se alguém do Ministério da Justiça voltasse a entrar em contato com ela,

antes de você falar com eles pedimos que ligue para mim ou para Fred Van Valkenburg... Qualquer coisa que você disser pode chegar ao advogado de Beau, e é por isso que queremos proceder de forma aberta, mas cuidadosa... A “pressão adicional” da investigação pode fazer algum bem em algum lugar, mas não vai ajudar de modo algum em nosso caso contra Beau. É muito mais provável que prejudique.

* * *

Allison Huguet se formou na Eastern Oregon University em 16 de junho de 2012 e voltou para Missoula um dia depois para morar na casa da mãe e ajudar nos preparativos do casamento da irmã mais velha, Sarah, marcado para 27 de junho. Allison, sua irmã mais nova Kathleen e várias amigas fizeram um chá de panela para Sarah no dia 26 de junho e, em seguida, foram à cidade para uma despedida de solteira. A ideia era sair para jogar boliche, pois Allison havia visto alguns dos comentários desagradáveis que foram postados sobre ela na internet após a prisão de Beau Donaldson e não queria ir a um bar, para não esbarrar em algum amigo dele. Mas os planos mudaram e, tarde da noite, Kathleen, Allison, Sarah e o restante do séquito da noiva foram parar num famigerado bar de Missoula chamado Stockman’s.

“É um grande bar Griz”, disse-me Allison. “Vários amigos de Beau trabalham lá.” Um mural cobrindo a parte inferior da janela da frente do Stockman’s traz quatro ursos-cinzentos (“grizzly bears”) e meia dúzia de jogadores do Griz correndo juntos em disparada na direção da zona final. Quando Kathleen e Sarah Huguet foram ao bar pedir bebidas, o barman reconheceu-as como irmãs de Allison e se recusou a atendê-las.

Sarah Huguet e as amigas solteiras estavam sentadas em frente ao bar, ponderando sobre o próximo passo, quando um grupo de homens se aproximou. Um deles era o irmão de Beau, Brady

Donaldson, três anos mais velho que Allison e Beau e que fora colega de escola de Sarah Huguet enquanto eles cresciam na vizinhança de Target Range. “Eles ficaram parados bem perto, apenas nos encarando”, lembra Allison. “Definitivamente havia tensão no ar.”

Entre os membros da comitiva de Brady Donaldson estava Sam Erschler. Embora Sam fosse um amigo próximo dos irmãos Donaldson, Allison também o considerava seu amigo. Sam tinha facilitado a confissão de Beau na manhã seguinte ao estupro de Allison e oferecido apoio emocional. Então Allison ficou surpresa quando um conhecido chamado Norman* veio até as garotas e, nas palavras dela, disse: “Meu Deus, não suporto Sam Erschler. Só fui ali pegar uma bebida e ele me disse que eu precisava ficar longe de você. Ele disse que vocês não passam de encrenqueiras”.

As irmãs Huguet e suas amigas decidiram ir embora do Stockman’s. Enquanto saíam do bar, disse Allison, “passei por Sam Erschler, toquei em seu braço e disse: ‘Sabe, Sam, eu não falo mal de você para outras pessoas e agradeceria se você fizesse o mesmo por mim’”.

“Que história é essa?”, respondeu Erschler. “Eu nunca falei mal de você.”

“É mesmo?”, disse Allison. “Você não acabou de falar para Norman que ele precisava ficar longe de mim?”

Isso o deixou furioso. “Eu nunca falei mal de você!”, gritou ele. Enquanto Allison se afastava, ele a seguiu porta afora, gritando insultos a plenos pulmões. “Sua filha da puta!”, berrou Sam. “Eu nunca falei mal de você!”

Então Brady Donaldson começou a atacar as irmãs Huguet também. “Vocês podem achar que está tudo bem agora”, ele gritou para elas, “mas esperem pra ver! Em setembro, quando isso for a julgamento, o bicho vai pegar!”

“Ah, sim”, disparou Kathleen Huguet de volta. “Em setembro. Quando o seu irmão for para a cadeia e tomar no cu e aprender como é ser estuprado!” Nisso, uma grande multidão já tinha se juntado na calçada em volta das garotas e dos amigos de Brady Donaldson.

Brady começou a fazer gestos ameaçadores e berrou para Allison e Kathleen Huguet: “Tratem de dar o fora de Missoula, caralho!”. Alguém no grupo ameaçou matar as Huguet.

Sam gritou para Allison: “Boa sorte no banco das testemunhas, sua puta!”. Enquanto as Huguet e suas amigas se afastavam, lembra Allison, “podíamos ouvi-los gritando para nós por várias quadras. Me senti realmente mal por isso ter destruído a despedida de solteira da minha irmã”.

Pouco progresso foi feito nas negociações do acordo entre o gabinete da procuradoria do condado de Missoula e Milt Datsopoulos, o advogado de Beau Donaldson, até meados de julho de 2012. Em 20 de julho, o promotor Shaun Donovan encontrou-se com Kevin Huguet para deixá-lo a par da situação. Três dias antes, durante uma reunião com o procurador do condado de Missoula Fred Van Valkenburg e Datsopoulos, Donovan tinha levantado a ideia de recomendar uma pena de cinco anos e de permitir que Beau Donaldson a cumprisse numa unidade de segurança mínima do Departamento de Correções em vez de na prisão estadual. Donovan insinuou a Kevin que tanto para Van Valkenburg como para Datsopoulos essa seria uma pena justa.

Prevendo que Kevin Huguet poderia não ficar entusiasmado com uma pena tão branda,

Donovan explicou que, embora fosse uma pena mais tolerante do que a que os Huguet queriam, ele achava que seria a punição mais severa que Beau Donaldson iria aceitar em troca de se declarar culpado. Além disso, se eles não conseguissem um acordo judicial e o caso fosse a julgamento, o resultado poderia ser uma pena de cinco anos, ou até menos, no Departamento de Correções, visto que Milt Datsopoulos era um advogado criminal habilidoso com um longo histórico de vitórias em casos de estupro.

Shaun Donovan salientou que Datsopoulos iria dizer ao juiz e ao júri que Beau Donaldson não tinha antecedentes criminais; que ele não usou uma arma nem agiu de forma violenta ao cometer o crime; que era um rapaz jovem com um futuro promissor; que tinha uma família que o apoiava; que assumia a responsabilidade por seus atos; e que iria buscar tratamento por seus problemas de abuso de substâncias e por seu comportamento sexual aberrante. Entendia-se que, se o caso fosse a julgamento, Datsopoulos provavelmente faria todo o possível para atacar o caráter de Allison Huguet, porque desacreditar a vítima é uma das táticas mais eficazes que os advogados têm à disposição ao defender estupradores.

Donovan também lembrou Kevin Huguet de que eles precisavam considerar “o ambiente em Missoula”. O que ele queria dizer com isso não exigia explicações: Beau tinha sido um astro célebre e amado do futebol americano no ensino médio de sua cidade natal e agora jogava para os Grizzlies; o Griz estava caminhando para a temporada de 2012 como os atuais cocampeões da Big Sky Conference; e era quase certo que qualquer júri formado no condado de Missoula incluiria um número significativo de apoiadores leais do Griz.

A lógica de Shaun Donovan para recomendar uma punição branda não agradou Kevin Huguet. Ele ficou furioso com o fato de Donovan ter chegado a considerar concordar com uma pena de cinco anos numa unidade do Departamento de Correções. “Vínhamos brigando havia meses com Shaun sobre esse ponto específico. Queríamos que Beau cumprisse sua pena em Deer Lodge, não no Departamento de Correções, onde as coisas seriam fáceis para ele, sua família poderia visitá-lo quando quisesse e onde todos os seus camaradas poderiam ir para matar o tempo com ele”, explicou Kevin. “A gente sabia que, se fosse sentenciado ao Departamento de Correções, ele ia conseguir liberdade condicional e em pouquíssimo tempo estaria solto, porque é assim que funciona. Então fomos realmente inflexíveis no sentido de que não íamos aceitar nada menos que uma pena dura na penitenciária e de que não íamos ceder nisso.”

Quando Kevin Huguet disse a Allison que Shaun Donovan havia defendido uma pena leve no encontro deles, ela se sentiu desmoralizada. Considerando a investigação em curso do gabinete da procuradoria do condado de Missoula pelo Ministério da Justiça e toda a crítica, por parte tanto da imprensa local como da nacional, de que o escritório de Fred Van Valkenburg tinha permitido que inúmeros estupradores escapassem impunes, ela não conseguia entender por que Donovan e Van Valkenburg pareciam tão determinados em pegar leve com Beau Donaldson. O detetive Guy Baker havia lhe dito que o caso que havia montado contra Beau estava baseado em algumas das evidências mais fortes que ele já tinha submetido para um caso de estupro. Com o testemunho de Hillary McLaughlin sobre a tentativa de Beau de estuprá-la, o caso tinha ficado ainda mais forte. Então por que a procuradoria estava tão relutante em buscar uma pena de fato severa?

Allison ficou chocada porque Donovan parecia estar à beira de renegar seu compromisso de não se contentar com nada menos que um tempo de prisão significativo na penitenciária estadual. “Senti como se tivessem mentido pra mim”, disse-me ela, “e me empurrado na direção que eles queriam que eu fosse. Senti como se eu tivesse de a toda hora bater o pé de volta para tentar forçar o gabinete da procuradoria a fazer a coisa certa. Eles deixaram bem claro que não gostavam quando eu me pronunciava ou questionava o que eles estavam fazendo ou pedia que fizessem mais. Foi realmente difícil para mim. Entendo agora por que a maioria das garotas que foi estuprada não leva a denúncia adiante.”

Casos recentes de agressão sexual em cidades fanáticas por futebol americano — como Tallahassee, na Flórida; South Bend, em Indiana; Seattle, em Washington; e Columbia, em Missouri — sustentam a ideia de que, se os acusados são astros do futebol, pode ser difícil responsabilizá-los. Mas, para a família Huguet, a sugestão de Shaun Donovan de que era irrealista esperar um grande tempo de prisão para Beau Donaldson, ou mesmo qualquer tempo de prisão, porque os missoulianos eram escravos do futebol do Griz pareceu uma profecia realizável.

“Shaun é um cara simpático”, comentou Kevin. “Mas é parte da turma da velha guarda, além de ter dois filhos que jogaram futebol americano para a Carroll College [uma faculdade particular de Helena, Montana, que ganhou o título de futebol americano da National Association of Intercollegiate Athletics em 2002, 2003, 2004, 2005, 2007 e 2010]. Fiquei extremamente preocupado logo de início com o fato de os filhos dele terem jogado em times que ganharam campeonatos nacionais. Eu me perguntava onde estaria sua lealdade. Com quanto empenho ele ia lutar pela minha filha contra um jogador? Shaun parecia preocupado demais com os efeitos do processo judicial em Beau e sua família. Já no nosso primeiro encontro ele falou sobre ‘a pobre família de Beau. Lembre-se de que eles também são vítimas. As ações de Beau causaram prejuízos financeiros e danos emocionais significativos a eles’. Sério mesmo que ele acha que eu me importo com isso? Depois do que Beau fez a Allison? Ele estuprou a minha filha enquanto ela estava dormindo. Eu só me importo com uma coisa, e é com justiça. Quero que ele vá para a prisão.”

Durante a reunião de 20 de julho, o promotor Shaun Donovan entregou a Kevin Huguet um documento de quatro páginas que resumia possíveis penas para Beau Donaldson e listava os prós e contras de recomendar cada uma delas. Logo após o término da reunião, ele enviou o mesmo documento para Allison por e-mail e também a convidou para se encontrar com ele e discutir possíveis penas. Quando ela o leu, sua desconfiança em Donovan aumentou.

Allison Huguet marcou de se encontrar com Donovan no dia 26 de julho e pediu que sua irmã Kathleen e o detetive Guy Baker a acompanhassem. A discussão rapidamente passou para se Allison concordaria com uma pena de cinco anos numa unidade de segurança mínima do Departamento de Correções, o que Donovan parecia aprovar. Quando Allison lhe disse que iria a julgamento antes de aceitar uma punição tão branda, Shaun Donovan retrucou que conseguir uma condenação por estupro era, em todo o país, um dos desafios mais difíceis para os promotores.

Donovan também alertou Allison de que ela poderia acreditar que era forte, mas que estar no banco das testemunhas e ser detonada por um advogado de defesa veterano como Milt Datsopoulos “é muito mais difícil do que você imagina”.

Antes dessa reunião, porém, o detetive Baker tinha garantido a Allison: “Você tem capacidade para ir a julgamento. Sei que você pode fazer isso. Eu vou estar lá no tribunal quando você estiver testemunhando e você pode olhar para mim em busca de apoio. Enfrentar Beau e falar a verdade para que todo mundo ouça vai te pôr no controle. Vai te dar forças”.

Incentivada pela confiança demonstrada por Baker, Allison exigiu saber por que Shaun Donovan estava discutindo a possibilidade de uma pena curta no Departamento de Correções se estava sinceramente comprometido em buscar uma pena mais longa na penitenciária em Deer Lodge. Cada vez mais irritado e na defensiva, Donovan disparou: “Tenho feito isso há um bom tempo, e você não vai mudar a forma como eu faço o meu trabalho, Allison”.

O detetive Baker entrou na discussão nesse momento para tentar diminuir a tensão. Ele educadamente perguntou a Donovan se ele estaria disposto a explicar a Milt Datsopoulos que Allison não queria aceitar nada menos que uma pena na penitenciária estadual.

De acordo com Allison, Donovan respondeu: “Eu jamais faria isso. Não vou recomendar uma pena simplesmente porque é isso que a vítima quer”. Isso enfureceu Allison, mas, segundo as leis de Montana (e de quase todos os outros estados), embora os promotores devam consultar as vítimas de estupro sobre negociações de acordo, eles têm toda a liberdade para ignorar suas súplicas. Uma vítima de estupro não tem nenhum direito de vetar um acordo judicial se ele ou ela o considerar deplorável. Foi uma surpresa para Allison Huguet, porém Shaun Donovan não estava atuando como seu advogado do modo como Milt Datsopoulos estava atuando como advogado de Beau Donaldson. O cargo de Donovan era de promotor do condado de Missoula, e sua responsabilidade legal era representar os interesses do estado de Montana, não os de Allison. Sempre que ele acreditava que esses interesses divergiam, pior para ela.

Conforme isso ficava claro para Allison, sua raiva aumentou pelo fato de que no início, quando havia perguntado a Donovan se seria uma boa ideia ela contratar um advogado para representar seus interesses pessoais, ele repetidamente a desencorajou a fazê-lo, garantindo-lhe que era desnecessário e que isso poderia tornar seu caso mais difícil de ser levado à justiça.

* Pseudônimo.

Durante os primeiros dezesseis meses após ter sido estuprada, Allison Huguet achou surpreendentemente fácil manter as emoções sob controle, pelo menos na maior parte do tempo, empurrando o trauma para algum recesso profundo de seu subconsciente. Isso mudou após a prisão de Beau Donaldson. De repente seu estupro estava em todos os noticiários e permaneceu na imprensa por meses. Missoula pode dar a impressão de uma cidade muito pequena, na qual todo mundo parece saber da vida de todo mundo. Embora seu nome jamais tenha aparecido na imprensa principal, centenas de pessoas, talvez milhares, ficaram sabendo pela fábrica de boatos que ela era a acusadora de Beau, a mulher responsável por sua prisão. “Fiquei surpresa com a rapidez com que as pessoas descobriram”, disse Keely Williams, a amiga de Allison. “Porque, no dia seguinte à prisão de Beau, as pessoas começaram a me mandar mensagens do tipo: ‘Mas que porra é essa que você e Allison estão fazendo? Por que ela está mentindo sobre ter sido estuprada?’.”

Beau disse aos amigos e à família que ele e Allison tinham feito sexo várias vezes, “então ele não poderia tê-la estuprado”. Por sua vez, seus amigos e família espalharam não só o boato por toda a cidade de Missoula, como a história de que ela o havia acusado falsamente. Muita gente foi levada a acreditar que a jovem estava gostando da atenção que vinha recebendo por destruir a vida dele.

Os boatos eram totalmente falsos. No verão de 2012, Allison foi ficando cada vez mais ansiosa, até paranoica — um efeito colateral do estupro. Se entrava num banheiro e a cortina do chuveiro não estivesse toda aberta, ficava com medo de que houvesse alguém escondido atrás e entrava em pânico. Antes de ir dormir, verificava embaixo da cama para ter certeza de que não havia ninguém escondido ali. E então verificava de novo, e de novo. Ela tinha sérias dificuldades para dormir. Quando um médico lhe recomendou tomar remédios para diminuir sua ansiedade ou para ajudá-la a dormir, ela não aceitou. “Eu não queria tomar nada que me fizesse dormir”, explicou Allison, “porque tinha medo de não ser capaz de acordar se algo ruim acontecesse.”

Além disso, quando por fim dormia, os pesadelos eram recorrentes. “Eles começaram depois que Beau foi preso”, disse-me ela, “quando eu tinha de brigar constantemente com os promotores sobre mandá-lo para a prisão. Lembro de alguns dos pesadelos com muita clareza.”

Num deles, Allison sonhou que ela, Beau Donaldson e sua amiga Keely Williams estavam na ponte Maclay — uma ponte decrépita de uma via sobre o rio Bitterroot, no bairro em que eles cresceram. Durante o verão, a ponte é um lugar popular entre os adolescentes locais, que saltam dali para o rio gelado. No pesadelo, ela lembra, “era final de outono ou talvez inverno. Beau, Keely

e eu estávamos na ponte, e eu acho que Beau estava tentando me dizer que sentia muito por ter me estuprado. Então ele pulava da ponte para se matar. Eu pulava também para salvá-lo, ainda que Keely ficasse gritando: ‘Não! Não! Não! Deixa ele ir! Não vá atrás dele!’.

“Eu nadei até ele e estava tentando puxá-lo para a margem quando ele de repente acordava com uma expressão no rosto”, disse Allison, tentando não chorar. “Era a mesma expressão que ele tinha quando o vi no Mo Club no dia de Ação de Graças, e ele ficou rindo de mim. Percebi que ele não estava se afogando e que não tinha pulado da ponte para se matar. Então Beau me agarrava, me segurava debaixo d’água e tentava me afogar.” Nesse momento Allison acordava, apavorada. “Olhando para esse pesadelo agora”, continuou ela, “acho que ele diz muito sobre o que eu estava passando. Acho que eu estava lutando com o fato de que ainda queria confiar em Beau, meu amigo de infância, mas ele obviamente não era confiável.”

Ela teve muitos pesadelos assim. “Quando tinha um sonho desses”, disse Allison, “acordava emocionalmente esgotada. As imagens do sonho eram muito vívidas e ficavam na minha cabeça o dia todo. Não conseguia tirá-las da mente. As pessoas não entendem quão desgastante isso era — os pesadelos, a falta de sono, a preocupação constante com alguém se escondendo atrás da cortina do chuveiro. Elas simplesmente não entendem pelo que é que você passa, dia após dia, quando é estuprada.”

O atual impasse de Allison Huguet com o promotor Shaun Donovan e o gabinete da procuradoria do condado de Missoula agravou seu estresse pós-traumático, mas ela se recusou a concordar com um acordo judicial que não exigia que Beau Donaldson cumprisse pena na penitenciária estadual. No final de agosto, Donovan sentiu que havia negociado um acordo com o advogado de Beau, Milt Datsopoulos, que seria suportável para a família Huguet. No dia 20 daquele mês, ele fez uma reunião com Allison, seus pais, Fred Van Valkenburg e a procuradora assistente Suzy Boylan, uma das promotoras mais qualificadas do gabinete, para discutir o acordo judicial que havia esboçado, na esperança de que a jovem fosse concordar com ele.

A reunião foi turbulenta. Segundo os termos do acordo, em troca de uma confissão de culpa de Beau, “o Estado concorda em recomendar que o réu seja sentenciado a uma pena de trinta anos na Prisão Estadual de Montana com vinte anos de suspensão condicional”. Quando os promotores perguntaram a Allison se concordaria com isso, ela lhes disse que “definitivamente não estava disposta a concordar com isso”.

Boylan tentou fazê-la mudar de ideia argumentando que dez anos na prisão estadual era algo “bem pesado”. Os Huguet responderam ressaltando que uma pena de dez anos significava na verdade que Beau poderia solicitar liberdade condicional em apenas dois anos e meio. Boylan contrapôs que, embora Allison parecesse ser uma mulher muito forte, ela não fazia ideia de como era subir ao banco das testemunhas e ser interrogada por um advogado de defesa implacável. Boylan já tinha visto isso muitas vezes, disse ela, e quase sempre era uma experiência incrivelmente horrível para a vítima. Ela também declarou, com bastante precisão, que, se o caso fosse a julgamento, havia uma boa chance de Beau Donaldson receber uma pena que não incluísse nenhum tempo de prisão.

Depois que Boylan falou, Van Valkenburg disse aos Huguet que era quase certo que esse era o acordo mais severo que Milt Datsopoulos e Beau Donaldson aceitariam; além disso, ele ia apresentar o acordo para Datsopoulos independentemente de os Huguet toparem ou não. E, se eles não concordassem com os termos do acordo, acrescentou Van Valkenburg, ele esperava que a família pelo menos concordasse em não tornar isso “uma discussão pública na mídia”. No dia seguinte, 21 de agosto, Shaun Donovan enviou o acordo judicial para Beau e Datsopoulos assinarem.

Em 11 de setembro de 2012, eles o assinaram. Naquela tarde, a repórter de televisão Irina Cates postou um artigo no site do Kpax, em que escreveu:

Os promotores de justiça dizem que a vítima não está completamente satisfeita com o acordo judicial, mas que ela entende por que ele teve de ser feito.

“É benéfico para a vítima e para a comunidade no sentido de que há garantia de condenação. Quando uma pessoa não se declara culpada, há sempre uma possibilidade de que alguma outra coisa aconteça, de que isso resulte numa não condenação”, disse o promotor do condado de Missoula Shaun Donovan.

“Aceitamos a confissão de culpa porque a pena recomendada é substancialmente menor em relação à proposta original do escritório da procuradoria do condado”, disse o advogado de defesa de Donaldson, Milt Datsopoulos.

Durante a investigação, os detetives da polícia de Missoula monitoraram uma ligação entre a vítima e Donaldson, na qual Donaldson admitiu ter se aproveitado dela. Ele pediu desculpas à mulher e atribuiu o ato a um problema com bebida e remédios para dor.

“Ele cometeu um erro, ele reconheceu esse erro logo de início, e, com base em sua conduta — com base em sua vida até então —, nós acreditamos fortemente que esse jovem rapaz não deveria ter uma grande parte de sua vida tirada dele”, disse Datsopoulos

Datsopoulos teme que as investigações federais sobre a comunidade de Missoula e as acusações de agressão sexual envolvendo atletas da UM possam afetar o caso de Donaldson.

Quatro horas depois, Gwen Florio noticiou o acordo judicial no site do *Missoulian*:

“A vítima sofreu um dano que nenhuma punição ao réu irá resolver”, disse Donovan.

O advogado de Donaldson, Milt Datsopoulos, disse que não acredita que a prisão seja o lugar para seu cliente. “Esperemos que a vida que ele teve seja o argumento mais persuasivo” em favor de uma pena menos severa, disse Datsopoulos.

“Ele cometeu um erro e ele reconheceu esse erro logo de início”, disse Datsopoulos. De acordo com os documentos de acusação do caso, Donaldson pediu desculpas à mulher no dia seguinte.

“Isso aconteceu numa festa em casa e os dois indivíduos tinham bebido”, disse Datsopoulos. Todo mundo lá “estava bebendo mais do que devia, mas esse é um rito de passagem”, disse ele.

Donovan disse que não sabe se a vítima ou sua família irão depor na audiência. Mas se a vítima quiser, ela pode pedir ao juiz para impor uma pena mais longa na prisão. “Ela está em conflito”, disse ele sobre o acordo judicial.

Datsopoulos disse que uma pena mais apropriada envolveria mandar seu cliente para um centro de transição administrado pelo Departamento de Correções.

Ele disse que teme que a publicidade sobre a questão da agressão sexual — sobretudo “a premissa de que [os atletas da UM] receberam um tratamento especial” — tenha “poluído” o ambiente em torno da condenação.

“Não acho que seja totalmente improvável, mas não queremos que isso aconteça”, disse Donovan, acrescentando que o gabinete da procuradoria do condado busca uma pena “apropriada”.

Os artigos deixaram Allison Huguet chateada. Ela sentiu que Milt Datsopoulos teceu seus comentários de modo a retratar Beau Donaldson sob uma luz muito favorável, ao passo que as declarações de Shaun Donovan falharam em apresentar argumentos fortes em favor de uma pena severa. Mesmo depois de a mídia ter noticiado que Beau confessara ter estuprado Allison e se declarara culpado, muitos missoulianos continuaram acreditando que ela estava mentindo e que

ele era inocente. Uma amiga próxima de Allison chamada Valerie* disse que seu pai havia voltado para casa de um jogo de pôquer e começado a arengar sobre “a merda que era Beau Donaldson ter de ir para a cadeia”.

“Por quê?”, perguntou Valerie ao pai. “Você pensaria a mesma coisa se fosse eu quem tivesse sido estuprada por Beau?”

Seu pai respondeu que os amigos com quem estivera jogando cartas — homens que conheciam muito bem tanto Allison quanto Beau — lhe garantiram que “Allison inventou essa história de estupro, e que é tudo uma mentira”.

Em e-mail enviado no dia 12 de setembro aos promotores Shaun Donovan e Fred Van Valkenburg, Allison solicitou uma reunião para “discutir algumas coisas”. E explicou que estava “um pouco frustrada com alguns comentários” que Donovan havia feito para as jornalistas Irina Cates e Gwen Florio. Embora “agradecesse” o fato de ele ter mencionado que ela “não necessariamente concordava com o acordo judicial”, escreveu Allison, ela ficou confusa sobre o que Donovan quis dizer quando falou que ela estava “em conflito”:

Durante todo o processo permaneci coerente insistindo que ele deve ser mandado para a prisão por um longo tempo e que eu tenho toda a intenção de depor/fazer uma declaração verbal [nesse sentido] na audiência.

Milt continua tentando fazer isso parecer um “erro” e retratando Beau como alguém que professores, técnicos e diretores defenderiam. [Milt também] tenta minimizar um tanto da responsabilidade [de Beau] [...] dizendo “Isso aconteceu numa festa em casa e os dois indivíduos tinham bebido... Todo mundo lá ‘estava bebendo mais do que devia, mas esse é um rito de passagem’” [...]

Desde o início venho tentando com muito esforço ter fé e enxergar os aspectos positivos em cada audiência, mas tem sido difícil sentir que estou sendo totalmente apoiada e defendida por seu escritório. Sei que Milt tem o direito de dizer o que bem entender para a imprensa e eu realmente não fico chocada com o que ele está fazendo, só seria bom se o seu escritório pudesse ser um pouco mais agressivo ao responder a algumas alegações dele e fizesse suas próprias declarações lembrando o público de quem Beau é, uma pessoa que admitiu [ter] estuprado alguém que ele descreve como sua “irmãzinha”. Eu realmente agradeço o tempo que vocês têm dedicado ao caso e espero que possam entender minha frustração.

Fred Van Valkenburg nasceu em Billings, a cidade mais populosa de Montana. Foi representante de turma em sua pequena escola de ensino médio católica e *quarterback* do time de futebol americano. Em 1970, mudou-se para Missoula para estudar na Faculdade de Direito da Universidade de Montana e resolveu continuar na cidade, onde trabalhou durante dois anos como promotor municipal assistente antes de passar a atuar na esfera privada, trabalhando muitas vezes como defensor público. Democrata, concorreu ao Senado de Montana em 1978, ganhou as eleições e representou o distrito de Missoula nos vinte anos seguintes, incluindo um mandato de três anos como presidente do Senado. Em 1985, enquanto ainda servia no legislativo estadual, Van Valkenburg começou a trabalhar como promotor do condado de Missoula e foi eleito procurador em 1998. Foi reeleito para o cargo em 2002, 2006 e, mais recentemente, em 2010 — quando concorreu sem oposição.

Os promotores que trabalharam para Fred Van Valkenburg gostavam dele e o respeitavam. Ele confiava no julgamento de seus promotores e lhes dava total liberdade para conduzir seus casos.

Surpreendentemente, considerando o sucesso que Van Valkenburg teve na arena política, ele é um pensador independente resoluto, sem medo de assumir opiniões impopulares e tomar decisões controversas. Durante seus anos no Senado estadual, foi um defensor dos direitos das mulheres e

encabeçou legislações importantes para impedir a discriminação baseada em gênero. Sua autoconfiança (que alguns consideram ser arrogância) é famosa, assim como sua obstinação. Ele tem uma reputação bem merecida de lutar teimosamente por aquilo que acredita ser certo, e a opinião pública que se dane.

Em 19 de setembro de 2012, quando se encontrou com Van Valkenburg para discutir sua insatisfação com o modo como o gabinete da procuradoria estava lidando com seu caso, Allison Huguet estava acompanhada por seu pai, Kevin Huguet, sua mãe, Beth Huguet, sua madrasta, Margie Huguet, e pelo detetive Guy Baker. “Allison queria muito que o detetive Baker estivesse lá”, disse-me Margie. “Acho que sua presença teve um grande feito na reunião.”

“Guy fazia Allison se sentir confortável e segura”, concordou Kevin Huguet. “Ele estava sempre batalhando por ela.” Acompanhando Van Valkenburg estavam sua assistente, a promotora Suzy Boylan, e a advogada de vítimas Tanya Campbell. Foi notável a ausência do promotor à frente do caso de Allison, Shaun Donovan.

Logo após o início da reunião, os Huguet falaram para Van Valkenburg que não estavam satisfeitos com a forma como Donovan estava conduzindo o caso. Eles disseram que estavam felizes com o acordo judicial oferecido, mas que temiam que o juiz pudesse dar a Beau uma pena mais leve do que a recomendada pelo acordo judicial se Donovan não lutasse por Allison na audiência, marcada para o dia 13 de outubro. “Queríamos alguém que brigasse agressivamente pela pena mais severa possível”, disse-me Kevin, “e não achávamos que Shaun ia fazer isso.”

Kevin Huguet começou a provocar Van Valkenburg. “Perguntei a ele: ‘Vocês estão com medo de Milt ou algo do tipo? É disso que se trata?’. Fred ficou tenso e com o rosto vermelho e me atacou de volta. Eu não tinha ido à reunião com a intenção consciente de atirá-lo, mas funcionou. Lá pelo meio da reunião ele disse: ‘Quer saber? Eu vou assumir a partir de agora. Eu vou conduzir a audiência’.”

“Fred me disse que eu poderia ter quem eu quisesse do gabinete”, disse Allison, “mas que achava que ele era o mais qualificado.”

“Allison definitivamente não morria de amores por Fred”, ponderou Kevin. “Mas era o maior figurão do gabinete. Entre todos os promotores de lá, ele claramente era a melhor escolha.”

“No final”, disse Allison, “Fred fez um bom trabalho por mim. Mas acho que isso teve muito a ver com o fato de o *Missoulian* ter dado tanta atenção para o caso e de o Ministério da Justiça estar com uma investigação em curso. Isso me deu muita influência. Foi por isso que ele se mostrou disposto a ouvir minhas frustrações em relação a Shaun. Se não tivesse havido nenhuma cobertura da mídia, nenhuma investigação de fora, acho que Fred não teria nem se encontrado comigo.”

* Pseudônimo.

Em fevereiro de 2012, quando o decano dos alunos da Universidade de Montana Charles Couture iniciou uma investigação disciplinar sobre o *quarterback* Jordan Johnson pelo suposto estupro de Cecilia Washburn, o caso rapidamente se tornou polêmico, tanto por causa do status de celebridade de Jordan como pelas táticas arrasadoras que seu advogado empregou para defendê-lo.

Ao ficar sabendo que Jordan fora acusado de estupro, o departamento atlético da UM providenciou que ele fosse representado por David Paoli, um advogado local que atuava no Conselho Consultivo Nacional do Grizzly Athletics e que estudara na UM com uma bolsa de futebol americano no início da década de 1980. Jogando como *nose tackle*, Paoli apoiara a linha defensiva do Griz e recebera elogios por seu ataque feroz. Mas ele não era nenhum marmanjo descerebrado. Depois de se formar com honras pela Escola de Direito da UM em 1986, trabalhou para um juiz federal, abriu seu próprio escritório de advocacia em 1992 e por fim se tornou um advogado proeminente de Montana. Em 2011, a Associação dos Advogados de Defesa de Montana o elegeu como “Advogado do Ano”.

Durante muitos anos, Milt Datsopoulos, o advogado que defendeu Beau Donaldson, prestou assistência especializada a muitos atletas do Griz que se viram do lado errado da lei. Mas Datsopoulos estava com 71 anos de idade. Jordan Johnson era o atleta mais famoso do estado. Pessoas influentes ligadas à Universidade de Montana aparentemente acreditaram que David Paoli, de 51 anos e notoriamente combativo, seria uma escolha melhor para defender Johnson, dada a gravidade da acusação contra ele.

Assim que foi contratado por Jordan Johnson, Paoli adotou táticas extremamente agressivas para defender seu cliente, sem pensar duas vezes. Na carta em que notificou Jordan de que ele estava sendo investigado pela universidade, Couture havia alertado:

Você não deve ter absolutamente nenhum tipo de contato, incluindo por terceiros, com a srta. Washburn. Além disso, trata-se de uma questão altamente confidencial, e você está proibido de discutir seu suposto delito com outras pessoas. O não cumprimento dessas diretrizes resultará no seu imediato afastamento da universidade.

No dia 15 de fevereiro, três dias depois de Jordan receber esse alerta, Paoli ligou para David Aronofsky, o assessor jurídico da UM, para levantar objeções à proibição de nenhum contato, argumentando que, como advogado de Jordan, ele tinha o direito legal de interrogar testemunhas. Em um e-mail posterior a Paoli, Aronofsky concordou, mas insistiu para que ele agisse com reservas:

Você estaria cumprindo suas obrigações profissionais ao realizar uma investigação para seu cliente e a universidade permitirá que você

faça isso, com a ressalva de que contatar a suposta vítima diretamente ou por meio de intermediários não será apropriado no momento em função das instruções de nenhum contato. Eu sugiro que você considere proceder com um pouco de cautela em suas investigações até depois da reunião da próxima terça-feira, visto que então todos nós poderemos obter mais informações que serão úteis em quaisquer próximos passos a serem tomados.

No dia 17 de fevereiro, ignorando a recomendação de Aronofsky de esperar até depois de as partes contrárias terem a oportunidade de discutir a melhor forma de proceder, Paoli contratou um investigador particular, Mark Fullerton, para observar a casa de Cecilia Washburn, certificar-se de que ela não estava no local e então entrevistar os dois amigos que moravam com ela, a fim de reunir provas que pudessem ser usadas para lançar dúvidas sobre sua alegação de que Jordan Johnson a estuprou. Embora contratar investigadores particulares para fazer esse tipo de serviço seja comum em processos penais de estupro, isso raramente, talvez nunca, chegou a ser feito durante um julgamento da UM de violação do código de conduta estudantil. Quando voltou para casa e soube que Fullerton estivera lá atormentando seus colegas, interrogando-os sobre o que eles se lembravam da noite de 4 de fevereiro, Cecilia ficou bastante chateada. Foi “assustador”, ela mais tarde testemunhou, e ela se sentiu “violada”.

Posteriormente, Cecilia Washburn descobriu que David Paoli também tinha enviado o investigador Mark Fullerton para a minúscula comunidade em que ela cursara o ensino médio (a população total da cidade era de 171 pessoas) para obter informações depreciativas sobre ela. Não havia dúvidas de que Paoli pretendia elaborar uma defesa extremamente agressiva.

Quando percebeu que um investigador particular estava bisbilhotando sua vida pessoal, ela ligou para o decano Couture para expressar seu choque e sua revolta. Couture ligou para Fullerton e deixou uma mensagem ordenando que ele “parasse e desistisse” de invadir a privacidade de Cecilia Washburn. Paoli imediatamente respondeu a Couture também com uma mensagem de voz, lembrando-o de que ele tinha o direito de interrogar testemunhas e de que ele havia, na verdade, obtido permissão do assessor da UM David Aronofsky para contatar os amigos que moravam com Cecilia.

Em 24 de fevereiro, o decano Couture convocou Jordan Johnson para o seu escritório para a primeira reunião de investigação. Paoli e Aronofsky também estavam presentes. De acordo com um resumo dos fatos apresentado por Paoli,

Couture começou a reunião e imediatamente foi grosseiro e hostil. Embora o código de conduta estudantil determine que ele deve apresentar as provas contra o sr. [Johnson] e então permitir que o sr. [Johnson] responda, [o decano dos alunos] Couture, para intimidar, começou a reunião olhando para o sr. [Johnson] e inquirindo: “Você estuprou a srta. [Washburn]?”.

Paoli iria repetir a afirmação de que Couture foi “grosseiro e hostil” e tentou “intimidar” Jordan durante todo o processo de julgamento. De acordo com os colegas de Couture, pode acontecer de fato de o decano ser rude. Mas advogados e outros que já enfrentaram Paoli no tribunal, incluindo alguns que foram interrogados por ele no banco das testemunhas, consideram bastante irônica sua indignação moralista com o tom grosseiro de Couture. Quase todos os oponentes de Paoli, assim como muitos de seus admiradores, concordam que ele tem uma disposição excepcionalmente

combativa e fará quase tudo para ganhar um caso. “Dominador” é uma palavra usada com frequência para descrevê-lo. “Valentão” é outra.

Conforme afirmou um advogado que já se bateu com Paoli: “Dave foi *nose tackle* do Griz e exerce a advocacia do mesmo modo como jogava futebol americano: ele tenta passar por cima de quem quer que esteja no seu caminho”. Aqueles que conhecem tanto Paoli como Couture sugerem que o segundo não tinha escolha senão ser agressivo se esperasse se manter à altura e defender Cecilia Washburn com eficácia.

Seguindo as restrições decretadas pelo Ministério da Educação dos Estados Unidos em sua Carta Caro Colega de 2011, a UM, como qualquer outra faculdade ou universidade americana, deve usar o padrão de “preponderância da evidência” como ônus da prova ao julgar denúncias de agressão sexual, em vez do padrão de “evidência clara e convincente” utilizada pela maioria das universidades na época ou o padrão “para além de uma dúvida razoável” do sistema penal. Em outras palavras, para expulsar um aluno, a universidade tinha de determinar que apenas 51% das provas credíveis indicavam que o acusado havia cometido o delito. O propósito do ônus da prova reduzido era dificultar que alunos saíssem impunes por estupro — um crime que o Ministério da Educação do país concluíra que estava ocorrendo com demasiada frequência nos campi americanos.

Dois meses antes do suposto estupro de Cecilia Washburn por Jordan Johnson, o Tribunal Universitário tinha se baseado no padrão de “preponderância da evidência” para considerar Calvin Smith culpado de estupro e expulsá-lo. Mas a Carta Caro Colega fora emitida menos de seis meses antes do estupro de Kaitlynn Kelly, e, embora os administradores da UM tivessem usado o ônus da prova reduzido em seu caso contra Calvin, eles estavam demorando para revisar o código de conduta estudantil da universidade de modo que refletisse o novo padrão.

No dia 24 de fevereiro de 2012, durante a primeira reunião do decano Couture com Jordan Johnson e David Paoli, o advogado de Jordan fez desse descuido a tônica principal da defesa de seu cliente, observando que o ônus da prova especificado no código de conduta estudantil, conforme constava na época, ainda era o velho padrão de “evidência clara e convincente” que estava em vigor antes da Carta Caro Colega. Portanto, argumentou Paoli, o padrão mais antigo e mais rigoroso deveria ser utilizado no julgamento do caso de Jordan.

Couture e Aronofsky contestaram dizendo que a universidade ainda não tinha conseguido atualizar o código de conduta estudantil para que refletisse o novo padrão — um detalhe técnico irrelevante que não deveria permitir que Jordan ficasse impune por estupro. E esta afirmação — de que a busca por verdade e justiça deveria ser mais importante que picuinhas processuais — se tornou uma questão crucial na resolução do caso de Jordan. Paoli discordou enfaticamente e protestou contra o fato de a universidade não seguir ao pé da letra o código de conduta estudantil, conforme publicado. Ele também protestou contra muitos outros aspectos relacionados com a maneira como a universidade conduziu o processo disciplinar de seu cliente.

Não espanta que advogados contratados para defender alunos em casos de estupro na universidade tipicamente desprezem restrições como as impostas à sua profissão pela Universidade de Montana, que proíbe que assessores jurídicos falem em nome de seus clientes ou interroguem

testemunhas durante o processo. A rejeição deliberada da UM às regras fundamentais do direito penal enfurecia Paoli, e ele repetidamente recriminou Couture e outras autoridades da universidade por sua recusa em conceder a Jordan direitos básicos garantidos pelo sistema judicial penal. De sua parte, o decano Couture lembrou Paoli de que a investigação da universidade sobre o cliente dele era um processo disciplinar, não uma investigação criminal, então era totalmente apropriado que a universidade estabelecesse as próprias regras.

Três meses antes, quando Couture advertiu o advogado Josh Van de Wetering a não falar durante o julgamento da universidade do caso de Calvin Smith, Van de Wetering relutantemente cedeu. Mas ceder não é da natureza de Paoli. Era impossível para ele aceitar que a universidade tinha o direito legal de se recusar a deixá-lo falar ou levantar objeções durante o processo. Como consequência, diversas vezes ele ignorou a política e exigiu indignado que o ouvissem. Couture, por sua vez, respondeu a essas explosões exigindo que Paoli ficasse de boca fechada. Em dado momento da reunião de 24 de fevereiro, de acordo com Paoli, o assessor da UM David Aronofsky de fato o mandou “calar a boca”. Tudo isso o fez protestar ainda mais fortemente sobre Couture e Aronofsky estarem demonstrando “falta de imparcialidade”.

Couture, porém, não tinha que ser imparcial. Seu trabalho não era atuar como um juiz imparcial, mas sim como um promotor de justiça da universidade. Quando Cecilia Washburn prestou sua queixa à universidade acusando Jordan de estupro, era responsabilidade de Couture como decano dos alunos determinar se havia causa provável para iniciar uma investigação por parte da universidade, assim como era responsabilidade do procurador do condado de Missoula determinar se havia causa provável para ajuizar uma ação penal contra Beau Donaldson no caso de Allison Huguet. Depois que a investigação inicial o fez decidir que havia muitas razões para acreditar que Jordan Johnson havia estuprado Cecilia Washburn, Couture deveria montar um caso para a expulsão de Jordan da UM, assim como o promotor do condado Shaun Donovan deveria montar e apresentar um caso para a condenação criminal de Beau.

Uma segunda reunião entre David Paoli, Jordan Johnson, Charles Couture e David Aronofsky foi realizada em 9 de março. Durante esse encontro, Couture disse a Paoli e Jordan que “estava pendendo” para uma decisão a favor da alegação de Cecilia Washburn de que Jordan a havia estuprado.

Aronofsky concordou em fornecer a Paoli cópias do arquivo de investigação que o decano Couture havia montado sobre o caso. Ao examinar o arquivo, Paoli encontrou declarações de testemunhas apoiando Cecilia Washburn que, em sua opinião, claramente demonstravam a “falta de imparcialidade” de Couture e sua “predeterminação” da culpa de Jordan Johnson. Por exemplo, ele ficou incomodado porque “uma testemunha elogiou o decano Couture falando de como ele era ‘extremamente compreensivo e solidário’”. Também viu mais uma prova de chocante parcialidade em uma declaração prestada por Cecilia Washburn em 22 de fevereiro, na qual ela comenta:

Me encontrei com Charles [Couture] para discutir sua reunião anterior com [Johnson] e [Paoli]. Pelo que entendi, [Johnson declarou-se] inocente de cometer o crime e assumiu uma atitude bastante agressiva e arrogante com Charles. Charles também disse que [Paoli] foi muito convencido.

Parece não ter ocorrido a Paoli que demonstrar solidariedade e compreensão a uma suposta vítima era um comportamento absolutamente adequado da parte de Couture, ou que a descrição de Cecilia da atitude de Jordan como “bastante agressiva e arrogante” talvez fosse precisa.

Em 27 de março, Charles Couture enviou uma carta a Jordan Johnson, informando-o:

Encontrei uma preponderância de evidência para respaldar a denúncia de que você estuprou uma aluna, a srta. Cecilia Washburn, no apartamento dela no dia 4 de fevereiro de 2012. Minha decisão está baseada, em parte, nas seguintes evidências:

- Ao contrário de sua repetida afirmação, mensagens de texto entre você e a vítima provam que você e ela eram mais do que meros conhecidos.
- Sua conduta prévia no seu alojamento na universidade.*
- Sua afirmação de que você e a vítima tinham conjuntamente tomado a iniciativa de encontrar-se na noite do estupro; uma cópia de sua mensagem de texto à vítima claramente prova que você iniciou o encontro [...]
- A interrupção total e imediata de sua amizade com a vítima após a noite do estupro.
- O fato de você não tentar recuperar o relógio que esqueceu na casa da vítima, apesar da sua afirmação de que [esse] relógio lhe fora dado de presente por sua irmã.

Sanções apropriadas para esse tipo de agressão física violenta são:

1. Expulsão da Universidade de Montana, com efeito imediato.

2. Nenhum acesso a nenhuma propriedade da universidade ou a nenhuma atividade patrocinada pela universidade a qualquer momento.

Você pode aceitar ou negar a acusação de ter violado o código de conduta estudantil e/ou aceitar ou não as sanções. Se você negar a acusação e/ou não aceitar as sanções, você tem direito a uma sessão administrativa com a vice-presidente de assuntos estudantis, ou pessoa por ela designada, e a uma audiência perante o Tribunal Universitário.

Jordan Johnson respondeu negando a acusação e solicitando uma sessão administrativa com Teresa Branch, a vice-presidente de assuntos estudantis. A sessão foi realizada no dia 20 de abril; além de Branch e Jordan, Paoli, Couture e Aronofsky estavam presentes. No início da reunião, Paoli entregou em mãos para Branch um maço de cartas de referência atestando o caráter honrado de Jordan, junto com uma carta de apresentação na qual reafirmava que ele não havia estuprado Cecilia Washburn.

Respeitosamente peço que a senhora se pergunte por que [Jordan Johnson] arriscaria toda a sua vida e a vida de sua família ao cometer um ato tão violento jamais tendo feito nada nem remotamente próximo disso e sabendo muito bem que o colega da acusada estava a poucos metros de distância do lado de fora da porta do quarto dela.

Durante a reunião, Paoli argumentou novamente que a parcialidade de Couture, o fato de ele não seguir o código de conduta estudantil publicado, “a irregularidade desse processo” e o “ônus da prova não adotado” que a universidade estava impondo a Jordan Johnson eram tão problemáticos que a denúncia contra seu cliente deveria ser julgada improcedente. Mas a vice-presidente Branch não se convenceu. Ao final da reunião, ela indeferiu o recurso de Jordan. Ele imediatamente indicou que iria apelar para a próxima instância: o Tribunal Universitário.

Uma audiência perante o tribunal foi marcada para 10 de maio, mas Paoli estava determinado a interromper o processo antes disso. Ele providenciou para que os pais de Jordan Johnson se encontrassem com o presidente da Universidade de Montana Royce Engstrom e, no dia 4 de maio, entregou em mãos uma carta confidencial para Engstrom alegando que o julgamento de Jordan

pela universidade fora “prejudicado e contaminado por erros graves do devido processo legal e de justiça fundamental”. Paoli pediu a Engstrom que afastasse o decano Charles Couture e o assessor David Aronofsky do caso, assumisse ele próprio o controle e recomeçasse o processo do zero “com um representante verdadeiramente imparcial”.

No dia 8 de maio, quando David Paoli recebeu uma carta do presidente Engstrom negando sua solicitação altamente irregular, Paoli, em nome de Jordan Johnson, solicitou no Tribunal Distrital dos Estados Unidos do Distrito de Montana uma ordem de restrição temporária para proibir a universidade de realizar a audiência do Tribunal Universitário. Para o caso de essa ordem ser rejeitada, no dia 9 de maio ele também apresentou à universidade uma solicitação de que dois membros do Tribunal Universitário fossem impedidos de participar da audiência, alegando que eram tendenciosos contra o seu cliente.

Em 10 de maio, a juíza Dana Christensen negou a ordem de restrição, e a audiência do Tribunal Universitário foi realizada mais tarde nesse mesmo dia. Embora os membros do tribunal vetados por Paoli tenham sido substituídos por duas pessoas diferentes, conforme exigido por ele, o tribunal considerou Jordan Johnson culpado de estuprar Cecilia Washburn por cinco votos contra dois. Todos os sete membros então votaram por unanimidade pela expulsão de Jordan da universidade.

No dia 6 de junho, após rever essa decisão, o presidente Engstrom constatou que a conclusão do tribunal era “razoável [...] baseada nos testemunhos e nas evidências disponíveis”. Além disso, Engstrom escreveu para Jordan Johnson:

Eu não encontro nenhum erro processual que serviria para negar um julgamento justo. Ambas as partes puderam apresentar os respectivos casos e interrogar todas as testemunhas. O Tribunal foi constituído de forma correta, desempenhou suas atividades em conformidade com o código de conduta estudantil e o fez em tempo hábil. Não considero procedentes as objeções processuais levantadas pelas cartas do sr. Paoli.

Consequentemente, concluo que você de fato violou o código de conduta estudantil ao cometer relação sexual sem consentimento. Ademais, mantenho a decisão do Tribunal de que você seja expulso da Universidade de Montana...

A revisão pelo presidente constitui o último passo no nível universitário. Considero a questão encerrada. Lamento que sua carreira na universidade tenha de chegar ao fim.

Jordan ainda tinha, porém, uma última chance de evitar a expulsão. Ele podia recorrer a uma instância acima da universidade, solicitando uma revisão administrativa de seu caso ao diretor de ensino superior de Montana e ao Conselho Administrativo. No dia 13 de junho, Paoli solicitou tal revisão. O diretor Clayton Christian aparentemente decidiu em favor de Jordan Johnson, e ele não foi expulso. Digo “aparentemente” porque o escritório do diretor se recusou a revelar o resultado da revisão, ou mesmo a reconhecer que tal revisão ocorrera, mediante a alegação de que está impedido de fazê-lo pela Lei de Direitos Educacionais e Privacidade da Família e pelo estatuto 20-25-515 de Montana, ambos os quais tratam de questões relativas à privacidade dos registros de estudantes.**

Quando Jordan Johnson apelou ao escritório do diretor, o caso da universidade contra ele desapareceu no ar. Foi como se o processo no Tribunal Universitário jamais tivesse acontecido. Como o processo criminal contra ele ainda estava em curso, Jordan não teve permissão para treinar com o time de futebol americano no verão de 2012, nem para jogar para os Grizzlies

naquele outono, mas ele aparentemente permaneceu matriculado como aluno.

Documentos públicos divulgados em 2013 lançaram alguma luz sobre o motivo de Jordan não ter sido expulso. O mais revelador é uma carta de 31 páginas enviada ao presidente da Universidade de Montana Royce Engstrom pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério da Educação dos Estados Unidos. Datada de 9 de março de 2013, a carta enumera os resultados de um ano da investigação do governo sobre a atuação da UM em denúncias de agressões sexuais, e dois parágrafos dela resumiam o apelo de Jordan Johnson ao diretor Clayton Christian. Embora nem Jordan nem Cecilia Washburn sejam mencionados pelo nome, não havia dúvidas quanto ao caso em discussão.

Clayton Christian, que foi nomeado diretor de ensino superior em dezembro de 2011 pelo Conselho Administrativo de Montana, não é nem educador nem advogado. Christian tem bacharelado em Administração e Finanças pela Universidade de Montana e é dono de uma companhia de títulos imobiliários. Ele é um homem de negócios bem-sucedido e altamente respeitado em Missoula. Antes de sua nomeação, um doutorado era um dos pré-requisitos para o cargo, mas os membros do conselho retiraram essa exigência pouco antes de selecioná-lo porque acreditavam que o diretor de ensino superior “deveria ser um empresário como Christian”, de acordo com uma declaração pública feita pelo vice-presidente do conselho.

Apesar do ambiente de sigilo criado pelo escritório do diretor em torno do caso de Jordan Johnson, informações públicas reveladas por outras fontes indicam que, quando Jordan recorreu de sua expulsão a Clayton Christian, David Paoli aparentemente convenceu o diretor de que a universidade havia utilizado incorretamente “uma preponderância de evidência” como ônus da prova ao considerar Jordan culpado de estuprar Cecilia Washburn, em vez de se ater ao padrão mais exigente de “evidência clara e convincente”. Ignorando descaradamente a Carta Caro Colega do Ministério da Educação, que explicita que “a preponderância da evidência é o padrão adequado para investigar denúncias de assédio ou violência sexual”, o diretor Christian anulou o veredicto de culpado do Tribunal Universitário e mandou o caso de volta à Universidade de Montana para que fosse novamente julgado, dessa vez utilizando a “evidência clara e convincente” como ônus da prova.

Durante sua reavaliação do caso de Jordan Johnson, a universidade contratou um consultor independente para realizar uma nova investigação imparcial da denúncia de Cecilia Washburn. Ao final da investigação, o consultor concluiu que o depoimento de Johnson não era credível e que de fato havia provas claras e convincentes de que ele havia estuprado Cecilia Washburn.

No entanto, a decana dos alunos Rhondie Voorhees, que substituiu o decano Charles Couture quando ele se aposentou em julho de 2012, rejeitou o parecer do consultor independente de que Jordan era culpado. De acordo com a carta de 2013 do governo para o presidente Engstrom, a decana Voorhees

concluiu que tanto a autora da queixa [Cecilia Washburn] como o aluno acusado [Jordan Johnson] eram credíveis e expressou uma crença de que esse era “um caso de percepções e interpretações divergentes dos acontecimentos em questão”. No entanto, outras partes da análise [da decana] questionavam a credibilidade [de Cecilia Washburn]. Por exemplo, algumas das declarações [de Cecilia Washburn]

começavam com “eu acho” ou “não acho”, e [a decana Voorhees] acreditou que o uso da palavra “acho” denotava uma “resposta hesitante e ambígua”. A [decana] concluiu que não havia evidência clara e convincente para determinar que [Johnson] cometeu abuso sexual.

O resultado foi que a decana Rhondie Voorhees declarou Jordan Johnson inocente de estuprar Cecilia Washburn.

Na carta a Engstrom já citada, os Ministérios da Justiça e da Educação criticaram a universidade por usar “o padrão de ‘evidência clara e convincente’, violando a diretriz da Carta Caro Colega com relação ao emprego do padrão de ‘preponderância da evidência’”. Os federais também afirmaram que a absolvição unilateral de Jordan Johnson por Voorhees “não resultou em uma solução justa” para a denúncia de Cecilia Washburn. Mas as conclusões do governo chegaram tarde demais para fazer qualquer bem à jovem.

Depois que o decano Charles Couture determinou, em março de 2012, que Jordan Johnson era culpado de estuprar Cecilia Washburn, Jordan teve quatro chances de recorrer da decisão de Couture. Quando finalmente triunfou em sua quarta tentativa e foi declarado inocente pela decana Voorhees, esta teve a palavra final sobre o caso. O processo de julgamento da universidade não deu a Cecilia Washburn nenhuma chance de recorrer da decisão de Voorhees.

Assim, em vez de expulsar Jordan Johnson, a Universidade de Montana convidou-o para voltar como *quarterback* dos Grizzlies, e, quando o fez, a maior parte de Missoula ficou exultante.

* Durante seu primeiro ano, Jordan fora disciplinado pela universidade por ficar bêbado e causar tumulto em uma festa.

** Em fevereiro de 2014, fiz uma petição no Tribunal Distrital de Montana solicitando acesso a registros públicos concernentes às ações do diretor Christian, citando o artigo 2º da Constituição do Estado de Montana, que estabelece que “nenhuma pessoa será privada do direito de examinar documentos [...] de todos os órgãos públicos ou agências do governo estadual e suas subdivisões”. Em setembro de 2014, a juíza do tribunal distrital Kathy Seeley determinou que a lei “não impede a liberação dos registros nas circunstâncias apresentadas nesse caso”, assim como não o impede o estatuto 20-25-515 de Montana. A juíza Seeley ordenou que o escritório do diretor me fornecesse os registros solicitados, mas em outubro de 2014 o diretor Christian interpôs recurso no Superior Tribunal de Montana recorrendo da decisão de Seeley. O tribunal ainda não tinha tomado uma decisão sobre o recurso na época em que este livro foi enviado para publicação.

PARTE IV

ESCALAS DE JUSTIÇA

É moralmente impossível se manter neutro nesse conflito. O espectador é forçado a tomar partido.

É muito tentador tomar o partido do agressor. Todo agressor pede que o espectador não faça nada. Ele apela ao desejo universal de não ver, não ouvir, não falar nenhum mal. A vítima, ao contrário, pede que o espectador compartilhe o fardo de suas dores. A vítima requer ação, engajamento e lembrança...

A fim de não ser responsabilizado por seus crimes, o agressor faz tudo o que pode para promover o esquecimento. Sigilo e silêncio são sua primeira linha de defesa. Se o sigilo falha, o agressor ataca a credibilidade de sua vítima. Se não consegue silenciá-la totalmente, ele tenta se certificar de que ninguém lhe dê ouvidos. Para tanto, convoca um impressionante esquadrão de argumentos, da negação mais descarada à racionalização mais sofisticada e elegante. Depois de cada atrocidade, podem-se esperar ouvir as mesmas desculpas previsíveis: jamais aconteceu; a vítima mente; a vítima exagera; a vítima que provocou isso; e em todos os casos é o momento de esquecer o passado e seguir em frente. Quanto mais poderoso for o agressor, maior é a sua prerrogativa de nomear e definir a realidade e mais fortemente os seus argumentos prevalecem.

Judith Lewis Herman
Trauma and Recovery

Depois que Beau Donaldson concordou em se declarar culpado da acusação de ter estuprado Allison Huguet, uma audiência para determinar sua sentença foi marcada para 13 de outubro de 2012, mas ela foi adiada para 19 de dezembro e depois remarcada para 11 de janeiro de 2013. Isso testou a paciência de Allison e sua família. Entretanto, o adiamento adicional não foi necessariamente ruim, pois deu ao procurador do condado de Missoula Fred Van Valkenburg mais tempo para se preparar, e, à medida que o dia marcado se aproximava, foi ficando desconcertantemente claro que ele ia precisar de cada hora que tivesse à disposição.

No final da tarde do dia 9 de janeiro, quando Van Valkenburg se encontrou com Allison e Kevin Huguet para lhes dizer o que esperar da audiência, que seria dali a menos de dois dias, ele confessou que estava só começando a focar no que realmente pretendia dizer. Quando Allison lhe perguntou se estava tudo certo para Hillary McLaughlin testemunhar, Van Valkenburg disse que ela havia dado para trás e não tinha certeza se conseguiria encarar isso até o fim. Essa notícia foi particularmente desencorajadora. O relato de Hillary sobre o ataque de Beau em 2008 era um elemento crucial da argumentação da promotoria de que ele era um predador sexual que representava uma ameaça real à comunidade e, portanto, precisava ficar preso por um longo tempo.

Hillary McLaughlin descreveu pela primeira vez a agressão para o detetive Guy Baker em janeiro de 2012. Depois disso, ela não teve mais notícias nem da polícia de Missoula nem dos promotores até o início de dezembro, quando Baker ligou para perguntar se ela testemunharia na audiência, na época prevista para 19 de dezembro. “Ele me falou sobre como seria importante para Allison se eu testemunhasse”, lembra Hillary. “Mas eu não sabia se queria voltar a lidar com isso, então perguntei: ‘Posso pensar e responder daqui a uma semana?’. Revendo isso, sei que foi muito egoísta da minha parte, mas fiquei temerosa em despertar toda a ansiedade que sentia por Beau ter tentado me estuprar.”

Uma semana depois, quando o detetive Baker ligou de volta, disse Hillary McLaughlin: “Eu falei pra ele: ‘Sinto muito, mas não posso fazer isso. Não posso me colocar nessa posição neste exato momento’. Ele ficou meio: ‘Tá bem, se é isso que você quer, vou respeitar sua decisão’. Desliguei o telefone e na hora comecei a chorar. Falei pro meu marido: ‘Eu fiz a coisa errada!’. Então liguei de volta para o detetive Baker provavelmente uns cinco minutos depois, e ele não atendeu. Deixei uma mensagem de voz perguntando: ‘Posso pensar por mais três dias? Por favor, só me dê o fim de semana’”. Depois de considerar exaustivamente a questão ao longo dos dias seguintes, Hillary

McLaughlin disse a Baker que iria testemunhar.

“Mas então a audiência foi remarçada para 11 de janeiro”, disse Hillary, “e eu tive mais tempo para pensar sobre como ia ser difícil falar tudo no tribunal na frente de todas aquelas pessoas.” Poucos dias antes da audiência, ela mudou de ideia de novo e disse ao detetive Baker que estava assustada demais para ir até o fim.

* * *

O terreno do tribunal do condado de Missoula ocupa uma quadra inteira do centro. Um edifício bonito e imponente construído em 1910 em blocos de arenito lavrados, ele é encimado por uma torre de relógio abobadada visível a quilômetros de distância. Enquanto Allison Huguet e sua família caminhavam do carro até as portas do tribunal pouco antes das nove horas da manhã do dia 11 de janeiro de 2013, a nevasca da noite já tinha diminuído, mas a tempestade deixara doze centímetros de neve fresca no solo e a temperatura era de menos 8°C. Já no terceiro andar, quando a juíza Karen Townsend disse “Sentem-se, por favor”, a grande sala do tribunal estava cheia de missoulianos que queriam acompanhar qual seria o destino de Beau Donaldson. Seus apoiadores, incluindo membros da família e colegas do Griz, encheram os bancos do lado direito da sala; a maioria dos apoiadores de Allison Huguet sentou do outro lado. Todo mundo estava desconfortavelmente perto. O ar estava viciado, e a tensão no tribunal era palpável.

Beau, de gravata e calça social preta, mas sem paletó, sentou com seus advogados, Milt Datsopoulos e Peter Lacny, à mesa da defesa. As costas e os ombros largos de Beau forçavam a costura de uma camisa recém-passada. Fred Van Valkenburg e Shaun Donovan sentaram à mesa da promotoria, representando o Estado, que iria apresentar suas testemunhas antes que qualquer testemunha da defesa fosse chamada.

Van Valkenburg chamou Kevin Huguet para o banco das testemunhas, e a audiência teve um início dramático com ele. Incapaz de conter sua raiva, Kevin começou dizendo: “Estou obviamente puto da vida”. Em seguida, ele apontou para Beau e declarou: “Aquele garoto ali é um estuprador de merda que estuprou minha filha e eu sinceramente espero que ele apodreça no inferno”. Quase todos na sala cheia do tribunal foram pegos de surpresa com a veemência da explosão. “Sei que ele tem um monte de amigos e parentes aqui”, continuou Kevin, “mas eu realmente não dou a mínima. O que você fez com a minha filha foi errado.”

Milt Datsopoulos levantou-se num salto e interrompeu Kevin Huguet para protestar: “Excelência, estamos num tribunal. Certos comentários são...”

“Acho que tenho alguma liberdade da parte queixosa aqui”, disse Kevin, cortando Datsopoulos.

“Então, sr. Huguet”, entrevistou a juíza Townsend, “vou pedir para o senhor...”

“Esses foram os únicos palavrões”, prometeu Kevin.

“Certo. Sem mais, então”, alertou Townsend.

Voltando ao seu testemunho, Kevin disse: “O estuprador não faz ideia da dor e da mágoa que causou à nossa família... Esse estuprador decidiu atacar e estuprar minha filha enquanto ela estava dormindo. Por quanto tempo esse monstro pervertido ficou olhando para a minha filha indefesa antes de decidir cometer estupro numa amiga de longa data? Depois que ele a estuprou, ela teve

que fugir da casa, correndo pela rua e gritando por socorro... Nisso ela se virou e percebeu que o estuprador a estava perseguindo”.

Kevin Huguet perguntou à juíza Townsend se ela, como mãe, poderia imaginar “algo mais assustador” do que ter o homem que acabou “de estuprar sua filha perseguindo-a pela rua”. Além disso, falou Kevin, mesmo depois de Beau Donaldson ter confessado à polícia numa gravação que estuprou Allison, ele disse a seus amigos e à sua família que fora falsamente acusado e os incentivou a caluniar Allison: “Eles fizeram com que fosse impossível que minha filha, nascida e criada aqui, saísse e se divertisse como uma garota normal de 23 anos. Pelo contrário, o que houve foi agressão verbal e intimidação. Por acaso isso dá a impressão de que o estuprador disse a verdade ou realmente se responsabilizou?”. Kevin ressaltou que Beau não só mentiu para seus amigos e família sobre o que fez a Allison, como também disse aos dois psicólogos que realizaram avaliações psicosssexuais nele prévias à audiência que o sexo entre eles fora consensual, não um ato de estupro.

Quando Allison Huguet encontrou por acaso Beau Donaldson no Mo Club, catorze meses após ele tê-la agredido enquanto ela dormia, disse Kevin: “Esse estuprador riu na cara da minha filha... Por acaso isso é atitude de alguém que se arrepende do que fez?... Ele se sentiu no direito de fazer o que bem entendesse com qualquer mulher... Minha filha confiou nele. Ela o conhecia desde a primeira série. Eles eram amigos, e mesmo assim ele foi capaz de estuprá-la. Por algum motivo, algumas pessoas sentem pena desse estuprador... Para aqueles que testemunharam sobre como ele é um bom sujeito... vocês não fazem ideia das lágrimas e da dor e da mágoa que foram causadas por esse estuprador, e dos potenciais anos de terapia e recuperação que minha filha tem pela frente...”

“Estou muito orgulhoso da minha filha por ela não se calar e não permitir que ele se safasse disso”, continuou Kevin. “Ela é maravilhosa, inteligente, incrível e linda por dentro e por fora, e não merecia ter sofrido isso. Juíza, por favor, faça a coisa certa e mande-o para Deer Lodge, que é o lugar dele.”

Keely Williams testemunhou depois de Kevin Huguet. Ela disse ao tribunal que Allison Huguet era sua “melhor amiga” e que conhecia Beau Donaldson desde o jardim de infância. Quando o promotor Fred Van Valkenburg lhe pediu que descrevesse a festa na casa de Beau em setembro de 2010, Keely disse que havia cerca de trinta pessoas presentes. Ela e Allison chegaram por volta das dez da noite, lembrou, e foram para a cama entre duas e três da manhã. Ela testemunhou que Beau Donaldson e Allison Huguet em nenhum momento se beijaram ou se acariciaram. “Isso não aconteceria. Beau tinha uma namorada na época”, disse Keely. O relacionamento entre Beau e Allison jamais fora romântico ou sexual, enfatizou ela.

Ao final da festa, quando Allison foi dormir num sofá, sozinha, lembra Keely Williams: “Fui acordá-la e chamá-la para dormir comigo, e ela disse: ‘Estou bem. Vou dormir aqui mesmo’. Então eu a deixei no sofá”. A lembrança seguinte que ela tinha, disse, era “de uma ligação de Allison, chorando, dizendo: ‘Beau me estuprou. Você precisa sair da casa agora mesmo! Minha mãe e eu estamos aqui fora pra te pegar’. Então eu juntei minhas coisas e corri para fora, onde a sra. Huguet

estava esperando no carro com Allison”.

Enquanto Beth Huguet levava Allison para o hospital, perguntou Van Valkenburg a Keely Williams: “O que Allison estava fazendo? Como ela reagiu durante esse trajeto?”.

“Ela só chorava”, respondeu Keely. “Ela não conseguia nem falar. Ela ficou chorando durante todo o caminho... Na manhã seguinte, liguei para ver como ela estava.”

“E o que estava acontecendo então?”, perguntou Van Valkenburg.

“Ela ainda estava chorando”, disse Keely. Em seguida, ela descreveu a ida ao jogo do Griz com Allison: “Ela tentou fingir que estava tudo bem, mas ela mal conseguiu aguentar até o final do jogo”.

Van Valkenburg perguntou a Keely Williams se Allison chegou a falar sobre “denunciar essa situação à polícia”.

“Ela não queria ir à polícia”, respondeu Keely.

“Por que não?”

“Ela me disse que não queria arruinar a vida dele... E ela queria lhe dar uma chance de se retratar.”

Van Valkenburg perguntou a Keely Williams por que Allison por fim decidiu denunciar o estupro ao detetive Baker. “Lembro dela dizendo que, se tivesse ido à polícia de imediato”, respondeu a jovem, “talvez as outras garotas que foram estupradas não se sentissem desacreditadas e pudessem ter lutado por si próprias também.”

“Já faz quase um ano agora que Beau foi acusado de estuprar Allison”, disse Van Valkenburg. “Como foi esse último ano para ela?”

“Foi extremamente difícil.”

“Por quê?”

“Ela tinha a sensação de que não podia vir pra casa e não podia estar em Missoula porque as pessoas eram muito horríveis com ela. E, quando voltava para a faculdade [em Oregon], não conseguia se concentrar. No fim das contas ela teve sérias dificuldades para terminar a faculdade, porque tinha tantas coisas pra resolver aqui e não conseguia estar presente na faculdade.”

“Você acha que Beau assumiu a responsabilidade por aquilo que fez a Allison?”, perguntou Van Valkenburg.

“Não.”

“Por que não?”

Se Beau tivesse assumido a responsabilidade, respondeu Keely Williams, “ele teria impedido que sua família e seus amigos ficassem dizendo coisas horríveis sobre Allison e sua família” durante os quinze meses que se seguiram ao estupro, antes de ela denunciá-lo à polícia.

Van Valkenburg perguntou a Keely Williams: “O que você acha que a juíza deveria fazer com Beau Donaldson?”.

“Acho que a juíza deveria sentenciar Beau aos trinta anos com que ele concordou”, respondeu ela, “para que tenha tempo de lidar com os problemas que tão claramente tem.”

Voltando-se para a juíza Townsend, Van Valkenburg disse: “Não tenho mais perguntas, Excelência”.

“Alguma pergunta, sr. Datsopoulos?”, perguntou Townsend.

Keely Williams fora uma testemunha muito disposta: sincera, absolutamente convincente e simpática. Como se tratava de uma audiência de sentença e não de um julgamento, não havia um júri para Datsopoulos agradar. Calculando que não ia ganhar nada com a juíza Townsend ao contestar o testemunho de Keely Williams, ele respondeu: “Não, Excelência”.

A próxima testemunha da acusação era Hillary McLaughlin. Quando a audiência foi adiada para janeiro, ela perdeu a coragem e disse que não ia conseguir depor. Menos de dois dias antes da audiência, porém, o detetive Baker a convenceu a mudar de ideia. Contudo, como ela tinha um bebê de dez meses e as estradas estavam cobertas de gelo, o Estado providenciou para que ela testemunhasse via vídeo, a fim de poupá-la da perigosa viagem de 320 quilômetros de Great Falls a Missoula.

Hillary McLaughlin, uma mulher franzina com um longo cabelo loiro, apareceu em uma grande tela no lado esquerdo da sala. Ela começou descrevendo a festa na casa de Joanna Sutherlin em 2008. “Eu jamais tinha encontrado Beau antes”, disse Hillary, “mas durante toda a noite ele ficou no meu pé e não me deixou em paz.” Ela explicou que, logo depois de ter ido para a cama, “Beau entrou pela porta, fechou e a trancou atrás de si, baixou sua bermuda cáqui e sua cueca”, subiu na cama e começou a roçar a genitália nua na pélvis dela.

Mesmo enquanto Hillary McLaughlin gritava por socorro e seus amigos tentavam arrombar a porta do quarto, lembra ela, “Beau continuou em cima de mim me atacando”. Depois da agressão, ela disse, “contei para bem poucas pessoas e tentei bloquear isso da minha mente. Desde aquela noite isso afetou... o modo como vivo minha vida. Vivo com um medo constante de ser atacada ao chegar e sair de casa, ao ir e voltar do trabalho, e enquanto estou na minha própria casa. Tenho sérias dificuldades para confiar em qualquer pessoa à minha volta”.

“Tenho lutado com uma ansiedade extrema”, continuou, “e recentemente passei a tomar remédios para lidar com isso. Isso mudou a forma... como eu me porto como pessoa.” Ela disse que tinha finalmente decidido contar sua história em público porque estava claro que Beau Donaldson não havia assumido a responsabilidade por atacá-la ou por estuprar Allison Huguet, e esperava que sua declaração “ajudasse a impedir que isso acontecesse de novo. Ninguém deveria ter que viver sua vida com medo por causa de outra pessoa.”

Quando Beth Huguet, a mãe de Allison, sentou-se no banco das testemunhas, o promotor Fred Van Valkenburg começou pedindo-lhe que falasse ao tribunal sobre o nascimento da filha e o tipo de relacionamento que elas tinham. Allison, disse Beth, foi “um bebê muito grande”, e seu nascimento tinha sido difícil: “Vinte e seis horas. Eles tiveram de quebrar as duas clavículas para ela nascer. No entanto, quatro horas após ter nascido, ela estava sorrindo. Ela tinha cachinhos... Allison sempre foi alto-astral e sorridente. Meus pais sempre falaram dela como uma pessoa quase angelical e pura, que queria o melhor possível para todo mundo, sem ficar julgando os outros. Uma pessoa muito amorosa e muito carinhosa que tem sido uma luz na minha vida, um amor para mim”.

Beth Huguet testemunhou que Allison “sempre foi muito aberta e honesta comigo e me

confidenciou muitas coisas. Sempre acreditei que tínhamos um relacionamento entre mãe e filha mais forte... que muitas outras mães. Acho que parte disso tem a ver com o fato de eu ser professora de ensino médio: consigo ter uma relação honesta com a garotada. E eu tenho um detector de baboseiras muito bom, então consigo discernir o que as minhas filhas me dizem”.

Quando Van Valkenburg lhe pediu que descrevesse Beau Donaldson enquanto ele estava crescendo, Beth explicou que o bairro Target Range, onde Beau e Allison foram criados e cuja escola frequentaram, é uma comunidade muito entrosada. “Aquela turma de crianças”, disse ela, “foi sempre muito próxima, eles cuidavam uns dos outros, se ajudavam. Sei que Allison sempre viu Beau como o irmão mais velho que ela não teve.” Quando Van Valkenburg perguntou a Beth Huguet sobre a noite em que Beau estuprou Allison, ela falou ao tribunal sobre como foi acordada no meio da noite por uma ligação de Allison implorando: “Me salva, mãe! Me ajuda... Ele está me perseguindo por um beco”.

Enquanto Allison corria para se salvar, disse Beth ao tribunal, ela conseguiu ouvir uma voz de homem no fundo, mandando Allison parar e alertando-a a não dizer nada. “Eu pensei: ‘Meu Deus, conheço essa voz’”, disse Beth. Depois de atravessar a cidade até o bairro de Beau, ela viu a filha correndo pela South Avenue com uma mão agarrando o celular e a outra segurando a calça para não cair. “Ela entrou no carro e ficou só se balançando para a frente e para trás e chorando freneticamente... Nisso ela disse: ‘Beau me estuprou’”.

Beth Huguet testemunhou que Allison lhe pediu que não revelasse essa informação para ninguém. “Você não contou para o pai de Allison?”, disse Van Valkenburg.

“Não contei para ninguém”, disse Beth. “Não tinha o direito. Era o direito da minha filha. Ela era adulta... eu precisava proteger sua vontade.” Durante os meses que se seguiram, Beth disse que sua casa “se transformou quase num túmulo” diante do “choro de Allison, que ficava andando no meio da noite e soluçando... Foram cinco meses de um verdadeiro e absoluto inferno, para dizer o mínimo, vendo-a se fechar tanto. A dor bruta, a dor bruta interna que estava lá todo dia — e eu podia vê-la nos olhos dela —, era assustadora, a ponto de eu mal conseguir funcionar, levantar todo dia e ir para a escola e ensinar e manter um sorriso no rosto enquanto tinha uma filha que estava sofrendo tão horrivelmente”.

Allison “não era mais a mesma pessoa”, continuou Beth. “Não havia mais sorrisos. Não havia mais risadas... Ela voltou para a faculdade [em Oregon] em janeiro. Mas eu vivia recebendo ligações dela, quase dia sim, dia não, falando que estava com dificuldade para se concentrar nos estudos... Pelo menos ela estava fora de Missoula e as pessoas lá não sabiam. Mas, por dentro, ela estava sendo comida viva... Ela sentia muito medo e ansiedade.”

Beth Huguet falou ao tribunal sobre a vinda de Allison a Missoula durante o feriadão de Ação de Graças da Eastern Oregon University em novembro de 2011. Foi uma visita particularmente desconfortável, disse Beth, porque ela e Allison estavam tentando manter o estupro em segredo para as irmãs e o pai para que eles não tivessem de sofrer a angústia que as duas estavam sentindo. Para tanto, explicou Beth, todos os dias ela e Allison tinham de “respirar fundo e pôr um sorriso nos lábios”. Então Allison foi ao centro com suas amigas uma noite e topou com Beau Donaldson no Mo Club. “Acho que foi aí que ela se deu conta mesmo... do quanto sua dor e seu medo eram

profundos”, testemunhou Beth, “e de que não estava realmente vivendo. Ela só estava levando a vida, levantando e pondo um pé na frente do outro.”

Van Valkenburg perguntou a Beth se ela achava que Beau tinha “feito um bom trabalho [...] em contar à sua família e a seus amigos o que exatamente ele fez a Allison”.

“Não”, respondeu ela, enfatizando que, mesmo depois de ter confessado duas vezes à polícia que estuprou Allison, “ele optou por deixar sua família e seus amigos acreditarem que não fez isso. E isso não é atitude de quem defende o que é certo.

“Beau foi colocado num pedestal durante a maior parte de sua vida”, continuou Beth, sugerindo que seus muitos admiradores “queriam acreditar que ele não fez isso, e ele optou por deixá-los acreditar que não fez”.

Quando o advogado de defesa Milt Datsopoulos teve a oportunidade de interrogar Beth Huguet, ele tentou fazê-la testemunhar que Beau Donaldson fora um amigo exemplar para Allison enquanto eles cresciam juntos. Em dado momento, Datsopoulos perguntou a Beth se havia alguma coisa que ela tinha observado ao longo dos muitos anos em que o conhecera que sugeria “que ele poderia ter algum tipo de tendência violenta ou maldosa”.

“Ele não fez nada a mim ou à minha filha”, admitiu Beth. Mas, ela disse um momento depois, “acho que é isso que torna a coisa ainda mais terrível, ter sido uma traição tão extrema entre amigos”.

Datsopoulos continuou insistindo para que Beth considerasse toda a vida de Beau Donaldson, não só um único ato inexplicável. “Quando você avalia a vida das pessoas, quem elas são”, disse Datsopoulos, “é preciso olhar para o quadro todo dessa vida, não para uma partezinha estreita dela — não acha que essa é uma premissa precisa?”

“Sim”, respondeu Beth Huguet. Mas então ela ressaltou que as pessoas têm lados que são desconhecidos até mesmo por membros da família e amigos próximos. “Acho que os desvios sexuais de Beau são um lado do qual nenhum de nós estava ciente.”

Quando Beth Huguet terminou de testemunhar, o promotor Fred Van Valkenburg chamou Allison Huguet para o banco das testemunhas. Como uma de suas primeiras perguntas, ele indagou se algum dia ela já tinha tido um relacionamento romântico ou sexual com Beau Donaldson. “Não”, respondeu Allison. “Mas eu era mais próxima de Beau do que de qualquer outro cara com quem cresci... e a gente tinha muito respeito um pelo outro, eu achava.”

Referindo-se à noite em que Allison foi estuprada, Van Valkenburg perguntou: “Você sabe onde Beau Donaldson estava no momento em que você decidiu ir dormir?”.

“Não”, disse ela.

“Do que você se lembra em seguida, Allison?”

“Lembro de acordar com Beau gemendo, e eu sentia muita pressão e dor”, respondeu ela. Ela estava de bruços no sofá, com a calça puxada para baixo, e Beau a estava penetrando por trás.

“Você ficou com medo?”, perguntou Van Valkenburg.

“Sim”, respondeu ela. “Tipo, ele tem pelo menos uns 45 quilos a mais do que eu. Se ele era capaz de fazer aquilo enquanto eu dormia, achei que definitivamente faria muito mais pra me impedir de resistir ou de contar pra alguém... Então fingi que não acordei.” Allison descreveu a espera até Beau terminar de estuprá-la e sair da sala, o momento em que agarrou seu celular, saiu correndo em disparada da casa e então foi perseguida descalça por ele pelo beco até que viu o carro de sua mãe. Ela falou ao tribunal sobre o retorno à casa de Beau para resgatar sua amiga Keely Williams e sobre o exame no hospital. Como ele não havia usado camisinha, testemunhou, ela ficou com medo de que pudesse ter engravidado ou contraído “múltiplas doenças sexualmente transmissíveis, incluindo aids”.

Van Valkenburg perguntou quão afetada Allison ficou ao encontrar Beau Donaldson no Mo Club em novembro de 2011.

“Naquele momento”, disse ela, “me ocorreu que... por mais que eu tentasse separar a pessoa que me estuprou da pessoa com quem cresci, tive que me dar conta de que elas eram uma só e... de que Beau não estava arrependido. Ele não estava de forma alguma arrependido... Quando Beau ficou lá rindo da minha cara, meio que fui forçada a perceber que, ao não ir à polícia, eu estava permitindo que ele achasse que não havia problema naquilo e eu estava lhe dando a oportunidade de fazer isso com outras mulheres. E vou ser sincera com você ao dizer que, se tivesse descoberto que alguma garota estava passando por este inferno porque eu não disse nada, eu provavelmente teria me matado. Seria absolutamente impossível para mim viver com isso.”

“Como foi esse último ano para você?”, perguntou Van Valkenburg.

“Foi um inferno”, disse Allison. “Ficou muito óbvio que Beau não disse [a verdade] à sua família ou amigos, já que eles saíram pela cidade dizendo coisas horríveis de mim, dizendo que eu inventei isso tudo.”

“O que você acha que deveria acontecer com Beau?”, perguntou Van Valkenburg.

Ela vinha lutando para responder a essa pergunta e explicou que ele era “alguém com quem eu me importava, realmente amava, e ele é a pessoa que me estuprou. Acredito que, se eu não conhecesse Beau, se Beau fosse um completo estranho, eu pediria que o mandassem para a cadeia pelo resto da vida. Mas, infelizmente, não posso desconsiderar o fato de que me importo com ele. Quero que ele receba ajuda. Quero que ele seja a pessoa com quem eu cresci”.

Beau Donaldson tinha recebido muitos elogios quando era mais novo, reconheceu Allison, e merecia o amor de todas as pessoas que o admiravam. “Eu amava essa pessoa, também”, lamentou. “Mas não acho que é essa a pessoa que está sentada ali.” Ela gesticulou na direção de Beau, que estava curvado impassível na mesa da defesa. “Eu definitivamente não acho que seja a mesma pessoa”, disse. “Não acho que ele assumiu sua responsabilidade, e acho que a única forma de isso acontecer é se tiver que ficar na prisão.”

Olhando para Beau com uma expressão conflituosa que expressava tanto preocupação sincera quanto extrema repulsa, Allison disse a ele: “E, sinceramente, eu acho... que você merece ser estuprado todos os dias até entender a dor que me causou, até entender o que isso faz com a pessoa emocionalmente — até entrar na sua cabeça, Beau. Até você realmente se arrepender. Até você assumir a responsabilidade e buscar ajuda... E eu realmente espero que você possa sair disso como uma pessoa melhor, uma pessoa de caráter. Espero que depois de ser punido, e depois de entender, você tenha uma vida ótima... Até lá, eu não ligo para o que acontecer com você.”

Subir ao banco das testemunhas foi difícil para Allison Huguet. Ela conhecia a maioria das pessoas na plateia, e muitas delas estavam presentes na audiência para lhe dar apoio moral. Mas havia pelo menos o mesmo tanto de gente apoiando abertamente Beau Donaldson, incluindo várias pessoas que ela considerava amigas de sua família. Vê-las sentadas do lado de Beau no tribunal foi extremamente doloroso, e ela teve dificuldades para controlar as emoções enquanto testemunhava. Em diversos momentos precisou lutar contra as lágrimas, e tinha-se a impressão de que não ia conseguir continuar. Em cada uma das vezes, porém, ela fez um esforço para se recompor e continuou falando. Foi uma demonstração impressionante de coragem.

Allison Huguet é cordial e alegre. Ela não parece agressiva, contudo sua atitude otimista naquele dia escondia uma abundância de tenacidade. Quando o advogado de defesa Milt Datsopoulos deu início a suas perguntas, ele não fazia ideia do que o esperava.

Datsopoulos começou não com uma pergunta para Allison, e sim com um sermão. “Só quero explicar”, declarou ele, “por que certas coisas aconteceram. Beau admitiu em pelo menos três ocasiões diferentes... que se aproveitou de você — que fez sexo com você sem consentimento... Ele disse que era culpado de fazer coisas com você sem seu consentimento que eram horríveis... Acho que é importante que você saiba que ele disse de forma consistente a várias pessoas — mas, mais

importante, aos oficiais da lei — ‘Eu cometi um erro horrível. Cometi um crime. Fiz sexo com a minha amiga. Ela não deu consentimento’. Denúncias então foram oferecidas... E nós viemos ao tribunal e declaramos ‘inocência’. Isso deixa muita gente revoltada. É difícil entender como isso é possível quando você já admitiu a culpa, como no caso de Beau.” Datsopoulos explicou a Allison que, quando Donaldson se declarou “inocente” na citação, ele não estava na verdade afirmando que não era culpado. Tratava-se meramente de uma formalidade do processo.

“Eu entendo isso”, respondeu Allison.

“Só espero que isso faça você se sentir um pouco melhor”, sugeriu Datsopoulos.

“Não, eu não me sinto melhor com isso”, disse ela. “O que faria eu me sentir melhor é se ele dissesse a verdade à sua família e seus amigos, para que eles não saiam por aí me difamando e me atacando... Veja, isso faria eu me sentir melhor.”

Tentando uma abordagem diferente, Datsopoulos disse: “O que eu fiquei feliz de ouvir é que você não está aqui para destruir Beau”. Datsopoulos destacou que Allison disse que queria que Beau Donaldson reconhecesse o mal que causou a ela e sua família e que “ele precisa de ajuda profissional; e que você quer que ele receba essa ajuda profissional”.

“Em Deer Lodge”, interrompeu ela, referindo-se à prisão estadual.

“E você quer que ele seja capaz de se recuperar e se torne alguém”, sugeriu Datsopoulos, esperançoso. “Ele tem uma mente boa, não tem?”

“Ele tem uma mente doentia”, rebateu Allison. “Não sei o que aconteceu com Beau, pra falar a verdade. Como eu disse, não conheço aquela pessoa sentada ali.” Ela gesticulou de novo na direção de Beau. “Eu conhecia a pessoa com quem cresci. Eu amava aquela pessoa. Mas não estou disposta a falar... sobre seu caráter agora ou no futuro porque não conheço essa pessoa.”

Milt Datsopoulos tentou fazer Allison reconhecer que Beau Donaldson se beneficiaria de um tratamento psiquiátrico. Ela concordou, depois acrescentou: “Estou pedindo, além disso, que ele seja mandado para a prisão. Eu definitivamente acho que ele deve ser punido, também”.

“Concordo que ele deve ser punido”, disse Datsopoulos. “Mas há várias formas de punição.” Beau, ele insistiu, “sente remorso. Ele está sofrendo muito. Sim, ele está com medo. Ele está triste por se ver nessa situação. Mas ele também está atormentado por causa do dano que causou a você.”

“Nossas opiniões divergem nesse ponto”, declarou Allison Huguet.

A última testemunha da promotoria a depor foi Katie Burton, a oficial de liberdade condicional que havia redigido o relatório de investigação de Beau Donaldson prévio à audiência, o qual aconselhava a juíza Townsend a seguir a recomendação do Estado e sentenciá-lo a trinta anos em Deer Lodge, com vinte anos de suspensão condicional dessa pena. O promotor Fred Van Valkenburg começou perguntando por que Burton achava que sua recomendação era “a pena apropriada que deveria ser imposta”, considerando a grande variedade de potenciais penas que Townsend poderia livremente escolher, indo de nenhum encarceramento até cem anos de prisão.

“Acho que precisa haver alguma punição”, respondeu Burton. “Aproveitar-se de alguém enquanto a pessoa está dormindo, roubar sua sensação de segurança perto de outras pessoas, é abominável. Quero dizer, é horrível o fato de que essa pessoa jamais vai sentir que está segura perto

de outras. Acho que a Prisão Estadual de Montana é apropriada, considerando que foi um adulto se aproveitando de um adulto [que] fora amiga dele por anos e anos e anos.” Katie Burton acrescentou que Beau precisava de tratamento por seus problemas de abuso de substâncias e por seus desvios sexuais. “Acho que a reabilitação é muito importante”, disse ela, “mas acho que ele precisa fazer uma parte dela na Prisão Estadual de Montana e reconhecer quão horríveis foram realmente seus atos.”

Van Valkenburg perguntou: “Você entende, Katie, que, se ele recebesse uma pena de dez anos na prisão, teria o direito de solicitar a liberdade condicional depois de cumprir... dois anos e meio dessa pena?”

“É isso mesmo”, disse ela. “Sim.”

“Então, basicamente, se ele fizer o que precisa fazer enquanto estiver na prisão, é provável que ele consiga a liberdade condicional?”

“Eu arriscaria dizer que sim”, respondeu Burton, “desde que ele complete o tratamento.” Ela recomendou à juíza Townsend que fosse exigido de Beau completar tanto o tratamento de dependência química como o tratamento para agressores sexuais enquanto estivesse encarcerado na Prisão Estadual de Montana antes de ser considerado qualificado para a liberdade condicional.

Como se tratava de uma audiência de sentença e não de um julgamento, a juíza Townsend estava livre para interrogar as testemunhas, e ela não se inibiu de fazê-lo. “Uma das questões que têm sido discutidas nesse caso”, disse ela, “ou pelo menos cogitada, é se o sr. Donaldson deveria ou não ser mandado para o programa Boot Camp.” Ela estava se referindo a um campo de treinamento de 120 dias em estilo militar no Treasure State Correctional Training Center; isso tinha sido sugerido por Milt Datsopoulos como alternativa ao encarceramento na prisão estadual. “Você tem alguma opinião sobre isso como potencial proposta?”, perguntou Townsend a Katie Burton.

“Acho que o Boot Camp é um ótimo programa”, respondeu Burton. “Provavelmente é um dos meus favoritos... O único problema que eu vejo no Boot Camp... é que lá eles não têm tratamento para agressores sexuais.”

“Então ele não poderia, na verdade, receber o tratamento para agressores sexuais que você está recomendando... se fosse internado no Boot Camp?”

“Não”, respondeu Burton, “ele não poderia.”

Depois que Katie Burton foi dispensada, Milt Datsopoulos chamou a primeira testemunha da defesa, Bob Eustace, um professor da Big Sky High School que tinha sido treinador de futebol americano e basquete e ensinado qualidade de vida na época em que Beau Donaldson e Allison Huguet estudaram lá. Datsopoulos lhe perguntou: “Por que você está aqui? Por que acha que isso é importante?”.

“Acho que é angustiante”, respondeu o treinador Eustace, parecendo pouco à vontade, “o fato de que, sabe, obviamente alguém foi violado e prejudicado... As coisas que eu vi de Beau, sabe, ele era alguém de confiança. Ele era respeitoso... Ele tinha empatia pelos outros. Então parece muito estranho ele cometer esse tipo de ato.”

Datsopoulos perguntou a Eustace: “Quais são algumas das características que você observou, algo da persona desse rapaz, que você acha importante que a juíza considere?”

“Acho que o que eu via, especialmente em sala de aula ou como treinador, [era] que ele tratava as outras pessoas extremamente bem”, respondeu Eustace. “É óbvio, a gente tenta impedir intimidações e esse tipo de coisa, mas havia garotos que eram mais novos e muito pequenos e que eram intimidados por garotos mais velhos que eles. E, sabe, Beau vinha e se colocava e protegia esses garotos e cuidava para que não fizessem mal a eles... Então, entende, eu tinha muito respeito por isso.”

Datsopoulos disse: “O senhor e eu nos falamos só uma vez antes de hoje... E um dos comentários que o senhor fez durante essa conversa foi que realmente não acreditava que Beau Donaldson deveria ir para a prisão, ainda que ele tenha admitido um ato criminoso bastante grave. Por que o senhor acha isso?”

“Acho que o Beau Donaldson que eu conheci...”, disse Eustace, “não acho que ele iria reincidir. Acho que, é verdade, sabe, obviamente isso assumiu uma grande proporção... e causou muitíssimos problemas e dor para... a família da vítima, e é uma situação terrível... É por isso que eu digo que acho que ele tem empatia, e me sentiria seguro de que ele não iria reincidir. Então, enfim, essa seria minha opinião pessoal sobre isso.”

Alguns minutos depois, Datsopoulos perguntou ao treinador Eustace se ele acreditava que “esse tipo de crime” exigia alguma punição.

“É um dos piores crimes, acho, que uma pessoa pode cometer”, respondeu Eustace, “pra falar a verdade.”

Essa não pareceu ser a resposta que Milt Datsopoulos estava esperando. Desconcertado, ele

inquiriu: “Há mais alguma coisa que o senhor gostaria de falar, sr. Eustace?”.

Eustace desatou a divagar num monólogo confuso e em grande parte incoerente. “Sabe, desde a época em que eu conheci Beau e o conheci bem, eu apenas pensei que, sabe, quando eu julgo a garotada — e eu tento não julgá-los. Eu tento liderá-los e ajudá-los no que se refere à escola. Mas, sabe, no caso de alguns garotos eu me preocupo realmente com o rumo que eles estão tomando e aonde é que eles vão parar... E, entende, Beau nunca entrou realmente nessa categoria. E, sabe, eu acho que ele definitivamente seria capaz de mudar de vida.”

“O senhor teme que, se ele passar qualquer tempo significativo na prisão, isso poderia prejudicar suas perspectivas e quem ele é?”, perguntou Datsopoulos.

“Bem, minha opinião sobre a prisão”, respondeu Eustace, “o fato é que, você põe uma pessoa lá porque essa pessoa poderia fazer mal a alguém na sociedade... Se eu achasse que ele faria mal a alguém na sociedade de novo, eu jamais testemunharia em favor dele.”

“Obrigado”, disse Datsopoulos. “Não tenho mais perguntas.”

O promotor Fred Van Valkenburg começou então perguntando: “Sr. Eustace, o senhor acha que esse é um dos piores crimes que qualquer um pode cometer, mas o senhor não acha que Beau Donaldson deve ir para a prisão, ainda que ele tenha cometido um dos piores crimes possíveis?”.

“Acho que é um crime terrível”, concordou o treinador Eustace. Mas ele sugeriu que uma das piores punições que uma pessoa poderia receber era ter sua reputação prejudicada, e “a reputação de Beau foi destruída. Sabe, ele tem um crime. É inútil ele voltar para a faculdade... Que emprego profissional ele poderia conseguir? Entenda, olha o que aconteceu com a família dele... E eu definitivamente concordo com o fato de que ele deveria receber tratamento... por dependência química e agressão sexual.”

“A Big Sky High School tem regras?”, perguntou Van Valkenburg.

“Tem, sim”, respondeu Eustace.

“E quando as pessoas violam essas regras, elas são punidas?”

“Gostamos de acreditar nisso, sim.”

“Por que elas são punidas?”

“Para manter a ordem e garantir que as coisas funcionem corretamente.”

“E isso ajuda os outros alunos que não violam as regras a saber que, se violarem as regras, eles também podem ser punidos?”, perguntou Van Valkenburg.

Eustace tentou se esquivar da pergunta sugerindo que, em função da política de confidencialidade da escola, a maioria dos alunos não teria conhecimento de uma ação disciplinar contra outros alunos. Mas Van Valkenburg insistiu. “Então, se um jogador de futebol americano é expulso do time ou proibido de jogar, ninguém vai ficar sabendo?”, perguntou ele.

Eustace continuou se esquivando: “Não estou dizendo isso. Só estou dizendo que temos a confidencialidade professor-aluno e que eu não posso falar com os alunos da minha turma.”

Van Valkenburg tentou outra abordagem: “Você ficou sabendo de algo novo sobre Beau Donaldson nesta manhã?”.

“Eu fiquei com o coração partido por Allison”, respondeu Eustace. “Sendo bem sincero: foi tão difícil ouvir aquele testemunho. Foi terrível mesmo.”

“Não tenho mais perguntas, Excelência”, disse Van Valkenburg.

“Mais alguma coisa?”, perguntou a juíza Townsend a Datsopoulos.

“Sem mais, Excelência”, respondeu ele, perguntando em seguida se sua testemunha poderia ser dispensada do tribunal.

“Eu gostaria de fazer uma pergunta a ele”, declarou Townsend, para a surpresa e visível consternação tanto de Milt Datsopoulos como do treinador Eustace. “Não ouvi uma resposta a nenhuma das perguntas dos advogados sobre se o senhor acha que Beau Donaldson deveria ser punido.”

“Punido em que sentido, sra. juíza?”, perguntou Eustace.

“Estou perguntando se ele merece algum tipo de punição. E, se a sua resposta for sim, quero saber que tipo de punição o senhor acha que ele deveria receber.”

“Acho que Beau pode ser um membro produtivo da sociedade”, disse Eustace. “Acho que ele pode ajudar a sociedade, e acho que ele poderia ser um membro positivo da sociedade. Acho que realmente acredito que ele deve passar pelo tratamento de álcool e agressão sexual e concluir com êxito esses dois tratamentos. Para mim... as prisões não [beneficiam] realmente o preso. Eles são reabilitados? Acredito que não. Com isso quantas pessoas não têm que voltar e voltar? Isso me preocupa. Acho que Beau pode ser produtivo.”

“Então”, declarou a juíza Townsend, parecendo irritada, “ainda não obtive uma resposta à minha pergunta. Parece que o senhor a está evitando.”

“Bem”, disse Eustace, “minha opinião é, se ele fosse colocado em, sei lá, liberdade condicional, ou sentenciado...”

Interrompendo-o, a juíza Townsend exclamou: “Então ele recebe um passe livre, é isso que o senhor está dizendo”.

“Não acho que seja um passe livre”, protestou Eustace. “Acho que ele deveria ser forçado a ir, sabe, e passar por esses tratamentos... A gente não tem um sistema que pode monitorá-lo e fazer isso?”

“Então ele se apresenta uma vez por mês”, disse Townsend. “Ele tem que informar ao seu oficial de liberdade condicional onde está morando e tem que se submeter ao tratamento. O senhor acha que isso é suficiente neste caso?”

“Se ele violar isso”, sugeriu Eustace, “ainda é possível mandá-lo para a cadeia, não é?”

“O senhor acha que isso é suficiente pelo que ele fez neste caso?”, exigiu Townsend.

Eustace respondeu com um non sequitur: “O Beau que eu conheci, sendo bem sincero, era um garoto decente”.

“E o que o senhor ouviu hoje não o faz mudar de ideia sobre quem essa pessoa é?”, perguntou Townsend.

Eustace começou a resposta com outra evasiva: “Estou arrasado pelo que aconteceu com Allison. Não posso...”.

Impaciente com a recusa dele em responder a suas perguntas, Townsend interrompeu para perguntar: “Ela também foi sua aluna?”.

A juíza Townsend começou a suspeitar que, quando Eustace concordou em testemunhar em

favor de Beau, ele fora levado a acreditar que a relação sexual entre Beau e Allison fora consensual e não fazia ideia de que ele estuprou Allison enquanto ela dormia e depois a perseguiu por um beco. Para confirmar sua suspeita, Townsend perguntou a Eustace: “Mas o senhor não sabia realmente de todos os detalhes antes de comparecer hoje — estou correta em supor isso?”

“Eu não tive Allison na minha turma”, disse ele. Mas ele falou para Townsend que deu aulas de educação sexual, “então entendo as implicações, sabe, de fazer sexo sem consentimento”.

“Eu diria que é um crime terrível”, continuou tagarelando Eustace, ignorando a pergunta mais uma vez. “Fico feliz de não estar na sua pele. Mas é um crime terrível, e acho que seria impossível que Allison não sofresse os efeitos negativos disso. E as nossas escolas dão aos garotos uma segunda chance? A gente tenta dar a eles uma segunda chance. Não sei, sabe, que tipo de segunda chance você dá para uma pessoa nesse sistema, entende. Tipo, você manda para a prisão e ele se torna um criminoso? Não sei. Parece, na minha perspectiva, que é isso que acontece no nosso sistema penal.”

Percebendo que o treinador Eustace jamais ia dar uma resposta direta à sua pergunta original — Beau Donaldson deveria ser mandado para a prisão por estuprar Allison Huguet? —, a juíza Townsend desistiu. Ela permitiu que Milt Datsopoulos fizesse a Eustace algumas poucas perguntas triviais e então disse: “Obrigada, senhor. Pode descer. Está dispensado”.

Allison Huguet estava sentada na plateia com sua família e sua amiga Keely Williams, tentando reprimir a dor e a raiva repulsiva que sentia enquanto Eustace testemunhava em favor de Beau Donaldson. “Foi incrivelmente enervante o fato de o sr. Eustace e outros funcionários homens da nossa escola de ensino médio irem ao julgamento apoiar Beau”, lembra Keely Williams. “Para Allison foi como um chute no estômago.”

“Foi extremamente doloroso”, concordou Allison, suas emoções vindo à tona ao lembrar-se do momento. “Eustace dá aulas de educação sexual para alunos de ensino médio. E ele se recusou a dizer que Beau precisava ser punido, mesmo depois de ele confessar que me estuprou? Eu não podia acreditar no que estava ouvindo. Que tipo de mensagem isso passa para os alunos dele?”

Embora Karen Townsend fosse juíza havia apenas três anos, ela tinha conquistado grande respeito do judiciário de Missoula por sua justiça e seu discernimento jurídico. Antes de ser eleita juíza distrital na Quarta Comarca de Montana, ela havia servido durante oito anos como procuradora-assistente do condado de Missoula, sob a chefia de Fred Van Valkenburg, e antes disso trabalhara durante dezoito anos como promotora do condado de Missoula. O desafio que ela enfrentava na audiência de Beau Donaldson — conforme o questionamento que fizera a Bob Eustace sugeria — era chegar a uma punição que fosse proporcional à gravidade do crime de Beau e que ao mesmo tempo desse uma oportunidade para a sua reabilitação. A dificuldade de reconciliar esses objetivos ficou cada vez mais evidente no decorrer da audiência.

A próxima testemunha chamada pela defesa foi John Peterson, um empreiteiro de Missoula que trabalhava com placas de gesso e era amigo de infância do pai de Beau, Larry Donaldson. Os filhos de Peterson cresceram com Beau Donaldson e Allison Huguet no bairro Target Range. Beau “não parecia ser o típico marmanjão”, testemunhou Peterson. “Ele não agia como se fosse superior.”

Desde pequenos, Peterson considerou importante que seu filho e sua filha trabalhassem para ele. “Quero que eles entendam como é realmente ter que ganhar a vida”, explicou. Por esse motivo, ele contratava também os amigos deles, incluindo Beau. “Beau sempre era um dos primeiros pra quem eu ligava... Meu ofício é um ofício físico. Ele parecia se destacar nele.”

Ao longo do último ano, depois da detenção, Peterson disse que o havia empregado em dezenas de canteiros de obras. “Eu não poderia querer um empregado melhor. Ele é muito respeitoso com as outras pessoas que trabalham comigo, todos os outros operários envolvidos... É difícil ir a um lugar onde alguém não conhece Beau. E ele é sempre recebido com apertos de mão e abraços. Não me parece que ele seja uma ameaça para a sociedade.”

“O senhor sem dúvida ouviu nesta manhã alguns testemunhos francamente comoventes”, observou Milt Datsopoulos. “O que pensa sobre isso? Como o sr. Eustace, o senhor acredita que Beau deveria ser punido?”

“Certamente”, respondeu Peterson. “Acredito que Beau deveria ser punido por isso... Todas essas coisas boas que acabei de dizer a respeito de Beau, posso dizer de Allison... Fui às festas de aniversário dela. Fui treinador dela de softbol... É um lugar terrível e desagradável para se estar neste exato momento. Se eu fosse o Super-Homem, eu giraria a Terra para trás e faria tudo isso desaparecer... Beau é um amigo. Não quero que ele vá para a prisão.”

“Independentemente do que o tribunal fizer hoje”, disse Datsopoulos, “Beau vai sair daqui algemado. E, em algum momento, ele estará de volta à comunidade. Quando ele sair, o senhor o contrataria como empregado?”

“Sim, eu o contrataria”, respondeu Peterson. “Todos nós sabemos para onde Beau estava indo, o que ele tinha pela frente. Todas essas portas estão fechadas. A única que ainda está remotamente aberta é a que eu tenho, sabe, de operário... Ele é alguém que trabalha duro e eu poderia treiná-lo para fazer isso. Não sei mais o que fazer.”

John Peterson foi articulado e genuíno ao depor — uma testemunha muito eficiente para Beau Donaldson. Mas Fred Van Valkenburg é um litigante habilidoso e, depois que Milt Datsopoulos sentou, o procurador deu início a suas perguntas com um golpe perfeitamente armado. “Sr. Peterson”, disse ele, “logo no começo do seu testemunho aqui, o senhor nos disse que tem uma filha?”

“Sim, senhor”, respondeu Peterson.

“Quantos anos ela tem?”

“Ela tem 26 anos.”

“Então, se Beau Donaldson tivesse escolhido estuprar a sua filha em vez de Allison”, perguntou Van Valkenburg, “quanto isso ia afetar o seu testemunho hoje?”

“Bem”, respondeu Peterson, “eu iria testemunhar como o sr. Huguet testemunhou, não como uma pessoa imparcial. Não dá para comparar. Allison Huguet e Kristen Peterson são pessoas diferentes.”

“Acredito que sim”, ponderou Van Valkenburg, “porque Kristen Peterson não foi estuprada, não é?... Mas basicamente o que o senhor está nos dizendo é que teria a mesma reação que o sr. Huguet teve?”

“Tenho certeza que sim.”

Se Beau tivesse estuprado Kirsten Peterson em vez de Allison Huguet, inquiriu Van Valkenburg, “o senhor teria uma impressão totalmente diferente de Beau Donaldson, não teria?”.

“Hipoteticamente... não sei”, gaguejou Peterson. Um momento depois ele admitiu: “Acho que sim”.

Antes de sua audiência de sentença, Beau Donaldson teve de passar por avaliações psicosssexuais realizadas por dois psicólogos diferentes — um contratado pela defesa, outro pela acusação — para determinar qual a probabilidade de ele estuprar novamente e avaliar seu potencial para responder de forma favorável à terapia para agressores sexuais. Quando o psicólogo que realizou a primeira avaliação, o dr. Robert Page, compareceu na audiência como testemunha de Beau, Milt Datsopoulos lhe pediu que explicasse o propósito de avaliar seu cliente.

O propósito, respondeu o dr. Page, era obter informações sobre os traços de personalidade de Beau e sobre o risco que ele representava para a comunidade, a fim de “oferecer as recomendações mais responsáveis não só para a reabilitação do indivíduo, como também para a reabilitação no ambiente menos restritivo, mantendo ao mesmo tempo a segurança da sociedade”. Page acrescentou que todos os dados que ele analisou sugeriam que Beau estava “dentro da faixa de risco baixo a moderado”. Sua avaliação mostrou ainda que Beau responderia bem ao tratamento para agressores sexuais enquanto vivesse na comunidade, desde que “completamente monitorado por abstinência de drogas e álcool”.

Datsopoulos perguntou ao dr. Page se Beau Donaldson “sentia remorso — remorso sincero — e se estava arrependido de seus atos”.

“Neste momento”, disse Page, “acredito que ele sente algum remorso. Eu só não tenho como afirmar com certeza se isso é ou não absolutamente genuíno, em termos do efeito de seus atos na vítima, ou se está, sabe, mais relacionado a um medo” da punição que ele poderia receber. “Então”, explicou Page, “seria irresponsável da minha parte dizer que Beau Donaldson sente um remorso genuíno neste exato momento.”

Quando chegou a sua vez de inquirir o dr. Page, o promotor Fred Van Valkenburg lhe perguntou sobre a importância de punir Beau, pensando na sua reabilitação e também na recuperação de Allison do estupro. Van Valkenburg chamou a atenção de Page: “Acho que você disse, com base no seu trabalho com vítimas, que uma das coisas de que as vítimas realmente precisam é de um senso de retaliação. Foi isso que você quis dizer?”.

O dr. Page respondeu: “De fato, uma das coisas às quais as vítimas respondem terapeuticamente é a retaliação contra o agressor”.

A retaliação, continuou Van Valkenburg, “envolve primeiro a punição do agressor, no sentido de que, se a vítima sente que houve alguma retaliação ou punição”, é mais fácil para ela curar-se do que “se achar que o agressor basicamente se safou do que fez”.

“Disse bem”, respondeu Page. “Sim.”

Dois minutos depois, Van Valkenburg perguntou ao dr. Page sobre uma entrevista clínica de Beau Donaldson que ele havia realizado. “Seria justo dizer que o relato do sr. Donaldson sobre o que aconteceu, o que ele lhe disse nessa entrevista clínica, diferia de forma bastante significativa do que foi descrito nos relatórios policiais?”

“Sim”, respondeu o dr. Page.

“E seria justo afirmar que ele basicamente tentou lhe dizer nessa entrevista que não cometeu o crime de relação sexual sem consentimento, porque achava que a jovem estava consentindo com o que ele estava fazendo?”

“Eu teria interpretado assim na ocasião”, concordou Page. A negação não era incomum em agressores submetidos a esse tipo de avaliação, disse ele: “É um indício da necessidade de tratamento [intensivo] para agressores sexuais”.

“É também, acredito, um indício de que, se ele não está sendo sincero com você na entrevista clínica, não há como ter uma noção do quadro geral”, devolveu Van Valkenburg.

“Sim”, admitiu, relutante, o psicólogo. Mas o dr. Page insistiu que era capaz de discernir o bastante sobre Beau para reconhecer “uma falta de responsabilização que precisava ser resolvida em tratamento”. A questão mais pertinente, disse Page, era se tal tratamento para agressão sexual precisava “ou não ser feito num ambiente residencial” para ser eficaz.

Depois que o dr. Page foi dispensado do tribunal, a defesa chamou sua próxima testemunha, o dr. Jim Myers, o psicólogo contratado antes da audiência pela procuradoria para realizar a segunda avaliação psicosssexual de Beau Donaldson. Como o dr. Page, o dr. Myers testemunhou que sua avaliação indicava que Beau oferecia “baixo risco de reincidência”, portanto sua recomendação era de que ele “tivesse permissão para entrar num programa de tratamento ambulatorial” em vez de ser obrigado a receber tratamento na prisão.

Durante sua inquirição, Van Valkenburg observou que boa parte do que Myers utilizou para fazer uma avaliação de risco foi a história pessoal do agressor. “E, em grande medida”, argumentou Van Valkenburg, “isso significa os antecedentes criminais [do agressor]... Então se alguém fez coisas ruins, mas jamais foi pego antes, essas pessoas são categorizadas como de baixo risco, ainda que tenham feito um monte de coisas ruins que não foram punidas.”

“É verdade”, concordou o dr. Myers. “Elas podem ter cometido dez crimes e só estarem sendo acusadas de um naquele momento. Esse é um problema da avaliação de risco.”

Van Valkenburg lembrou o tribunal de que, dois anos antes de Beau Donaldson estuprar Allison Huguet, ele havia tentado estuprar Hillary McLaughlin. “E, se não fosse pelo fato de que [a agressão a McLaughlin foi descoberta] no decurso desse processo de sentenciamento, isso jamais teria sido levado em conta.”

Myers concordou. Além disso, reconheceu ele, quando perguntou a Beau sobre o que acontecera com Hillary McLaughlin, ele mentiu e insistiu que não tinha tentado estuprá-la.

Isso fez Van Valkenburg lembrar o dr. Myers de que, durante sua avaliação de Beau Donaldson, este também tinha mentido sobre o que fez a Allison Huguet. “Então, não foi estranho demais”, inquiriu Van Valkenburg, “depois de ter feito um acordo judicial em que se declarava culpado, ele

basicamente dizer que teve relação sexual consensual com Allison Huguet?”

“Sim, e eu o questioneei sobre isso”, respondeu Myers. “Eu disse [...] ‘Como você pode ir e dizer que é culpado [no acordo judicial], e aí você vem aqui e me diz que não é culpado?’” Beau tentou consertar a mentira contando outra mentira: ele alegou que não sabia que Allison Huguet estava dormindo quando fez sexo com ela e que tomou conhecimento de que ela estava inconsciente só “depois do fato”.

Conforme se encaminhava para o término de sua inquirição, Van Valkenburg perguntou ao dr. Myers sobre um programa de tratamento básico de dependência de drogas e álcool que Beau, depois de ter sido preso, havia realizado com um assistente social clínico chamado Paul Sells. Van Valkenburg indagava se Myers sabia em que “consistia” o tratamento realizado por Sells.

“Não sei bem, na verdade”, respondeu o dr. Myers. “Sei que é uma coisa mais educativa, que também tenta fazer as pessoas expressarem seus sentimentos e falarem sobre eles. E foi aí que Beau teve algumas dificuldades... É muito difícil para ele falar de seus sentimentos, expressar suas emoções, o que é comum em muitos de nós homens, acho. Em todo caso, foi um problema para ele na terapia.”

“Ele certamente jamais chegou a fazer nenhum tratamento para agressores sexuais dentro da comunidade, não é?”

“Não”, respondeu Myers, “ele não fez.”

“Não tenho mais perguntas”, disse Van Valkenburg ao tribunal.

Antes, porém, de dispensar o dr. Myers do banco das testemunhas, a juíza Townsend queria lhe fazer algumas perguntas. Myers, afinal, tinha conversado tanto com Paul Sells como com Beau Donaldson sobre a eficácia do tratamento de dependência química de Beau. Townsend perguntou a Myers se Sells havia lhe pintado “um quadro diferente” sobre o quão bem-sucedida tinha sido a terapia, em comparação com o quadro que Beau havia fornecido.

“De fato, Excelência”, disse Myers.

“Na verdade, ele disse que as coisas não foram tão bem quanto Beau falou, certo?”, perguntou a juíza Townsend.

“É verdade.”

Townsend perguntou se Sells havia dito ao dr. Myers “que Beau ‘não era bom em elaborar sentimentos e se envolver em qualquer terapia efetivamente’”.

“Ele disse isso, sim, Excelência”, confirmou Myers.

“Então como é que ele vai se beneficiar de qualquer tipo de terapia se... ele se recusa a fazê-la?”, perguntou Townsend.

De acordo com Paul Sells, respondeu Myers, “a questão não era tanto que Beau não via necessidade de tratamento. É só que, de fato, ele tem sérias dificuldades para elaborar as coisas. Há muita vergonha, culpa, constrangimento, humilhação na posição dele. Ele tem muita dificuldade de falar sobre isso”. O dr. Myers ressaltou, porém, que a disposição de Beau Donaldson de se engajar ativamente na terapia, incluindo terapia para agressores sexuais, provavelmente seria diferente se isso fosse uma exigência de sua pena. “Quando o tribunal exige que alguém complete o tratamento”, disse Myers, as pessoas aprendem a falar “bem rápido, e a expressar sentimentos, e a

começar a lidar com as coisas”.

“Por que elas estão com a corda no pescoço?”, perguntou Townsend.

“Exato”, respondeu Myers.

As últimas duas testemunhas da defesa eram Beau Donaldson e seu pai, Larry Donaldson. Larry subiu primeiro ao banco das testemunhas, com sua esposa postada silenciosamente ao seu lado. Parecendo exausto, ele disse sobre seu filho: “Ele é um rapaz jovem. Ele está arrependido. Isso não conserta, sabe, as coisas. Permitam que ele conserte; ele vai fazer isso... E não há motivo para odiar. Não posso odiar ninguém, porque não posso sarar se odiar. E nós temos que sarar”.

Dirigindo-se aos Huguet, Larry Donaldson disse: “A família Huguet e a família Donaldson precisam sarar, senão fracassaremos. E eu quero sarar. E quero que Beau seja responsável por ajudar a sua filha a sarar. E ele vai, como ela pediu... Sei que é uma grande coisa a se pedir, mas ele vai ajudá-la a sarar... E, Allison, eu a conheço desde sempre. Isso me fez chorar. Choro quando olho para o meu garoto. Mas posso perdoar meu filho, porque conheço o amor no coração dele...”

“Sabe, o álcool venceu novamente. É uma coisa muito destrutiva. Eu não bebo. Não bebo desde que meus filhos nasceram. Não os ensinei a beber, e não tolero a bebida. E eu dou uma chance a ele. Permita que ele entenda o que isso faz...”

“O que quer que tenha se passado nesta comunidade ao longo do último ano [em relação à difamação de Allison] não tem nada a ver com Beau, nem foi instigado por Beau, nem por mim ou por minha esposa ou por minha família. Quero dizer, quando isso acontece, o que está em jogo novamente? O álcool. É aí que nos odiamos, quando a gente bebe.”

“E eu amo o meu garoto... Vou ver você em breve. Espero que o quanto antes. Vou ser um apoio para você agora, porque você tem sido o meu apoio durante toda a sua vida.”

Finalmente, foi a vez de Beau Donaldson falar ao tribunal. “Só quero começar pedindo desculpas a todos os envolvidos”, disse ele com a voz embargada, “em primeiro lugar, principalmente para Allison e sua família e seus amigos próximos; e em segundo lugar para minha família e meus amigos e todo mundo que foi afetado por isso... E espero que o fato de eu estar aqui e me desculpar ajude Allison a sarar, ajude-a com o que ela perdeu quando destruí nossa amizade naquela noite me aproveitando dela.”

Quando Beau voltou para a mesa da defesa, Fred Van Valkenburg ergueu-se para fazer seu discurso final. “Excelência, este caso é um exemplo perfeito de como o estupro com frequência se apresenta”, começou ele. A maioria dos estupros, explicou, envolve pessoas “que se conhecem... E há uma enorme quebra de confiança quando isso ocorre...”

“Ao ler as cartas que foram submetidas em defesa de Beau Donaldson, tem-se a impressão de que estamos falando sobre se ele deveria receber o prêmio de jogador mais valioso ou se deveria [...] apenas ser desculpado por ter cometido um erro... E acredito que isso se dá, em grande parte, porque não acho que Beau Donaldson tem sido honesto. Ele não foi honesto com sua própria família. Ele não foi honesto com as pessoas mais próximas dele. Ele não foi honesto com a comunidade de Missoula em relação ao que realmente fez. Ele finalmente está tendo de encarar seus atos, e é muito difícil para ele fazer isso.”

“É muito comovente quando ele fala para as pessoas no banco das testemunhas sobre como está arrependido. Mas se voltarmos para a primeira testemunha desta audiência, o sr. Huguet, é também muito comovente ver o que Beau Donaldson fez à família Huguet...”

“O Estado concordou em fazer uma recomendação de trinta anos na Prisão Estadual de Montana, com vinte anos de suspensão condicional dessa pena. É isso que eu recomendo que o tribunal faça... O sr. Donaldson vai poder solicitar a condicional dois anos e meio após começar a cumpri-la. Acho que isso vai lhe dar o tempo e a oportunidade de completar, sem dúvida, o tratamento para agressores sexuais.”

De acordo com a política de sentenciamento de Montana, observou Van Valkenburg, “a primeira coisa que o tribunal deve considerar é punir cada infrator segundo a natureza e o grau de dano causado pela infração, responsabilizando o infrator. Já tivemos casos em que o tribunal teve de condenar pessoas a até cem anos de prisão por estupro e negar a elegibilidade para a liberdade condicional. O Estado não está pedindo nada do tipo neste caso. O que estamos pedindo é uma pena bastante razoável, que, eu acho, reflete a gravidade do delito cometido pelo sr. Donaldson... Ele não agrediu apenas Allison. Sabemos que ele fez isso com pelo menos outra pessoa...”

“O povo de Missoula precisa saber que, se você estupra um conhecido, esse é um crime grave, e que é preciso haver uma punição que seja condizente com o crime.”

* * *

Milt Datsopoulos, como advogado de Beau Donaldson, pôde ter a palavra final. Enquanto proferia seu discurso de encerramento, ele parecia um *quarterback* lutando para fazer uma última jogada desesperada. “Este é um daqueles casos extraordinariamente difíceis porque uma pessoa boa cometeu um ato criminoso trágico e muito grave que feriu uma jovem mulher”, disse Datsopoulos. “E ela [...] vai continuar precisando de ajuda e tempo para tentar sarar e seguir com sua vida. Não estou tentando diminuir isso...”

“O fato é que a punição que ocorreu já foi gigantesca neste caso. A vergonha, a humilhação, a destruição de uma reputação... O que estou pedindo que o tribunal faça é olhar para as formas mais abrangentes de punição disponíveis e adaptar essa punição, considerando não só o crime, mas também o réu...”

“O sistema penal nos Estados Unidos é uma loucura. O país condena mais pessoas à prisão, *per capita*, especialmente jovens, do que qualquer outro país do mundo. E eles são condenados a uma pena mais longa do que em qualquer outro país do mundo. Estou falando de países como Uganda e Venezuela. E em parte é isso que acontece quando se pegam jovens e se usa um cutelo, como o que o sr. Van Valkenburg quer que seja usado aqui.

“Estou recomendando cinco anos [no] Departamento de Correções. O Departamento de Correções é parte do sistema da Prisão Estadual de Montana. Se for sentenciado ao Departamento de Correções, ele não vai sair daqui só com uma palmada na mão. Ele sai daqui algemado. Sai daqui para uma unidade penitenciária que em diversos aspectos é muito mais rigorosa que uma prisão, porque lá você fica confinado com regras impressionantes e você fica lá de seis meses a um ano.”

Quando Datsopoulos terminou, a juíza Townsend lhe agradeceu, depois se dirigiu ao agressor. “Então, sr. Donaldson”, perguntou ela, “há alguma outra coisa que o senhor gostaria de dizer antes de eu proferir a sentença?”

“Não”, respondeu Beau Donaldson humildemente.

“Fique de pé, por favor”, ordenou ela. Quando Beau se levantou, ela disse: “O tribunal considera este caso incrivelmente problemático [...] pois acho que o que aconteceu aqui foi que a confiança de uma jovem mulher foi violentamente tirada dela, e de um modo que tem lhe causado danos substanciais, e o impacto do ato tem tido um impacto substancial em sua família.

“Pelo que me lembro, uma das testemunhas que depôs hoje falou que desejava ser o Super-Homem, para que pudesse voltar o mundo para trás e impedir que aquela noite chegasse a acontecer... Muitas vezes eu desejei ter uma varinha mágica que me permitisse apagar o tipo de dor que afeta uma pessoa, e mesmo no caso dos indivíduos acusados de crimes [...] para que eles não tivessem de enfrentar consequências desse tipo. Mas, Beau, seu comportamento tem consequências. Ainda que você tenha vivido uma vida bastante boa até então, não há nenhuma desculpa para o que você fez naquela noite... É difícil para este tribunal aceitar que foi apenas um erro, como fazer uma curva errada em algum lugar ou fazer uma soma incorreta... O tribunal irá condená-lo à Prisão Estadual de Montana pelo período de trinta anos, com vinte anos de suspensão condicional da pena... Você ficará detido sob a custódia do xerife para a imposição da pena.”

Enquanto a juíza Townsend declarava o destino de Beau Donaldson, o corpo dele amoleceu e ele começou a chorar. Sua namorada gritou histericamente na plateia. Um agente de detenção algemou as mãos de Beau nas costas, depois o escoltou para fora do tribunal por uma porta lateral. Saindo do tribunal, ele foi levado para a cadeia para esperar o transporte até Deer Lodge, um trajeto de cerca de 135 quilômetros pela rodovia interestadual congelada.

Naquela noite, Hillary McLaughlin se viu num estado de espírito incomum: ela não estava ansiosa. Ela decidiu compartilhar essa evolução maravilhosa com Allison Huguet, com quem jamais havia se comunicado antes. “Mande mensagem para Allison”, falou. “Disse a ela que era a primeira vez em quatro anos que eu me sentia em paz. Até aquele momento, eu não tinha percebido o quanto minha vida fora afetada pelo fato de Beau ter me atacado.” Testemunhar contra ele fora extremamente estressante, reconheceu ela: “Acho que a pior parte foi ter que aparecer na frente de todo mundo e dizer: ‘Meu nome é Hillary McLaughlin’, e então começar a contar minha história. Mas agora me sinto tão feliz por ter feito isso”. Hillary ficou em silêncio por um momento. Ela olhou para as mãos, depois ergueu os olhos com uma expressão aflita e me disse: “Eu penso nessa situação — e Allison me diz para não fazer isso —, mas fico me perguntando se, se eu tivesse denunciado Beau logo em seguida pelo que ele fez comigo, talvez eu pudesse ter impedido que ela fosse estuprada”.

PARTE V

JULGAMENTO POR JÚRI

O sistema jurídico dos Estados Unidos é organizado como uma disputa entre oponentes: em processos civis, entre dois cidadãos; em processos criminais, entre um cidadão e o Estado. Violência física e intimidação não são permitidas no tribunal, ao passo que argumentação agressiva, apresentação seletiva dos fatos e ataques psicológicos o são, com a presunção de que esse encontro hostil ritualizado oferece o melhor método de alcançar a verdade.

Os limites constitucionais desse tipo de conflito têm o propósito de proteger os réus criminais do poder superior do Estado, mas não de proteger cidadãos individuais uns dos outros... Considera-se que todos os cidadãos entram na arena jurídica em pé de igualdade, independentemente das reais vantagens que uma das partes possa desfrutar. A Constituição, portanto, oferece fortes garantias aos direitos do acusado, mas nenhuma proteção correspondente aos direitos das vítimas de crimes. Como resultado, as vítimas que escolhem buscar justiça podem enfrentar sérios obstáculos e riscos à sua saúde, à sua segurança e à sua saúde mental.

Judith Lewis Herman
“The Mental Health of Crime Victims”

Em 16 de março de 2012, dez meses antes de Beau Donaldson ser mandado para a prisão pelo estupro de Allison Huguet, Cecilia Washburn denunciou para a polícia de Missoula que fora estuprada pelo companheiro de equipe de Beau, Jordan Johnson. Na época, Jordan já estava sendo investigado pela Universidade de Montana pelo suposto estupro.

Em 23 de maio de 2012, o Tribunal Universitário emitiu a decisão de que Jordan era culpado de estupro. No dia 6 de junho, após rever a decisão do tribunal, o presidente Royce Engstrom ordenou que ele fosse expulso.

Em 31 de julho de 2012, enquanto a expulsão de Jordan Johnson da universidade estava em apelação confidencial, os promotores do condado de Missoula ajuizaram uma ação acusando-o de relação sexual sem consentimento, uma denúncia que potencialmente tinha consequências muito mais graves do que a expulsão. Se considerado culpado, Jordan poderia ser mandado para a prisão pelo resto da vida.

Em 7 de agosto de 2012, uma semana após a denúncia de estupro contra Jordan Johnson ter sido apresentada, os advogados de Jordan entraram com um pedido de anulação do processo no tribunal distrital de Montana. Não foram poucos os missoulianos pegos de surpresa quando perceberam que o pedido fora escrito por Kirsten Pabst.

Como procuradora-assistente do condado de Missoula, Pabst era a segunda no comando depois de Fred Van Valkenburg, responsável por processar casos de agressão sexual. Em março de 2012, no mesmo mês que Cecilia Washburn foi à polícia denunciar que tinha sido estuprada por Jordan, Kirsten Pabst inesperadamente se demitiu do gabinete da procuradoria do condado de Missoula depois de quinze anos no cargo para abrir o próprio escritório de advocacia. Em um artigo do *Missoulian* que anunciava sua decisão de sair, ela explicou que uma prática autônoma lhe permitiria mais flexibilidade e mais tempo livre. “Quero focar na minha família e nos meus cavalos e cachorros”, disse ela à repórter Gwen Florio.

Então foi um choque quando, passado pouco mais de um mês, Pabst silenciosamente somou forças com o advogado David Paoli como advogada de defesa de Jordan Johnson em um caso que prometia culminar num dos julgamentos mais ferozmente contestados da história de Missoula, com grande repercussão na mídia. Quando o julgamento começasse, Pabst usaria sua experiência considerável contra seus antigos colegas do gabinete da procuradoria para impedir que Jordan se juntasse a Beau Donaldson na prisão.

Se tivesse permanecido no gabinete, Kirsten Pabst provavelmente teria sido a promotora à frente

do processo de estupro de Jordan. Seu pedido de anulação da denúncia contra ele no dia 7 de agosto foi o primeiro indício público de que, em vez disso, ela pretendia fazer tudo ao seu alcance para ajudar Jordan Johnson a escapar impune.

O pedido de Pabst foi o fogo inicial nessa batalha. Ao solicitar ao tribunal que recusasse o processo, Pabst usou como argumento a falta de “causa provável para sustentar a denúncia de agressão sexual sem consentimento”. Essa foi, é claro, a mesma justificativa que deu quando se negou a acusar Calvin Smith pelo estupro de Kaitlynn Kelly em novembro de 2011, quando ainda era promotora.

De acordo com a investigação do gabinete da procuradoria do condado de Missoula pelo Ministério da Justiça, de janeiro de 2008 até abril de 2012 o departamento de polícia de Missoula remeteu 114 inquéritos de agressão sexual a mulheres adultas para o gabinete da procuradoria processar. Um “encaminhamento” indicava que o departamento de polícia havia completado sua investigação do caso em questão, determinado que havia causa provável para oferecer denúncia do indivíduo acusado de agressão sexual e recomendado que o caso fosse levado à justiça. No entanto, dos 114 casos de agressão sexual remetidos à promotora, em somente catorze deles o gabinete ofereceu denúncia. Os motivos apresentados com mais frequência para a rejeição do processo eram “evidência insuficiente” ou “corroboração insuficiente” — isto é, falta de causa provável. Kirsten Pabst esteve encarregada dos casos de agressão sexual em todos os meses, exceto os dois últimos, do período de 52 meses investigados pelo Ministério da Justiça.

Em todos os Estados Unidos, decisões sobre oferecer ou não denúncia em casos de agressão sexual ficam geralmente a critério dos promotores, que desfrutam de imunidade quase total por suas decisões em termos tanto de responsabilidade civil como penal — especialmente quando rejeitam o processo. Se uma promotora não quer levar um caso adiante, pode simplesmente alegar que há “causa provável insuficiente” e o caso não será levado à justiça. Embora isso deixe as vítimas sem recurso quando seus casos são desqualificados, os promotores vão argumentar que tal liberdade é necessária para manter a máquina do sistema penal em funcionamento.

Mas não é tão fácil descartar um caso por falta de causa provável quando não se é mais promotora, conforme Kirsten Pabst descobriu depois que foi trabalhar como advogada de defesa de Jordan Johnson. Como assessora jurídica do acusado, ela precisava da sanção de um juiz para fazer com que a denúncia contra seu cliente desaparecesse. No pedido que Pabst submeteu ao tribunal solicitando a anulação do caso de Jordan, ela argumentou que os documentos de acusação apresentados pelo escritório de Van Valkenburg (“o Estado”) traziam:

uma versão materialmente incompleta e enganosa dos fatos... O Estado então enviou o documento incompleto, enganoso e prejudicial para múltiplos membros da mídia. Tal conduta [...] viola o direito de Johnson ao devido processo legal. Com base [nessa] conduta [...] e considerando os fatos omitidos e corrigidos que deveriam constar dos documentos de acusação, a anulação é a única solução apropriada.

Este caso surgiu no contexto infeliz e sob a pressão de uma investigação federal realizada pelo Ministério da Justiça relativa às queixas sobre o modo como a Universidade de Montana, o departamento de polícia de Missoula e o gabinete da procuradoria do condado lidam com casos envolvendo uma suposta agressão sexual...

Compreensivelmente, o Estado deseja demonstrar sua resposta reflexiva e compassiva às vítimas de crimes sexuais... Infelizmente, enquanto inúmeras decisões competentes e nobres tomadas a critério da procuradoria* passam despercebidas, o Estado escolheu usar o caso de Jordan — um caso que carece de causa provável — como forma de tentar passar uma mensagem. O dano colateral a Jordan e sua

família é incomensurável...

Como o fundamento do Estado para acusar Jordan se baseia inteiramente nas declarações da suposta vítima, as contradições de sua história teriam minado completamente a suposta causa provável do crime.

Duas semanas depois de Pabst protocolar seu pedido de anulação, o procurador Fred Van Valkenburg respondeu ao tribunal, protestando que ela tinha

apresentado um comunicado de imprensa mal disfarçado de recurso jurídico. [Seu] pedido está cheio de provas irrelevantes, desnecessárias, prejudiciais e objetivamente inadmissíveis... [Um recurso pré-julgamento] não é o lugar para discutir as provas do Estado, oferecer interpretações alternativas delas ou fazer determinações sobre a credibilidade da vítima. Determinações sobre a credibilidade da vítima são claramente da alçada do júri... Da mesma forma, um recurso pré-julgamento não é uma forma adequada de alegar que uma vítima de estupro não agiu como uma vítima de estupro deveria agir.

A juíza Townsend, responsável por deliberar sobre o pedido de anulação de Pabst, considerou o argumento de Van Valkenburg mais convincente que o de Pabst. Em uma decisão judicial datada de 5 de setembro de 2012, Townsend decretou:

O Tribunal não acredita que o Estado omitiu fatos materiais... Considerando tudo, usando o bom senso e fazendo inferências admissíveis, [...] o Tribunal [...] conclui que há uma “probabilidade razoável” de que o réu tenha cometido o crime de relação sexual sem consentimento...

Pelos motivos acima relacionados, o Pedido de Anulação do Réu é NEGADO.

Em 6 de fevereiro de 2013, dois dias antes da data marcada para o início do julgamento de Jordan Johnson, o repórter Jim Robbins comentou num artigo publicado no *New York Times*:

O julgamento do sr. Johnson vem na esteira da condenação de um *ex-running back* dos Grizzlies, Beau Donaldson, que se declarou culpado de estuprar uma amiga de infância em 2010 enquanto ela dormia em seu apartamento...

Dúvidas foram lançadas sobre se o sr. Johnson conseguirá ter um julgamento justo em meio a tanta controvérsia. Funcionários do tribunal montaram um time de quatrocentas pessoas para a seleção do júri que começa na sexta.

“Não tem como não acreditar que a presunção de inocência não esteja de alguma forma afetada”, disse Milt Datsopoulos, que representou o sr. Donaldson e também faz parte do Conselho Consultivo Nacional do Grizzly Athletics, uma organização apoiadora. Ele acredita que a sentença do seu cliente foi mais severa do que teria sido se não houvesse o que ele chama de “uma atmosfera tóxica” em Missoula.

“Fizeram dele um garoto-propaganda para um suposto grande problema”, disse o sr. Datsopoulos sobre o sr. Donaldson. “Eu não acho que existe um problema.”

Datsopoulos se estendeu no tema em um artigo de Lester Munson postado no ESPN.com em 8 de fevereiro:

“A bagunça que isso se tornou é lamentável”, disse Datsopoulos... “A acusação de que a procuradoria do condado não processou casos contra jogadores de futebol americano é totalmente falsa. Agora é difícil obter um julgamento justo. A presunção de inocência foi desvirtuada e agora se presume que os jogadores de futebol americano são culpados.”

Em vez de um tratamento preferencial para jogadores, afirma Datsopoulos, os promotores são “muito agressivos em seus casos contra jogadores e em suas exigências por sentenças duras. Os promotores do gabinete da procuradoria são mulheres e ativistas, e elas fazem de cada caso um problema de direitos das mulheres e uma questão de gênero”. [...]

“Não há dúvidas”, disse Datsopoulos, “de que o ambiente criado em Missoula é responsável pela sentença de dez anos. [Donaldson] fez a coisa certa; ele é um bom sujeito; ele disse à polícia o que fez; ele quis acertar as contas e pagou muito caro por isso.”

Ao contrário da perspectiva fornecida por Milt Datsopoulos antes do julgamento de Jordan

Johnson, a combinação do status do jovem como um membro querido do Griz e do fato de que o julgamento estava sendo realizado em Missoula quase certamente trabalhava em favor de Jordan. A cidade é conhecida como Grizzlyville por bons motivos, algo que ficou bem claro com a indignação pública gerada por uma declaração de Pat Williams — um ex-aluno da Universidade de Montana e membro do Conselho Administrativo de Ensino Superior de Montana, o órgão que supervisiona o sistema universitário estadual. Williams, que representou Montana no Congresso dos Estados Unidos de 1979 a 1997, disse a Lester Munson:

O time de futebol americano estava recrutando valentões demais. O estupro não era o único problema. Havia vandalismo, havia ataques pessoais e havia destruição de propriedade. Os jogadores eram mimados e adorados. Muitos deles tinham a sensação de que eram à prova de balas e imunes às regras que todos nós devemos seguir. Eles agiam como bandidos arrogantes.

Os comentários de Williams sobre um comportamento violento — e comentários parecidos que fez ao *New York Times* e em uma estação de rádio de Montana — enfureceram os fãs do Griz, que fizeram circular uma petição exigindo que ele fosse expulso do Conselho Administrativo.

A seleção do júri para o *Estado de Montana contra Jordan Todd Johnson* teve início na sexta-feira de manhã, 8 de fevereiro de 2013, e terminou ao meio-dia da segunda-feira seguinte, 11 de fevereiro, com sete mulheres e cinco homens sentados na bancada do júri. Depois de uma pausa para o almoço, o julgamento começou com os discursos iniciais de cada lado. A acusação falou primeiro. “Este caso é sobre uma jovem mulher que foi horripelantemente traída por alguém em quem ela confiava”, começou o promotor especial do condado de Missoula Adam Duerk. “Há apenas uma pessoa sendo julgada neste caso. Não é o time de futebol americano Grizzly, não é aquela jovem que acusou o sr. Johnson do crime.”

A única pessoa que estava sendo julgada, deixou claro Duerk, era Jordan Johnson, e ele fora acusado de praticar relação sexual sem consentimento. Duerk enfatizou para o júri que, de acordo com a lei de Montana, “resistência por parte da vítima não é necessária para demonstrar falta de consentimento. Força, medo ou ameaça são suficientes por si sós para demonstrar falta de consentimento”. E então ele deu um relato detalhado do que aconteceu no quarto de Cecilia Washburn na noite de 4 de fevereiro de 2012.

Duerk, um homem esguio de quarenta e poucos anos com cabelo preto encaracolado, era um advogado especialista de um escritório de advocacia de Missoula. Ele fora indicado como promotor especial para auxiliar o gabinete da procuradoria do condado de Missoula durante o julgamento de Jordan Johnson e estava trabalhando *pro bono*. No discurso inicial, sua tarefa era contar ao júri uma breve história, baseada na evidência a ser apresentada nos dias seguintes, que fosse mais convincente do que a história que a advogada de defesa Kirsten Pabst iria contar assim que ele terminasse. Todos sabiam que o argumento principal do discurso inicial de Adam Duerk seria que Cecilia disse explícita e repetidamente a Jordan que não queria fazer sexo com ele naquela noite. Todos sabiam que o argumento principal do discurso inicial de Pabst seria que ela consentiu em fazer sexo com Jordan.

Cecilia Washburn estava mentindo, ou Jordan Johnson estava mentindo. Ou talvez ambos

estivessem deturpando detalhes-chave dos respectivos relatos. Não havia, porém, provas incontestáveis suficientes para provar qual versão se aproximava mais da verdade. O resultado do julgamento iria então depender de migalhas de comprovações divergentes e do depoimento das pessoas que não estavam no quarto quando o suposto estupro ocorreu. A maior parte das provas era alvo de interpretações conflitantes. Quem elaborasse a narrativa mais persuasiva com esses fragmentos desconexos de informação — em outras palavras, quem contasse a melhor história — tinha mais chances de influenciar o júri. Os discursos iniciais seriam esqueletos das narrativas completas a que cada parte pretendia dar corpo ao longo do julgamento.

Muitos dos detalhes do que ocorreu entre Cecilia Washburn e Jordan Johnson eram indiscutíveis. Jordan mandou mensagem para Cecilia às duas da tarde do dia 4 de fevereiro e eles marcaram de assistir a um filme na casa dela naquela noite. Por volta das 22h45, Jordan ligou para Cecilia Washburn e lhe pediu uma carona para a casa dela. Ela foi de carro buscá-lo e então voltou para sua casa. Por volta das 23 horas, eles foram para o quarto dela, fecharam a porta e colocaram um filme no aparelho de DVD. O colega de Washburn, Stephen Green, estava afundado num sofá logo do outro lado da porta, absorto num jogo de video game.

Logo depois do início do filme, Jordan Johnson e Cecilia Washburn começaram a trocar carícias, tiraram a camiseta um do outro e fizeram sexo sem camisinha. A relação sexual durou só alguns minutos. Enquanto Jordan penetrava Cecilia por trás, ele percebeu que estava prestes a gozar, tirou o pênis da vagina dela e ejaculou na mão. Imediatamente após ter ejaculado, limpou o sêmen da mão e do pênis, juntou suas roupas e foi até um banheiro contíguo. Enquanto ele estava no banheiro, Cecilia vestiu a própria roupa e então mandou uma mensagem para Stephen dizendo: “Omg, acho que acabei de ser estuprada. Ele ficou forçando e forçando e eu disse não mas ele não me deu ouvidos... soh tenho vontade de chorar... omg o que eu faço!”. Alguns minutos depois, a jovem levou Jordan de carro até sua casa.

“Em muitos desses pontos”, disse o promotor Duerk ao júri, “há bem pouca diferença entre as versões do relato de Cecilia e do acusado.” Duerk enfatizou, porém, que, quando se tratava de uma série de detalhes cruciais, os relatos dos acontecimentos divergiam de formas impossíveis de conciliar. “Ela vai dizer a vocês que, antes que a calça de qualquer um fosse tirada”, disse Duerk, “antes que o acusado subisse em cima dela, antes que houvesse qualquer penetração, ela lhe disse não, várias vezes, de várias formas. Ela disse: ‘Não, esta noite não’. Em tom brincalhão de início... Mas depois, conforme as coisas foram esquentando, ela deixou claro por palavras e ações que não queria fazer sexo.

“Ela vai subir ao banco das testemunhas”, continuou Duerk, “e lhes dizer que foi muito clara com o acusado... Mas o acusado não parou. Ele foi pra cima dela... Sua atitude mudou. Ele se tornou mais agressivo. E, nas palavras dela, ‘a coisa ficou muito assustadora, muito rápido’. Novamente ela disse não... O réu pôs o antebraço sobre o peito dela e a imobilizou. Ele arrancou a calça e a calcinha dela; a calcinha dela ainda estava presa no tornozelo. Ela começou a empurrá-lo... O acusado disse: ‘Vira, senão eu te obrigo’. Nesse momento, Cecilia continuou resistindo. Ela estava com medo. Ela estava em choque. Ela estava começando a se retrair, mas mesmo aí ela disse não. E então ele a virou, ele a penetrou e ejaculou.”

Depois, Cecilia Washburn estava “tremendo, assustada e em choque”, disse Duerk ao júri. Ela se levantou e mandou mensagem para Stephen Green, que morava com ela, dizendo que achava que tinha acabado de ser estuprada. “Green respondeu a mensagem dela dizendo: ‘O que você está fazendo? Dá o fora daí’. [...] Ela se vestiu e de fato deu o fora dali, o que nos leva ao momento da história em que Stephen Green viu o rosto dela.” O júri, disse Duerk, iria ouvir Stephen testemunhar que Cecilia estava perturbada e não queria conversar. E, quando ela voltou depois de levar Jordan para casa, estava histérica.

Adam Duerk falou rapidamente de algumas outras testemunhas que a promotoria iria chamar para depor e o que elas iriam dizer. Enfermeiras que examinaram Cecilia Washburn no dia seguinte ao estupro iriam testemunhar que encontraram eritema (leve contusão) no peito dela e lacerações no interior da vagina. Amigos e psicólogos iriam testemunhar que ela estava sofrendo de estresse pós-traumático. O dr. David Lisak, caracterizado por Duerk como “um especialista nacionalmente conhecido e professor de psicologia da Universidade de Massachusetts”, iria testemunhar que “é impossível saber quem é um estuprador. Que também não há uma maneira normal de responder ao estupro. Que as vítimas com frequência negam ou minimizam aquilo por que passaram. Que as vítimas tentam fazer com que tudo pareça normal após um estupro. Que a autculpabilização é comum, e que enquanto o ato está ocorrendo, diante da percepção de ameaça, a vítima com frequência fica paralisada”.

Conforme ia se esgotando o tempo concedido a Duerk, ele disse ao júri que aquilo que estavam pedindo para eles fazerem era difícil, mas “que, em última análise, cabe a vocês pesar todas as evidências neste caso. Cabe a vocês determinar a credibilidade daquelas testemunhas que irão ouvir”.

* Kirsten Pabst está se congratulando aqui pelos muitos casos que se negou a processar enquanto estava à frente da Divisão de Agressões Sexuais do gabinete da procuradoria do condado de Missoula.

Os talentos de Kirsten Pabst vêm à tona num tribunal. Ela tem um dom para encantar o júri com sua franqueza e seu senso de humor afiado, mesmo enquanto está destruindo uma vítima. Era óbvio por que o advogado de defesa David Paoli tinha lhe pedido para ajudá-lo a representar Jordan Johnson. Paoli é uma força a se levar em conta, mas charme não é uma de suas qualidades.

Durante os dezessete anos em que trabalhou como promotora em Missoula e Great Falls, Pabst tinha processado e ganhado muitos casos. Ela se gaba em seu site de ter “uma taxa de 99% de sucesso em julgamentos”. Mas o motivo de seu percentual de vitórias ser tão alto é que durante esses dezessete anos ela não aceitou instaurar processo a menos que tivesse quase certeza de que iria ganhar no tribunal ou forçar o acusado a engolir um acordo. Segundo a investigação pelo Ministério da Justiça, durante os últimos quatro anos ou mais do comando de Kirsten Pabst da divisão criminal do gabinete da procuradoria do condado de Missoula, o escritório instaurou processo de apenas 12% dos casos de agressão sexual envolvendo mulheres adultas remetidos pelo departamento de polícia de Missoula.

A taxa de sucesso fenomenal de Pabst deveria, portanto, ser motivo de preocupação, não de congratulação. Conforme me disse um promotor experiente: “Se você está ganhando 99% das vezes que vai a julgamento, você não está processando um número suficiente de casos que vão parar na sua mesa”.

O que o registro de Pabst realmente mostra é que ela era hábil em reconhecer o que tornava alguns casos de estupro problemáticos de ajuizar. E na primavera de 2012, quando começou a trabalhar como advogada de defesa de Jordan Johnson, ela fez bom uso dessa capacidade. Pabst identificou bem rápido as maiores vulnerabilidades de Cecilia Washburn e as explorou implacavelmente.

Mas não é suficiente apenas desacreditar o acusador. Advogados de defesa veteranos dizem que, para ganhar um julgamento, você também precisa fazer o acusado parecer simpático. Os jurados têm que sentir empatia por um acusado antes de absolvê-lo. Logo de cara em seu discurso inicial, portanto, Pabst começou a se derramar em elogios a Jordan Johnson. “As pessoas que conhecem Jordan”, disse ela, “vão dizer que ele é diferente. Ele é diferente do adolescente típico.* Ele é diferente do jogador de futebol americano estereotipado... Ele é descrito como alguém tímido, quieto, reservado, educado, respeitoso e que na verdade jamais esteve no centro de Missoula à noite. Ele nunca foi a um esquentado [antes de uma festa].”

Na verdade, Jordan Johnson, como a maioria dos universitários, já tinha tido uma boa cota de

festas e bebedeiras, e Pabst sabia disso. Durante a seleção do júri no dia anterior, quando a juíza Townsend perguntou aos possíveis jurados se algum deles tinha um relacionamento profissional com Jordan, um homem que trabalhava à noite como DJ num bar do centro respondeu que não achava que poderia ser um jurado imparcial porque Jordan às vezes ia lá para beber. Além disso, durante seu primeiro ano na UM, Jordan fora disciplinado pela universidade por ficar bêbado e causar tumulto em seu alojamento.

Contudo, nada foi revelado no tribunal sobre o mau comportamento anterior de Jordan. Antes de o julgamento começar, a juíza Townsend havia determinado que, de acordo com a Lei de Direitos Educacionais e Privacidade da Família, aprovada pelo Congresso em 1974 para proteger a privacidade dos alunos, a acusação estava proibida de mencionar qualquer informação sobre as irregularidades de Jordan no campus, incluindo o julgamento pela Universidade de Montana da denúncia de que ele estuprou Cecilia Washburn. Pabst estava, portanto, confiante de que não seria desafiada quanto aos pecadilhos do cliente e continuou sua caracterização dele como um paradigma da virtude. “Jordan, segundo a opinião geral, incluindo da srta. Washburn”, disse Pabst ao júri, “é o contrário do jogador de futebol brutamontes e ignorante. Ele nunca teve nenhum tipo de problema com a lei.”

Tendo estabelecido que Jordan era um jovem respeitável, Pabst dedicou o resto de seu discurso inicial para difamar sua acusadora. Pabst, que tinha cursado belas-artes antes de se tornar advogada, pintou um retrato enganoso de Cecilia Washburn como uma jovem desonesta, insegura e emocionalmente instável com um anseio desesperado pelo status que alcançaria se conseguisse capturar o *quarterback* estrela do Griz e fazer dele seu namorado.

Cecilia Washburn era “bonita e articulada e aparentemente autoconfiante”, disse Kirsten Pabst ao júri. “No entanto, de acordo com a srta. Washburn, ela havia tido uma infância difícil e descreveu ter sofrido bullying com grande frequência quando criança na creche, no ensino fundamental e por um tempo no ensino médio, a ponto de ter dito que foi diagnosticada com transtorno de ansiedade no sétimo ano e de ter que consultar um terapeuta para tratar de ataques de pânico e pensamentos suicidas. Ela começou a estudar em Great Falls, mas teve de ser transferida para [uma escola de ensino médio numa cidade bem pequena] onde seu pai era professor, para escapar do bullying.”

Embora Cecilia Washburn tenha conhecido Jordan Johnson em fevereiro de 2011, quando ele era calouro e ela era segundanista, ela não quis fazer sexo com ele na época, afirmou Pabst, porque Jordan ainda não tinha se tornado a estrela do time de futebol americano Grizzly e “ninguém sabia quem ele era realmente... Jordan e a srta. Washburn começaram a trocar mensagens como amigos... Eles tiveram alguns encontros, como nós mais velhos dizemos. Eles assistiram TV, viram alguns filmes, saíram e tomaram sorvete juntos, tiveram umas duas sessões de carícias também... Uma vez, enquanto se beijavam, Jordan procurou levar o relacionamento para o próximo nível e tentou desabotoar a calça dela. Ela lhe disse não, e ele respeitou a instrução, [e] parou... Washburn não estava particularmente interessada nele naquele momento”.

Na versão de Kirsten Pabst dos acontecimentos, porém, Cecilia Washburn mudou de ideia sobre fazer sexo com Jordan Johnson quando ele se tornou famoso. Durante a temporada de futebol

americano de 2011, segundo Pabst, a jovem começou a vê-lo como um potencial namorado porque ele tinha se tornado o principal *quarterback* e “estava realmente decolando e realmente começando a ter algum sucesso... Depois de uns dois jogos naquele outono, a srta. Washburn mandou mensagem para Jordan, parabenizando-o por seu bom desempenho”. Lá pelo final de dezembro, quando o Griz foi coroado cocampeão da Big Sky Conference — em grande parte graças à performance brilhante de Jordan no campo —, ele era provavelmente a pessoa mais popular de toda a Missoula.

* * *

Na noite antes de o suposto estupro ocorrer, disse Kirsten Pabst ao júri, “Jordan e alguns amigos foram ao Baile dos Florestais... A srta. Washburn também estava lá. Ela viu Jordan do outro lado do salão, foi até ele e o abraçou. Ele estava com seus amigos Bo [Tully] e Alex [Bienemann]”. De acordo com declarações pré-julgamento feitas por Jordan e Alex, Cecilia Washburn passou o braço em volta de Jordan, pôs a boca em seu ouvido e disse: “Jordy, eu transaria com você a qualquer momento”. Pabst, porém, não compartilhou essa proposta infeliz com o júri, pois antes do julgamento a juíza Townsend tinha ordenado que David Paoli e Kirsten Pabst não falassem nada sobre isso, citando a “lei de proteção do estupro” de Montana, que estabelece que a conduta sexual anterior de um acusador é inadmissível como evidência. Pulando o incidente, Pabst disse que Cecilia e Jordan se separaram logo depois, e Jordan “não viu a srta. Washburn de novo naquela noite, exceto para um abraço de despedida”.

Pabst descreveu a troca de mensagens na tarde seguinte, que culminou na ligação de Jordan Johnson para Cecilia às 22h45 pedindo para ir buscá-lo em casa. “Jordan vai lhes dizer que pensou que poderia fazer sexo com ela naquela noite”, disse Pabst. “Ele não esperava por isso, mas certamente não era algo impossível de acontecer... Ele ia simplesmente deixar rolar e ver no que ia dar.” O relato de Kirsten Pabst do que aconteceu antes de Jordan e Cecilia entrarem no quarto dela não era significativamente diferente do relato apresentado pelo promotor Adam Duerk em seu discurso inicial. Mas a versão de Pabst do que ocorreu em seguida divergia completamente da de Duerk.

Do modo como Pabst contou, Cecilia Washburn estava tão ansiosa em fazer sexo quanto Jordan Johnson: “Ela subiu em cima dele, sem blusa, e eles continuaram se pegando. Eles rolaram para o lado, de modo que ela ficou de costas... Ela estava com uma calça de ginástica preta e Jordan a tirou enquanto ela erguia o bumbum um pouco para que ele pudesse passar o cós da calça pela cintura dela. Jordan lhe perguntou sobre camisinha, pois àquela altura, para ele, estava bem claro o que ia acontecer. Ele não tinha uma com ele. E ela lhe disse: ‘Tudo bem’. Eles continuaram se beijando.

“Jordan tirou a calça e eles fizeram sexo na posição papai e mamãe por alguns minutos”, continuou Pabst. “Jordan, extremamente excitado, achou que ia ejacular, então tirou o pênis por um segundo. Eles trocaram de posição, com ele a guiá-la para ficar de bruços. Ela se ergueu um pouco de novo para que ele pudesse penetrá-la novamente por trás. Ela virou a cabeça para trás e lhe disse num tom de flerte: ‘Ah, você é mau’. A mensagem dela para Jordan a cada virada era de

que estava querendo e estava interessada.

“Jordan não aguentou muito nessa posição. Ele tirou o pênis e ejaculou na mão, não dentro dela. Ele então pediu uma toalha para que pudesse limpar a meleca. Não houve nenhuma discussão sobre se ela ficou satisfeita. Não houve nenhum aconchego. Foi um pouco constrangedor. Não era o que ela estava esperando. Jordan ficou um pouco sem saber que ela desejara algo mais. Nesse momento, a srta. Washburn começou a perceber que não era exatamente [isso] que ela esperava que fosse acontecer também. De repente, para ela, pareceu como se seus sentimentos não importassem. E talvez, tristemente, eles não importassem.”

Fazendo a mesma afirmação que havia feito ao tribunal da Universidade de Montana para explicar por que se recusara a processar Calvin Smith pelo estupro de Kaitlynn Kelly, Pabst declarou: “Senhoras e senhores do júri, este caso não é sobre estupro, mas sobre o arrependimento de uma garota”. Pabst argumentou que a decepção de Cecilia Washburn com o encontro sexual que não correspondeu às suas grandes expectativas foi transformada numa acusação de estupro por causa da “tempestade em formação” do escândalo dos estupros de Missoula.

Além disso, insistiu Pabst, todo o escândalo, as investigações que o acompanharam e o julgamento de Jordan Johnson, tudo isso aconteceu “por causa de uma mulher barraqueira e descontente** que alegou ter sido vítima de agressão sexual e que ficou extremamente insatisfeita com a forma como diz ter sido tratada por um detetive policial... Ela reclamou para o delegado de polícia. Sua indignação gerou uma série de notícias que apareceram durante todos os seis primeiros meses [de 2012], insinuando que o departamento de polícia de Missoula e o gabinete da procuradoria do condado de Missoula estavam sendo negligentes em casos de agressão sexual.

“As notícias repetitivas culminaram na realização de uma investigação federal pelo Ministério da Justiça”, continuou Pabst, “sobre se a polícia e a promotoria estavam levando a sério as agressões sexuais. Nesse meio-tempo, o departamento de polícia de Missoula, em resposta às críticas, anunciou uma nova política sobre o tratamento dado às vítimas. Ela exigia especificamente que os investigadores acreditassem em todo mundo que entrasse por aquelas portas reclamando de uma agressão sexual e garantia ao público que, daquele ponto em diante, faria todos os esforços para ser mais empático com as mulheres que alegaram abuso.

“De repente, [Cecilia Washburn] estava recebendo um monte de atenção de seus amigos”, explicou Pabst ao júri. “Atenção da decana da faculdade de farmácia... Atenção do decano Charles Couture, o decano dos alunos na época; do escritório dos Advogados de Vítimas de Crime; da enfermeira [Claire] Francoeur... A srta. Washburn recebeu atenção do investigador e do promotor. Seu arrependimento foi substituído por empatia, atenção e apoio e um pouquinho de drama e um pouquinho de fama... Seu arrependimento, alimentado pelo drama, se transformou num propósito. Ela recebeu uma nova identidade pública e importante: a de vítima.”

Tendo informado ao júri o suposto motivo para Cecilia Washburn falsamente alegar que fora estuprada por Jordan Johnson, Kirsten Pabst passou para um novo tema. “Quando o Estado acusa um homem de estupro”, disse ela, “ele deve focar no que [o acusado e seu acusador] estão pensando. Porque é necessário provar para além de uma dúvida razoável que, primeiro, a mulher não quis fazer sexo; e, segundo, que o homem sabia que ela não quis fazer sexo... Vamos pedir que

vocês mantenham essas duas questões críticas em mente ao longo de todo o processo. Jordan admite plenamente que eles fizeram sexo naquela noite. Mas a srta. Washburn lhe deu todos os indícios de que estava a fim disso. Ela o encorajou. Ela participou... Se ela mudou de ideia em algum momento, ela não lhe comunicou isso.”

Pabst repetidas vezes instou os jurados a não acreditar em Washburn: “Sua história, de início, parece sincera. Mas, senhoras e senhores... prestem muita atenção nas camadas abaixo da superfície... Quando duas histórias entram em conflito e alguém é acusado de um crime, a tarefa do júri é ir fundo na credibilidade... Vocês acreditam nessa garota sem sombra de dúvida? Vocês estão convencidos?... A srta. Washburn queria um relacionamento com o famoso *quarterback*. Foi por isso que ela fez sexo com ele. Ela está, talvez com razão, irritada por isso. Mas o fato de que ele não quis estabelecer um relacionamento com ela não torna o que aconteceu naquela noite um crime. Não o torna culpado de estupro... Temos confiança de que vocês serão capazes de resistir à tempestade política, permanecer firmes independentemente de qualquer histeria e apenas serem justos... ‘Não’ definitivamente significa não. Mas, justiça seja feita, ‘sim’ também significa sim”.

* Embora Jordan estivesse com vinte anos na época do julgamento, ele tinha dezenove quando do alegado estupro de Cecilia Washburn.

** Pabst se refere a Kerry Barrett, novamente. A arenga que Pabst postou em seu blog pessoal no dia 19 de junho de 2012 culpava Kerry, Kaitlynn Kelly e a repórter Gwen Florio (sem nomeá-las) por criarem o escândalo dos estupros. Aqui Pabst também culpa Kerry e Florio por provocarem injustamente o julgamento de Jordan Johnson.

Como advogados de defesa de Jordan Johnson, Kirsten Pabst e David Paoli tinham a responsabilidade profissional de lançar dúvidas sobre a credibilidade de Cecilia Washburn em cada oportunidade. Durante todo o julgamento, para cumprir esse dever, os dois fizeram declarações enganosas sobre Cecilia inescrupulosamente.

Os advogados de Montana são obrigados a seguir o Código de Conduta Profissional de Montana, que se baseia no Código de Conduta Profissional da Associação Americana de Advogados (ABA). De acordo com esses códigos, “enquanto representa um cliente, um advogado não deve fazer conscientemente uma falsa declaração de fato ou de direito material a uma terceira pessoa”. No entanto, é comum advogados fazerem deliberadamente declarações falsas no tribunal, e eles costumam se safar disso, em especial os advogados de defesa.

“Há um duplo padrão”, disse-me Rebecca Roe. De acordo com Roe, que supervisionou a unidade de agressões sexuais do gabinete da procuradoria do condado de King por onze anos, “os juízes tendem a exigir um nível mais alto de veracidade dos promotores do que dos advogados de defesa”. Além disso, falou ela, “se os promotores fazem declarações no tribunal que não são verdadeiras, e o acusado é condenado, a defesa pode recorrer e reverter a condenação. Mas não há nenhum impedimento correspondente quando advogados de defesa fazem declarações falsas, pois, se um réu é absolvido, a promotoria não pode recorrer”.

Aparentemente, conforme é concebido, o sistema jurídico americano encoraja os advogados de defesa a serem tão falsos quanto possível. Segundo escreveu Monroe Freedman, um especialista em ética jurídica e ex-reitor da Faculdade de Direito da Universidade Hofstra, “o advogado é obrigado a atacar, se puder, a confiabilidade ou a credibilidade de uma vítima adversária que ele sabe que diz a verdade”. É um elemento essencial do nosso sistema penal acusatório, baseado na teoria de que a justiça é mais bem alcançada não pela investigação de uma terceira parte conduzida por um juiz imparcial, mas sim por uma disputa enérgica entre as partes interessadas: julgamento por combate verbal.

A introdução do Código de Conduta da ABA estabelece: “Como defensor, um advogado zelosamente afirma a posição do cliente de acordo com as regras do sistema acusatório” e o advogado tem “a obrigação de proteger e buscar zelosamente os interesses legítimos de um cliente, dentro dos limites da lei”.*

Espera-se que os advogados de ambos os lados lutem o máximo possível, com o juiz fazendo pouco mais do que agir como um árbitro para garantir que as regras e os procedimentos sejam

seguidos. Como os advogados adversários são motivados a apresentar as evidências mais fortes e a usar os argumentos mais convincentes para apoiar os respectivos clientes, um julgamento justo é garantido, a verdade virá à luz e o júri terá uma base sólida para dar um veredicto justo. Essa é a teoria.

Na verdade, o sistema promove tramoias, mentiras descaradas e outras improbidades graves da parte dos advogados. Conforme observa o jurista Franklin Strier,

embora esperemos que os advogados sigam as normas de evidência e restrinjam suas estratégias aos limites éticos das normas, eles com frequência as contornam e extrapolam nas estratégias... Como resultado, advogados que atuam no tribunal aparentemente desfrutam de um privilégio único ao exercer seu ofício: eles ficam em grande parte sem responder à sociedade por um comportamento que seria moralmente questionável em outros lugares.

No sistema acusatório, é mais importante seguir o procedimento legal do que falar a verdade. O devido processo legal triunfa sobre a honestidade e a justiça ordinária. Os julgamentos se degeneram em confrontos que fazem lembrar lutas em jaula, caracterizados por alegações freneticamente exageradas, apresentação altamente seletiva dos fatos e interrogatório brutal das testemunhas.

O facciosismo excessivo do sistema acusatório se torna especialmente problemático quando o crime em julgamento é o estupro, pois é quase garantido que os advogados da parte acusada vão tentar virar o jogo e deixar a vítima na posição de réu. É o que explica Judith Lewis Herman, professora de psiquiatria da Faculdade de Medicina de Harvard, em “A saúde mental das vítimas de crime”:

O envolvimento em processos judiciais constitui um estresse emocional significativo até para o cidadão mais forte. Para vítimas de crimes violentos, que podem sofrer trauma psicológico como resultado de sua vitimação, o envolvimento no sistema judicial pode agravar o dano original... De fato, se alguém projetasse intencionalmente um sistema para provocar sintomas de transtorno de estresse pós-traumático, ele poderia se parecer em muito com um tribunal de justiça.

As necessidades em termos de saúde mental das vítimas de crime são muitas vezes diametralmente opostas às exigências do processo judicial. Vítimas precisam de reconhecimento e apoio social; o tribunal exige que elas suportem um desafio público à sua credibilidade. Vítimas precisam estabelecer um senso de poder e controle sobre suas vidas; o tribunal exige que elas se submetam a um conjunto complexo de regras e procedimentos que elas podem não entender e sobre o qual não têm nenhum controle. Vítimas precisam ter a chance de contar suas histórias à sua própria maneira, em um ambiente de sua escolha; o tribunal exige que elas respondam a uma série de perguntas com resposta sim e não que acabam com qualquer tentativa pessoal de construir uma narrativa coerente e significativa. Vítimas com frequência precisam controlar ou limitar sua exposição a coisas específicas que provocam lembranças do trauma; o tribunal exige que elas revivam a experiência confrontando diretamente o agressor.

O julgamento de Jordan começou na sexta-feira, 8 de fevereiro de 2013, e terminou três semanas depois, na sexta-feira do dia 1º de março. A primeira das 35 testemunhas chamadas a depor foi Cecilia Washburn, a vítima. Respondendo ao interrogatório amigável do procurador-geral adjunto de Montana Joel Thompson (que estava colaborando com os promotores do gabinete da promotoria do condado de Montana por se tratar de um caso tão visado), Cecilia passou mais de um dia no banco das testemunhas dando um relato detalhado dos acontecimentos descritos pelo promotor Adam Duerk em seu discurso inicial. Quando Thompson terminou, a defesa pôde inquirir Cecilia, e as perguntas de David Paoli não foram tão afáveis.

Já de início, Paoli tentou estabelecer que Cecilia Washburn era vingativa, e suas declarações, não

confiáveis. Sua primeira pergunta foi: “É verdade ou não que, quando falei com você antes [durante um depoimento pré-julgamento], você me disse que queria que Jordan sofresse?”.

“Não”, respondeu ela, fazendo Paoli mostrar uma transcrição do depoimento e apresentá-la no banco das testemunhas.

“Você disse e acreditava”, falou Paoli, “que queria que ele sofresse como você acreditava que havia sofrido, não é mesmo?”

Depois de ler a transcrição, a jovem admitiu que tinha dito isso.

Alguns minutos depois, Paoli bombardeou Washburn com perguntas sobre sua infância, na tentativa de estabelecer que ela era emocionalmente instável. “Você disse e escreveu que sofreu bullying na creche, não é mesmo?”, perguntou ele.

“Sim”, respondeu ela.

“E você sofreu bullying no ensino fundamental?”, continuou ele.

“Exato.”

“E você sofreu tanto bullying que teve de buscar aconselhamento; isso procede?”

“Sim.”

“E você teve crises de ansiedade na época?”

“Sim.”

“Ataques de pânico?”

“Sim.”

“Ideias suicidas, depois?”

“Sim.”

“E o bullying continuou no ensino médio, não é?”

“Foi diminuindo. Quero dizer... não era tão comum quanto no ensino fundamental.”

“E no ensino médio havia duas garotas que a intimidavam; não foi isso que você me disse?”

“Sim.”

“E é claro que seu pai teria sabido disso, não é mesmo?”

“Não.”

“Bem, o seu pai não trabalhava na escola?”

“Sim.”

“Você falou do bullying para o seu pai?”

“Não.”

“Você ficaria surpresa por nenhum de seus pais lembrar que você sofreu bullying naquela época?”

“Não.”

“Você não ficaria surpresa?”, inquiriu Paoli de novo.

“Não”, respondeu Cecilia.

Antes, ao responder às perguntas amigáveis do promotor Joel Thompson, Cecilia Washburn havia dito que “nunca na sua vida” achou que seria estuprada. Depois de lembrá-la dessa declaração, Paoli inquiriu: “Mas, de fato, você teve um sonho bem específico — um pesadelo, para falar a verdade —, no Natal de 2011, sobre ser estuprada, não é mesmo?”.

“Se é isso que está registrado”, respondeu Washburn, “então sim.”

Paoli lhe mostrou uma mensagem de texto que ela havia mandado em 26 de dezembro de 2011 e em seguida perguntou: “Então, esse sonho que você teve foi sobre um jogador do Grizzly a estuprando, não é mesmo?... E não se trata de qualquer jogador de futebol americano”.

O pesadelo de Cecilia Washburn havia sido com Trumaine Johnson (nenhuma relação com Jordan Johnson), que tinha jogado, extremamente bem, como *cornerback* para a Universidade de Montana e em 2012 foi recrutado pelo St. Louis Rams, vindo a se tornar uma estrela na Liga Nacional de Futebol Americano. Mas em outubro de 2011, uma semana antes de Cecilia ter o sonho, ele teve de ser contido com uma arma de eletrochoque e foi preso pela polícia de Missoula depois de espancar brutalmente um homem numa festa em seu apartamento após um jogo do Griz, um incidente noticiado com destaque pela imprensa de Montana.

No pesadelo de Cecilia, Trumaine atingiu-a na cabeça e a estuprou numa van. Na época que ela teve esse sonho, Trumaine era na verdade colega de quarto do homem com quem ela estava namorando.

Durante toda a inquirição cruzada de Cecilia Washburn, o advogado de defesa David Paoli atacou agressivamente cada possível inconsistência do depoimento anterior dela. Algumas dessas supostas inconsistências eram potencialmente prejudiciais. Por exemplo, Jordan Johnson alegava que, logo antes de eles fazerem sexo, Cecilia perguntou se ele tinha uma camisinha e, quando ele disse que não, de acordo com Jordan, ela respondeu: “Tudo bem”. Cecilia Washburn afirmava que essa conversa jamais aconteceu. Mas quatro meses antes do julgamento, quando a decana da UM Rhondie Voorhees a interrogou durante o recurso de Jordan relacionado à sua expulsão da Universidade de Montana e perguntou se ela e Jordan tinham conversado sobre uma camisinha, Cecilia Washburn pareceu enrolar e não respondeu à pergunta.

Paoli insistiu nesse ponto. “Você e Jordan tiveram uma discussão sobre uma camisinha, não tiveram?”, perguntou ele.

“Não tivemos”, respondeu ela sem hesitar.

“Você admite que já foi ambígua no passado sobre se houve uma discussão sobre uma camisinha, certo?... E você foi ambígua com a decana Rhondie Voorhees... e não teve uma resposta para dar, certo?”

“Certo.”

“Então agora a questão se tornou importante, e você não tem dúvidas sobre se teve a discussão?”

“Correto.”

Paoli também caiu em cima de Cecilia Washburn em inconsistências que pareciam sem importância. Por exemplo, ele tentou fazer caso dos relatos conflitantes sobre se ela comeu alguma coisa durante os cinco ou dez minutos que se passaram entre o suposto estupro e a carona até a casa de Johnson. “Você pegou um sanduíche, não pegou?”, inquiriu Paoli.

“Não”, disse Washburn.

“Você está ciente de que Stephen disse que você foi e pegou um sanduíche?”

“Sim.”

“E o que você acha sobre... o depoimento de Stephen em oposição ao seu?”

“Não posso comentar sobre o depoimento de Stephen. É o depoimento dele. Mas eu não peguei um sanduíche...”

“Ele não tem nenhum motivo para inventar isso, tem?”, continuou Paoli.

“Não.”

“Ele só está dizendo o que achou que viu você fazer na cozinha, certo?”

“Certo.”

Recorrendo a um diagrama, Paoli perguntou: “E é verdade, não é, que, nessa cozinha, você guarda sua comida aqui embaixo na direção da sala de jantar?”.

“Sim”, respondeu Cecilia. “Do lado da pia.”

Paoli passou ainda mais tempo atormentando-a sobre se ela tinha entrado em contato com uma advogada para discutir a respeito de mover um processo contra Jordan. Depois de ela confirmar que tinha de fato contatado uma advogada, Paoli perguntou: “Trata-se de uma advogada de Atlanta que move ações judiciais por dinheiro; não é mesmo?”.

“Não sei o que ela faz”, respondeu Cecilia Washburn.

“Você viu o site dela?... Você viu as muitas vitórias que ela teve e o dinheiro que ela ganhou para os clientes?... Ele não trazia os veredictos do júri e os valores?”**

“Não, não trazia.”

“Você solicitou os serviços ou contratou esse escritório de advocacia de Atlanta?”

“Não, não contratei.”

“Eles lhe disseram para voltar a entrar em contato com eles depois que isso tudo acabar?”

“Não, não disseram...”

“Você pretende processar Jordan Johnson?”

“Não.”

“Você pretende processar a Universidade de Montana?”

“Não.”

“Você pretende processar o time de futebol americano Grizzly?”

“Não”, respondeu Cecilia Washburn.

A certa altura, Paoli se pôs a contestar a alegação de Cecilia Washburn de que ela havia deixado bem claro para Jordan Johnson que não queria fazer sexo na noite em que teria ocorrido o estupro. Brandindo um documento intitulado “Reflexões de Cecilia Washburn”, que ela havia escrito três ou quatro dias após o incidente, Paoli perguntou: “Você pensou bastante sobre isso, não é mesmo?”.

“Pensei”, respondeu ela.

Paoli estendeu uma cópia do documento e perguntou: “Então, nas suas reflexões, você escreveu que achava que essa situação toda era culpa sua, certo?... E quais foram os sinais ambíguos que você deu que a fizeram achar que isso foi tudo culpa sua?”.

“Talvez tenha sido a roupa que eu estava usando, o fato de a gente dar uns amassos ou de eu tirar minha blusa que levou Jordan a achar que eu queria fazer sexo”, respondeu Cecilia.

“E você se arrepende de não ter chamado Stephen ou feito mais para resistir a Jordan?”.

continuou Paoli.

“Eu deveria ter gritado para o meu colega na sala de estar”, respondeu ela, “ou ter usado mais força para resistir a ele, sim.”

Paoli entregou a Cecilia uma cópia de uma mensagem no Facebook que ela mandou para um amigo de Great Falls chamado Bryan Court, dezoito dias após o suposto estupro. “E você expressa de novo nesse documento que só conseguia pensar em como poderia ter impedido isso, certo?”, perguntou Paoli.

“Sim”, respondeu ela.

“E em como você deveria ter se esforçado mais, certo?”

“Sim...”

“E então seus pensamentos a levam a dizer: ‘E agora eu fico pensando, bem, talvez eu de fato estivesse querendo isso, e foi por essa razão que não dei um soco nele ou chutei ou o mordi?’”

“Sim, essa é a primeira parte”, respondeu Cecilia, mas em seguida ela lembrou Paoli (e o júri) de que havia uma segunda parte na mensagem do Facebook que ele deixou de mencionar.

Paoli admitiu que havia uma declaração subsequente, na qual ela dizia: “É tudo ridículo porque sei que jamais desejei isso”. Mas Paoli imediatamente voltou a fazer perguntas com a intenção de mostrar que ela estava mentindo sobre o estupro: “E então você diz: ‘É só que parece que, quanto mais isso se arrasta, mais eu me sinto culpada’. Não é verdade?”

“Sim.”

“E você expressa preocupação aqui, em suas próprias palavras, de que a situação faz parecer que você mentiu?”

Cecilia Washburn reconheceu: “Faz parecer que eu menti, sim”.

“E então você diz: ‘Talvez meus outros amigos fossem achar que eu menti sobre isso, ou vai que é culpa minha, realmente... É tão frustrante’...”

“Eu escrevi isso, sim”, confirmou Cecilia.

Em sua mensagem no Facebook para Bryan Court, a jovem também mencionou seu transtorno de ansiedade na infância. “Trata-se do transtorno de ansiedade que você teve antes disso, certo?”, perguntou Paoli.

“No sétimo ano”, respondeu ela.

“E esse é o transtorno de ansiedade e as ideias suicidas que você nos disse que a levaram a buscar aconselhamento; não é mesmo?... E foi sobre essas coisas que eu perguntei se seus pais obviamente deveriam saber, e você disse: ‘Sim, eles sabem’. É isso mesmo?”

“Sim”, respondeu Cecilia.

Pouco depois, Paoli perguntou de novo: “Então, srta. Washburn, você deu sinais ambíguos para Jordan Johnson, não é mesmo?”

“Pode-se ver dessa forma”, respondeu ela.

“E você nos disse que poderia ter sido mais clara?...”

“Sim.”

“E você nos disse e expressou em várias ocasiões diferentes que se considerava responsável e se sentia culpada pelo que aconteceu, não é verdade?”

“É verdade...”

“Então você entende que, quando você diz coisas para as pessoas ou quando escreve essas coisas... as pessoas confiam no que você diz... E a gente deveria poder confiar nelas, não é mesmo?”, ralhou Paoli.

“Sim”, respondeu Cecilia.

Quando o promotor Joel Thompson teve a chance de interrogar Cecilia Washburn de novo (“reinqurição”, no jargão dos advogados), ele começou dizendo que queria “esclarecer” algumas declarações que o advogado de defesa David Paoli tinha levado a jovem a fazer. Ele estendeu a ela uma cópia da mensagem no Facebook enviada a seu amigo Bryan Court e lhe pediu que lesse um trecho que Paoli tinha deliberadamente pulado.

“Tenho pensado em toda essa situação confusa”, leu Cecilia em voz alta para o júri, “e isso está me deixando maluca, e me fazendo ter pensamentos malucos.”

Thompson perguntou a Cecilia se a intenção da mensagem era informar seu amigo de que ela estava tendo “pensamentos malucos”.

“Exato”, respondeu ela. “Meus pensamentos malucos.”

“O sr. Paoli não perguntou sobre essa parte, não é mesmo?”

“Não.”

Durante sua inquirição, Paoli fez várias perguntas a Cecilia Washburn exigindo que ela reconhecesse que, enquanto supostamente estava sendo estuprada, o amigo com quem dividia a casa, Stephen Green, estava jogando video game na sala de estar, a poucos metros da porta do quarto dela. O promotor Thompson enfaticamente perguntou: “Em algum momento você alegou que fez qualquer tipo de barulho que Stephen deveria ter ouvido?”

“Não, não falei isso”, respondeu ela.

“Você prontamente admite que não gritou?”, perguntou ele.

“Não gritei.”

“O sr. Paoli perguntou a você sobre sua declaração de que poderia ter sido mais clara com Jordan; você poderia explicar o que quis dizer com isso?”

“Eu poderia ter feito mais coisas para impedir que ele me estuprasse. Eu poderia ter gritado, mas não gritei. Eu poderia ter rolado para fora da cama, mas não fiz isso.”

“Poderia ter arrancado os olhos dele, não poderia?”

“Poderia ter feito isso também.”

“Então, quando você se refere ao fato de que poderia ter sido mais clara, isso significa que você não deu sinais suficientes a ele de que não estava consentindo?”, perguntou Thompson.

“Não, eu dei sinais suficientes a ele”, respondeu Cecilia.

“O sr. Paoli também perguntou sobre coisas que poderiam ter acontecido de forma diferente naquela noite. Você poderia ter gritado. Ele perguntou isso também, certo?”

“Certo.”

“Você estava preparada para ter um confronto com o acusado na sua casa naquela noite?”

“Não.”

“Gritar teria causado um confronto?”

“Sim.”

“Lutar com ele teria causado um confronto?”

“Sim.”

“Por que você não estava disposta a ter um confronto?”

“Porque eu só queria que ele saísse da minha casa. Eu não estava preparada para aquilo... e eu não sou desse tipo de pessoa, também. Só queria que ele fosse embora...”

Thompson perguntou a Cecilia: “Você em algum momento planejou processar alguém por causa disso ou ganhar dinheiro com essa denúncia?”

“Não”, respondeu ela.

“Você está aqui porque Jordan Johnson não se aconchegou com você depois do sexo naquela noite?”

“Não.”

“Estamos aqui porque o *quarterback* se recusou a ser seu namorado?”

“Não.”

“Você prosperou de alguma forma com esse processo?”

“Não.”

“Em algum momento você chegou a se arrepender de ter trazido isso à tona?”

“Sim”, respondeu ela, especificando que na semana anterior ao julgamento tinha se sentido assim.

“Quando você fez aquele comentário sobre querer que Jordan sofresse, o comentário mencionado pelo sr. Paoli, por que você disse aquilo?...”

“Porque parecia que ele não estava sendo responsabilizado pelos seus atos. Sou eu que estou sofrendo o trauma, e ele estava zanzando pelo campus como se nada tivesse acontecido... Quero que ele sinta a dor que causou em mim.”

* Em um esforço para encorajar os advogados a agir de forma mais honesta, em 2004 o Superior Tribunal de Montana retirou cada menção a “zelosamente” da introdução do Código de Conduta Profissional de Montana. A introdução revisada estabelece: “Como defensor, um advogado afirma a posição do cliente de acordo com as regras do sistema acusatório”. Não está claro se essa revisão teve algum efeito na conduta dos advogados de Montana.

** Advogados que atuam no tribunal quase sempre fazem propaganda das grandes somas em dinheiro que ganharam para seus clientes. Em seu próprio site, Paoli se gaba de vários veredictos do júri e acordos de seis dígitos que ele ganhou.

A segunda testemunha chamada pela acusação foi o dr. David Lisak, o psicólogo clínico considerado um dos maiores especialistas do país em estupro por conhecido. Ele foi chamado para fornecer um “depoimento educativo”: informações sobre o que as melhores pesquisas revelavam sobre estupradores e suas vítimas. Os advogados de defesa David Paoli e Kirsten Pabst ficaram tão preocupados com o potencial impacto do depoimento de Lisak no júri que entraram com um pedido prévio ao julgamento para impedi-lo de depor, mas a juíza Townsend negou e Lisak pôde comparecer.

O promotor Joel Thompson começou pedindo que o dr. Lisak falasse a respeito de “concepções equivocadas sobre estupro” — mitos sobre o estupro. Quando escutam o termo “estuprador”, disse Lisak, muitas pessoas “pensam num cara com uma máscara de esqui, empunhando uma faca, escondido no mato, invadindo uma casa. É uma imagem assustadora, e de fato isso acontece, mas... a grande maioria dos estupros, bem mais de 80%, é na verdade cometida por conhecidos”. Outro mito, acrescentou ele, era a crença muito comum de que “uma agressão por conhecido é menos grave e causa danos menos graves, mas as pesquisas mostram que as vítimas de agressão por conhecidos são igualmente afetadas como as vítimas de agressão por estranhos”.

Pensando em outras concepções equivocadas, Thompson perguntou a Lisak se os estupradores podem ser identificados pela personalidade ou por um perfil psicológico. “Não existe um perfil de estuprador que seja possível usar para dizer se alguém é ou não é”, disse Lisak.

“Mas certamente os estupradores são mais assustadores que a média da população?”, perguntou Thompson.

“Na verdade, não”, respondeu Lisak. Todos gostamos de pensar que seríamos capazes de reconhecer o tipo de pessoa que poderia ser um estuprador, disse ele, “mas a verdade é que não podemos”.

“Então os estupradores podem ser simpáticos?”, perguntou Thompson.

“Sem dúvida”, respondeu Lisak.

“Sociáveis?”

“Sem dúvida.”

“Eles podem parecer gentis para os outros?”, inquiriu Thompson.

“Sim”, respondeu Lisak.

“Educados?”

“Sim.”

“Até tímidos?”

“Sim, até tímidos, alguns deles”, disse Lisak.

Thompson encorajou o dr. Lisak a falar para o júri o que as pesquisas científicas têm revelado sobre o impacto psicológico do estupro. Lisak explicou que com frequência o estupro é profundamente traumático para a vítima. Nos últimos dez ou quinze anos, disse ele, foram conduzidas muitas pesquisas sobre como as experiências traumáticas afetam o cérebro “num nível neurobiológico” e por que as pessoas às vezes reagem a uma agressão sexual de formas muito diferentes “do que intuitivamente se esperaria”.

“Então quando falamos sobre como as vítimas reagem ao trauma”, perguntou Thompson, “existe uma maneira específica de elas reagirem?”

“Não”, respondeu Lisak. “Há uma enorme variação no modo como as vítimas reagem à agressão sexual.”

O promotor Joel Thompson perguntou por que, se uma mulher percebia que um homem estava tentando estuprá-la, ela não iria “lutar até a morte” em vez de se permitir ficar sujeita a uma experiência tão traumática.

É comum supor que qualquer mulher ameaçada de estupro faria tudo a seu alcance para resistir fisicamente, disse o dr. Lisak, “mas não é isso que vemos acontecer... Na verdade, a maioria das mulheres que é abusada sexualmente não resiste. O medo as domina. Elas com frequência se sentem impotentes. Às vezes fazem uma escolha consciente de não resistir, pois temem que, se o fizerem, serão machucadas de forma ainda pior”. Muitas vítimas relatam depois para a polícia que na verdade tentaram “apaciar o agressor como estratégia para evitar um dano maior”.

Solicitado a aprofundar o tema, Lisak explicou: “Uma das coisas que, sinceramente, é difícil para a maioria de nós entender sobre o estupro é que não precisa haver uma arma apontada para a cabeça, não precisa haver uma faca, não precisa haver uma ameaça verbalizada para que o ato em si seja extremamente aterrorizante e ameaçador... Há uma diferença entre violência sexual e outras formas de agressão. A violação sexual é íntima demais”. Quando seu corpo é penetrado por outra pessoa contra a sua vontade, disse Lisak, isso costuma provocar um tipo de terror singular e poderoso. De acordo com muitos estudos especializados, um grande percentual das vítimas de estupro por conhecido “teve medo de que seria morta”, ainda que “não houvesse nenhuma arma ou violência evidente”.

Thompson perguntou como as vítimas de estupro tipicamente reagiam logo em seguida, de acordo com as pesquisas.

“Há muitos tipos diferentes de resposta”, disse Lisak. “Vítimas de estupro por conhecido com frequência ficam muito confusas quanto ao que aconteceu. Elas podem ficar muito chateadas. Aflitas. Mas não classificam automaticamente como estupro o que aconteceu. Com efeito, há muitas pesquisas sobre isso.” Não é incomum, explicou ele, que as vítimas “oscilem, sentindo que algo realmente ruim aconteceu com elas, experimentando grande confusão e até tentando negar que algo ruim aconteceu... como forma de basicamente tentar dizer a si mesmas que, não, não aconteceu algo ruim comigo”.

O dr. Lisak comentou que foram realizadas inúmeras pesquisas sobre os efeitos do trauma no

cérebro. “E o que entendemos hoje”, disse ele, é que experiências traumáticas impactam o cérebro de forma tão profunda que as memórias associadas ao trauma “são categoricamente diferentes daquelas memórias consideradas normais... Já chegamos até a identificar as estruturas cerebrais que são as principais responsáveis por essa diferença”.

Se uma vítima fizesse uma declaração ambígua como “‘Acho que acabei de ser estuprada’, isso soaria estranho?”, perguntou Thompson.

“Não”, respondeu Lisak. “É bastante comum... Se alguém está vivendo algo muito traumático, isso é assustador, mas também extremamente confuso. É algo esmagador. E uma das primeiras reações de muitas pessoas é tentar desfazer, tentar fingir que aquilo não aconteceu.” Em um fenômeno relacionado, explicou Lisak, é comum nos momentos seguintes ao estupro ver a vítima ter “uma interação bastante grande com a pessoa que teria cometido a agressão” numa “tentativa de buscar desfazer o acontecido... Sabe, se eu interagir com essa pessoa normalmente, então posso dizer a mim mesmo que... o que eu temi que acabou de acontecer comigo não aconteceu realmente”.

“Mas nos momentos imediatamente posteriores”, sugeriu Thompson, “não poderíamos dizer pelo menos que nenhuma vítima de estupro em seu perfeito juízo daria uma carona ao seu agressor até em casa depois?”

“Não”, respondeu Lisak. “Eu pessoalmente já deparei com isso em muitas ocasiões... Não é tão incomum.”

“Isso certamente é difícil para um leigo entender, não é?”, perguntou Thompson.

“Bem”, respondeu Lisak, “é difícil entender estando fora da experiência. Acho que esse é o desafio aqui... Agressões desse tipo não são uma parte normal da experiência da maioria das pessoas.”

Thompson perguntou: “Há um aspecto de autculpabilização que é importante em estupros por conhecidos?”

“Sim”, respondeu Lisak. “É algo extremamente comum, na verdade, em vítimas tanto de estupros por conhecidos como de estupros por estranhos, embora com mais frequência e mais intensidade em vítimas de conhecidos. Elas se culpam de quase todas as formas imagináveis.” Quando você é sexualmente agredido por alguém que conhece e em quem confia, explicou Lisak, “o mundo de repente vira um lugar muito, muito assustador e imprevisível”. A autculpabilização se torna uma estratégia irracional para recuperar um senso de controle, pois aceitar que o que aconteceu estava além do seu controle é “muito mais assustador” do que se culpar. Psicologicamente, observou ele, a autculpabilização é “muito mais fácil” e “parece melhor” do que viver com medo.

Além disso, falou Lisak, a autculpabilização parece “ser mais acentuada” quando as vítimas são estupradas por um conhecido. Ele disse que “muitas vezes também é mais difícil se recuperar” de um estupro por conhecido, pois, “se você foi agredido por alguém que achava que era confiável, como vai restaurar seu sentimento de confiança no mundo ou nas pessoas? E como vai confiar em si mesmo?”. Após ser traído e violentado por uma pessoa sobre quem tinha certeza que jamais iria machucar você, “como confiar no próprio julgamento depois disso?... É algo difícil de resolver. E

isso parece alimentar a autoculpabilização... Você diz ‘Bem, foi por minha culpa que isso aconteceu, então vou consertar o que fiz de errado e isso vai impedir que tal coisa aconteça comigo de novo’”.

“Bom dia!”, disse a advogada de defesa Kirsten Pabst com um sorriso gélido enquanto cumprimentava David Lisak para começar sua inquirição. “Como foi sua estada?”

“Muito boa”, respondeu Lisak. “Obrigado.”

“O senhor é de Massachusetts?”, inquiriu ela.

“Isso mesmo”, respondeu ele.

“O senhor é um professor de Massachusetts?”, perguntou ela.

“Eu me aposentei do magistério em maio”, disse ele, “então não sou mais professor.”

“O senhor é um ex-professor de Massachusetts”, comentou Pabst com desdém.

O depoimento de Lisak — habilmente conduzido pelo promotor Joel Thompson e sustentado por inúmeras pesquisas — foi poderoso e minou alguns dos argumentos principais com que Pabst e David Paoli estavam contando para impedir que Jordan Johnson fosse condenado. Não tendo contra-argumentos eficazes para refutar Lisak, Pabst recorreu a ataques *ad hominem*. Durante o restante do julgamento, ela e seu colega de defesa repetidamente se referiram a Lisak como “o professor de Massachusetts”, “o professor de Boston” ou alguma variação do tipo, para lembrar aos bons camaradas de Montana sentados na bancada do júri que ele era um intelectual da Costa Leste que provavelmente dirigia um Prius, vivia numa torre de marfim e não tinha nenhum contato com o mundo real.

Kirsten Pabst também retratou o dr. Lisak como um militante antiestupro muito bem pago que instintivamente endossava as alegações de qualquer um que passasse por vítima de agressão sexual. “Então o senhor testemunha em favor de pessoas que alegam ter sofrido trauma nas mãos de outro?... E o senhor é pago para isso?”, perguntou-lhe ela.

“Sim”, respondeu Lisak.

“O senhor disse que cobra uns 325 dólares a hora?”, perguntou ela.

“Sim.”

“Dr. Lisak”, interpelou Pabst, “com todo o respeito, essa é uma área muito pessoal para o senhor, não é?”

“Se você está se referindo ao fato de que fui abusado quando criança”, respondeu Lisak, “certamente é. Mas estou com 58 anos de idade.”

“Mas não é verdade que foi a sua experiência de quando era um garotinho que o levou para essa área e lhe deu essa paixão pelo trabalho que o senhor faz?”, perguntou ela.

“Se você está tentando insinuar que... sou tendencioso em relação às vítimas”, respondeu ele, “acho que consegui, ao longo da minha carreira profissional e do meu desenvolvimento como pessoa, entender que a vida é mais complicada que isso.”

Seguindo adiante, Kirsten Pabst inseriu um pouco de humor enquanto guinava rumo a uma nova linha de interrogatório. “Não o conheço muito bem”, brincou ela com uma voz tímida, “mas quero falar sobre sexo... O senhor concorda que nem todo sexo é ruim?”

“Sim”, respondeu Lisak.

“E o senhor concorda que nem todo sexo ruim é sem consentimento?... Só porque o sexo é ruim não significa que é estupro.”

“Correto.”

“E sexo constrangedor não é necessariamente estupro.”

“Correto.”

“Sexo decepcionante não é necessariamente estupro; concorda?”

“Sim.”

“O senhor também concorda que há mais de uma forma de comunicar consentimento”, perguntou Pabst, “que vai desde um olhar” até a autorização por escrito na presença de um tabelião “e mais um monte de coisas no meio?”

“Sim”, concordou o dr. Lisak, mas em seguida ele acrescentou: “Às vezes o receptor acha que está identificando consentimento quando na verdade ele não foi comunicado”.

Sem querer que o júri seguisse por esse caminho, Pabst conduziu a discussão de volta ao “*continuum* de consentimento”. Às vezes, argumentou ela, “um sorriso, dependendo da relação, pode caracterizar consentimento. Ou um beijo”.

“Eu discordaria disso”, falou Lisak.

“E se for um beijo de língua?”, inquiriu Pabst.

Sem ceder, Lisak ressaltou que era fácil interpretar mal o significado de um sorriso ou de qualquer tipo de beijo.

“Certo”, disse Pabst. “Então se duas pessoas casadas estão fazendo sexo, o senhor acha que precisa haver uma discussão sobre isso primeiro — ‘Você quer fazer sexo?’ ‘Sim, eu quero’ — antes de ser consensual?”

“Não”, respondeu Lisak. “Acho que quando é óbvio que há um relacionamento mais íntimo entre duas pessoas, os métodos de comunicação são muito mais fluidos e... carregam muito mais história. Então eu acho que há muito mais formas pelas quais duas pessoas casadas podem se comunicar e se entender. E que haveria bem menos no caso de pessoas que não se conhecem tão bem...”

Pabst perguntou: “O senhor afirmou que há grande variação nas respostas à agressão sexual, certo?”

“Sim”, respondeu Lisak.

“Mas o senhor também concorda que há grande variação nas respostas a sexo bom e consensual?”

“Claro”, respondeu Lisak.

“E grande variação nas respostas a sexo ruim e consensual?”

“Sim...”

“O senhor testemunhou que as vítimas, de modo geral, muitas vezes negam e minimizam a agressão durante e após o evento”, o que, observou Pabst, as leva a se culparem por terem sido estupradas. Mas e se o evento em questão não foi de fato um estupro?, perguntava-se Pabst. E se foi simplesmente sexo ruim e consensual? E se a suposta vítima não foi estuprada, argumentou ela,

o que Lisak interpretava como autoculpabilização poderia na verdade ser uma mulher que tinha tomado uma decisão ruim “reconhecendo sua responsabilidade”.

“É verdade”, admitiu Lisak.

Desde o início, o dr. Lisak deixara claro para o júri que, a pedido da acusação, ele não tinha examinado os fatos do caso de Jordan Johnson. Seu depoimento pretendia ser estritamente “educativo”, no sentido de compartilhar seu conhecimento especializado sobre estupro por conhecido como um fenômeno social. Mas, perguntava-se Kirsten Pabst, se ele *tivesse* visto os fatos desse caso específico, seria possível “chegar à conclusão de que a suposta vítima fez uma denúncia falsa?”.

Lisak reconheceu que tudo era possível.

“Mas isso seria inconsistente com os objetivos para os quais o senhor foi contratado”, escarneceu Pabst, insinuando que as declarações de Lisak não eram confiáveis porque ele fora pago pela acusação para depor.

“O objetivo para o qual eu fui contratado”, lembrou Lisak a Pabst e ao júri, “foi simplesmente para... dar um depoimento educativo.”

“Sobre nada em particular?”, inquiriu Pabst sarcasticamente.

“Protesto!”, objetou Joel Thompson da mesa dos promotores.

“Deferido”, declarou a juíza Townsend. “Terminou, sra. Pabst?”

“Sim”, respondeu Pabst, sem nenhum constrangimento. “Obrigada.”

O amigo que morava com Cecilia Washburn, Stephen Green, foi a próxima testemunha chamada pela acusação. Um estudante de 22 anos cursando um preparatório para medicina, Stephen testemunhou que ele e Cecilia eram “melhores amigos... A gente conta tudo da vida um pro outro”. Quando o promotor Joel Thompson lhe perguntou se ela pareceu “fissurada” com Jordan Johnson ou algum dia chegou a falar que o queria como namorado, Stephen disse que não.

Thompson perguntou a Stephen como Cecilia pareceu estar na tarde antes do suposto estupro — ela fez muito caso do fato de que Jordan viria visitá-la naquela noite?

Ela “pareceu meio que indiferente a isso”, disse Stephen. “Ela só mencionou que seu amigo viria assistir a um filme, e ficou por isso mesmo.”

Às 23h41, enquanto Stephen Green estava sentado no sofá da sala de estar, absorto num jogo de video game chamado *Forza Motorsport*, ele recebeu a seguinte mensagem de Cecilia Washburn: “Acho que acabei de ser estuprada. ele ficou forçando e forçando e eu disse não mas ele não me deu ouvidos... soh tenho vontade de chorar... omg o que eu faço!”.

“Eu realmente não soube o que fazer”, admitiu Stephen. Chocado com a mensagem da amiga, ele continuou no sofá e respondeu dois minutos depois com outra mensagem, que dizia: “O que você está fazendo? Dá o fora daí”.

Passados alguns minutos, Cecilia saiu do quarto sozinha e foi na direção da cozinha, fazendo Stephen se erguer de um salto para interceptá-la e perguntar o que aconteceu. “Parecia que ela tinha chorado ou estava prestes a chorar”, lembra ele. “Ela tinha lágrimas nos olhos e parecia realmente aflita.” Cecilia disse a Stephen que não queria falar sobre isso, seguiu até a cozinha e “pegou, tipo, um sanduíche ou alguma coisa do armário”, testemunhou Stephen.

O promotor Joel Thompson perguntou a Stephen se ele sabia que Cecilia estava prestes a sair.

“Sim. Acho que ela me disse que ia dar uma carona até em casa [para Jordan Johnson].” Pouco depois, Jordan deixou o quarto de Cecilia, passou direto por Stephen sem dizer nada e saiu de casa pela porta da cozinha. “Eu fiquei no sofá e esperei ela voltar”, disse Stephen. “Fiquei o tempo todo realmente ansioso.”

Quando Cecilia Washburn voltou, testemunhou Stephen, “ela entrou pela cozinha pela porta dos fundos e eu a ouvi, então corri até lá e ela estava recostada contra a geladeira chorando muito, tão forte que não conseguia nem falar direito... [Ela estava] com falta de ar... E eu corri até ela e a abracei e perguntei o que aconteceu... Ela me disse que... ele ficou forçando e forçando e ela tentou dizer não, mas ele não deu ouvidos”. Stephen disse que a abraçou “por um tempo, e ela ficou só

chorando no meu ombro...”.

“Você conseguiu acalmá-la?”, perguntou Thompson.

“Sim, um pouquinho. E então a gente foi sentar no sofá da sala e ela ainda estava muito chateada... Ela ficou me dizendo que não queria que ninguém descobrisse. E que ela não queria, tipo, denunciar pra polícia ou nada do tipo.” Quando Stephen discordou e insistiu que ela denunciasse que fora estuprada, a amiga repetiu que “não queria que ninguém descobrisse o que tinha acontecido”, testemunhou ele.

Em seu discurso inicial, Kirsten Pabst tinha afirmado que Cecilia Washburn acusou falsamente Jordan Johnson de estuprá-la para ganhar atenção e se tornar uma celebridade. Thompson perguntou a Stephen Green: “Pareceu que ela queria ser uma celebridade?”.

“Não”, respondeu Stephen.

“Ela pareceu ter gostado de sua nova identidade como vítima?”

“Não.”

“Mas ela gostou da atenção, não gostou?”

“Não...”

“Com base no que observou dela no dia a dia, você já conseguiu identificar qual é a forma-padrão com que ela enfrenta e lida com o estresse?”, perguntou Thompson.

“Ela se afasta de todo mundo”, testemunhou Stephen. “Ela meio que some no quarto dela ou algo assim, sem querer falar com ninguém, sem dizer nada. Ela meio que internaliza isso.”

Claire Francoeur, a enfermeira especializada responsável por conduzir o exame médico-legal no centro de atendimento a agressões sexuais First Step e que havia examinado Allison Huguet e Kelsey Belnap, foi chamada como testemunha pela acusação ao final da primeira semana do julgamento. Ela mostrou ao júri fotografias e um vídeo dos órgãos genitais de Cecilia Washburn enquanto descrevia o exame médico-legal que realizou no dia seguinte ao que a jovem teria sido estuprada. Conduzida por perguntas do promotor Adam Duerk, Francoeur destacou escoriações e uma pequena laceração no interior da vagina de Washburn, assim como contusões menores em sua clavícula. Ela também testemunhou que detectou sensibilidade em toda a parede vaginal e sensibilidade no lado da cabeça. Tudo isso, disse ela, era “compatível com trauma sexual, embora não específico”.

Depois que terminaram de passar o vídeo dos órgãos genitais de Cecilia e o público foi readmitido no tribunal, o advogado de defesa David Paoli, empenhado em contestar a credibilidade de Francoeur, começou uma inquirição particularmente controversa. “Enfermeira Francoeur...”, principiou ele, “seu trabalho não é determinar, e você não pode determinar, [sexo] não consensual versus consensual, não é mesmo?”

“Correto”, respondeu ela.

Paoli então recriou Francoeur por não ter lido certos textos da literatura médica que ele pedia que ela examinasse. “Eu lhe dei uma parte dessa literatura no dia 10 de maio”, esbravejou ele, “e você não tinha nem examinado isso até dezembro, quando ouvi seu depoimento; não é verdade?”

“Correto”, disse ela.

“A literatura que eu lhe dei no dia 10 de maio”, continuou Paoli, “você chegou a lê-la para hoje?”

“Eu não li o artigo inteiro, não”, respondeu Francoeur.

“Havia três artigos. Você não leu nenhum deles, não é mesmo?”, interpelou ele. Quando Francoeur disse que não lembrava, Paoli ficou ainda mais irritado. “Como assim, você não lembra?”, vociferou. “Porque você já fez isso comigo!”

“Protesto”, bradou o promotor Adam Duerk, mas Paoli ignorou-o e continuou atacando Francoeur.

“Protesto!”, gritou Duerk de novo, objetando que Paoli estava sendo beligerante.

“Deferido”, concordou a juíza Townsend.

“Você se tornou amiga de Cecilia Washburn, não é verdade?”, disparou Paoli.

“Eu não a descreveria como amiga”, respondeu a enfermeira Francoeur.

“Como você a descreveria?”

“Como paciente...”

“Você disse que parte da sua responsabilidade como profissional de saúde era encaminhá-la a um advogado?... Você a encaminhou para um escritório de advocacia de Atlanta, não foi?”

“Eu dei um nome a ela”, explicou Francoeur.

“E você fez contato com esse escritório de advocacia em nome dela, não fez?”

“Não fiz.”

“Você tinha feito contato com esse escritório de advocacia para avisá-los de que a srta. Washburn ia ligar para eles?”

“Não fui eu que fiz esse contato.”

“E foi nessa época que a srta. Washburn se dirigiu ao departamento de polícia, não é mesmo?”

“Acredito que foi antes disso. Não lembro a data exata...”

“Permita-me lembrá-la de quando ela foi à polícia: 16 de março. E você sabe disso porque foi com ela, não é mesmo?”

“Correto.”

Paoli declarou que ficou chocado com o fato de que Francoeur, uma enfermeira, acompanhasse uma paciente à delegacia de polícia ou a encaminhasse a um advogado. Em um tom carregado de desprezo, ele inquiriu: “Isso é parte do seu profissionalismo?”.

Francoeur respondeu que tal apoio fazia parte de uma prestação de cuidados “centrados no paciente”, de acordo com os protocolos de sua profissão.

“Centrado no paciente e movido a litígios? Isso também faz parte?”

“Protesto!”, gritou Duerk.

“Deferido”, concordou a juíza Townsend.

Paoli mesmo assim continuou durante vários minutos repreendendo Francoeur por ter encaminhado Cecilia a um advogado. “E é parte da sua prática profissional encaminhar [seus pacientes] a advogados de Atlanta”, trovejou ele. “É isso mesmo?”

“É parte do meu trabalho encaminhá-los a quaisquer recursos de que eles precisem”, respondeu ela com voz cansada, “incluindo advogados.”

Percebendo finalmente que talvez tivesse insistido demais nesse ponto, Paoli parou de atormentar Francoeur sobre a adequação de encaminhar uma suposta vítima a um advogado e começou a atormentá-la sobre o modo como ela havia realizado o exame médico-legal de Cecilia Washburn. Ele chegou até a sugerir que não foi Jordan Johnson quem causou as lesões na genitália da jovem, e sim a própria Francoeur, durante a realização do exame. Como prova da incompetência dela, ele destacou que o dedo de uma das luvas cirúrgicas que ela estava usando tinha um rasgo minúsculo. “A luva rasgada está realmente fora do padrão de atendimento, não está?”, perguntou ele.

“Está fora do padrão de atendimento, sim”, concordou Francoeur.

Paoli mencionou a laceração no interior da vagina de Cecilia que Francoeur havia identificado no vídeo. “Essa pequena laceração, ela tem aproximadamente um milímetro, não tem?”, perguntou ele.

“Eu teria que ver o vídeo de novo”, respondeu ela, “mas acho que é isso: de um a dois milímetros...”

“Quer dizer, é minúscula, certo?”, continuou Paoli.

“Sim...”

Quando ele perguntou se a laceração poderia ter sido feita antes da suposta agressão, ela disse que sim. “Até mesmo uma semana antes, não é mesmo?”, perguntou ele.

“Seria raro ver lesões de uma semana antes, mas poderia ser.”

Paoli perguntou se a sensibilidade e as escoriações que Francoeur havia encontrado na parede da vagina de Cecilia Washburn e as marcas vermelhas que ela tinha identificado na clavícula dela poderiam ter sido causadas por sexo consensual. “É possível”, admitiu Francoeur.

Quando David Paoli finalmente terminou sua inquirição, o promotor Adam Duerk pôde interrogar a enfermeira Francoeur de novo. “No que se refere ao seu atendimento e tratamento da srta. Washburn, você manteve a objetividade?”, perguntou ele.

“Sim”, respondeu ela.

“O seu exame da srta. Washburn causou qualquer uma das lesões, sejam as genitais ou as não genitais?”

“Não.”

“A forma como você conduziu esse exame de trauma sexual profundo do First Step violou alguma diretriz de que você tenha conhecimento?”

“Não...”

“Essas diretrizes, os protocolos nacionais de 2004, falam sobre o seu dever de fornecer informações sobre advogados civis às vítimas?”

“Falam, sim.”

“Essas diretrizes nacionais estabelecem que você deve ajudar as vítimas a entrar em contato com agentes policiais?”

“Estabelecem, sim...”

“Havia qualquer coisa no histórico de Cecilia Washburn que indicasse que tais lesões foram causadas antes de 4 de fevereiro de 2012?”, perguntou o promotor Adam Duerk.

“Não”, respondeu a enfermeira Francoeur.

“Protesto, Excelência!”, objetou o advogado de defesa David Paoli.

A juíza Townsend pediu que Paoli e Duerk se aproximassem da tribuna para conferenciar em privado e discutir a objeção de Paoli. Enquanto os advogados se afastavam da tribuna depois de se reunirem com Townsend, Paoli resmungou alguma coisa entredentes para Duerk — uma ameaça ou impropério, aparentemente, porque Duerk se virou na direção de Paoli e inquiriu: “Como é? O que foi que você disse?”.

Paoli não respondeu, mas ficou em frente a Duerk, encarando-o. Por um longo momento, Paoli — que provavelmente pesava pelo menos uns 45 quilos a mais que Duerk — pareceu que estava prestes a dar uma cabeçada no nariz de Duerk. A juíza Townsend atenuou o impasse declarando enfaticamente: “Pode continuar, sr. Duerk”. Depois disso Duerk retomou suas perguntas a Francoeur e Paoli retirou-se para a mesa da defesa.

“A luva rasgada afetou os resultados finais do seu exame nesse caso?”, perguntou Duerk.

“Não”, respondeu Francoeur. As lesões genitais de Cecilia Washburn, garantiu ela ao júri, eram “compatíveis com trauma sexual”.

Connie Brueckner, a detetive policial responsável pela investigação do caso de Jordan Johnson, foi chamada pela acusação para depor em favor de Cecilia Washburn. Respondendo às perguntas do promotor Adam Duerk, Brueckner testemunhou que Cecilia Washburn havia cooperado plenamente com sua investigação, entregando inclusive de forma voluntária seu celular e permitindo que a polícia fizesse o download das 29 mil mensagens de texto que ele continha, muitas das quais o advogado de defesa David Paoli usou no tribunal para tentar manchar a reputação da jovem. Até certo ponto Jordan também cooperou com a investigação de Brueckner, mas, de forma suspeita, depois do suposto estupro ele deletou todas as mensagens sobre Cecilia que havia enviado, antes que a detetive Brueckner pudesse solicitá-las. E como Cecilia só foi à polícia seis semanas depois do suposto estupro, a operadora de telefonia celular de Jordan já havia excluído as mensagens dele do sistema na época em que Brueckner começou sua investigação.

Três meses depois da noite em questão, Brueckner e outro detetive, chamado Dean Chrestenson, interrogaram Jordan Johnson na delegacia de polícia na presença da advogada de defesa Kirsten Pabst. Para auxiliar no depoimento da detetive Brueckner durante o julgamento, Duerk passou um vídeo desse interrogatório. Enquanto assistiam ao vídeo no tribunal, os membros do júri ouviram o detetive Chrestenson repreender Jordan: “Havia duas pessoas juntas naquele quarto, e uma de vocês está mentindo. Seu comportamento após o incidente — isso, para mim, é a parte mais alarmante”. Além do mais, falou Chrestenson, Jordan tinha razão mais do que suficiente para mentir, pois, se fosse condenado, isso acabaria com seu sonho de jogar profissionalmente depois da faculdade ou se tornar técnico de futebol americano.

Ao ouvir isso, Jordan começou a chorar. “Eu não ligo para nada disso”, disse ele a Chrestenson. “Só quero ser criança de novo. Não ligo para futebol americano.”

Em dado momento do vídeo, Jordan disse à detetive Brueckner que não falou quase nada para Cecilia Washburn desde o momento em que eles começaram a se pegar na cama até quando ela o

deixou em casa após o suposto estupro, e ela falou com ele só uma vez: Cecília disse em tom brincalhão “Ah, você é mau”, lembrou Jordan, “quando eu a virei”. Assim que soltou essas palavras, porém, Jordan pareceu se arrepender de admitir que a havia virado e rapidamente acrescentou: “Bem, nós mudamos de posição”.

Depois que o vídeo terminou, o promotor Adam Duerk perguntou à detetive Brueckner se ela tinha achado esse trecho do depoimento “significativo de alguma forma”.

“Achei, sim”, respondeu ela, explicando que a declaração de Jordan corroborava o depoimento de Cecília de que “ela foi virada pelo sr. Johnson”. Na inquirição feita à detetive Brueckner pelo advogado de defesa David Paoli, ele afirmou que, quando Cecília Washburn esteve no banco das testemunhas nove dias antes, ela havia dito que “ajudou [Jordan Johnson] a mudar de posição”.

Brueckner retrucou que Paoli estava distorcendo as palavras de Cecília. A jovem tinha na verdade testemunhado que Jordan disse: “Vira, senão eu te obrigo” e em seguida ela falou: “Então nesse momento ele agarrou meu quadril e me virou... Eu simplesmente soube que ia ser estuprada... Eu o ajudei de fato, mas foi porque desisti”.

No entanto, enquanto a detetive Brueckner compartilhava o depoimento de Cecília com o júri, Paoli a interrompeu de supetão, pois não queria que os jurados fossem lembrados do que a jovem realmente disse. Em vez disso, ele queria induzir Brueckner a testemunhar de modo a apoiar um argumento no qual vinha trabalhando a maior parte daquela tarde: de que a detetive Brueckner fora negligente em seu dever jurado de buscar provas ilibatórias — isto é, provas que poderiam demonstrar a inocência de Johnson — durante sua investigação do suposto estupro.

Antes, Paoli havia dito: “Detetive Brueckner, sei que você leva o seu trabalho a sério. E me diga qual é o principal objetivo do seu trabalho”.

“Descobrir a verdade”, disse ela.

“E buscar justiça?”, perguntou ele.

“Sim.”

“Como você faz isso?”

“Eu realizo entrevistas”, respondeu Brueckner. “Coletos provas. Tento corroborar a afirmação de uma pessoa ou refutá-la.”

“Tenta encontrar provas ilibatórias?”

“Sim.”

“Você tem a obrigação de ser imparcial, não tem?”

“Sim.”

“Seria impróprio desenvolver um relacionamento com a vítima autora da queixa, não é verdade?”, perguntou Paoli.

“Precisaria que você definisse ‘relacionamento’...”

“Bem, em algum momento você ficou sabendo que a srta. Washburn estava em contato com esse escritório de advocacia de litígios de Atlanta antes de ir prestar queixa?... Você fazia alguma ideia, ou Claire Francoeur indicou de alguma forma, que ela não estava pensando em denunciar à polícia até conversar com o escritório de advocacia de Atlanta?... A srta. Washburn em algum momento lhe disse que havia obtido os serviços de um escritório de advocacia de Atlanta?”

“Não”, respondeu Brueckner.

“Detetive Brueckner”, interpelou Paoli, “você esteve envolvida na... investigação do departamento de polícia de Missoula pelo Ministério da Justiça, não é verdade?... Você prestou uma declaração ou foi entrevistada?... E quando isso aconteceu?”

“Não sei — em junho, talvez? Foi logo depois do anúncio [do Ministério da Justiça] para a imprensa”, respondeu Brueckner.

“Então isso aconteceu... no meio de sua investigação desse caso, correto?... Essa entrevista [do Ministério da Justiça] causou boa impressão em você?”

“Sim”, afirmou Brueckner. “Achei que foi uma conversa muito positiva.”

“E isso fez com que você redobrasse seus esforços nesse caso?”

“Não... Eu já tinha trabalhado bastante no caso antes dessa entrevista, e ela não me afetou de modo algum.”

David Paoli continuou interrogando a detetive Brueckner dessa maneira por um tempo particularmente longo, com o objetivo de demonstrar ao júri que ela havia desenvolvido um relacionamento pessoal impróprio com Cecilia Washburn, o que a teria levado a negligenciar sua responsabilidade de buscar evidências que poderiam provar que Johnson fora falsamente acusado. Citando o artigo 10 dos Cânones de Ética Policial, Paoli perguntou: “Como agente policial e detetive à frente de um caso, você deve se preocupar igualmente com a acusação do malfeitor e a defesa do inocente, não é verdade?”.

“Sim”, respondeu ela.

Ele se perguntava como ela conciliava esse dever ético com a política do departamento de polícia aprovada no último mês de março. O novo protocolo exigia que os policiais de Missoula, ao iniciar uma investigação de agressão sexual, acreditassem nas alegações da vítima até que a evidência provasse o contrário. “Você concordaria comigo”, interpelou Paoli, disfarçando sua afirmação em uma pergunta, “que essa política... acaba com a objetividade e a imparcialidade [das investigações policiais], não é mesmo?”

“Não”, respondeu Brueckner, “de forma alguma.”

Irritado com a resposta dela, Paoli protestou: “Você consegue manter sua objetividade e imparcialidade ainda que seja obrigada... a acreditar na acusação até prova em contrário?”.

“Isto faz parte do processo de investigação: coletar provas para corroborar ou refutar o que alguém afirma”, respondeu Brueckner calmamente. O delegado de polícia de Missoula Mark Muir elaborou a nova política, explicou ela, “por causa de alguns problemas na comunidade...”.

“Então a pressão da comunidade fez com que a nova política fosse instituída?”, perguntou Paoli.

“Não sei quanto a isso”, respondeu a detetive Brueckner. “Acredito que ela... possibilitou uma conscientização sobre potenciais problemas.” A nova política pretendia ajudar os policiais a responder melhor, explicou ela, fornecendo-lhes diretrizes para investigar agressões sexuais de forma mais eficaz.

* * *

A obsessão do advogado de defesa David Paoli com essa nova política tinha uma história. Como

sua colega de defesa, Kirsten Pabst havia mencionado em seu discurso inicial em favor de Jordan Johnson, onze dias antes, que a nova política fora formulada em resposta aos dois artigos do *Missoulian* escritos por Gwen Florio em janeiro de 2012 sobre as vítimas de agressão sexual Kerry Barrett e Kaitlynn Kelly e o modo como a polícia tratou dos casos delas. A reportagem levou a vereadora Cynthia Wolken a chamar o delegado de polícia Mark Muir para participar de um fórum aberto que daria ao público a oportunidade de fazer perguntas sobre a resposta do seu departamento à crise de estupro de Missoula.

Quando o fórum foi realizado, Muir admitiu que o departamento se beneficiaria de “procedimentos mais definitivos sobre agressão sexual” e que “a vítima precisa ser a nossa prioridade”. Os policiais, disse ele, deveriam tratar as vítimas da forma como eles próprios “iriam querer ser tratados nessas mesmas circunstâncias — dar a cada vítima a mesma compaixão”. Então ele prometeu que dali a seis semanas iria lançar uma “política melhor com relação à violência sexual”.

Depois da fala do delegado Muir, Kerry Barrett pegou o microfone para detonar tanto a polícia como o gabinete da procuradoria do condado de Missoula por terem negligenciado o caso dela e o de Kaitlynn Kelly, reservando as palavras mais duras para Kirsten Pabst, que era a responsável por processar casos de estupro no gabinete da procuradoria do condado na época.

Fiel à sua palavra, Muir pôs em prática a nova política pouco tempo mais tarde, no dia 19 de março de 2012, coincidentemente três dias depois de Cecilia Washburn ir à polícia de Missoula denunciar que fora estuprada por Jordan Johnson. Também coincidiu de ser dezoito dias depois de Pabst se demitir da promotoria para abrir o próprio escritório de advocacia.

Depois que se demitiu do gabinete da procuradoria do condado de Missoula, Kirsten Pabst se juntou a David Paoli como advogada de defesa de Jordan Johnson. Ao colocarem a culpa em Kerry Barrett e Kaitlynn Kelly pela nova política da polícia durante o julgamento de Jordan, e a usarem como porrete para malhar a detetive Brueckner e sua investigação do suposto estupro, Pabst e Paoli estavam talvez fazendo uso de uma tática razoável — uma aplicação potencialmente eficaz dos ardis dos advogados. Mas ambos reagiram àquela nova política com um grau de revolta que sugeria que Kerry Barrett tinha tirado os dois do sério e que eles consideravam aquilo uma afronta pessoal.

Na verdade, a questão sobre se o novo protocolo da polícia desrespeitava os direitos constitucionais de Jordan Johnson já tinha sido discutida por ambas as partes, e o assunto fora resolvido pela juíza Townsend duas semanas antes até de o julgamento começar. Depois que o pedido inicial de anulação do caso de Jordan foi rejeitado por Townsend em setembro de 2012, David Paoli e Kirsten Pabst entraram com um segundo pedido de anulação no início de janeiro de 2013, argumentando: “A política do departamento de polícia de Missoula que exige que os agentes iniciem investigações sobre crimes sexuais com a crença de que eles são verdadeiros viola a presunção de inocência e o devido processo legal” e “levou a uma investigação completamente tendenciosa” de Jordan Johnson. “A regra em casos criminais é clara”, afirmou Pabst, citando um caso de Montana de 1957, *O Estado versus McLeod*: “Deve-se ceder a toda presunção em favor da inocência do acusado até que a evidência estabeleça sua culpa para além de uma dúvida razoável”.

No entanto, em uma resposta apresentada pela promotoria, a procuradora-assistente do

condado de Missoula Suzy Boylan expôs falhas gritantes na alegação de Pabst, ressaltando que ela havia deixado de mencionar outros aspectos importantes da nova política,

que exige que os agentes policiais “obtenham as informações necessárias para determinar se a acusação que está sendo feita é de um crime” e “para estabelecer se um crime ocorreu”.

Não há nada de incomum em supor que uma denúncia inicial de um crime é verdadeira e conduzir uma investigação para determinar se há evidências suficientes de um crime [...] para possível ação judicial. Esse é o procedimento-padrão, quer se trate de um crime de violência sexual, peculato, roubo ou qualquer outro caso. O motivo para a institucionalização específica disso é o tratamento historicamente cético dado a vítimas de crimes sexuais, o qual não ocorreu com vítimas de outros tipos de crime... Toda vítima de crime deve ser ouvida e deve ser realizada uma investigação aprofundada. A política meramente reflete essa noção.

Mais importante, o réu está se valendo de [...] um direito que ele não tinha no estágio de investigação. A presunção de inocência não é um direito constitucional especificamente elencado; é uma doutrina incorporada ao direito a um julgamento justo. Em outras palavras, é um *direito de julgamento*.

Para reforçar o argumento da promotoria, Boylan citou um caso de 1979 do Supremo Tribunal dos Estados Unidos, *Bell contra Wolfish*, e um caso militar de 1994, *Os Estados Unidos contra Dickey*:

O papel da presunção de inocência é com frequência confundido por leigos e tribunais... A presunção de inocência é uma regra de prova para o tribunal que define uma parte dos direitos ao devido processo legal do acusado... Ela não controla a atuação pré-julgamento de agentes da lei, comandantes ou magistrados.

Após avaliar o pedido de anulação de Kirsten Pabst e a resposta de Suzy Boylan, a juíza Karen Townsend escreveu:

O tribunal considera que a política do departamento de polícia de Missoula [...] não é uma violação da presunção de inocência. Não é impróprio que a polícia tenha essa política porque, conforme observou o dr. David Lisak em sua declaração como testemunha especialista, o percentual de falsas acusações [de estupro] é muito baixo. O propósito de uma investigação é buscar evidências de um crime, assim como evidências de inocência... É somente após o início do julgamento que o réu tem [...] direito à presunção de inocência...

Fica por meio deste decidido que o Segundo Pedido de Anulação do Réu é NEGADO.

Pabst e David Paoli perderam essa disputa. Mas, agora que o julgamento estava acontecendo, a rejeição da juíza Townsend ao pedido de Pabst de anulação do caso era irrelevante. Ali no tribunal, com a detetive Connie Brueckner no banco das testemunhas, Paoli estava livre para argumentar mais uma vez que a política da polícia era injusta. E, para que a acusação ganhasse a atual batalha, não era uma juíza erudita que precisava ser persuadida pelo promotor Adam Duerk. Ele precisava convencer os doze leigos sentados na bancada do júri, nenhum dos quais tinha feito faculdade de direito, de que a nova política não violava os direitos constitucionais de Jordan Johnson ou maculava a investigação de Brueckner.

Para conseguir isso, quando Paoli terminou sua inquirição para a defesa, Duerk entregou à detetive Brueckner o trecho da nova política da polícia de Missoula que tinha dado nos nervos de Paoli e pediu que ela o lesse em voz alta para o tribunal. “O sofrimento de uma vítima”, começou ela,

pode causar relutância ou incapacidade psicológica para auxiliar na investigação. Policiais e investigadores exercem um papel significativo tanto na disposição da vítima em cooperar com a investigação como em sua capacidade de lidar com as sequelas emocionais

e psicológicas do crime. Portanto, é especialmente importante que esses casos sejam conduzidos de uma perspectiva não condenatória, de modo a jamais comunicar a uma vítima que ela é culpada do crime. Toda investigação de crime sexual deve ser iniciada com a crença de que ele é verdadeiro até que a evidência prove o contrário.

Duerk ressaltou para o júri que a linguagem que Paoli considerava tão ofensiva era baseada em diretrizes publicadas pela Associação Internacional dos Chefes de Polícia, que recomenda que todas as denúncias de agressão sexual “devem ser consideradas válidas a menos que a evidência prove o contrário”.

Quando Duerk perguntou a Brueckner por que a nova política era importante, a detetive respondeu que ela “reconhece o quanto esse tema é delicado e como é difícil para as vítimas se apresentarem”. E explicou que a política ajudava a impedir que policiais, durante seu contato inicial com vítimas de estupro, pusessem comprometer os casos ao inadvertidamente alienar as vítimas e assustá-las. A política, declarou ela, “dá voz às vítimas no processo”.

A polícia rotineiramente presume que vítimas de outros crimes, como roubos, estão falando a verdade, observou Duerk. “Se você se recusa a acreditar em uma vítima no início de um caso”, perguntou Brueckner, “algum crime jamais chegaria a ser investigado, pra começo de conversa?” “Não”, respondeu ela.

Antes de o julgamento começar, os advogados de defesa David Paoli e Kirsten Pabst submeteram uma lista de 25 pessoas que pretendiam chamar como testemunhas de caráter para Jordan Johnson, mas a juíza Townsend declarou que ter tanta gente apresentando evidências do bom caráter dele seria uma “perda de tempo” e determinou que apenas cinco teriam permissão para depor. Michael McGowan, que dirigia uma empresa de fundos de investimentos privados de Missoula e era o capelão do time de futebol americano da Universidade de Montana, foi a primeira das cinco a subir ao banco das testemunhas.

McGowan testemunhou que Jordan “participou de todos os serviços que eu ofereci”. Embora jamais tivesse feito seminário e não tivesse um diploma de teologia, nos dias de jogo ele atuava voluntariamente como capelão trinta minutos antes do início da partida. “Muitos dos jogadores participam”, explicou ele, mas “nem todos.” Ele dava bênçãos, orava para que suas lesões se curassem e dirigia o time em oração antes de eles entrarem em campo, fazendo então outra oração depois do jogo. Além disso, falou ele, “durante a semana eu me coloco à disposição, caso alguém tenha uma lesão ou queira discutir algum assunto pessoal”.

“Minha interação com Jordan Johnson foi sempre num contexto de grupo”, reconheceu McGowan. “Ele é muito respeitoso, modesto, e é um jovem de integridade... Ele não é uma pessoa muito exaltada ou escandalosa... Ele é muito, muito calmo sob pressão.” Jordan, acrescentou McGowan, “não usa palavras de baixo calão — eu nunca ouvi Jordy xingar na verdade, coisa que, a bem dizer, é incomum”. McGowan maravilhava-se com o fato de que “Jordan consegue lidar com suas emoções provavelmente melhor do que eu, o que é extraordinário para alguém dessa idade”. Em contextos bastante estressantes, explicou o capelão, “ele é capaz de conter suas palavras e se refrear, o que eu vejo como autocontrole”.

Quando David Paoli perguntou se alguma vez já tinha visto Jordan Johnson agir com arrogância, McGowan respondeu: “Eu não vi isso”.

“E de forma antissocial?”, perguntou Paoli.

“Eu não vi isso.”

“Egocêntrica?”

“Não.”

“Hipermasculina?”

“Não... Essa é a antítese do caráter dele... Ele não chama atenção para si próprio, num contexto de grupo ou individual, pelo que observei”, testemunhou McGowan.

“Ele é narcisista?”

“Não”, respondeu McGowan.

Pouco depois, a promotora Suzy Boylan começou perguntando a Mike McGowan se ele conhecia a definição científica dos termos “‘antissocial’, ‘hipermasculino’ e ‘narcisista’ [...] ou você está testemunhando apenas com base no seu entendimento comum dessas palavras?”.

“No meu entendimento comum”, admitiu ele.

Referindo-se ao papel de McGowan como capelão voluntário do time de futebol americano Griz, Boylan perguntou: “Você não passa nenhum tempo sozinho com os jogadores, não é mesmo?”.

“Eu realmente não preciso fazer isso”, respondeu McGowan.

“E você não passou, portanto, nenhum tempo sozinho com o acusado, certo?”

“Já passei tempo com ele num contexto de grupo — por exemplo, viajando de avião ou numa refeição —, mas nunca num contexto individual.”

“E você nunca conversou com ele sobre sua vida amorosa, certo?”

“Não.”

“E... ele nunca lhe confidenciou nada?”

“Não, nunca.”

“Você nos deu alguns atributos muito bons do réu. Mas você concordaria que alguém com esses atributos ainda assim poderia fazer algo ruim ou errado, certo?”, perguntou Boylan.

“Bem, eu falei do que eu observei”, respondeu McGowan.

“Certo”, disse Boylan. “Mas, quando conversamos com você no telefone em sua entrevista pré-julgamento [...] você nos falou que não está dizendo que alguém com esses atributos — ou seja, os atributos positivos que você acabou de descrever — não possa fazer algo ruim?”

“Foi isso que eu disse.”

A inquirição de Boylan foi inesperadamente eficaz. Ela serviu como um lembrete provocativo de que até mesmo pessoas que admiramos podem ter esqueletos escondidos no armário.

Às 16h10, depois de 27 minutos de depoimento, Mike McGowan foi dispensado e a testemunha mais esperada de todo o julgamento foi chamada: o réu, Jordan Johnson, vestindo uma camisa azul-claro com o colarinho aberto. A advogada de defesa Kirsten Pabst começou lhe perguntando sobre sua família. Johnson descreveu sua criação com os pais e uma irmã mais velha em Coburg, Oregon, uma minúscula comunidade ao lado do rio Willamette, nos arredores de Eugene. Ele falou sobre seu relacionamento com o pai, Marty — um professor de matemática e treinador —, como “especial... Eu tive sorte de tê-lo como meu treinador de futebol americano no ensino médio. Acho que éramos muito mais próximos do que a maioria dos pais e filhos”. Quando Pabst perguntou a Jordan quais atividades ele fazia com sua mãe, ele respondeu que na maior parte do tempo eles “apenas passavam tempo juntos. Ela me ajuda quando tenho que encontrar presentes para as pessoas. Ela faz compras para mim”.

“Seria correto dizer que vocês são muito próximos?”, perguntou Pabst.

“Sim”, respondeu Jordan.

“Toda a sua família é muito próxima?”

“Muito”, disse ele num tom emotivo, perdendo momentaneamente a compostura.

Enquanto testemunhava, Jordan Johnson revelou-se taciturno e controlado, confirmando o que Mike McGowan havia dito a respeito dele. Ao responder às perguntas de Pabst, Jordan falou pouco mais que sim ou não e quase nunca pronunciava mais do que poucas palavras de cada vez. Sua reticência deixou espaço para que os outros imaginassem quaisquer características que desejassem ver nele. Em dados momentos, Jordan pareceu frio e algo distante, mas era fácil gostar dele e difícil não sentir pena por estar naquela situação.

“Você fica facilmente envergonhado?”, perguntou Pabst a Jordan.

“Aham”, respondeu ele.

“Você sempre foi assim, desde criança?”

“Sim.”

“Você é mais conversador agora do que quando era pequeno?”

“Não.”

Pouco antes das dezessete horas, depois de Jordan ter passado apenas 45 minutos no banco, o julgamento foi suspenso, e a juíza Townsend lembrou a todos que não haveria expediente no dia seguinte, pois o tribunal ficava em recesso toda terça-feira para que Townsend pudesse tratar de outras atividades da corte.

Quando o julgamento retornou na quarta-feira de manhã, 27 de fevereiro de 2013, Townsend anunciou que o testemunho de Jordan Johnson seria brevemente interrompido para que uma testemunha de caráter — Rudy Herr, um pastor que viera de Oregon para testemunhar em favor de Jordan — pudesse terminar seu testemunho a tempo de pegar um voo de volta para casa. Herr fora pastor de Jordan e seu treinador no time de futebol americano do nono ano; ele o conhecia desde quando Jordan tinha cinco anos de idade. Herr declarou que havia “estudado a Bíblia com Jordan” e que seu filho era um dos amigos de infância do jovem.

Rudy Herr disse ao júri que, apesar das impressionantes realizações de Jordan como jogador de futebol americano, “ele não se porta como se fosse o cara mais importante que já passou pela Terra”. Era honesto, sincero “e tem um incrível autocontrole”, testemunhou Herr, ecoando o que quase todos os outros já haviam dito sobre a capacidade de Jordan de permanecer calmo e ter um bom desempenho quando havia muita coisa em jogo.

Na inquirição do promotor Joel Thompson, Herr reconheceu que Jordan Johnson havia lhe contado sobre a acusação de estupro durante uma curta conversa no último verão e que tinha dito que a relação fora consensual. Thompson perguntou ao pastor Herr se sexo consensual sem camisinha era moralmente aceitável para ele. “Fiquei decepcionado”, admitiu Herr.

* * *

Depois de dezesseis minutos no banco das testemunhas, Rudy Herr foi dispensado e Jordan Johnson continuou seu testemunho. A advogada de defesa Kirsten Pabst começou perguntando: “Qual foi a sua impressão da srta. Washburn?”.

Jordan respondeu: “De que ela era realmente legal, uma garota inteligente”.

“Você gostava dela?”, perguntou Pabst.

“Eu gostava dela como pessoa. Eu não gostava dela, digamos, como namorada”, respondeu ele.

“Você acha que ela gostava de você?”

“Sim.”

Pabst pediu que Jordan descrevesse o que aconteceu no dia 4 de fevereiro de 2012, começando do momento em que acordou, e ele deu um relato dos fatos nas catorze horas que se seguiram. A maioria dos detalhes era compatível com o relato que Cecilia Washburn havia dado ao júri duas semanas antes, e Jordan respondeu às perguntas de Pabst no estilo confiante e treinado de alguém que já tinha contado essa história inúmeras vezes durante a investigação disciplinar da Universidade de Montana e a investigação criminal que culminou no seu julgamento. O testemunho de Cecilia Washburn pareceu igualmente bem ensaiado, pelo mesmo motivo.

Mas, se suas histórias eram praticamente iguais, elas não poderiam ter sido mais diferentes na descrição do que ocorreu entre aproximadamente 23h20 e 23h30 da noite de 4 de fevereiro, quando Jordan Johnson e Cecilia Washburn estavam dando um amasso no quarto dela. O relato de Jordan começava a divergir drasticamente do de Cecilia no momento posterior ao que ele tirava a camiseta dela, com sua permissão, enquanto os dois estavam deitados de lado, frente a frente. De acordo com Jordan, “a gente ainda estava se beijando, então eu tirei a calça dela”.

“Como você fez isso?”, perguntou Pabst.

“Ela se ergueu um pouco para me ajudar a tirá-la”, explicou ele.

“Ela demonstrou qualquer relutância nesse momento?”

“Não.”

“Você a tocou em algum lugar?”

“Sim, na área genital dela.”

“Por cima da roupa ou por baixo da roupa?”

“Foi quando ela estava com a roupa de baixo, só com a roupa de baixo. [Eu a toquei] por cima e por baixo...”

“Como ela reagiu a isso?”

“Ela gostou.”

“Como você sabe?”

“Porque ela não estava resistindo de nenhuma forma e ainda estava me beijando...”

“Em algum momento você tirou o sutiã dela?”

“Sim.”

“Ela pareceu interessada nisso?”

“Sim.”

“Depois que tirou o sutiã dela, você chegou a tocar... nos seios dela?”

“Não.”

“Em algum momento ela tocou em você?”

“Não me lembro.”

“Você não se lembra de ela tocar na sua virilha?”

“Não.”

“Em algum momento você teve uma discussão com ela?”

“Ela perguntou se eu tinha trazido camisinha”, respondeu Jordan, “mas isso foi depois de nós dois já estarmos nus.”

“E então o que aconteceu?”, perguntou Pabst.

“Então eu subi nela e ela me perguntou se eu tinha uma camisinha e eu disse que não. E ela disse: ‘Tudo bem’.”

“E o que vocês fizeram?”

“Fizemos sexo.”

“Em que posição?”

“Papai e mamãe.”

“E ela demonstrou qualquer relutância enquanto vocês estavam fazendo sexo nessa posição?”

“Não. Se ela tivesse, eu teria parado.”

“Ela pareceu chateada em algum momento?”

“Não.”

“Quanto tempo você fez sexo com ela nessa posição?”

“Provavelmente dois ou três minutos.”

“E então o que aconteceu?”

“Então eu saí.”

“Por que você saiu?”

“Porque achei que ia ejacular.”

“O que você fez depois disso?”

“Eu não ejaculei, e a gente mudou de posição”, testemunhou Jordan. “Comecei a virá-la, e ela sabia o que eu estava fazendo, e então ela disse: ‘Ah, você é mau’, num tom meio que rindo.”

“Então ela se virou e olhou para você?”, perguntou Pabst.

“Sim.”

“E o que ela disse?”

“Ah, você é mau.”

“Numa voz meio provocativa?”

“Sim.”

“E o que você entendeu com isso?”

“Que ela gostou... Então fizemos sexo nessa posição durante mais ou menos o mesmo tempo.”

“E você achou que ela estava a fim disso?”

“Sim... Ela estava gemendo...”

“Ela estava lubrificada?”

“Sim...”

“E o que você fez?”

“Eu saí e ejaculei na minha mão e na cama.”

“E quanto tempo durou toda a parte do sexo?”

“Cinco minutos.”

“E em que momento ela disse não?”

“Ela nunca disse não.”

“Como você sabe?”

“Porque ela não disse. Eu teria escutado, e eu teria dado ouvidos a ela e teria parado”, disse Jordan.

“Você sabe o que ela estava pensando?”, perguntou Pabst.

“Não...”

“Em algum momento ela tentou afastá-lo?”

“Não.”

“Em algum momento ela o empurrou?”

“Não.”

“Você arrancou a calça dela?”

“Não.”

“Você agarrou o quadril dela?”

“Não.”

“Você acha que ela teve um orgasmo?”

“Acho que não.”

“Por que não?”

“Eu sinceramente não faço ideia, mas é só o meu palpite.”

“Depois que você saiu e você disse que ejaculou na mão, o que fez em seguida?”

“Eu perguntei se ela tinha alguma coisa que eu pudesse usar pra limpar... Ela pegou a toalha de mão...”

“E por que você queria limpar?”

“Porque eu não queria que aquilo ficasse na cama ou na minha mão.” De acordo com Jordan, Cecilia Washburn saiu da cama “praticamente assim que” ele pediu uma toalha.

“Você pediu que ela voltasse depois para a cama para se aconchegar a você?”, inquiriu Pabst.

“Não”, respondeu Jordan.

“Abraçar você?”

“Não.”

“Vocês se beijaram depois?”

“Não.”

“Você disse para ela algo como ‘Foi ótimo’?”

“Não.”

“Por que não, Jordan?”

“Não sei. Eu só não disse.”

“O que estava se passando na sua cabeça naquele momento, depois que você ejaculou?”

“Bem, eu pedi a ela algo que pudesse usar para limpar, e, enquanto eu estava limpando, ela começou a vestir sua roupa, e então eu vesti a minha, e depois fui ao banheiro, pois precisava mijar.”

Enquanto ele estava no banheiro, às 23h41 Cecilia Washburn mandou a tão discutida mensagem a seu amigo Stephen Green, com quem dividia a casa, indicando que acabara de ser estuprada. Como não é de surpreender, Kirsten Pabst não fez menção a essa mensagem ao

interrogar Jordan Johnson. Ela pediu, porém, que Jordan descrevesse o que aconteceu depois que a jovem saiu do quarto. Ele disse: “Eu coloquei o resto da minha roupa, meu sapato, e saí, passei por Stephen Green e entrei no carro com Cecilia”.

“Cecilia pareceu chateada de alguma forma?”, perguntou Pabst.

Jordan respondeu: “Não...”.

“Então o que estava passando na sua cabeça?”

“Eu estava meio que começando a pensar em Kelli [Froland], pensando que eu não queria que ela soubesse que eu tinha feito sexo com outra garota... Porque eu realmente gostava de Kelli...”

“No momento em que você entrou no carro para que Cecilia lhe desse uma carona até em casa”, perguntou Pabst, “você antecipou uma continuação da amizade [com Cecilia]?”

“Na verdade, não”, confessou Jordan, mas ele achava que era possível que “eles se falassem de novo”.

“Qual era o seu sentimento em relação à noite?”

“De que a gente tinha feito sexo e de que depois eu gostaria que isso não tivesse acontecido, por causa de Kelli.”

“E vocês chegaram a conversar durante a carona até em casa, o trajeto de dois minutos?”, inquiriu Pabst.

“Não”, disse Jordan. Quando Pabst perguntou o que aconteceu depois que eles chegaram à casa dele, ele respondeu: “Eu disse: ‘Obrigado por me receber’ e saí do carro”. Então, disse, “entrei em casa e fui para o meu quarto”.

Depois que Pabst terminou, era a vez do promotor Adam Duerk de inquirir da testemunha. Ele perguntou se Jordan achava que Cecilia era inteligente, e Jordan disse que sim. “Você achava que ela era uma garota legal, certo?”, inquiriu Duerk.

“Sim”, respondeu Jordan.

“E você nunca realmente viu Cecilia Washburn como uma boa amiga... Você não conhecia Cecilia Washburn muito bem durante nada disso; correto?”

“Sim.”

“Mas você gostava dela... Vocês saíram e tiveram alguns encontros juntos?”

“Sim.”

“Você não viu nada em Cecilia Washburn que indicava que ela era uma pessoa maldosa?”

“Não.”

“Você não viu nada nesses encontros... que o fez pensar que ela era louca, certo?”

“Certo.”

Adam Duerk ressaltou para Jordan Johnson que ele nunca tinha tido realmente “um relacionamento de namoro” com Cecilia “e que, no caso do relacionamento que vocês de fato tinham, se é que ele existia, você não achava realmente que ele iria dar em algum lugar... Na verdade, você achava que ele não estava indo a lugar algum, correto?”.

“Sim.”

“Bem, no que se refere ao seu relacionamento com Kelli Froland, havia um relacionamento nesse

caso, certo?”

“Sim.”

“Você teve encontros com Kelli?”

“Sim.”

“Você a levou para sua casa?”

“Sim.”

“Então ela conheceu sua família?”

“Sim.”

“Nada disso jamais aconteceu com Cecilia Washburn, correto?”

“Correto.”

Duerk fez uma pausa por um momento, depois perguntou a Jordan sobre a relação sexual que ocorreu quando Cecilia estava ajoelhada na cama, deitada de bruços e com as nádegas erguidas, com Jordan a penetrando por trás. “Enquanto você estava fazendo sexo com ela por trás”, inquiriu Duerk, “suas mãos estavam nos antebraços de Cecilia, certo?”

“Sim”, respondeu Jordan.

“Os braços dela estavam acima da cabeça, certo?”

“Sim.”

“Todo o seu peso estava nas suas mãos, certo?”

“A maior parte”, esquivou-se Jordan.

Duerk pediu que Jordan olhasse a página 42 da declaração que ele prestou para a detetive Brueckner no dia 2 de maio de 2012. “Estou falando da sua terceira resposta”, disse Duerk. “Gostaria de ler sua declaração... e, por favor, me diga se eu a li corretamente. Está bem?”

“Está bem”, disse Jordan.

Duerk citou: “Mas todo o meu peso está nas minhas mãos”. Duerk ergueu os olhos para Jordan e perguntou: “Eu li corretamente?”

“Sim”, reconheceu Jordan.

Passando para uma série de perguntas breves e incisivas, Duerk inquiriu: “Então as mãos dela estavam acima da cabeça, certo?”

“Sim”, respondeu Jordan calmamente.

“As suas mãos estavam nos antebraços dela?”

“Sim.”

“Você a estava penetrando por trás... e todo o seu peso estava nas suas mãos?”

“Sim.”

“Então ela estava imobilizada na cama, certo?”

“Não sei.”

“Você estava com as mãos nos antebraços dela e você estava segurando os antebraços [dela], certo?”

“Sim.”

“E você estava atrás dela, certo?”

“Sim.”

“E todo o seu peso estava nesses antebraços, certo?”

“Sim.”

De acordo com seu perfil de divulgação oficial do Griz, Jordan Johnson tinha 1,85 metro de altura e pesava noventa quilos. Sentado no banco elevado das testemunhas na frente do tribunal, o peso e o físico musculoso dele eram evidentes. Avaliando Jordan com um olhar acusador, Duerk perguntou: “Você é uma pessoa grande, certo?”.

“Não sei”, respondeu Jordan.

“Todo o seu peso estava nas suas mãos?”

“Sim.”

“Então é justo dizer que você a estava imobilizando?”

“É justo.”

“Então ela estava imobilizada na cama, certo?”

“Acho que sim.”

“E você não disse nada nesse momento?”, perguntou Duerk.

“Correto.”

Antes do julgamento, Cecilia Washburn havia testemunhado que, nesse momento específico do suposto estupro, Jordan havia declarado com raiva: “Você disse que queria! Você disse que queria!”. Mas Duerk não podia compartilhar essa informação com o júri porque a promotoria havia solicitado e conseguido uma ordem judicial proibindo a defesa de mencionar que 24 horas antes do suposto estupro, no Baile dos Florestais, de acordo com Jordan e seu amigo Alex Bienemann, Cecilia Washburn disse a Jordan: “Eu transaria com você a qualquer momento”. Se a promotoria perguntasse se Jordan tinha falado a Cecilia “Você disse que queria!”, a defesa então teria permissão para mencionar o fato de que a jovem supostamente tinha se oferecido para fazer sexo com Jordan “a qualquer momento”.

Então Duerk apenas perguntou: “Você não falou absolutamente nada com ela durante a relação, certo?”.

“Correto”, respondeu Jordan.

“Então você tirou o pênis e ejaculou?”

“Sim.”

“Bem, durante o sexo, pareceu tudo normal para você?”

“Sim.”

“Você não percebeu nenhum sinal de que ela estava relutante de alguma forma... E se ela tivesse dito qualquer coisa do tipo ‘Não, esta noite não’... ou indicado de alguma forma que não estava totalmente a fim daquilo, você teria parado e perguntado a ela qual era o problema, certo?”

“Eu teria simplesmente parado.”

“Mas absolutamente nada lhe pareceu estranho?”, inquiriu Duerk.

“Correto”, respondeu Jordan.

“Nada lhe pareceu estranho durante o sexo?”

“Correto.”

“Nada lhe pareceu estranho depois do sexo?”

“Correto.”

“Ela pareceu bem para você... De acordo com seu testemunho, ela definitivamente não estava chateada durante todo esse tempo, correto?”

“Ela não estava.”

“Certo. E você saberia se houvesse algo errado?”

“Sim.”

“Sr. Johnson”, perguntou Duerk, “Cecilia mandou uma mensagem de texto logo depois que você a penetrou, certo?”

“Sim”, respondeu Jordan.

“Ela enviou essa mensagem assim que a relação acabou?”

“Acredito que sim.”

“Você viu essa mensagem?”

“Sim.”

“E essa mensagem de texto tem um registro de data e hora, certo?”

“Certo.”

“Essa mensagem de texto dizia: ‘Acho que acabei de ser estuprada, ele ficou forçando e forçando. Eu disse não, mas ele não me deu ouvidos. Só tenho vontade de chorar... omg o que eu faço!’. Está certo?”

“Sim.” ...

“Bem, essa foi a primeira vez que você fez sexo com Cecilia, correto?”

“Sim.”

“E deixe-me apenas ter certeza de que entendi direito”, disse Duerk. “Você realmente não teve nenhuma conversa esse tempo todo?”

“Correto”, respondeu Jordan.

“Essa foi a sua primeira vez com Cecilia?”

“Sim.”

“E na sua primeira vez, você imobilizou os antebraços nela na cama, correto?”

“Minhas mãos estavam nos antebraços dela.”

“Certo. Você já admitiu isso antes. Você a imobilizou na cama, certo?”

“Sim.”

“Depois da relação sexual, você foi embora?”

“Ela me levou até em casa.”

“E durante essa carona para casa, você afirma que não havia nada de errado com Cecilia, certo?”

“Correto.”

“E você disse que saberia se houvesse algo errado?”

“Sim.”

Tendo metodicamente levado Jordan Johnson até a beirada do precipício, Adam Duerk fez a pergunta que pretendia empurrá-lo para o abismo: “Você concorda que claramente há algo de errado quando alguém manda uma mensagem de texto indicando que acabou de ser estuprado, certo?”.

“Não sei”, disse Jordan.

“Você não sabe?”, zombou Duerk.

“Correto”, respondeu Jordan.

Incrédulo, Duerk inquiriu: “Isso parece normal para você? Alguém enviar uma mensagem de texto indicando que acabou de ser estuprado?”.

“Isso não é normal”, admitiu Jordan.

“Isso não é normal”, afirmou Duerk. Então ele perguntou: “Você concordaria que, se... os acontecimentos daquela noite tivessem acontecido conforme Cecilia os descreveu, essa mensagem de texto faria sentido, correto?”.

“Se tivesse acontecido”, concordou Jordan. “Mas não aconteceu.”

“Se não aconteceu conforme descrito por Cecilia”, retrucou Duerk, “mandar essa mensagem seria algo completamente insano, correto?... E você disse que jamais viu nenhuma indicação de que Cecilia era insana antes dessa noite, correto?”

“Correto.”

“Você concorda que, se uma mulher diz não, e um homem não para com seus avanços sexuais e a penetra, isso é estupro, correto?”

“É verdade.”

“Você concorda que uma mulher pode mudar de ideia no meio da atividade sexual e ainda dizer não?”

“Sim.”

“Você concorda que, se ela resistiu fisicamente, você não tinha consentimento, correto?”

“Correto.”

“Você concorda que, se ela ergueu os joelhos para detê-lo, você não tinha consentimento, correto?”

“Correto.”

“Você concorda que, se você a imobilizou com seu antebraço, você não tinha consentimento?”

“Correto.”

“E você não tem nenhuma explicação para os hematomas no peito ou nos ombros dela?”

“Protesto, Excelência!”, objetou Kristen Pabst. “Isso deturpa a evidência. Não há hematomas.”

“Não acho que isso deturpa a evidência”, declarou a juíza Townsend. “Indeferido.”

Retomando seu interrogatório sem titubear, Adam Duerk perguntou de novo a Jordan Johnson se ele poderia explicar os hematomas no peito e nos ombros de Cecilia Washburn. Jordan reconheceu que não podia. “Você concorda que, se você segurou a cabeça de Cecilia enquanto a penetrava por trás, isso indicaria que você não tinha consentimento, correto?”, perguntou Duerk.

“Correto”, respondeu Jordan.

“Você concorda que, se você... machucou ou feriu a genitália dela, isso pode indicar que você não tinha consentimento, correto?”

“Não sei.”

“Você concorda que, se você tivesse dito, ‘Vira, senão eu te obrigo’, você não tinha consentimento?”

“Correto.”

“Obrigado. Não tenho mais perguntas por ora.”

Jordan Johnson foi dispensado do banco das testemunhas às 11h15 da manhã de quarta-feira, depois de depor durante 157 minutos, incluindo sua participação na segunda-feira. Seu pai, Marty Johnson, foi chamado para depor pouco depois das duas da tarde de quarta-feira. Respondendo às perguntas amigáveis da advogada de defesa Kirsten Pabst, Marty disse que logo completaria seu trigésimo ano como treinador de futebol americano e professor de matemática para alunos de ensino médio em Eugene, Oregon. “Quão próxima é a sua família?”, perguntou Pabst.

“Não posso imaginar que existam muitas famílias que façam tantas coisas juntas como nós fazemos”, respondeu Marty. “Então eu diria que somos extremamente próximos.” Quando seu pai falou essas palavras, Jordan chorou abertamente em sua cadeira à mesa da defesa. Ele chorou de forma intermitente durante o restante do testemunho de seu pai, colocando às vezes a cabeça entre as mãos ou a apoiando na mesa.

“Com que frequência você fala com Jordan?”, perguntou Pabst.

“Provavelmente mais do que ele gostaria que eu fizesse”, respondeu Marty. “Eu me comunico com ele inúmeras vezes por dia.”

“Como você descreveria a personalidade dele?”

“Ele é calado. É um garoto extremamente humilde. Muito, muito respeitoso.” Alguns minutos depois, Marty acrescentou: “Sou como qualquer pai. Tenho orgulho dos meus filhos. Mas meu... trabalho envolve conviver com adolescentes, jovens adultos, garotos em idade escolar. E posso dizer, jurando em nome de Deus, que jamais conheci um rapaz mais honesto que Jordan. Eu me sinto sortudo por tê-lo como filho”.

“Você percebeu mudanças em seu filho desde que essa denúncia foi apresentada?”, perguntou Pabst.

“Jordy é um rapaz extremamente forte e resistente, mas isso teve um efeito enorme nele. Um efeito enorme.”

“Que efeito teve em sua família?”

“É algo — com exceção de perder um filho, não posso imaginar uma situação pior do que ter esse tipo de acusação [feita a] um garoto com o histórico dele. Não sei, talvez haja histórias de coisas que sejam mais devastadoras. Mas eu acordo todo dia me sentindo sufocado. E tem sido assim já faz treze meses.”

O promotor Adam Duerk percebeu que a inquirição de uma testemunha tão sincera e extremamente apelativa seria contraproducente para a promotoria. Então, após quinze minutos no banco das testemunhas, Marty Johnson foi dispensado. Pelo menos três ou quatro membros do júri pareciam estar à beira das lágrimas enquanto ele caminhava de volta para a galeria, onde sentou e ficou ao lado de sua esposa durante o restante do julgamento.

As últimas duas testemunhas — uma chamada pela defesa, outra pela promotoria — falaram na quinta-feira, dia 28 de fevereiro de 2013. A testemunha da defesa, um psiquiatra e neurologista chamado William Stratford, jamais tinha examinado Cecilia Washburn, mas havia analisado seus registros de acompanhamento psicológico e médico do Curry Health Center, na Universidade de Montana, a pedido de David Paoli e Kirsten Pabst. Stratford argumentou que, embora os registros indicassem que a jovem havia sofrido de ansiedade e depressão depois de seu encontro sexual com Jordan Johnson, os sintomas exibidos não chegavam ao nível de transtorno de estresse pós-traumático.

A testemunha da acusação, David Bell, era um médico do Curry Health Center que tratou Cecilia Washburn após o alegado estupro. Ele testemunhou que os sintomas apresentados por ela atendiam a todos os critérios de transtorno de estresse pós-traumático.

Sexta-feira, 1^o de março, foi o último dia do julgamento. Havia mais pessoas amontoadas no público do que em qualquer outro dia anterior. Cinco câmeras de televisão estavam posicionadas em tripés junto da bancada do júri. Muitos jogadores do Griz e muitos treinadores estavam presentes. A família de Jordan Johnson estava sentada do lado direito da galeria. Cecilia Washburn e sua família estavam do lado esquerdo.

A promotora Suzy Boylan começou o discurso final do Estado dizendo que o caso “era sobre as diferenças entre ser estuprado por um estranho e ser estuprado por alguém que você conhece e em quem confia. É um caso sobre a diferença entre ciência e mitos... Não é sobre futebol americano, ou a universidade, ou mal-entendidos, ou um problema de comunicação, ou sinais ambíguos. E não é sobre um amante insensível que não aconchegou o bastante. É sobre um réu que não aceitou não como resposta”.

Ninguém com um coração, continuou Boylan, poderia deixar de “ficar comovido com alguns dos testemunhos desse caso, como o do pai do réu, por exemplo. Não há problema em sentir essa empatia. Não há problema em achar que o réu, ou seu pai, ou seus apoiadores são boas pessoas. Mas vocês não podem absolvê-lo por causa de sentimentos. Vocês não podem absolvê-lo porque sentem pena do réu ou de sua família, assim como não podem condenar porque sentem pena de Cecilia e sua família...

“O Estado precisa provar os elementos do crime para além de uma dúvida razoável... Não é sem sombra de dúvida ou para além de qualquer dúvida. Para provar algo para além de qualquer dúvida ou sem sombra de dúvida seria preciso uma câmera, ou que todos nós estivéssemos

presentes lá no desenrolar da situação... Relatos conflitantes não correspondem automaticamente a uma dúvida razoável. Não é justo que uma vítima — ou que um acusado, aliás — seja julgada com base em mitos, concepções equivocadas ou estereótipos. Mas isso é exatamente o que a defesa espera que vocês façam. Então [o dr. David Lisak esteve] aqui para desconstruir alguns desses mitos e concepções equivocadas. É isso que especialistas fazem.”

Lisak tinha salientado que “estupradores podem ser homens de boa aparência, simpáticos, charmosos, educados e até tímidos”, lembrou Boylan ao júri. Ele deixou claro que “não existe um perfil” de estuprador. Ninguém pode ser descartado. “Pessoas boas podem fazer coisas ruins.”

Cecilia declarou que, enquanto estava sendo estuprada, aquilo “pareceu um sonho em que você quer gritar, mas não consegue”, disse Boylan. “Ela descreveu que ficou num estado de choque absoluto.” Quando escreveu na mensagem para Stephen Green “Acho que acabei de ser estuprada”, Cecilia “não estava confusa sobre se tinha ou não sido estuprada”, afirmou Boylan. “Ela nos disse: ‘Eu tinha certeza de que fui estuprada, mas não queria acreditar nisso’ — uma das respostas clássicas descritas por Lisak.”

A pessoa que comete estupro, disse Boylan, “especialmente desse tipo, é a pessoa que está no controle. Ela está no controle do tempo, do lugar, da vítima”. Mas o estuprador não pode controlar tudo, disse Boylan ao júri, “e vocês devem atentar justamente para essas coisas que fogem do controle dele”. Embora a maioria das vítimas de estupro não denuncie o ocorrido à polícia, Jordan Johnson não podia controlar que Cecilia estaria “em meio àquela pequena fração de mulheres que escolhem denunciar. Ele não podia controlar o fato de que ela mandaria aquela mensagem. Ele não podia controlar como o corpo dela iria apresentar sinais”.

Jordan, continuou Boylan, “deixou dois tipos de marca em Cecilia Washburn naquela noite, as marcas físicas e as marcas psicológicas. E essas marcas... contam a vocês uma história do que aconteceu naquele quarto tão seguramente quanto se houvesse uma câmera lá. A primeira é a marca que ele deixou no peito dela. Ele não tinha nenhuma explicação para isso, porém ela estava lá... As lesões genitais, como vocês viram, podem ser minimizadas de várias maneiras”. Boylan admitiu que essas feridas não eram uma prova irrefutável como uma arma do crime. Mas o trauma que Cecilia sofreu deixou uma marca psicológica inconfundível. “Podem chamar de transtorno de estresse pós-traumático”, disse Boylan, “podem chamar de ansiedade de longo prazo, podem chamar do que quiserem — a defesa pode negar o diagnóstico, no entanto não se podem refutar os sintomas, os sintomas que todos na vida dela viram.”

Antes de 4 de fevereiro de 2012, observou Boylan, Cecilia Washburn “era alegre, sociável, extrovertida. Ela não tomava remédios. Ela não precisava de aconselhamento. Ela era uma jovem normal que conquistou uma vaga num programa acadêmico extremamente concorrido e muito exigente. Depois de 4 de fevereiro, ela passou a lutar... E ficou absolutamente estabelecido que mudou de forma drástica após aquele dia”.

Cecilia Washburn, disse Boylan, “não é a rainha do drama histórica que a defesa gostaria que vocês acreditassem que ela era antes de 4 de fevereiro”. Os advogados de Jordan, explicou Boylan, “precisam que vocês acreditem” que Cecilia recai “em um estereótipo muito óbvio de uma mulher histórica, vingativa e enganadora. A mulher doida sobre a qual eles alertaram vocês. Mas não foi

essa pessoa que vocês conheceram neste julgamento”.

O estupro, ressaltou Boylan, é o único crime em que se presume que a vítima esteja mentindo. “Se uma pessoa é assaltada num beco”, perguntou ela ao júri, “nós ficaríamos céticos sobre o depoimento da vítima... só porque não havia nenhuma testemunha ocular?” Nós iríamos duvidar da vítima de um roubo, perguntou Boylan, “porque ela deixou a porta de casa destrancada?”. Não é a vítima que deve ser culpada, argumentou ela, qualquer que seja o crime. É o agressor que deve ser responsabilizado.

Havia razões para acreditar que Jordan era “um jovem decente”, reconheceu Boylan. “Mas ele cometeu um crime.” Ao júri foram apresentadas todas as evidências necessárias “para dar a Cecilia a justiça que ela merece”, disse ela. “Nós pedimos humildemente que vocês condenem esse réu por relação sexual sem consentimento.”

A truculência do advogado David Paoli no tribunal podia ser desagradável. Porém até seus críticos mais ferrenhos provavelmente admitiriam que a intensidade inquebrantável de sua defesa era um feito extraordinário. Quando Paoli começou seu discurso final, sua defesa de Jordan tinha consumido os últimos treze meses de sua vida. Sua tez estava pálida. Ele estava precisando de um corte de cabelo. Pregas inchadas de pele pendiam sob seus olhos, e sua papada caía pesadamente sobre seu colarinho engomado e sobre o nó de sua gravata amarela. Ele parecia que não dormia havia um ano.

Apesar da exaustão, ou talvez por causa dela, o discurso final de Paoli foi feito com uma energia maníaca. Palavras saíam de sua boca como morcegos em pânico se lançando para fora de uma caverna. “É preciso lutar por justiça”, declarou Paoli. “É preciso lutar pela verdade. A verdade não requer uma explicação. A verdade não requer um especialista de Boston.” Jordan Johnson “negou totalmente” o relato de Cecilia Washburn, afirmou Paoli. Os promotores “ficam aqui e usam boa parte da sua abertura para falar sobre o especialista de Boston que está aqui para ser educativo... e sobre como ele é mais bom [sic] e inteligente que todos nós. E depois, por outro lado, eles até os encorajaram a usar seu bom senso, exceto quando se trata do especialista de Boston. Ele é quem sabe das coisas. Achei que foi condescendente e presunçoso da parte deles dizer: ‘Ele sabe tanto do assunto, então vocês precisam dar ouvidos a ele’. Eu não caio nessa. A juíza os instruiu a usar seu bom senso, e eu *espero* que vocês façam isso, porque bom senso é o que se precisa neste caso”.

O ataque de Paoli ao dr. David Lisak foi implacável: “O especialista de Boston era necessário porque há tanta coisa a explicar aqui. Eles querem chamar isso de contraintuitivo”. Ridicularizando a explicação de Lisak do motivo pelo qual as vítimas de estupro com frequência não fogem, ou gritam, ou revidam enquanto estão sendo agredidas, Paoli alertou o júri a não se deixar enganar. Quando as pessoas estão com medo, afirmou ele, elas correm. “Isso é bom senso. Isso não é coisa de especialista de Boston.”

Alguns minutos depois, Paoli disse: “Quero falar a vocês muito rapidamente sobre o ambiente no qual este caso está sendo julgado... É intenso. Essas pessoas estão sob intensa pressão. E a polícia está sob intensa pressão. O Ministério da Justiça está em contato com [o procurador do condado de Missoula] Van Valkenburg e sua equipe... E nós sabemos sobre a política do departamento de polícia — uma política especial que foi instituída como resultado da pressão social

política”. Aquela era a única política da delegacia, afirmou Paoli, que privava as pessoas do seu direito constitucional ao devido processo legal. “E todos nós sabemos das nossas aulas de educação cívica que isso não é certo. Este país não é assim.”

Paoli fez uma pergunta retórica ao júri: “Vocês acreditam na srta. Washburn para além de uma dúvida razoável? Até as pessoas que melhor a conhecem duvidam dela. Não estou sendo maldoso”, disse ele. “Só estou sendo realista.” Citando a mensagem de texto na qual Cecilia dizia “Acho que acabei de ser estuprada”, Paoli declarou: “Ela não sabia! Ela realmente não sabia!”. Se Cecilia não sabia se havia dado consentimento, inquiriu Paoli, como é que Jordan poderia saber? Paoli também mencionou a passividade da jovem durante o suposto estupro e ressaltou: “É bom senso falar do fato de que ela não gritou, não rolou para fora da cama, não se moveu de forma alguma”.

Para desacreditar o relato de Cecilia de como Jordan a imobilizou na cama com o antebraço sobre seu peito, arrancou sua calça, virou-a, abriu sua própria calça e então a penetrou por trás enquanto segurava os antebraços dela, Paoli apresentou um fac- -símile de papelão de Cecilia em tamanho real. “Isto tem 1,72 metro de altura”, disse ele ao júri. “É a altura dela.” Em seguida colocou a réplica da jovem no piso do tribunal, subiu em cima dela e demonstrou como teria sido impossível Jordan fazer o que ela disse que ele tinha feito — ignorando o fato de que o recorte de papelão era plano, ao passo que tanto Cecilia como Jordan haviam testemunhado que ela estava ajoelhada, com as nádegas erguidas, quando ele a penetrou. Enquanto Paoli fazia essa grosseira encenação do suposto estupro, Cecilia e sua família assistiam da galeria com horror e repugnância.

Em forte contraste com Cecilia, disse Paoli ao júri, “Jordan Johnson testemunhou de forma direta e consistente... Ela quer dar a ideia de que ele é um tipo de animal que aperta um botão e então faz coisas terríveis. E isso não é verdade... Todos vocês viram Johnson... Ele é como todo mundo o descreve. Ele é calado. Ele é contemplativo. Ele não busca os holofotes. Ele não se coloca num pedestal. Ele jogava futebol americano. E nós lhe demos o status. Ele não o abraçou. Ele jogava bem, e nós lhe demos o status, todos nós. E esse é parte do motivo por que ele está aqui. Alto nível. Celebridade. Ministério da Justiça. É por isso que ele está aqui”.

Paoli pediu, mais uma vez, que o júri refletisse sobre o comportamento aparentemente inexplicável de Cecilia logo depois do suposto estupro; comer um sanduíche, responder à mensagem de Brian O’Day com um emoticon de carinha feliz e então levar Jordan até a casa dele sem nenhuma indicação de que acabara de ser estuprada. “São essas coisas todas que eles precisam que o especialista de Boston explique”, disse Paoli com escárnio, “porque isso não mostra em nada esse encontro violento. Em nada... A verdade não requer uma explicação. Tenho certeza de que foi meu pai quem me disse isso. Meu pai era um vendedor de pneus.”

“Protesto!”, declarou a promotora Suzy Boylan. “Excelência, o advogado está testemunhando de novo.”

“Deferido”, concordou a juíza Townsend.

“Já ouvi dizer que, se você está explicando, está perdendo”, continuou Paoli, imperturbável com a interrupção. “Se você constantemente tem que explicar, você não tem provas... E quem mais explica, claro, é o especialista de Boston.”

Ao concluir seu discurso de duas horas, Paoli fez uma pergunta retórica ao júri: por que Jordan

Johnson estupraria Cecilia Washburn sabendo que o amigo com quem ela morava estava sentado logo ali do outro lado da porta do quarto? Por que ele chegaria a pensar em cometer um ato tão imprudente, considerando sua visibilidade na comunidade, sua reputação impecável e tudo o que ele poderia perder? “Isso não faz sentido”, insistiu Paoli.

Depois que David Paoli sentou, o promotor Joel Thompson levantou-se para apresentar a réplica do Estado. “Há muito tempo”, disse ele ao júri, “descobriu-se que, se você repetir algo que não é verdade várias vezes, então as pessoas vão começar a acreditar nisso... O sr. Paoli subiu aqui, e fez a vocês, reconheço, um discurso de encerramento extraordinário, mas enganoso, deturpando muitos fatos.”

Gesticulando na direção de Cecilia Washburn e sua família no público, Thompson observou que Paoli “continua alegando que aquelas pessoas sentadas ali com Cecilia, estando aqui hoje, duvidam da história dela. O que é absolutamente falso”. A família de Cecilia, explicou Thompson, reagiu do mesmo modo que a maioria das outras famílias de vítimas de estupro reage: com choque, descrença e autocrítica. “Foi exatamente isso que o dr. Lisak explicou a vocês como ciência”, disse Thompson. “E o interessante é que o dr. Lisak se torna ‘o especialista de Boston’”, na caracterização depreciativa de Paoli: “Ele não é um de nós... Ele não é daqui. Então não podemos acreditar nele”.

Nenhum especialista no mundo, declarou Thompson, teria credenciais suficientes para satisfazer David Paoli e Kirsten Pabst. “Então chamamos um especialista de Boston para vir aqui. O melhor. O melhor para explicar a vocês a verdade sobre a ciência, pois ela é contraintuitiva e é paradoxal. E o que ele lhes disse neste tribunal, senhoras e senhores, não foi sua opinião. Ele disse o que décadas de pesquisa têm mostrado.” Lisak forneceu ao júri o respaldo científico de que eles precisavam para entender as provas, disse Thompson, enquanto Paoli e Pabst “demarcaram firmemente seu território no lado oposto da pesquisa científica... Eles disseram: ‘Ignorem o que [o dr. Lisak] falou, pois nós precisamos desesperadamente jogar com a sua possível ignorância e sua possível compreensão equivocada dos mitos sobre o estupro’. Essa não é uma forma de alcançar a verdade, senhoras e senhores. Manipular a evidência, deturpar a evidência, não é uma forma de alcançar a verdade”.

Joel Thompson destacou que às vezes processava casos de homicídio. “Um corpo aponta para o modo como foi morto”, disse ele. “Uma gota de sangue aponta para quem a deixou.” De modo similar, disse ele, os hematomas e as marcas vermelhas no corpo de Cecilia “apontam para qual relato é verdadeiro”. A defesa estava tentando pressionar o júri a acreditar no contrário, argumentou ele, porque “a vida do réu está em jogo”.

Thompson advertiu os membros do júri a não absolver Jordan por talvez tenderem a pensar: “O dano está feito. Não quero arruinar duas vidas — uma já está arruinada, não vamos arruinar a outra”. Tal raciocínio seria errado, disse ele, porque “considerações sobre a sentença ou sobre consequências para além de sua decisão [de culpa ou inocência] não são de forma alguma relevantes para o que é verdade. E apelamos a vocês em busca não tanto de justiça... e sim mais de verdade... Sua única responsabilidade é dar um veredicto verdadeiro. O dano feito neste caso não ocorreu neste julgamento. Ele foi feito no estupro de Cecilia Washburn”.

Para determinar a verdade, observou Thompson, “temos que nos basear na evidência... E a melhor evidência é que Cecilia Washburn entrou naquele quarto de um jeito [na noite de 4 de fevereiro de 2012] e saiu de lá uma pessoa muito diferente... Insinuou-se que talvez isso não passasse de uma mentira que saiu do controle. Bem, se isso for verdade, teria de ser uma mentira tramada em questão de... três a cinco minutos”, pois ela mandou aquela mensagem problemática (“Omg, acho que acabei de ser estuprada. ele ficou forçando e forçando e eu disse não mas ele não me deu ouvidos”) menos de cinco minutos depois do suposto estupro.

“Então o que por fim lhes resta, senhoras e senhores, são duas histórias do que aconteceu naquele quarto”, disse Thompson ao júri. De acordo com uma dessas narrativas opostas, um jovem num relacionamento com outra mulher manda mensagem para Cecilia Washburn porque quer transar e acha que ela está ansiosa em fazer sexo com ele. “É sábado à noite”, explica Thompson. “Ele bebeu algumas cervejas e seu amigo lhe diz: ‘Dá um trato nela’.”

Cecilia Washburn, “por outro lado, está cansada, não tomou banho, está com sono, não dedicou nenhum tempo para se lavar, se arrumar ou passar maquiagem”. Embora ela esperasse fazer sexo com Jordan em algum momento no futuro, ela não queria ter relação sexual com ele naquela noite específica. “Ele achou que ia fazer sexo naquela noite”, declarou Thompson, mas “ela não”. Quando Cecilia deixou isso bem claro para Jordan, ele a ignorou e a estuprou. “Para o réu, isso era normal. Nenhuma palavra, nenhuma conversa depois. Ele se dirige ao banheiro, vai embora e as próximas palavras que diz são ‘Bem, valeu’, quando ela o deixa em casa. Ele admite... que a mensagem de texto dela para Stephen Green não faz sentido. E ele tem razão: não faz sentido.” Assim como não faz sentido a angústia emocional testemunhada depois por Stephen, acrescentou Thompson, porque a reação de Cecilia é inexplicável se ela não foi estuprada.

A versão de Cecilia do que aconteceu, continuou Joel Thompson, “envolve a mudança do réu, que passou de gentil e confiável a violento e assustador num piscar de olhos. Ela está num lugar seguro e protegido, com uma pessoa de confiança que jamais a machucaria”. Mas então o réu começa a usar força para conseguir o que veio buscar. “Ela diz não”, continuou Thompson. “Ela resiste. Ela ergue os joelhos. Ela o empurra.”

Jordan, porém, estava decidido a fazer sexo naquela noite, então ele a estuprou. E o trauma desse estupro, disse Thompson, “estava escrito nela toda no minuto em que saiu do quarto”.

Os advogados de defesa, disse Thompson, “querem fazer crer que essa reação emocional irrefutável foi causada quer pela falta de aconchego, quer pela percepção de que o homem... não ia ser seu namorado”. Mas Cecilia Washburn não era uma mulher rejeitada, “ou escondendo uma gravidez, ou tentando obter vantagem num caso de guarda de filho, ou qualquer um dos outros motivos que poderíamos imaginar para levar alguém a fazer uma falsa acusação. Ela não tem nenhum motivo para suportar o que ela e sua família suportaram nesse último ano. E o que eles continuam suportando. Ela não vai sair deste tribunal com tudo resolvido. Vocês viram isso nela. Vocês viram nos amigos e na família dela.

“Não se deixem confundir”, implorou Thompson. “Os advogados sabem que a confusão é o parente mais próximo da dúvida, porque a sensação é parecida.” Mas a confusão que a defesa se esforçou tanto para criar “não é dúvida”, disse ele. O único motivo de Cecilia para denunciar que

Jordan a estuprou foi para responsabilizá-lo pelo que ele fez e para impedir que ele fizesse isso com qualquer outra pessoa. “Esse”, disse Thompson ao júri, “é o motivo de vocês.”

O promotor Joel Thompson terminou sua réplica às 13h08 da tarde de sexta-feira. Em seguida, a juíza Karen Townsend disse aos doze jurados para pegar suas anotações, dirigir-se à sala dos jurados e começar a deliberar. Enquanto a sala do tribunal se esvaziava, o pai de Jordan Johnson inclinou-se sobre a balaustrada da galeria e abraçou o filho.

Pouco depois das 15h30, foi feito o anúncio de que o júri havia chegado a um veredicto, e as pessoas matando o tempo em volta do tribunal se apressaram para entrar de volta. Chegar a um veredicto em menos de duas horas e meia depois de um julgamento tão longo e complexo era extremamente incomum, e isso pegou quase todo mundo de surpresa. Pouca gente havia antecipado que o júri terminaria de deliberar tão rápido e a maioria dos espectadores havia saído do tribunal para ir almoçar, por isso, quando a juíza Townsend reiniciou a sessão, o público na galeria era de aproximadamente um terço do tamanho do público que estivera ali durante os discursos finais. Jordan sentou-se à mesa da defesa, entre David Paoli e Kirsten Pabst, sem revelar nenhuma emoção. Nem Cecilia Washburn nem seus familiares estavam presentes para ouvir a decisão do júri.

Alguns minutos antes das quatro da tarde, a primeira jurada entregou o veredicto à oficial de justiça, que o leu para o tribunal: “Nós do júri, devidamente convocados e responsáveis por julgar as questões do processo supracitado, apresentamos o seguinte veredicto unânime: Da acusação de relação sexual sem consentimento: Nós do júri, todos nós, consideramos o réu, Jordan Todd Johnson, não culpado”.

Gritos eufóricos de comemoração encheram o tribunal. Jordan, Paoli e Pabst irromperam em lágrimas e se abraçaram. O *feed* do *Missoulian* no Twitter foi inundado de comentários, quase todos expressando apoio a Jordan, Paoli e Pabst e/ou atacando Cecilia Washburn:

INOCENTE! Adoraria que o nome da acusadora fosse divulgado e anunciado por toda parte como foi o de Jordan

Justiça foi feita hoje num caso que jamais deveria ter ido a julgamento.

Paoli é um puta advogado, justiça foi feita

Tomara que a UM agora pare de ficar com uma reputação tão ruim.

@egrizfans: Jordan Johnson declarado inocente... Em notícias relacionadas, Gwen [Florio] agora está aceitando inscrições para um novo bode expiatório.

Missoula te ama Jordy!!!! Estivemos o tempo todo do seu lado!

Agora processem ela até o último dólar... #Retaliação civil

Mulheres que acusam falsamente homens de estupro deveriam ser jogadas na prisão.

Aliviado porque acabou, feliz por ele ter sido declarado inocente. Espero que ele volte a jogar logo para o Griz. Que atraso na vida dele.

Tão feliz porque Johnson foi declarado inocente! Aquela garota parecia só estar atrás de atenção.

Ainda que a UM se desculpasse e se oferecesse para reintegrar JJ, não vejo como ele poderia continuar na UM... #agentelivre

Jordan foi suspenso do time de futebol americano da Universidade de Montana em 31 de julho de 2012 e não treinou nem jogou para os Grizzlies durante toda a temporada de 2012. Imediatamente após o julgamento, ele recorreu da suspensão e na terça-feira, dia 5 de março de 2013, a universidade anunciou sua reintegração ao time, “com efeito imediato”. A maior parte de Missoula ficou exultante por seu retorno ao campo quando a temporada de 2013 se iniciou, em setembro. Em 2011, antes de ter sido suspenso, Jordan havia lançado 2400 jardas e 21 *touchdowns*; corrido 506 jardas e outros quatro *touchdowns*, além de ter levado o Griz a um recorde de 11-3 (vitórias versus derrotas).^{*} Em 2012, sem ele, o recorde do time foi de 5-6. Era a primeira temporada que a UM perdia desde 1985.

Embora o promotor do condado de Missoula Fred Van Valkenburg não tivesse participado do julgamento em si, ele estava à frente do escritório responsável por processar o caso e assistiu à sessão do último dia na galeria. Enquanto o tribunal esvaziava na sexta-feira à tarde e David Paoli e Kirsten Pabst saíam para cantar vitória na frente das câmeras de televisão posicionadas no pátio, Gwen Florio, de caderno na mão, aproximou-se de Van Valkenburg perto da balaustrada para perguntar o que ele achava do veredicto. “O resultado aqui é um veredicto de ‘não culpado’”, resmungou Van Valkenburg. “*Não* é um veredicto de ‘inocente’.”

Florio incluiu o comentário de Van Valkenburg em um artigo postado no site do *Missoulian* no final daquela tarde. Três semanas depois, Pabst rebateu seu antigo chefe em seu blog pessoal. Van Valkenburg e seus promotores, escreveu ela numa lamentação de 2400 palavras postada no *Pabstblawg*, “estão ressentidos e não têm nenhum respeito pelo veredicto do júri. Eles provavelmente jamais vão admitir que Jordan é inocente, que a decisão deles de levar esse caso à justiça foi prematura e errada”.

Pabst alegava nesse post do blog que o gabinete da procuradoria do condado de Missoula decidiu levar à justiça um caso que carecia de mérito legal por causa da intensa pressão sobre Van Valkenburg exercida pelos investigadores do Ministério da Justiça; ele queria passar uma mensagem de que os promotores de Missoula tinham compaixão pelas vítimas de estupro:

Eu arriscaria um palpite de que, na próxima vez que o gabinete da procuradoria do condado for chamado para decidir se acusações questionáveis devem ser arquivadas, o nome Jordan Johnson vai ressoar no ouvido deles. Espero que, antes de passar uma mensagem para o mundo, eles se prestem, no mínimo, a analisar a evidência disponível; que considerem as consequências permanentes... para todos os envolvidos; que estejam cientes dos custos pessoais e financeiros associados à decisão; e que se lembrem de que, às vezes, as pessoas mentem sobre abuso.

Conforme se viu depois, observações sobre o veredicto fornecidas por Joanne Fargo,** uma das

sete mulheres no júri, sugerem que Cecilia Washburn talvez tenha de fato dito a verdade sobre o que Jordan Johnson fez a ela. “A srta. Washburn pode ter sido estuprada”, disse-me Fargo dezoito meses após o julgamento. “As provas apresentadas pela promotoria, provenientes do centro médico de estupros no qual a srta. Washburn foi atendida, me pareceram convincentes.” Para Fargo, “a srta. Washburn era totalmente credível. Ela parecia dedicada aos estudos e focada numa carreira. Eu não acredito que ela inventou a história por vingança ou algum tipo de maldade. Ela parecia inteligente demais para tentar lucrar com falsas acusações” contra Jordan.

“Com base no testemunho apresentado”, ponderou Fargo, “fiquei com a impressão de que [Jordan Johnson] perseguiu [Cecilia Washburn]. Ele ligou várias vezes antes de ela concordar que ele viesse à sua casa. Ela não tinha se preparado para o encontro. Parece-me que, se quisesse seduzir o *quarterback*, ela teria tomado banho.” Se Jordan não passasse de “um bruto”, acrescentou Fargo, em vez de forçar as coisas com Cecilia, ele teria se “guardado” para Kelli Froland, a mulher com quem ele alegava querer ter um relacionamento sério.

No entanto, embora Fargo acreditasse que Jordan poderia ter estuprado Cecilia, ela também acreditava que o júri tinha chegado a um veredicto correto. A defesa levantou dúvidas razoáveis, disse ela, “sobre se o sr. Johnson estava ciente... de que o sexo não era consensual” e o veredicto foi “baseado totalmente na letra da lei, conforme as instruções da juíza [...] Ninguém pode realmente ter certeza sobre se a srta. Washburn deixou clara sua intenção para ele”. De acordo com Fargo, foi difícil para o júri “saber na hora” se Jordan “aceitou um ‘não’ como não. Ele causou uma impressão visível em todo o tribunal quando declarou que ‘ela gemeu’” enquanto eles estavam fazendo sexo, o que o júri interpretou como um sinal de que Cecilia Washburn estava gostando do encontro sexual.***

Fargo disse que o testemunho sobre a camisinha também foi “um ponto-chave no processo de tomada de decisão”. A maioria dos jurados acreditou em Jordan quando ele testemunhou que Cecilia perguntou se ele tinha uma camisinha, explicou Fargo: “O testemunho de Cecilia foi ambíguo. A defesa defendeu claramente esse fato. Jordan disse que não tinha uma camisinha. A resposta dela foi de que estava tudo bem”, o que os jurados entenderam como uma expressão de consentimento.

Não houve unanimidade sobre o veredicto inicialmente. “Quando os primeiros papéis da votação foram recolhidos” na sala do júri, disse-me Fargo, “apenas três ou quatro pessoas votaram ‘culpado’.” Mas, depois de “mais uma discussão e uma segunda votação”, onze dos doze jurados estavam convencidos de que Jordan deveria ser absolvido. Quando por fim a única defensora do veredicto de culpado foi persuadida, de acordo com Fargo, “os poucos [jurados] que a estavam questionando foram bastante respeitosos com as opiniões dela. Eu fiquei convencida de que ela estava à vontade ao mudar seu voto durante a cuidadosa troca de ideias”.

Embora Paoli e Pabst tenham convencido o júri a absolver Jordan, disse Fargo, “de forma ou maneira alguma eu me senti confortável com o estilo do sr. Paoli ou da sra. Pabst de exercer a advocacia. Eu o caracterizaria como bullying... Para mim, aquilo era mais do que irritante, e diversas vezes fiquei frustrada por isso ter sido permitido, até a exaustão. O ponto é: ora ou outra eles demonstravam alguma coisa. Teria sido mais bem recebido sem aquele teatro todo”.

Segundo Joanne Fargo, Jordan provavelmente se beneficiou do fato de que vários jurados tinham idade avançada o bastante para ficarem perplexos com o comportamento dos universitários modernos, para quem mensagens de texto são o modo padrão de se comunicar. “Mandar mensagem era algo estranho” para alguns de seus colegas do júri, comentou Fargo, então a importância da mensagem que Cecilia enviou a Stephen Green dizendo “Omg, acho que acabei de ser estuprada” poderia muito bem ter se perdido para eles. Eles ficaram desconcertados e indagaram por que “ela não gritou ou correu até seu amigo do lado de fora do quarto”, em vez de se dar ao trabalho de escrever uma mensagem no celular. Fargo, por outro lado, entendia que “enviar mensagem era a forma usual de comunicação de Cecilia. Mandar mensagem sobre o que havia acontecido com ela fazia sentido”.

Servir no júri foi um suplício, enfatizou Fargo. “Foi um julgamento muito longo, tedioso e guiado pelas emoções” que “me ensinou muita coisa sobre mim e sobre os outros. Recebi mais informações do que jamais poderia imaginar. Eu caracterizaria a maior parte da minha experiência como um pesadelo que não faço questão de repetir [...] Eu tinha me preparado para a longa empreitada, mas não estava preparada para o dano que aquilo me causaria em termos emocionais e, ao fim e ao cabo, físicos”. A cobertura da imprensa do “julgamento foi nacional”, disse ela, “e pessoas que eu não conhecia de repente sabiam quem eu era [...] O tribunal estava cheio todo santo dia. Era às vezes uma aglomeração sufocante, principalmente mais para o fim”.

“Eu sentia como se houvesse um alvo pintado em mim”, disse-me Fargo. “As pessoas constantemente vinham e começavam uma conversa — ‘Sei que você não pode discutir o julgamento, mas’ — e em seguida davam sua opinião. Sem exceção, todo mundo tendia para a inocência [de Jordan Johnson]. A srta. Washburn quase sempre era mencionada de forma negativa. Na verdade, fiquei chocada com a ignorância sobre estupro por conhecido [...] Um conceito muito antigo de estupro impera. De acordo com essa mentalidade, só existe estupro em dois casos: no primeiro, um estranho salta do mato; no segundo, não há estupro a menos que a mulher se embrenhe numa luta, até a morte se necessário.”

* Após uma investigação de dezoito meses, a NCAA forçou o time de futebol americano a anular suas últimas cinco vitórias da temporada de 2011; como consequência, o recorde oficial dos Grizzlies passou de 11-3 para 6-3. Mas a sanção não teve nenhuma ligação com o escândalo dos estupros. Ela foi imposta por inúmeras violações das regras da NCAA, e a mais grave delas foi o fato de se ter permitido que dois jogadores do Griz, Trumaine Johnson e Gerald Kemp, recebessem representação jurídica gratuita quando estavam sendo acusados de obstruir um agente da lei, além de perturbação da ordem pública e resistência à prisão depois que a polícia foi chamada para pôr fim a uma festa no apartamento de Trumaine. Houve um tumulto, durante o qual Trumaine e Gerald foram contidos pelos policiais com armas de eletrochoque e levados para a prisão. A advogada que forneceu a representação gratuita foi Darla Keck, uma sócia do escritório de advocacia de Milt Datsopoulos.

** Pseudônimo.

*** Afirmar que uma suposta vítima de estupro gemeu parece ser uma forma eficaz de convencer policiais, promotores, juízes e/ou jurados de que o sexo foi consensual e não um ato de estupro, ainda que as pessoas possam gemer de medo ou dor, assim como de prazer. Mas a defesa do “gemido” funcionou para Jordan, funcionou para os quatro jogadores de futebol americano do Griz acusados de estuprar Kelsey Belnap em 2010 e funcionou para Jameis Winston, o *quarterback* da Universidade Estadual da Flórida vencedor do troféu Heisman, quando ele foi acusado de estuprar uma aluna em dezembro de 2012. Dois anos mais tarde, quando Jameis foi questionado durante uma audiência de conduta estudantil sobre “de que maneira, verbal ou física”, a mulher deu consentimento, ele alegou que ela o fez ao “gemer”. Winston foi absolvido de má conduta.

A defesa do gemido nem sempre, porém, é bem-sucedida. Quando Kaitlynn Kelly acusou o aluno da UM Calvin Smith de estuprá-la, em

outubro de 2011, Calvin disse que parte do motivo que o levou a acreditar que Kaitlynn estava consentindo em fazer sexo foi porque “ela estava gemendo”, mas o Tribunal Universitário o declarou culpado de estupro mesmo assim.

PARTE VI

Abalos posteriores

No campo esportivo, cada erro que um jogador comete é apontado e criticado até ser corrigido. Já no campo da vida real, o atleta raramente tem de prestar contas de modo similar... Infelizmente, e demasiadas vezes com repercussões trágicas, atletas não distinguem o certo do errado porque na verdade não fazem ideia do que é certo e do que é errado. As regras não valem. Padrões aceitáveis de comportamento não valem. Pequenas infrações se transformam em grandes infrações, e os adultos fazem vista grossa. Se alguém se mete em encrenca, o primeiro passo é uma figura de autoridade, geralmente na forma de um treinador, livrá-lo do problema.

Quando isso não funciona, sejam eles quarterbacks de ensino médio ou arremessadores profissionais de beisebol, uma de duas coisas acontece. Às vezes, especialmente no ensino médio, a comunidade se une em torno do acusado, querendo acreditar que “garotos são assim mesmo”... Não queremos admitir que, em todas essas histórias, não se trata do indivíduo, ou do esporte em si, mas da cultura que permitimos que se formasse em torno deles [...]

Está em voga agora culpar e condenar atletas. Eles deveriam ser responsabilizados por seu comportamento [...] Mas nós somos tão culpados quanto, permitindo que eles existam num reino próprio e sem nos importar nem um pouco com aquilo em que os transformamos — desde que eles nos tragam a vitória.

Buzz Bissinger

“The Boys in the Clubhouse”

New York Times, 18 out. 2014

Pouco antes de o julgamento de Jordan Johnson começar, o *New York Times* publicou um artigo no qual um dos integrantes do Conselho Administrativo de Montana, Pat Williams, disse: “Houve agressões sexuais, vandalismo, espancamentos por jogadores de futebol americano [...] A universidade tem recrutado valentões demais para o seu time de futebol, e essa bandidagem tem que parar”. Fãs do Griz o recriaram fortemente por esses comentários e fizeram circular uma petição exigindo que ele fosse expulso do conselho.

No dia 10 de março de 2013, nove dias depois de Jordan ter sido absolvido, Williams publicou uma coluna como convidado no *Missoulian* para falar sobre as críticas e tentar salvar seu emprego. Ele escreveu:

Nós de Montana sempre preferimos um discurso franco daqueles que nos representam. Minha escolha de palavras para o repórter foi sincera; escolhi-as para esclarecer minha preocupação com as ações de alunos atletas condenados, que são exceção, mas cujos comportamentos têm prejudicado a segurança pública e pessoal e também marcado nossa universidade [...]

Durante cinquenta anos eu trabalhei para melhorar e aperfeiçoar as oportunidades educacionais para jovens de nosso estado e de todo o país. Como professor e membro do Conselho Administrativo, vou continuar defendendo nossos esforços para educar a próxima geração e formar líderes conscientes. Se fizesse vista grossa para a violência em nossas comunidades universitárias, eu ficaria impedido de buscar tais objetivos.

Uma semana depois, David Paoli respondeu com sua própria coluna. Ela fez Paoli parecer um mau ganhador:

Pat Williams é um amigo meu. Então ele vai entender meu conselho [...]

Williams abusou de sua posição como administrador para atacar de forma ignorante alunos atletas de Montana [...]

Quando foi redondamente criticado por suas declarações bombásticas, ele escreveu uma coluna para se explicar. Pat, quando você está explicando, está perdendo [...]

Mais do que sua linguagem ofensiva, o momento de seu golpe baixo é que preocupa. Suas citações saíram no dia 6 de fevereiro num artigo do *New York Times* sobre um julgamento muito divulgado marcado para começar dali a dois dias. Suas falas sobre “valentões” e “bandidagem” foram impressas dois parágrafos antes de uma discussão sobre se o réu falsamente acusado poderia receber “um julgamento justo em meio a tanta controvérsia”...

As pessoas de Montana esperam um juízo honesto e sensato e também respeito de seus representantes. As pessoas de Montana não esperam comentários levanos para o *New York Times* a fim de aumentar o frenesi e jogar mais lenha numa fogueira já bastante quente [...]

Williams não é racista. No entanto, seu uso dos epítafios raciais [sic] “valentões” e “bandidagem” é racista. Qualquer um que morou em DC ou Seattle ou Berkeley ou qualquer outro lugar sabe muito bem que o uso dessas palavras tem conotações raciais graves e dolorosas. O uso desses insultos raciais exige um pedido de desculpas.

Cinco dias depois de o artigo de Paoli ter saído, o *Missoulian* publicou uma réplica do ex-juiz do

Superior Tribunal de Montana Terry Trieweiler, um dos advogados mais respeitados do estado:

O advogado de Missoula David Paoli é um amigo meu. Então tenho certeza de que ele não vai se ofender com minha opinião sobre o que ele caracterizou como “conselho” para Pat Williams [...]

Antes de começar minhas observações, permitam-me destacar que durante toda a minha vida fui fã de futebol americano universitário. Esse esporte pagou a minha educação universitária. Além disso, há muitos anos sou associado com ingressos para temporadas inteiras dos Grizzlies.

Ainda assim, fiquei perplexo com a reação de muitos fãs dos Grizzlies aos comentários de Williams em que descreve demasiados jogadores do time como “valentões” e fala de seu compromisso, como administrador, de acabar com a “bandidagem”.

Paoli detonou os comentários de Williams chamando-os de “ignorantes”, “abusivos de sua posição como administrador” e injustos para com seu cliente. Para garantir, ele recorreu a leves acusações de racismo, ainda que a palavra empregada por Williams seja neutra em termos raciais e que os agressores aos quais ele se referiu sejam tanto negros como brancos.

Parece-me, por outro lado, que qualquer um que não reconheça os problemas descritos por Williams não estaria apto para servir como administrador e que a verdadeira “ignorância” é demonstrada ao se atacar o mensageiro por sua mensagem desagradável.

Talvez seja útil lembrar a conduta ao longo dos últimos cinco anos que ele corretamente caracterizou como “bandidagem”.

Ela inclui um tiro fatal dado por Jimmy Wilson e a recusa do seu companheiro de equipe Qwenton Freeman em participar da investigação, ainda que ele tivesse testemunhado o ocorrido, culminando na absolvição de Wilson e no retorno de ambos ao time; inclui as várias condenações de Freeman por atos de violência e sua expulsão definitiva do time; o roubo armado de Freeman com a ajuda de vários outros jogadores; as agressões brutais em um aluno no campus por outros dois jogadores; a agressão violenta de Trumaine Johnson e Andrew Swink em outro aluno; a obstrução de um agente da lei por Johnson e Gerald Kemp; o estupro que Beau Donaldson cometeu contra uma amiga; o suposto envolvimento de vários jogadores em um estupro coletivo; o reconhecimento pelo presidente da Universidade de Montana, seguido de uma investigação independente, de que diversos jogadores estiveram envolvidos em agressões sexuais; e o recente espancamento brutal e roubo de um funcionário de uma loja de conveniências por um ex-jogador com histórico de outros atos violentos e ilegais. Acrescentem-se a isso várias outras agressões sexuais a mulheres por alguns desses mesmos jogadores.

Nesse mesmo período, sete jogadores foram presos por dirigir sob a influência de álcool e drogas — dois dos quais eram infratores reincidentes.

Como resultado dessa história, a universidade está sendo investigada pela NCAA, pelo Ministério da Justiça e pelo Escritório de Direitos Civis do Ministério da Educação.

Se as pessoas que matam, estupram, espancam, roubam e assaltam outras não são bandidos, então são o quê? E quanta bandidagem é necessária para que um membro do Conselho Administrativo possa ter liberdade de dizer que precisamos fazer algo a respeito?

Embora seja verdade que o cliente de Paoli foi recentemente absolvido das acusações feitas contra ele, Paoli dá crédito demais a si mesmo e à absolvição quando infere que a absolvição de um único jogador justifica o programa inteiro, ou torna menos verdadeiros os comentários de Williams [...]

Por mais alarmante que esse padrão de conduta de cinco anos seja, o maior problema no longo prazo virá da cultura de presunção, que faz com que jogadores aqui, e em outros lugares, achem que não precisam prestar contas de sua conduta por causa de sua habilidade atlética e da reação instintiva de apoiadores do programa, incluindo Paoli, a qualquer um que questione onde e como as coisas poderiam ter dado errado.

Não há ninguém mais qualificado para servir no Conselho Administrativo que Pat Williams. Ele passou a vida a serviço da educação pública e já estava defendendo a Constituição, inclusive os direitos do acusado, com algum custo político, muito antes de a maioria dos seus detratores passar a se interessar pelo sistema penal. Achar, porém, que sua nomeação poderia ser prejudicada por causa de comentários que foram não só honestos como mais do que necessários sugeriria um erro de cálculo da parte de Pat Williams — sua crença de que a maioria das pessoas de Montana aprecia uma “conversa franca”.

Em 2012, o governador Brian Schweitzer nomeou Williams para o Conselho Administrativo de Ensino Superior de Montana para um mandato até 2019, mas a nomeação precisava ser confirmada pelo Senado estadual. No dia 20 de março de 2013, o Comitê de Educação do Senado de Montana realizou uma sessão para debater a confirmação de sua nomeação, e a maior parte do tempo foi utilizada para discutir os comentários de Williams no *Times*. Jim Foley, que fora forçado

a renunciar do cargo de vice-presidente de relações externas da UM depois de exercer um papel controverso no escândalo dos estupros da universidade, e que havia trabalhado como chefe de gabinete quando Williams era deputado dos Estados Unidos, pronunciou-se contra a confirmação de Williams. As declarações publicadas de seu ex-chefe, bradou Foley, “eram cruéis e prejudiciais, tanto para os cidadãos deste estado como para os milhares de alunos atletas da UM e ex-alunos da UM por todo o país [...] Basta desses xingamentos contra jovens que na maior parte dos casos não podem se defender de palavras”.

No dia 4 de abril, o Senado de Montana votou a confirmação de Pat Williams. O resultado foi de 26-23 pela rejeição de sua nomeação, e ele foi afastado do Conselho Administrativo.

Dez dias depois do término do julgamento de Jordan Johnson, Allison Huguet estava na casa de seu pai, em Missoula, assistindo ao noticiário das cinco quando ficou sabendo, por uma reportagem transmitida pela filial local da NBC, que Beau Donaldson havia entrado com um pedido para que a Divisão de Revisão de Sentença do Superior Tribunal de Montana reconsiderasse a sentença que ele havia recebido por estuprá-la.

Allison ficou chocada. Para evitar um tribunal do júri e uma possível sentença de até cem anos na prisão, em setembro de 2012 Beau havia assinado um acordo judicial com o estado de Montana no qual concordava em se declarar culpado de estuprar Allison Huguet em troca de uma garantia de que não seria sentenciado a mais de dez anos na prisão estadual. O acordo incluía uma condição que prescrevia de forma inequívoca que, “ao assinar e aceitar o benefício do presente acordo, o réu renuncia expressamente a qualquer direito de recorrer [...] O réu também renuncia a qualquer direito de solicitar uma revisão de sentença”.

O estado havia cumprido sua parte do acordo em 11 de janeiro de 2013, quando a juíza Karen Townsend sentenciou Beau Donaldson a dez anos na prisão estadual. No entanto, Beau estava tentando anular sua promessa de não recorrer de sua sentença ao tribunal superior.

A Divisão de Revisão de Sentença, formada por três juízes, concordou em realizar uma audiência para reconsiderar a sentença de Beau. Esses juízes poderiam decidir por reduzi-la. Mas eles também poderiam decidir por aumentá-la, então pedir a revisão tinha seus riscos. Milt Datsopoulos, o advogado de Beau, disse que seu cliente estava disposto a correr esse risco porque “sentíamos muito fortemente” que a sentença era “claramente excessiva”.

A audiência de revisão foi realizada no dia 2 de maio de 2013, em uma pequena sala da Prisão Estadual de Montana em Deer Lodge, onde Beau estava preso. Milt Datsopoulos falou primeiro à corte. Ele sentia que a sentença era excessiva porque a juíza Townsend “falhou ao não dar a opção de uma sentença no Departamento de Correções em vez de determinar uma sentença diretamente na Prisão Estadual de Montana”.

Datsopoulos argumentou que a sentença imposta não levava em conta a necessidade de reabilitar Beau, de ajudar a impedir que ele se tornasse reincidente. “Diferentemente de muitos atletas famosos”, disse Datsopoulos ao tribunal, Beau “era um bom aluno [...] Era uma pessoa de valor, caráter, capacidade, e não era uma ameaça à comunidade.” Se não fosse pelo álcool, insistiu ele, “esse jovem não estaria na prisão. Toda a sua vida, quase, impecável [...] Encarcerá-lo na

prisão estadual não era necessário”, reafirmou Datsopoulos; isso era “evitável” se, em vez disso, fosse permitido que ele cumprisse a pena no Departamento de Correções.

Depois de Datsopoulos, Beau Donaldson falou ao tribunal: “Eu realmente assumo a responsabilidade pelos atos que cometi... e pela dor que causei. E, apenas sinto que, se tiver a oportunidade de ser sentenciado ao Departamento de Correções, posso não apenas me reabilitar, como me tornar uma pessoa melhor”.

A mãe de Beau, Cathy, testemunhou que ele “sempre foi uma pessoa boa [...] Ele foi criado assim [...] Sim, de fato ele precisa ser punido. Mas ele também precisa de uma chance. Ele tinha pouco menos de 21 anos quando tomou uma decisão muito, muito ruim [...] Quando meu filho põe uma coisa na cabeça, ele vai lá e faz. Seu objetivo é ter uma vida. Meu objetivo é que ele termine sua formação universitária, encontre a felicidade, se case, tenha filhos, seja um pai maravilhoso. Não sou tão nova quanto gostaria. Mas eu gostaria de poder estar viva para ver isso. Eu rogo e rezo para que vocês tenham lido e analisado tudo, e tenham os olhos e o coração abertos. Porque há um prato faltando na minha mesa de jantar, e eu o quero de volta”.

Cathy Donaldson disse aos três juízes que “a sentença de Beau é a nossa sentença. Sou egoísta. Quero vê-lo num programa em que ele possa receber a ajuda de que precisa. Não quero vê-lo sentado numa cela sem ter a oportunidade que merece”.

Larry Donaldson, pai de Beau, afirmou ao tribunal que Beau “é a única pessoa que tem sido totalmente honesta desde o primeiro dia [...] Ele jamais se afastou da verdade”. Quando Beau ligou da prisão para avisar que fora detido, contou Larry, “ele me disse: ‘Se eu fiz algo errado, pai, eu preciso assumir a responsabilidade’... Ele é uma grande parte da vida de muita gente. Apenas deem uma chance a ele [...] Eu te amo, Beau”.

Quando chegou a sua vez de depor, Allison Huguet começou explicando que “vim hoje não porque queria estar aqui”. Em seguida, ela virou-se na direção de Beau Donaldson e, com a voz embargada de emoção, disse: “Ouvir a sua mãe me deixa arrasada”. Imediatamente depois, porém, sua voz se endureceu, e ela disse aos juízes que a afirmação de Larry Donaldson de que Beau “é a única pessoa que tem sido honesta” não só era falsa, como “um verdadeiro tapa na cara”. Depois da prisão, ressaltou Allison, Beau mentiu para inúmeras pessoas, dizendo que ela havia consentido em fazer sexo com ele na noite do estupro e alegando falsamente que ela fizera sexo consensual com ele em outras ocasiões antes daquela noite.

Ela estava furiosa com a declaração de Milt Datsopoulos de que exigir que Beau cumprisse sua pena na prisão estadual era “evitável”. Ela disse: “Bem, me estuprar também era evitável. E essa foi uma escolha que ele fez”. Allison observou que Beau poderia ter solicitado um julgamento, mas escolheu fazer um acordo judicial. “Não entendo nem por que Beau tem o direito de pedir uma revisão de sua sentença”, disse ela, depois de ter concordado explicitamente em renunciar a esse direito no acordo judicial.

Datsopoulos, lembrou Allison ao tribunal, alegou que “a vida de Beau tinha sido impecável”, pois seus antecedentes criminais não continham infrações graves anteriores. “No entanto”, disse ela, “se vocês analisarem todos os fatos neste caso, vão perceber que Beau tem sim um passado de

comportamento criminoso.” Ela destacou que Beau havia admitido que consumiu álcool enquanto menor de idade; que mentiu para a polícia; que obteve e fez uso ilegal de Adderall, analgésicos e cocaína; e que fora acusado de perturbação da ordem pública, o que o fez parar na cadeia no fim de semana anterior ao que foi preso por estuprá-la. Além disso, Beau tinha agredido sexualmente Hillary McLaughlin.

“Embora Beau possa não ter sido acusado por... esses atos, alguns dos quais são delitos graves”, continuou Allison, “isso não apaga o fato de que esses crimes tiveram consequências bastante sérias para outras pessoas. Está claro que Beau se safou de muita coisa durante seus 23 anos de vida. E preocupa-me que, se essa sentença for reduzida, mais uma vez a mensagem para ele vai ser de que seus atos são aceitáveis.” Milt Datsopoulos, disse ela, mencionou “a idade e o potencial” de Beau como motivos pelos quais sentenciá-lo à prisão estadual era excessivo. O único potencial que Allison via nele, ressaltou, “era um potencial para ferir mulheres. Sendo um jogador de futebol americano jovem e sedutor, Beau tinha — e tenho certeza de que ainda teria — um estoque muito grande de vítimas”.

Allison Huguet disse: “Enquanto crescemos, nos ensinam a ficar longe de estranhos e pessoas assustadoras nos becos... e a não ir a lugar algum sem alguém de confiança. [Mas] e quando é a pessoa em quem você confia que te estupra?... Estou cansada de viver neste inferno”.

Sua família também fora forçada a sofrer o inferno dos desdobramentos do estupro, explicou ela: “Minha mãe, especificamente, não está aqui hoje porque, em termos emocionais, não consegue mais lidar com nada disso. Ela não consegue nem olhar para mim sem ter flashbacks de quando me buscou no meio da rua naquela noite. Ou ouvir minha voz sem ser lembrada dos meus gritos por socorro, ou de quando lhe contei que Beau tinha acabado de me estuprar e estava me perseguindo por um beco”.

Se Beau “estivesse realmente arrependido e entendesse a dor e o dano que havia causado”, disse Allison, “ele saberia que merece a sentença que recebeu, e muito mais. Ele assumiria a responsabilidade por seus atos o tempo todo” e não só enquanto está tentando reduzir sua pena. “Ele não iria permitir que seus amigos e sua família me culpassem ou denegrissem meu caráter pelo que ele fez”, continuou ela. “Estou profundamente frustrada com o fato de que ele acha que merece essa revisão [...] Eu não posso ir até um comitê e pedir que reduzam a dor que eu sinto diariamente; ou acabem com os flashbacks, os pesadelos ou a ansiedade; ou restaurem a minha sensação de segurança e proteção; ou a minha confiança nas pessoas. Eu não posso pedir que devolvam minha inocência e alegria, ou a vida que ele sugou de mim. E, por algum motivo, ele acha que é ele que está sendo punido de forma dura demais?”

Chorando, Allison disse aos juízes: “Na noite em que Beau escolheu esperar até eu estar sozinha, dormindo e indefesa, vir até mim, baixar minha calça, baixar minha calcinha, baixar sua calça, tirar seu pinto e enfiá-lo em mim, ele me deu uma sentença para toda a minha vida — uma vida em que eu tenho de me esforçar todo dia para superar a dor. Alguns dias eu tenho de convencer a mim mesma até de que ela ainda vale a pena. Eu não posso ir a um comitê de revisão e pedir que reduzam a pena perpétua que ele me impôs. Não é à toa que as pessoas dizem que o estupro é o pior crime ao qual uma pessoa pode sobreviver”.

Allison disse que queria que Beau “recebesse ajuda e tratamento. Mas, ao fim e ao cabo, ele tem de ser punido. E a única coisa que é excessiva neste caso é a quantidade de sofrimento que Beau causou”.

Quando Allison terminou, Hillary McLaughlin falou à Divisão de Revisão de Sentença por meio de uma transmissão de vídeo de Great Falls. “Saber que Beau Donaldson quer uma sentença mais leve por agredir sexualmente uma estranha e estuprar uma amiga de longa data é extremamente difícil de entender para mim”, disse ela aos juízes, descrevendo em seguida a tentativa de estupro de Beau contra ela em 2008. Depois do ocorrido, explicou Hillary, em vez de denunciar à polícia, ela tentou “evitar pensar no incidente e apenas esquecer”, sem sucesso.

“Por causa de Beau Donaldson”, disse ela, “eu perdi meu sentimento de bem-estar com quase todas as pessoas que conheço. Eu perdi quem eu era antes de encontrá-lo. Vivo com um medo constante de ser atacada a qualquer momento [...] Estou toda hora olhando por cima do ombro. Eu nunca tinha sofrido de ansiedade, mas agora recebo tratamento diário para isso. Fico nervosa, ansiosa e assustada de uma hora para a outra... Tenho sérias dificuldades para ficar sozinha em minha própria casa. E, apesar de ser uma mulher de 23 anos de idade, tenho medo do escuro. Acordo com pesadelos de que estou sendo atacada, e fico horas a fio sem dormir porque não consigo tirar essas imagens da cabeça. Mesmo enquanto eu estava gritando e mandando ele sair de cima de mim, ele continuou me agredindo sexualmente [...] Estou fadada a viver e a lembrar dessa sensação pelo resto da minha vida. Estou fadada a lidar com medo, raiva, dor, nervosismo e ansiedade.”

Como Allison, Hillary estava chocada com o fato de Beau alegar que sua sentença era injustamente dura. “Acho que saiu muito barato para ele”, declarou Hillary ao tribunal, “e espero que, ao contar minha história, vocês percebam que a sentença máxima de dez anos dele é temporária, enquanto a minha é para sempre.”

O procurador do condado de Missoula Fred Van Valkenburg havia acompanhado Allison a Deer Lodge e, depois que Hillary terminou seu testemunho, ele falou para o corpo de magistrados. “Gostaria de começar”, declarou ele, “dizendo algumas coisas sobre as duas testemunhas que vocês acabaram de ouvir.” Quando a polícia e os promotores de Missoula souberam que Beau havia agredido Hillary McLaughlin, explicou Van Valkenburg, ela ficou “inicialmente muito relutante em se envolver no processo”. Mas acabou entendendo “que seu silêncio era uma forma de aprovar os atos de Beau Donaldson”, e, embora tenha sido difícil e desagradável testemunhar na audiência de sentença dele, ela sentiu que era “seu dever tentar proteger futuras vítimas”.

Quanto a Allison, disse Van Valkenburg, na manhã seguinte a que Beau a estuprou, ela disse a ele que não o denunciaria à polícia se ele buscasse aconselhamento, tratamento por seu abuso de drogas e álcool e tratamento por agressão sexual. Durante os catorze meses que se seguiram, porém, “foi ficando cada vez mais claro para Allison que Beau não tinha nenhuma intenção real de manter essas promessas feitas a ela”. Em vez disso, ele continuou “bebendo, usando drogas, indo a festas, rindo na cara dela quando a viu”.

Por volta dessa mesma época, disse Van Valkenburg ao tribunal, o *Missoulian* publicou vários

artigos citando mulheres anônimas que diziam ter sido estupradas por jogadores de futebol americano da Universidade de Montana. “Allison começou a pensar: ‘Meu Deus, Beau está solto por aí estuprando outras mulheres porque eu não denunciei’”, explicou Van Valkenburg. Então ela foi à polícia e denunciou o estupro, o que resultou na prisão dele. Posteriormente, Beau fez um acordo judicial formal com o estado, e o acordo tinha a seguinte cláusula: “O réu renuncia expressamente a qualquer direito de recorrer” ou de solicitar que sua sentença seja revisada. “No entanto”, lamentou Van Valkenburg, “aqui está ele numa revisão de sentença [...] O tribunal deveria levar isso em consideração.” A sentença recebida por Beau é “razoável dadas as circunstâncias”, observou Van Valkenburg, e “a juíza Townsend refletiu bastante e com afinco” antes de impô-la.

O estado, ressaltou Van Valkenburg, “tinha um caso forte contra Beau Donaldson por causa de sua confissão gravada. Não havia mesmo muitos motivos para negociarmos com a defesa, definitivamente não havia. Mas nós fizemos isso, porque, até certo ponto... sempre que se vai a um tribunal de júri, há um risco.” Demorou bastante para o escritório de Van Valkenburg convencer Allison a apoiar o acordo judicial proposto pelo estado, pois ela achava que trinta anos numa prisão com vinte deles suspensos era uma pena leve demais, disse ele. “Mas uma das coisas que nós lhe dissemos foi” que, se essa sentença fosse imposta, “ela não seria anulada depois, num recurso ou por um comitê de revisão de sentença”.

Beau Donaldson “tinha se colocado na situação em que está agora”, disse Fred Van Valkenburg. “Mas ele fez mais do que isso. Ele manchou terrivelmente a reputação de algo que é uma tremenda fonte de orgulho para o povo de Montana: o programa de futebol americano da Universidade de Montana... e a Universidade de Montana, em geral [...] As matrículas estão diminuindo muito. A universidade teve um déficit orçamentário de 16 milhões de dólares este ano, que vai afetar cada aluno.” E Beau, afirmou ele, “é uma das principais pessoas responsáveis por isso”.

“A juíza Townsend é uma jurista zelosa e sensata”, continuou Van Valkenburg. “Ela impôs uma sentença razoável para esse réu. E eu respeitosa e pediria a vocês que a mantivessem.” Van Valkenburg fez uma pausa por um momento, depois acrescentou: “E admito que não deixa de ser tentador pedir [por uma sentença um pouco mais dura], mas não vou fazer isso. Vou apenas pedir que vocês mantenham a sentença que a juíza Townsend impôs. Obrigado”.

Nesse momento, um dos três juízes repreendeu Milt Datsopoulos por prometer que, se a sentença imposta pela juíza Townsend ficasse dentro dos parâmetros do acordo legal — conforme de fato ocorreu —, ele “não ia fazer a vítima passar por quaisquer outros processos, recursos, revisão de sentença, ou seja o que for”. Então, inquiriu esse juiz, como é que Datsopoulos explicava seu pedido por uma revisão de sentença?

Datsopoulos respondeu que achava que Beau Donaldson merecia uma nova sentença porque o acordo judicial foi “coercivo”.

Era uma afirmação absurda. Ninguém havia forçado Beau Donaldson a aceitar um acordo judicial. Nada o havia impedido de ir a julgamento e ter seu futuro decidido por um júri.

Em Missoula, o futebol americano Grizzly existe num reino à parte, onde há um sentimento generalizado de presunção. Os fãs, treinadores e jogadores da Universidade de Montana, assim

como seus advogados, esperam, e com frequência recebem, um tratamento especial. Datsopoulos havia construído uma prática de advocacia próspera nesse ambiente e parecia acreditar que o compromisso de seu cliente de não recorrer da sentença não deveria ser levado a sério. Porque Beau era do time de futebol americano, a promessa não deveria valer.

Entretanto, nenhum dos três juízes nomeados para a Divisão de Revisão de Sentença pelo Superior Tribunal de Montana era de Missoula. Quando ficou claro para Datsopoulos que eles não estavam impressionados com sua alegação de que Beau fora coagido a fazer o acordo judicial, ele fez uso de uma última manobra desesperada. Tentou convencer os juízes de que Beau merecia uma sentença mais leve porque, quando confessou que estuprou Allison no momento de sua prisão, ele o fez conscientemente sem a presença de um advogado, desse modo “eliminando o potencial” para que Datsopoulos montasse uma defesa eficaz. Essa confissão voluntária, argumentou Datsopoulos, era uma prova de que Beau aceitava a responsabilidade pelo seu crime e queria consertar as coisas.

Talvez. Mas no dia em que Beau foi preso, quando foi à delegacia de polícia e prestou sua declaração a Guy Baker, o detetive tinha acabado de informá-lo de que secretamente gravara sua confissão por telefone a Allison, então Beau já estava ciente de que a polícia sabia a verdade.

Os juízes não se deixaram levar por nenhum dos argumentos de Datsopoulos e mantiveram a sentença imposta pela juíza Townsend: trinta anos na prisão estadual de Montana, com vinte anos de suspensão. Beau poderia solicitar a liberdade condicional em julho de 2015.

É ao mesmo tempo instrutivo e perturbador pensar que o caso de Allison poderia ter acabado de um jeito diferente se o detetive Guy Baker não tivesse obtido uma confissão de Beau. Sem uma admissão gravada de culpa, a procuradora-assistente do condado de Missoula Kirsten Pabst poderia ter determinado que não havia causa provável suficiente para acusar Beau de estupro e se negar a levá-lo à justiça — assim como ela havia se negado a processar Calvin Smith por estuprar Kaitlynn Kelly e assim como o próprio Fred Van Valkenburg havia se negado a processar os jogadores de futebol americano acusados de estuprar Kelsey Belnap.

E, mesmo se Beau tivesse sido acusado, teria sido um caso muito mais difícil de ganhar sem uma confissão. Milt Datsopoulos poderia ter se recusado a aceitar um acordo judicial, levando o caso a julgamento. Na sequência, Beau teria testemunhado que o sexo foi consensual, e Datsopoulos teria feito os amigos de Beau depor de modo a corroborar essa alegação. Nisso o advogado já teria feito um ataque feroz ao caráter de Allison. Não é difícil imaginar um júri sendo convencido de que havia uma dúvida razoável sobre se a jovem havia consentido em fazer sexo naquela noite. Nesse caso, Beau teria sido absolvido, assim como Jordan fora absolvido; e agora seria um homem livre, não reabilitado e não fichado como delinquente sexual, capaz de estuprar de novo.

Allison recebeu inúmeros lembretes de muita gente que continuava acreditando que ela havia acusado falsamente Beau de estupro e que ele era inocente — inclusive de pessoas que ela achava que eram suas amigas. Dois dias depois da audiência de revisão de sentença, uma dessas pessoas, uma jovem que havia crescido com Beau e Allison no bairro Target Range, postou uma mensagem de ódio para ela no Facebook:

Você não entende que está zoando com a vida de outra pessoa, não só por um curto momento, mas pelo resto da vida dela [...] Engole isso e vê se reconhece seus próprios erros, aja como uma porra de uma adulta! Não estamos mais na escola onde as coisas passam em

branco, isso aqui é a vida real. O carma é um filho da puta nojento, e mal posso esperar que ele volte pra te pegar de jeito.

Em maio de 2012, quando o Ministério da Justiça dos Estados Unidos anunciou que estava investigando o gabinete da procuradoria do condado de Missoula, o departamento de polícia de Missoula e a Universidade de Montana por sua resposta insatisfatória às queixas de agressão sexual ao longo dos últimos três anos, a polícia e a universidade concordaram em cooperar totalmente com as investigações. O procurador do condado de Missoula Fred Van Valkenburg, porém, declarou que a procuradoria não iria cooperar e se recusou a permitir que os investigadores federais tivessem acesso aos promotores de seu escritório e aos arquivos de seus casos.

Passado um ano, logo depois do julgamento de Jordan Johnson, o Ministério da Justiça concluiu suas investigações da polícia de Missoula e da Universidade de Montana e anunciou que havia chegado a um acordo formal com ambas as instituições, no sentido de reformular a maneira pela qual elas lidavam com casos de agressão sexual. O Ministério comunicou que seu acordo com a UM era “um modelo que poderia servir de exemplo para campi de todo o país”, e alguns meses mais tarde, um auditor independente relatou que o departamento de polícia de Missoula também estava fazendo “um progresso constante” no cumprimento das mudanças decretadas.

Nesse ínterim, Fred Van Valkenburg permaneceu inflexível em sua recusa de trabalhar em parceria com o Ministério da Justiça, alegando que este não tinha autoridade legal para investigar a procuradoria de Missoula. Autorizar os federais a entrevistar os promotores do condado e examinar os arquivos de seus casos iria estabelecer um precedente perigoso, segundo ele, que permitiria que “a pesada mão do governo” se intrometesse nos assuntos de milhares de procuradorias distritais de todo o país.

Em uma tentativa de convencer Van Valkenburg a abandonar sua obstinação e começar a cooperar com o Ministério da Justiça, em dezembro de 2013 Michael Cotter, procurador federal do distrito de Montana, enviou a Van Valkenburg uma proposta de acordo entre o Ministério da Justiça e o gabinete da procuradoria do condado que iria melhorar “a segurança e a proteção” de vítimas de agressão sexual em Missoula. Ele iria forçar o gabinete a contratar investigadores internos (em vez de depender unicamente do departamento de polícia para investigar casos de agressão sexual); a contratar advogados de vítimas internos; e a estabelecer uma unidade oficial de agressões sexuais. O acordo também iria obrigar os promotores da procuradoria do condado a se encontrar cara a cara com cada vítima que denunciasse uma agressão sexual e exigiria que os supervisores analisassem cada caso que fosse recusado, a fim de garantir que a decisão não tinha sido “indevidamente influenciada” por uma falta de compreensão da “dinâmica da agressão sexual

por conhecido”.

No entanto, o esforço de Michael Cotter de pôr um fim ao impasse de vinte meses do Ministério da Justiça com o gabinete da procuradoria do condado de Missoula teve o efeito oposto. Van Valkenburg interpretou a proposta de Cotter como uma ameaça mal disfarçada de processar o gabinete da procuradoria se ele não concordasse com as exigências do Ministério da Justiça e se ofendeu. Ele basicamente mandou o Ministério da Justiça à merda.

Fred Van Valkenburg solicitou ao Conselho de Comissários do condado de Missoula 50 mil dólares para financiar uma ação judicial contestando o direito do Ministério da Justiça de dar ordens ao seu escritório. Em seu pedido aos comissários, ele argumentou que, ao processar o Ministério, poderia afirmar uma posição importante no sentido de impedir o governo federal de se intrometer em questões jurídicas locais, ao mesmo tempo que iria poupar os contribuintes de Missoula de até 400 mil dólares durante dois anos — sua estimativa de quanto o condado iria gastar para pagar os salários dos funcionários novos que o gabinete da procuradoria seria forçado a contratar se aceitasse as exigências do Ministério da Justiça.

No dia 9 de janeiro de 2014, depois que os comissários se comprometeram a financiar uma ação judicial, Van Valkenburg enviou ao procurador federal Michael Cotter uma carta de seis páginas reiterando sua recusa em seguir os ditames do Ministério da Justiça — o que, segundo ele, iria forçar o gabinete da procuradoria do condado de Missoula a “gastar desnecessariamente milhares de dólares de impostos para fazer o que já faz”. Em vez disso, Van Valkenburg apresentou uma contraproposta: se o Ministério da Justiça largasse do seu pé, a procuradoria do condado se comprometeria a “auxiliar” o departamento de polícia de Missoula e o escritório de segurança pública da Universidade de Montana no cumprimento dos respectivos acordos com o Ministério.

Em outras palavras, Fred Van Valkenburg estava feliz em ajudar os policiais da cidade e da universidade a se submeter ao chicote do Ministério da Justiça, mas de jeito nenhum o gabinete da procuradoria do condado de Missoula se permitiria ser tiranizado pelo governo federal. Além disso, ameaçou Van Valkenburg, se o Ministério não “indicasse afirmativamente nas próximas duas semanas” que estava disposto a aceitar sua contraproposta, ele estava “preparado para tomar as medidas necessárias” a fim de impedir que o Ministério da Justiça impusesse sua vontade em seu escritório.

Considerando a índole notoriamente teimosa de Van Valkenburg, poucos missoulianos ficaram surpresos com seu desejo de jogar areia nos olhos do Ministério da Justiça, mas alguns cidadãos proeminentes acharam que processar o governo federal era uma péssima ideia. No dia 15 de janeiro de 2014, o *Missoulian* publicou uma carta aberta aos comissários do condado escrita por um psicólogo clínico respeitado, Frances Marks Buck, que havia atendido inúmeras vítimas de crimes da cidade. Sob o título “A luta baseada em ego de Van Valkenburg afeta o bem-estar da comunidade”, Buck escreveu:

Em Montana, ao contrário de alguns estados, o procurador-geral do estado não tem jurisdição ou poder de supervisão sobre os promotores distritais do condado. A única “supervisão” é a do eleitorado [...]

Há claros problemas com o funcionamento do gabinete da procuradoria do distrito de Missoula, não apenas com o próprio procurador do distrito, mas também com uma série de promotores distritais assistentes.

Na minha opinião, a posição de Van Valkenburg de não cooperar com o Ministério da Justiça é baseada em ego, não em princípios [...] Ele focou no “direito” de o Ministério investigar, não em como ele, seus promotores distritais assistentes e a comunidade poderiam se beneficiar com as mudanças recomendadas.

Van Valkenburg não se importou com a carta de Buck. No dia 11 de fevereiro, como os federais ainda não tinham cedido e mudado de posição, ele entrou com uma ação judicial contra o Ministério da Justiça, o procurador-geral dos Estados Unidos Eric Holder e o procurador federal Michael Cotter, em busca de “uma decisão que reconhecesse que os acusados não têm autoridade para investigar ou processar o procurador do condado de Missoula ou seu escritório”. Van Valkenburg baseou sua ação na doutrina do *common law* federal de “imunidade absoluta do Ministério Público”, que serve “à mesma finalidade que está na base da imunidade de juízes e jurados”, a saber, “proteger o processo judicial”.

O Ministério da Justiça respondeu à ação judicial 72 horas depois, no Dia dos Namorados americano, divulgando um relatório de vinte páginas, dirigido pessoalmente a Fred Van Valkenburg, que documentava as falhas do gabinete da procuradoria do condado de Missoula em detalhes incômodos, com base em uma investigação abrangente que incluía entrevistas com a ex-promotora Kirsten Pabst, o ex-delegado da polícia de Missoula Mark Muir, nove detetives e policiais de Missoula e mais de trinta mulheres vítimas de agressão sexual. Quando o Ministério da Justiça anunciou sua investigação em maio de 2012, foi dito que pelo menos oitenta supostos estupros tinham sido denunciados em Missoula ao longo dos últimos três anos. Mas os resultados enviados a Van Valkenburg em fevereiro de 2014 revelavam que na verdade 350 agressões sexuais haviam sido denunciadas à polícia de Missoula entre janeiro de 2008 e maio de 2012, um período de 52 meses. Como parte da investigação, o Ministério pediu a um supervisor eminente de uma unidade policial de agressões sexuais e a um promotor eminente de crimes sexuais que analisassem esses casos.

De acordo com o relatório do Ministério da Justiça,

as mulheres nos disseram reiteradamente que os promotores do condado as trataram com indiferença ou desrespeito e com frequência fizeram declarações às mulheres vítimas, aos advogados e ao público com vistas a diminuir a seriedade da violência sexual e minimizar a culpabilidade dos que a cometeram. Soubemos que os promotores não se comunicaram com as mulheres vítimas sobre seus casos, não as informaram das denúncias a serem apresentadas e não recorreram à sua contribuição quanto ao tipo de alívio a se buscar contra o acusado, se condenado. Em muitos casos, os promotores deixaram até de retornar as ligações das vítimas.

Embora a lei de Montana exija que os promotores consultem as vítimas de todos os delitos leves e graves, a investigação do Ministério da Justiça revelou que “o gabinete da procuradoria do condado com frequência negligencia essas consultas junto às vítimas de agressão sexual” e que “as interações *efetivamente* mantidas com as vítimas de agressão sexual muitas vezes fazem com que elas se sintam ofendidas, desconsideradas e desacreditadas pelos promotores”. Em um caso citado no relatório,

um promotor do condado citou passagens religiosas para uma mulher que havia denunciado uma agressão sexual, de um jeito que fez a vítima interpretar que o promotor do condado a estava julgando negativamente por ter feito a denúncia. Advogados nos disseram que promotores do condado “disseram coisas terríveis às vítimas”, incluindo dizer a uma mulher “você quer apenas vingança”.

Uma mulher descreveu sua interação com um promotor do condado como “traumática”. Outra declarou que, quando a ação penal

acabou, ela estava tão frustrada com o tratamento do promotor do condado e com a falta de informações do gabinete da procuradoria sobre desdobramentos cruciais do caso que “jamais recomendaria” que outra mulher tentasse buscar uma condenação por agressão sexual em Missoula. Ela disse ainda que “ficava arrasada” em pensar que outras mulheres tinham de passar por um processo semelhante para que seus casos fossem levados à justiça [...]

[Uma] jovem que fora vítima de estupro coletivo como aluna da Universidade de Montana... descreveu ter se sentido traumatizada uma segunda vez pela experiência de tentar fazer com que o gabinete da procuradoria do condado oferecesse denúncia da agressão. Por ter ficado sabendo dessa experiência, uma amiga dessa mulher não quis denunciar o estupro que sofrera à polícia ou à promotoria. Em outro exemplo, uma psicóloga clínica nos disse que havia aconselhado inúmeras sobreviventes de agressão sexual em Missoula que haviam tentado levar adiante as acusações criminais contra seus agressores e que tinham descrito suas experiências com o gabinete da procuradoria do condado como tão horríveis que, quando a própria psicóloga foi sexualmente agredida, ela ficou relutante em levar o seu caso à justiça.

O relatório alertava: “Como a grande maioria das agressões sexuais é cometida por reincidentes”, o efeito da falha do gabinete da procuradoria do condado em oferecer denúncias estava comprometendo “a segurança das mulheres da comunidade de Missoula como um todo”, pois “os agressores que escapam do julgamento permanecem na comunidade para reincidir”. Em uma observação direcionada especificamente a Fred Van Valkenburg, o relatório do Ministério da Justiça salientava:

Comentários públicos feitos por você sugerem ainda que, no mínimo, a agressão sexual não é uma grande prioridade do gabinete da procuradoria do condado de Missoula [...] Por exemplo, ao responder a perguntas sobre a demora nas decisões de oferecer denúncia, você teria dito que seus promotores analisam decisões sobre oferecer denúncia em casos de agressão sexual “quando têm tempo livre”. Embora posteriormente você tenha tentado explicar que com “tempo livre” queria dizer “tempo adicional”, depois que outras funções de tribunal e litígio fossem concluídas, a declaração parece inconsistente com a investigação e a acusação diligente de abuso sexual [...]

De forma igualmente preocupante, descobrimos que o gabinete da procuradoria do condado de Missoula se recusou a levar à justiça praticamente todos os casos de estupro por conhecido envolvendo uma vítima adulta que estava, no momento da agressão, sujeita a algum tipo de vulnerabilidade maior — por exemplo, nos casos em que a agressão foi facilitada por drogas ou álcool, [...] mesmo quando o agressor confessou ou fez declarações incriminatórias [...]

Por exemplo, uma mulher relatou que fora drogada e estuprada por um conhecido no dia anterior. Os policiais de Missoula obtiveram provas que incluíam uma gravação em vídeo do suposto agressor derramando algo na bebida da mulher. A polícia de Missoula também obteve confissões do agressor de que, embora não lembrasse se tinha colocado algo na bebida da mulher, era possível que tivesse e, conforme ele declarou, “Se eu estivesse tentando fazê-la relaxar, usaria Xanax”. Quando confrontado com a gravação em vídeo, o agressor também declarou: “Minha memória me diz que não, mas não posso desmentir uma câmera de vigilância”. A polícia de Missoula obteve um mandado de busca para a casa do suspeito e descobriu que recentemente ele havia conseguido novas receitas para duas drogas comuns em agressões sexuais facilitadas por drogas, incluindo Xanax. No entanto, o gabinete da procuradoria não quis oferecer denúncia para o caso, citando evidência insuficiente, sem que houvesse, porém, maiores explicações documentadas. Além disso, não encontramos nenhuma indicação de que o gabinete da procuradoria do condado deu alguma orientação aos detetives da polícia de Missoula sobre como obter provas que acreditava que *seriam* suficientes para apoiar uma denúncia nesse caso.

Em 21 de fevereiro de 2014, uma semana depois da divulgação do relatório comprometedor do Ministério da Justiça, Van Valkenburg respondeu com um ataque de cinco páginas que negava veementemente tais acusações. Sua reação ao relatório foi de “frustração, descrença e indignação”, escreveu ele:

Não é coincidência que o Ministério da Justiça divulgou essa carta à imprensa só depois de eu ter entrado com uma ação em tribunal federal pedindo esclarecimentos sobre a autoridade do Ministério. A carta fornecida à imprensa é claramente de retaliação. O Ministério da Justiça está tentando usar a mídia para influenciar indevidamente a opinião pública sobre o tema dos casos de agressão sexual. Trata-se de uma jogada politicamente calculada e irresponsável da parte deles [...]

Há onze promotores na divisão criminal do gabinete da procuradoria do condado, e sete deles são mulheres. Cada promotor é pessoalmente responsável por mais de 125 processos criminais em determinados momentos. Pode-se dizer com segurança que o volume de trabalho dos nossos promotores é alto, especialmente em função do tempo e dos recursos limitados. Apesar desses obstáculos, todas as vítimas de crime têm prioridade, sejam elas mulheres, crianças ou homens. É uma mentira descarada o Ministério da Justiça afirmar que casos de agressão sexual têm menor prioridade.

Muitos missoulianos aplaudiram seu procurador aguerrido por bater de frente com o Ministério da Justiça. Um desses admiradores era o ex-delegado da polícia de Missoula Mark Muir, que havia se aposentado dois meses antes. Em uma coluna publicada no *Missoulian*, Muir referiu-se ao Ministério da Justiça como “a turma jurídica ultraliberal de Washington, do procurador-geral Eric Holder” e afirmou que Fred Van Valkenburg tinha “corajosamente escolhido uma estratégia ousada e sábia ao processar o Ministério da Justiça dos Estados Unidos por seu abuso de poder”.

Mas o apoio à ação judicial de Van Valkenburg estava longe de ser universal. No mesmo dia que ele divulgou sua resposta irada ao relatório do Ministério da Justiça, o *Missoulian* publicou um artigo escrito por Mike Brady, o novo delegado de polícia da cidade, e John Engen, eleito prefeito em 2005; eles argumentaram de forma convincente que a investigação do departamento de polícia de Missoula realizada pelo Ministério e o acordo resultante entre este e a cidade para mudar o modo como as investigações de estupro eram conduzidas tinham tornado Missoula um lugar mais seguro para as mulheres. “Já faz quase um ano que a cidade de Missoula firmou um acordo com a Divisão de Direitos Civis do Ministério da Justiça dos Estados Unidos”, escreveram Brady e Engen, “e nós melhoramos com isso.” Eles ressaltaram que os policiais estavam mais bem treinados para lidar com os desafios únicos do estupro por conhecido, que haviam se tornado mais sensíveis às necessidades das vítimas de estupro e que o departamento havia adotado políticas e procedimentos melhores que aprimoraram grandemente a cooperação da polícia com o escritório da procuradoria do condado e os advogados das vítimas. O departamento de polícia também tinha solicitado uma avaliação externa de seu desempenho “para garantir que estamos sempre melhorando e que somos responsáveis perante os cidadãos que servimos”.

Apesar de não terem explicitado em seu artigo no *Missoulian*, Brady e Engen claramente acreditavam que Missoula seria beneficiada se Fred Van Valkenburg engolissem seu orgulho, deixasse sua ação judicial para lá e começasse a trabalhar com o Ministério da Justiça.

O jogo de forças de Fred Van Valkenburg com o Ministério da Justiça ocorreu no período que antecedeu a eleição para procurador do condado de Missoula, depois de ele já ter anunciado que não iria concorrer à reeleição quando seu mandato se encerrasse, no final de 2014. Em novembro de 2013, enquanto os conflitos entre Van Valkenburg e o Ministério da Justiça aumentavam, a saga tomou um rumo estranho quando Kirsten Pabst anunciou que iria entrar na disputa para substituir seu antigo chefe como procuradora do condado. Ao anunciar sua candidatura, Pabst disse à repórter Emily Adamson, do canal Keci, que o gabinete da procuradoria do condado precisava de “mais cooperação e menos briga”, e em seguida acrescentou: “Acho que acima de tudo o que precisamos é de mais compaixão”.

Vinte meses antes, quando se demitiu do cargo de procuradora-assistente do condado de Missoula, Pabst disse que tinha saído para passar mais tempo com sua “família e cavalos e cachorros”. Mas, um mês depois de deixar o escritório da promotoria, ela pareceu contradizer essa explicação ao se juntar a David Paoli como advogada de defesa do *quarterback* do Grizzly Jordan Johnson. Então, durante a longa preparação para o julgamento e durante o debilitante julgamento em si, ela e Paoli difamaram implacavelmente a suposta vítima de Jordan, Cecilia Washburn, como parte de seu esforço bem-sucedido de persuadir o júri de que Jordan não era culpado.

Durante os últimos seis anos de sua carreira de quinze no gabinete da procuradoria do condado de Missoula, Kirsten Pabst fora responsável por supervisionar a instauração de processos de casos de agressão sexual. A maioria dos casos problemáticos mencionados no relatório do Ministério da Justiça era formada tanto por casos de que ela havia tratado diretamente como por outros geridos por promotores sob o seu comando.

Enquanto fazia campanha para concorrer ao gabinete da procuradoria do condado, Pabst questionou a veracidade das acusações do Ministério da Justiça. E, se alguns casos tinham sido mal administrados pelos promotores do gabinete enquanto ela trabalhava lá, sugeriu Pabst, a culpa era de Fred Van Valkenburg. “Eu estava numa posição em que realmente tentava promover mudanças positivas, mas sempre deparava com obstáculos, e isso dificultava”, disse Pabst à repórter do *Missoulian* Kathryn Haake. “Como procuradora do condado, vou estar numa posição melhor para fazer isso acontecer.”

Contudo, se Pabst ganhasse a eleição e se tornasse procuradora do condado, observou Haake, sua volta ao gabinete como mandachuva provavelmente iria gerar um clima desagradável, tendo em vista as críticas que alguns de seus antigos colegas de trabalho tinham feito sobre as táticas de

Pabst durante o julgamento de Jordan Johnson. Haake destacou:

A promotora-assistente Jen Clark disse que Pabst empregou estereótipos e mitos sobre estupro em sua defesa de Johnson. Clark admite que advogados de defesa usam essas táticas, mas foi um choque ver isso na boca de uma antiga colega e promotora, disse ela [...]

“Nos últimos dois anos, [Pabst] não foi muito engajada como supervisora e mentora”, disse Clark.

Clark também revelou que sua antiga chefe “cortou relações” com outras agências, como a First Step, a Just Response e o escritório de Advogados de Vítimas de Crime.

“Fico preocupada com as futuras relações de trabalho e a comunicação com essas agências, especialmente quando se trata de casos de agressão sexual”, disse Clark.

Em um artigo postado no site BuzzFeed, Katie J. M. Baker relatou que Fred Van Valkenburg desdenhou das tentativas de Kirsten Pabst de negar a responsabilidade pelos problemas do gabinete da procuradoria do condado de Missoula e de jogá-lo na fogueira. “Para mim, as declarações dela de que ‘está na hora de levar o gabinete da procuradoria do condado numa nova direção’”, disse Van Valkenburg a Katie Baker, “não passam de retórica política calculada para ajudá-la a se eleger.” De acordo com Baker, Van Valkenburg disse que, quando era procuradora-assistente, Pabst tinha total liberdade para estabelecer qualquer política que julgasse apropriada: “Ela foi parte integrante da gestão deste escritório durante mais de cinco anos”.

Kirsten Pabst estava concorrendo com dois oponentes numa eleição primária marcada para 3 de junho de 2014. Seus adversários eram Jason Marks, um promotor de justiça criminal assistente do gabinete da procuradoria do condado que havia trabalhado sob a chefia de Pabst de 2007 até ela se demitir em 2012, e Josh Van de Wetering, que havia atuado como advogado pessoal de Cecilia Washburn, *pro bono*, durante o julgamento da Universidade de Montana de seu caso contra Jordan Johnson e o processo criminal de Jordan pelo gabinete da procuradoria. Como os três candidatos eram democratas e não havia nenhum republicano na concorrência, quem ganhasse a eleição primária seria o próximo procurador do condado de Missoula.

Jason Marks havia anunciado sua candidatura em novembro de 2013, uma semana antes de Pabst divulgar que ia entrar na disputa. Ele prometeu cooperar com o Ministério da Justiça, criar novas políticas para a instauração de processo e melhorar a comunicação com as vítimas. Mas a reputação do gabinete ficou tão abalada com a investigação do Ministério da Justiça que, em março de 2014, diversos apoiadores de Marks, incluindo o prefeito de Missoula John Engen, insistiram para que ele suspendesse sua campanha. Dois meses antes da eleição, Marks saiu da disputa, explicando num comunicado de imprensa: “Tem sido difícil separar o meu trabalho, e o de meus colegas, das questões controversas em torno deste escritório e da investigação do Ministério da Justiça. Ficou muito claro para mim que os eleitores sentem que é importante que alguém de fora do escritório se torne o próximo procurador do condado”.

Se os eleitores de Missoula queriam que seu próximo procurador do condado fosse alguém não contaminado pelas falhas do gabinete da procuradoria do condado sob a chefia de Van Valkenburg e Pabst, Josh Van de Wetering parecia estar numa posição perfeita para ganhar a eleição. Embora tivesse trabalhado como promotor do condado de Missoula durante dois anos no início de sua carreira, ele havia saído em 1998, pouco antes de Fred Valkenburg assumir o comando do gabinete, para trabalhar para o Ministério da Justiça como advogado-assistente dos

Estados Unidos. Van de Wetering era um procurador federal bem-conceituado quando se demitiu em 2008 para atuar na esfera privada. Em sua campanha para se tornar o próximo procurador do condado de Missoula, ele prometeu fazer da agressão sexual e da violência contra mulheres “prioridade máxima” e disse que estava ansioso para levar “casos difíceis” a julgamento e permitir que o resultado ficasse a cargo dos jurados.

Kirsten Pabst, porém, não estava disposta a perder a eleição para Van de Wetering. Sua parceria com David Paoli para livrar Jordan Johnson da cadeia a tornara incrivelmente popular entre legiões de fãs do Griz que não viam a hora de vê-la derrotar o advogado que havia representado a acusadora de Jordan — “a mulherzinha que mentiu sobre estupro”, conforme Cecilia Washburn foi descrita por uma fã em um fórum da internet.

Durante a temporada de futebol americano de 2012, quando Jordan foi proibido de jogar porque tinha sido acusado de estuprar Cecilia, o Griz ganhou apenas cinco jogos e perdeu seis. Depois de sua absolvição, durante a temporada de 2013 — que estava em curso quando Pabst anunciou sua candidatura —, Jordan levou o time a dez vitórias, três derrotas e à pós-temporada da FCS. Essa reviravolta dramática não passou despercebida para Pabst ou qualquer outra pessoa em Missoula. Diversas vezes ela se gabou do seu papel na absolvição de Jordan ao longo da campanha eleitoral e deu um destaque proeminente ao veredicto em seu site.

Embora tenha trabalhado lado a lado com Paoli na defesa de Jordan, Pabst não se associou ao escritório de advocacia dele. Mas, mesmo exercendo a advocacia sozinha, numa empresa de uma só mulher, ela alugou um espaço no escritório de Paoli, e, quando decidiu concorrer à procuradoria do condado de Missoula, ele voluntariou-se para coordenar sua campanha. Para levantar fundos para ela, ele criou um comitê de ação política que batizou de Montanians pela Verdade, Diversidade e Trabalho (em inglês, Montanans for Veracity, Diversity and Work, MVDW) — uma referência insolente às iniciais de Van de Wetering. Com o apoio de Paoli, Pabst realizou uma campanha extremamente negativa, atacando Van de Wetering sem descanso.

Em uma demonstração impressionante de atrevimento, tendo em vista seus ataques a Cecilia Washburn no julgamento de Jordan Johnson e sua relutância em levar à justiça casos de estupro quando era procuradora-assistente do condado, Pabst usou sua demissão do gabinete da procuradoria em março de 2012, pouco antes do início da investigação do Ministério da Justiça, para retratar a si mesma como reformadora e defensora de vítimas de longa data. Em um questionário para candidatos, ela explicou os motivos pelos quais estava concorrendo ao cargo de procuradora-chefe:

O próximo procurador do condado de Missoula precisa de liderança, experiência e visão para levar o escritório em uma nova direção. Precisamos restabelecer a confiança do público por meio de prestação de contas, educação e transparência. Está na hora de esta comunidade dividida começar a sarar [...] Comprometo-me com uma melhor prestação de serviços às vítimas de crimes... mediante cooperação, comunicação e compaixão.

Compaixão, enfatizou Pabst, seria um de seus principais objetivos se fosse eleita:

As vítimas de crimes são lançadas no processo judicial sem que tenham culpa. Compaixão significa que precisamos tratar as vítimas do modo como trataríamos nossa própria família, conscientes do seu trauma e do seu medo ao mesmo tempo que as ajudamos a passar pelo

sistema penal, sem perder de vista a objetividade.

Com a ajuda do comitê de ação política MVDW criado por Paoli, Pabst recebeu 29 mil dólares em contribuições de campanha, mais de três vezes o total de Van de Wetering, que não foi apoiado por um comitê. Entre os contribuintes mais generosos para sua campanha estava o colega advogado de defesa de Paoli e apoiador do Griz, Milt Datsopoulos. Quatro dias antes da eleição, o MVDW enviou milhares de panfletos por correio perguntando “Podemos confiar em Josh Van de Wetering como nosso procurador do condado?”. A resposta, segundo o MVDW, era não.

Em 3 de junho de 2014, depois que os missoulianos foram às urnas e os votos foram computados, Pabst recebeu 7762 votos, Van de Wetering, 4559 votos e Jason Marks, 1018 votos. Kirsten Pabst foi declarada procuradora do condado de Missoula, e seu mandato de quatro anos estava programado para começar em 1º de janeiro de 2015.

Seis semanas depois da eleição, o comissário de práticas políticas de Montana, Jonathan Motl, determinou que o MVDW havia violado conscientemente a lei de Montana ao não divulgar os gastos da campanha nos últimos dias que antecederam a eleição de Pabst. Motl declarou que foi negado tanto a Van de Wetering como ao público o direito de saber, antes da eleição, quanto exatamente Pabst havia gastado em ações como a postagem dos panfletos que caluniavam Van de Wetering. Para Motl, a violação das leis de práticas de campanha de Montana por Paoli e pelo tesoureiro do MVDW, J. Michael Barrett, “foi uma escolha deliberada”.

Paoli e Barrett foram obrigados a pagar uma multa, mas o valor ainda estava sendo negociado mais de oito meses após a eleição. Apesar de Pabst dividir um escritório com Paoli e eles terem trabalhado juntos na campanha dela, Motl não descobriu nenhum documento ou outra evidência forte que indicasse que Pabst e Paoli haviam “coordenado” os gastos das contribuições de campanha. Os resultados das eleições permaneceram sem contestação, e Pabst não foi penalizada de nenhuma forma.

Em 10 de junho de 2014, uma semana depois de Kirsten Pabst ter sido eleita procuradora do condado, Fred Van Valkenburg, já sem forças em fim de mandato, cedeu ao inevitável, abandonou relutantemente sua ação judicial contra o Ministério da Justiça e concordou em seguir suas diretrizes para melhorar a instauração de processos de casos de agressão sexual. No entanto, em um evento público em comemoração ao acordo, Van Valkenburg subiu ao palco e fez saber que não havia entregado os pontos de bom grado.

Ainda insistindo que o Ministério da Justiça não tinha jurisdição sobre seu escritório, Van Valkenburg queixou-se de que o relatório impiedoso publicado quatro meses antes pela procuradora-geral assistente interina dos Estados Unidos Jocelyn Samuels “era a coisa mais sem profissionalismo que eu já vi na minha prática de advocacia em 41 anos. Fico profundamente magoado em ver minha equipe sendo difamada [...] Mal posso dizer quantas noites passei sem dormir pensando em como isso foi acontecer. Por que o Ministério da Justiça dos Estados Unidos fez o que fez aqui?”.

Enquanto Van Valkenburg dizia essas palavras, Jocelyn Samuels estava a poucos metros de distância. Depois que ele terminou de falar, ela deixou claro que discordava de sua avaliação a

respeito das investigações do Ministério da Justiça. Se a ação judicial não tivesse sido retirada, e se o Ministério tivesse sido forçado a ir a julgamento, declarou Samuels, “estou confiante de que teríamos ganhado.* Dito isso, hoje é um dia para olhar para a frente”.

* Jocelyn Samuels provavelmente está certa. Um artigo bem fundamentado intitulado “Melhorando a instauração de processos de casos de agressão sexual”, de Amy Knight Burns (publicado na *Stanford Law Review Online* em julho de 2014), argumenta com rigor que o Ministério da Justiça tem, de fato, autoridade legal tanto para investigar como para processar o gabinete da procuradoria do condado de Missoula. Embora reconheça que “promotores geralmente têm imunidade significativa por suas escolhas e estão sujeitos a pouca supervisão”, Burns declara que “o procurador do condado de Missoula... é uma autoridade eleita. Se ele não for obrigado a responder a qualquer investigação sobre sua falha em proteger os direitos constitucionais de um grande eleitorado, uma pequena maioria ou mesmo um número significativo de eleitores poderia continuar apoiando um regime inconstitucional que priva inúmeros cidadãos dos direitos a que fazem jus”.

Quando por fim Fred Van Valkenburg desistiu de sua ação judicial contra o Ministério da Justiça e começou a se preparar para sua aposentadoria, as causas subjacentes ao escândalo dos estupros de Missoula já estavam claras. A Universidade de Montana, o departamento de polícia de Missoula e o gabinete da procuradoria do condado, todos tinham sua parcela de responsabilidade.

Até a atenção da mídia forçar a universidade a agir, suas políticas para lidar com denúncias de agressão sexual eram confusas e, ocasionalmente, contraditórias. Às vezes as autoridades da universidade não comunicavam as agressões sexuais à polícia de Missoula. Às vezes os agentes de segurança do campus não comunicavam as agressões sexuais à polícia de Missoula. No entanto, esses erros foram rapidamente corrigidos depois de reconhecidos. Um problema muito mais espinhoso e embaraçoso era a popularidade do programa de futebol americano da universidade, junto com os milhões de dólares com que ele contribuía para a economia local. A adoração pelo Griz criou uma atmosfera perniciososa de presunção. Treinadores reforçavam o sentimento de privilégio do time ao não denunciar para as autoridades da universidade os atletas acusados de agressão sexual ou outros crimes.

De sua parte, o departamento de polícia de Missoula permitia que estupradores saíssem impunes ao deixar de fornecer treinamento atualizado para detetives e policiais, o que permitia que estereótipos arraigados e concepções equivocadas deploráveis sobre vítimas de estupro comprometessem a eficácia das investigações de agressão sexual. Dando o devido crédito ao departamento de polícia, logo depois que ficou ciente dessas falhas, foram tomadas medidas significativas para corrigi-las, antes mesmo de o Ministério da Justiça iniciar sua investigação. Em março de 2012, por exemplo, o departamento de polícia aprovou uma nova política que exigia que os policiais comesçassem as investigações de agressão sexual acreditando nas alegações das vítimas — a política que Kirsten Pabst e David Paoli condenaram com tanta veemência no julgamento de Jordan Johnson. Além disso, assim que foi anunciada a investigação, o departamento de polícia imediatamente concordou em cooperar com os federais, demonstrando um desejo genuíno de consertar o que estava quebrado.

O que nos leva ao gabinete da procuradoria do condado de Missoula. Ao se apurar a culpa pela crise dos estupros de Missoula, é justo dizer que o gabinete é o maior responsável. Contudo, de modo geral suas falhas não se devem a promotores incompetentes. A maioria dos profissionais do gabinete é na verdade formada por servidores públicos talentosos e extremamente dedicados. Em vez disso, o motivo fundamental do problema foi uma cultura que não os encorajava a investir

agressivamente em casos desafiadores nem lhes dava o treinamento especializado requerido para fazê-lo com eficácia. Ou seja, os muitos casos arruinados devem-se ao fracasso de Kirsten Pabst e Fred Van Valkenburg em dar à sua equipe a orientação, o treinamento e o apoio necessários para ser eficaz.

Conforme destacou o relatório do Ministério da Justiça, a instauração de processos bem-sucedidos de casos de estupro — especialmente os que envolvem estupro por conhecido — requer uma compreensão sofisticada do conhecimento jurídico e científico mais recente. “É indispensável”, advertiu o relatório, “que o Estado e os promotores locais estejam cientes dos mitos sobre o estupro e de como os jurados podem ser influenciados por eles.” Os promotores precisavam entender a base neuroquímica do comportamento contraintuitivo que as vítimas com frequência revelam durante agressões sexuais e nos momentos seguintes. Eles tinham de ser capazes de explicar aos júris por que as vítimas de estupro nem sempre reagem de uma forma que corresponde às expectativas dos jurados e por que elas podem não conseguir recordar os detalhes do ocorrido. Antes do início da investigação do Ministério da Justiça, observou o relatório, “o gabinete da procuradoria do condado quase não fornecia, se é que o fazia, tal treinamento”.

O treinamento inadequado dos promotores, além de ser um entrave para a eficácia do gabinete da procuradoria do condado, impedia que o departamento de polícia desempenhasse suas funções habilmente. Detetives policiais, de acordo com o relatório do Ministério, ficavam “frustrados” com a recusa do gabinete em processar casos aparentemente fortes:

O trabalho dos detetives da polícia de Missoula fica comprometido com o fato de que, mesmo quando eles se utilizam dos recursos para realizar uma investigação abrangente, o gabinete da procuradoria do condado de Missoula com frequência não oferece denúncia. Uma mulher relatou que o detetive da polícia de Missoula responsável por seu caso a informou de que, como “ninguém perdeu um membro e não há um vídeo do incidente”, os promotores “veriam isso [o estupro] como nada mais do que uma garota ficando bêbada numa festa”... Em um caso do início de 2013, um detetive disse tanto à vítima como ao agressor... que o gabinete da procuradoria do condado jamais ofereceria denúncia no caso — apesar de o detetive ter reconhecido para a vítima que ela fora estuprada pelo agressor.

Depois de analisar os arquivos da polícia de mais de trezentos casos de agressão sexual, um especialista do Ministério Público chamado para auxiliar os investigadores do Ministério da Justiça concluiu que, em algumas situações, “os agentes da polícia de Missoula tinham obtido provas substanciais para apoiar uma acusação, mas o gabinete da procuradoria, sem explicações documentadas, não quis levar o caso adiante”. Esse especialista observou que o escritório da promotoria se recusou a processar alguns casos de agressão sexual mesmo quando os detetives forneceram aos promotores uma confissão ou uma testemunha ocular.

Entre 2008 e 2010, toda vez que um policial de Missoula remetia um caso para o gabinete da procuradoria do condado ajuizar, os detetives incluíam um formulário que deveria ser preenchido pelos promotores se rejeitassem o caso, explicando seus motivos para fazê-lo. Porém, os promotores “raramente documentavam sua decisão de arquivar o inquérito de forma consistente”, segundo o relatório do Ministério da Justiça. A explicação mais comum encontrada nos formulários de encaminhamento era simplesmente “evidência insuficiente” ou “corroboração insuficiente”. Em casos remetidos depois de 2010, os investigadores do Ministério da Justiça descobriram que os promotores nem se deram ao trabalho de devolver os formulários. Isso era

extremamente frustrante para os detetives da polícia, pois cabia a eles informar as vítimas de que seus casos tinham sido arquivados, sem receber nenhuma informação específica que pudessem passar sobre o motivo de o gabinete ter se recusado a instaurar um processo.

Em um caso descrito no relatório do Ministério da Justiça, a polícia de Missoula obteve uma confissão de um homem que admitiu ter estuprado uma mulher enquanto ela estava inconsciente. A polícia de Missoula remeteu o caso ao gabinete da procuradoria do condado recomendando que o promotor acusasse o suspeito de estupro, mas a promotoria não quis oferecer denúncia, citando “evidência insuficiente”. Em outro caso, continua o relatório,

a polícia de Missoula obteve declarações incriminatórias de um suspeito que admitiu ter feito sexo com uma mulher mentalmente doente, incluindo declarações de que ele não conseguia “determinar” quanto tempo demorou para parar de fazer sexo com a mulher depois que ela lhe pediu que parasse e lhe disse que ele estava “machucando sua vagina”. A polícia de Missoula remeteu o caso ao gabinete da procuradoria do condado, recomendando que o promotor acusasse o suspeito de relação sexual sem consentimento. Apesar das declarações incriminatórias, o gabinete da procuradoria do condado não quis oferecer denúncia no caso.

A crise dos estupros de Missoula revelou diversas verdades desagradáveis e causou uma boa dose de angústia. Não são poucos os atingidos pelo escândalo que persistem na negação, como Fred Van Valkenburg. Mesmo assim, as reformas motivadas pelas reportagens do *Missoulian* e pela investigação subsequente do Ministério da Justiça foram significativas. As práticas renovadas já aumentaram a probabilidade de que qualquer agressão sexual em Missoula seja levada à justiça com êxito, a despeito de Kirsten Pabst estar à frente do gabinete da procuradoria do condado. O acordo entre Van Valkenburg, o procurador-geral de Montana e o Ministério da Justiça dos Estados Unidos exige que o gabinete da procuradoria do condado de Missoula se submeta a dois anos de supervisão por um “consultor técnico” independente, que vai receber 150 mil dólares para acompanhar de perto a eficácia do gabinete sob o comando de Pabst.

Cabe reiterar, ainda, que as deficiências no âmago do imbróglio de Missoula não eram exclusivas do oeste de Montana. A investigação do Ministério da Justiça identificou 350 agressões sexuais a mulheres que foram denunciadas à polícia de Missoula durante os 52 meses compreendidos entre janeiro de 2008 e maio de 2012. O Departamento de Estatísticas da Justiça estimou que, em 2010, a taxa anual de agressões sexuais a mulheres em cidades com menos de 100 mil habitantes era de 0,27%, o que, no caso de Missoula,^a equivale a noventa vítimas mulheres por ano ou 390 em um período de 52 meses. Isso sugere que, em vez de ser a capital nacional do estupro, Missoula tinha na verdade uma incidência de agressões sexuais ligeiramente menor do que a média nacional. Esse é o verdadeiro escândalo.

Parte do motivo pelo qual tantos estupradores conseguem agredir impunemente é que o sistema penal acusatório dos Estados Unidos “erigiu obstáculos processuais formidáveis à condenação”,^b conforme explica Richard A. Posner em seu livro *The Problems of Jurisprudence*:

Tais obstáculos conseguiram reduzir a probabilidade de condenar inocentes a um nível extremamente baixo, mas o preço é que muitos culpados são absolvidos (especialmente os que têm condições de pagar por advogados de alto nível) ou podem se declarar culpados de crimes muito menos graves do que aqueles que realmente cometeram.

Posner, o jurista mais citado do país, é um republicano que foi nomeado pelo presidente Ronald

Reagan para um assento no Tribunal de Apelação da Sétima Região dos Estados Unidos. E eis o que um democrata liberal, o professor da Faculdade de Direito de Harvard Alan Dershowitz, tem a dizer sobre o sistema penal acusatório americano em seu provocativo livro *The Best Defense*:

Descobri que, apesar da presunção constitucional de inocência, a grande maioria dos réus criminais é na verdade culpada dos crimes pelos quais estão sendo acusados. Quase todos os meus próprios clientes eram culpados [...]

Não sou o único a representar réus culpados. É isso que a maioria dos advogados de defesa faz na maior parte do tempo. A imagem de Perry Mason do defensor heroico de vítimas inocentes de armações ou de identificação equivocada é ficção televisiva [...]

Uma vez que decido assumir um caso, só tenho um objetivo: eu quero ganhar. Vou tentar, por todos os meios justos e legais, livrar o meu cliente — sem pensar nas consequências [...]

Conta-se uma velha história de um advogado que, logo depois de ganhar um caso importante para seu cliente, lhe manda um telegrama dizendo “Justiça foi feita”. O cliente na hora responde com outro telegrama: “Recorra imediatamente”. A história destaca um ponto importante sobre a realidade do sistema jurídico dos Estados Unidos: ninguém realmente quer justiça. Ganhar “é só o que importa” para a maioria dos envolvidos no sistema penal — assim como o é para atletas profissionais. Réus criminais e seus advogados certamente não querem justiça; eles querem absolvições, ou pelo menos sentenças curtas [...]

O juramento de tribunal — “dizer a verdade, toda a verdade, nada mais que a verdade” — só vale para as testemunhas. Advogados de defesa, promotores e juízes não fazem esse juramento — eles não poderiam! Na verdade, é justo dizer que o sistema penal norte-americano é construído sobre um fundamento de não dizer toda a verdade. É o trabalho do advogado de defesa — sobretudo quando representa o culpado — impedir, por todos os meios lícitos, que “toda a verdade” seja revelada.

Como o sistema jurídico complica as coisas muito mais para as vítimas de agressão sexual do que para as vítimas de outros crimes, é mais fácil impedir que toda a verdade apareça quando o réu em questão foi acusado de estupro. É parte do custo do direito constitucional ao devido processo legal.

No entanto, um grupo pequeno mas influente de policiais, promotores e acadêmicos desenvolveu uma série de “boas práticas” que podem ajudar os promotores a ter êxito em mais julgamentos de estupro, mesmo enquanto respeitam escrupulosamente os direitos do acusado. Essas práticas têm sido sistematizadas pela Associação Nacional de Promotores Distritais e pelo Movimento Internacional pelo Fim da Violência contra a Mulher e vêm sendo ensinadas a policiais e promotores de todo o país. Seminários são oferecidos sobre temas como a ciência do trauma, a fim de melhorar as técnicas para entrevistar vítimas de estupro e ajudar os promotores a desconstruir mitos sobre o estupro quando diante de jurados céticos.

Habilidades semelhantes têm sido ensinadas aos responsáveis por julgar casos de agressão sexual nas universidades. Mas responsabilizar estupradores de campus implica uma série de desafios específicos, pois o processo de julgamento universitário não foi padronizado e, portanto, varia de uma instituição para a outra. Poucas faculdades e universidades instituíram sistemas eficazes para investigar e julgar denúncias de estupro, mas em demasiadas instituições de ensino superior o processo de julgamento de casos de agressão sexual parece um caos e não é justo nem para as vítimas nem para os que foram acusados de agredi-las. Algumas das universidades mais conceituadas (Harvard é um excelente exemplo) apresentam as mais disfuncionais e mal elaboradas políticas de agressão sexual.

Em abril de 2014, para incentivar as universidades a enfrentar o problema, o presidente Barack Obama lançou uma campanha intitulada “Estamos juntos” (“Not Alone”), que anunciava um plano detalhado para fornecer às instituições de ensino protocolos para melhorar sua resposta a

agressões sexuais. Alguns dias depois, para aumentar a pressão, o Escritório de Direitos Civis do Ministério da Educação dos Estados Unidos publicou uma lista de 55 faculdades e universidades sob investigação por violar leis federais relativas ao tratamento dado a denúncias de violência sexual. A lista, que desde então aumentou para mais de noventa faculdades, inclui muitas instituições de destaque, entre elas Harvard, Princeton, a Faculdade de Dartmouth, Amherst, a Universidade da Califórnia em Berkeley, a Universidade do Colorado, a Universidade de Denver, a Universidade de Connecticut, a Universidade do Estado da Flórida, a Universidade Emory, a Universidade de Chicago, a Universidade de Boston, a Universidade de Massachusetts em Amherst, a Universidade Estadual do Michigan, a Faculdade Sarah Lawrence, a Universidade do Estado de Ohio, a Faculdade Swarthmore, a Universidade Temple, a Universidade Vanderbilt e a Universidade Metodista Meridional.

Críticos atacaram o plano de administração de Obama, insistindo que as universidades não têm que julgar agressões sexuais. O Conselho Americano de Curadores e Ex-Alunos (em inglês, American Council of Trustees and Alumni, ACTA), uma organização conservadora fundada por Lynne Cheney, esposa do ex-vice-presidente Dick Cheney, tem atuado como um dos críticos mais ferrenhos. Em um comunicado de imprensa de junho de 2014, a presidente do ACTA, Anne D. Neal, escreveu:

Agressão sexual é um assunto sério.

É por isso que o Congresso deveria se opor fortemente aos esforços da Administração Obama e do Escritório de Direitos Civis do Ministério da Educação (Office of Civil Rights, OCR) de reduzir matérias penais a brigadas de sensibilidade nos nossos campi universitários.

Estupro e agressão sexual são crimes e são da alçada da polícia e do sistema penal — não das universidades. A comunidade de ensino superior não tem condições de exercer o papel de juiz, júri e carrasco em questões que requerem o olhar atento de policiais e juristas. Tanto os acusadores como os acusados acabam sendo desrespeitados quando o devido processo legal e as garantias constitucionais do sistema judicial penal são substituídos por investigadores amadores e tribunais universitários ad hoc [...]

O artigo IX — inicialmente centrado na igualdade de gênero nos esportes universitários — tem se tornado um dispositivo generalizado para justificar a intromissão federal maciça. O Congresso deveria tomar medidas imediatas para reverter essa expansão indesejada, a começar com o corte do orçamento do OCR até que o público tome conhecimento e essas questões sejam regulamentadas. O OCR não deveria ter permissão, por exemplo, para diminuir os padrões de evidência, ignorando os princípios constitucionais e o profundo respeito dos americanos pelo devido processo legal — por decreto burocrático [...]

Não surpreende que, quando os alunos admitem que passam a maior parte do tempo dormindo e socializando, como fazem hoje em dia, eles vão preencher o vazio criado por uma falta de rigor e conteúdo acadêmicos com bebedeiras e comportamentos extremos.

Em uma coluna do *Washington Post* publicada em junho de 2014, George Will, autor ganhador do Pulitzer e comentarista do canal Fox News, depreciou os esforços de Obama de tratar do que pejorativamente chamou de “a suposta epidemia de estupro, também conhecido por ‘agressão sexual’, nos campi”. Depois de acusar a Casa Branca de fazer “da vitimização um status cobiçado que confere privilégios”, encorajando, portanto, a “proliferação” das vítimas, Will reclamou:

Agora a administração Obama está saindo em socorro das vítimas de “agressão sexual”. Ela promete arrancar equidade da cultura ambígua de ficadas, esse coquetel de hormônios, álcool e a falsa sofisticação da atual adolescência prolongada de jovens adultos particularmente privilegiados [...] A academia está aprendendo que suas tentativas de criar campi livres de vítimas — tornando todo mundo hipersensível, até delirante, em relação às vitimizações — provocam um aumento da supervisão do estado regulador que o progressismo celebra.

A reação aos comentários de George Will foi mordaz e imediata. “A palavra que eu jamais esperaria ouvir para descrever uma vítima de estupro é ‘privilegiada’”, escreveu Jessica Valenti no *Guardian*. “É preciso um tipo peculiar de ignorância para argumentar que as pessoas que tomam coragem para denunciar que foram estupradas numa faculdade têm algum tipo de benefício.”

Os senadores dos Estados Unidos Richard Blumenthal, de Connecticut, Dianne Feinstein, da Califórnia, Tammy Baldwin, de Wisconsin, e Robert Casey, da Pensilvânia, postaram uma carta on-line para Will, culpando-o pela promoção de uma cultura que permite o estupro:

Você banaliza o drama da agressão sexual, colocando a expressão entre aspas irônicas e tratando esse crime como um fenômeno socialmente aceitável. Ele é na verdade uma epidemia em expansão, e você legitima os mitos que vítimas e advogados de vítimas têm trabalhado incansavelmente para combater há décadas.

Sua coluna reitera antigas crenças sobre agressão sexual que são inconsistentes com a realidade das experiências das vítimas, com base no que temos ouvido diretamente de sobreviventes.

Apesar das formas profundamente falhas com que muitas universidades investigam e julgam denúncias de estupro, é importante não permitir que elas abdicuem de sua responsabilidade institucional e simplesmente encaminhem casos de agressão sexual para as autoridades policiais, conforme a presidente da ACTA, Anne Neal, e outros defenderam. Investigações criminais de alunos acusados de estupro deveriam ser realizadas *para além* do processo disciplinar universitário, não em lugar dele. O sistema judicial penal caminha devagar demais e é limitado por demasiados “obstáculos processuais formidáveis”, como disse o juiz Posner, para punir seguramente estupradores de campi e retirá-los da comunidade acadêmica. Expulsar um estuprador não é um resultado ideal, pois o agressor continua solto, livre para estuprar em outro lugar. No entanto, a expulsão é muito melhor do que nenhuma punição. Pelo menos ela poupa a vítima de ter de viver e estudar bem perto de seu agressor.

A alegação com frequência repetida de que os julgamentos universitários negam categoricamente o direito constitucional dos agressores ao devido processo legal é falaciosa. O processo disciplinar no campus não pode e não deve ser realizado com os mesmos padrões restritivos do processo criminal, uma vez que não resulta em encarceramento nem exige que o estuprador seja fichado como delinquente sexual. Deve-se permitir que autoridades da universidade, assim como autoridades de escolas de ensino médio, expulsem alunos que representam uma ameaça para outros alunos, sem esperar vários meses, ou até anos, para que o sistema penal siga seu curso — um curso que com demasiada frequência não consegue condenar indivíduos culpados de estupro, ou nem chega a acusá-los de um crime.

Não há nada de inerentemente errado com o fato de as universidades se basearem num padrão de evidência mais baixo — a “preponderância da evidência” — como ônus da prova. Uma preponderância de evidência é tudo o que se exige para que o querelante ganhe na maior parte dos litígios civis, mesmo quando o réu foi acusado de um ato ilícito que viola a lei penal. O. J. Simpson foi infamemente absolvido dos assassinatos de Nicole Brown Simpson e Ron Goldman porque o Estado não conseguiu convencer um júri de que Simpson era culpado das acusações criminais para além de uma dúvida razoável. No entanto, quando ele foi considerado responsável pelo homicídio culposo de Goldman em uma ação civil movida pelo pai de Goldman, com base na preponderância

de evidência, poucos americanos acreditaram que o veredicto era injusto.

Todas as faculdades e universidades exigem que os alunos sigam as regras das instituições que frequentam. Se um aluno viola a política da instituição faltando às aulas, colando em provas, traficando drogas ou agredindo sexualmente outro aluno, as autoridades da instituição têm não só o direito como a obrigação de punir o aluno infrator.

Quando um aluno é acusado de agressão sexual, uma universidade precisa dar seu veredicto com muito cuidado, pois o rótulo de estuprador carrega um estigma indelével, e declarar incorretamente a culpa de um aluno pode lhe causar um dano permanente. Mas a universidade precisa tomar o mesmo cuidado para não absolver incorretamente um aluno, visto que fazê-lo transmitiria a mensagem de que ele foi falsamente acusado, estigmatizando de forma injusta a vítima e agravando o trauma do estupro. É fácil esquecer que o dano causado a uma vítima de estupro que é desacreditada pode ser no mínimo tão devastador quanto o dano causado a um homem inocente que é injustamente acusado de estupro. E, sem dúvida, o segundo caso acontece com muito mais frequência do que o primeiro.

Mulheres entre dezesseis e 24 anos de idade correm maior risco de serem agredidas sexualmente do que qualquer outro grupo. A maioria das vítimas de estupro em campi é atacada quando está em seu primeiro ou segundo ano de faculdade, geralmente por alguém que conhece. E é nos primeiros dias e semanas do início da faculdade, quando a aluna caloura ainda está lidando com a complicada transição da posição de garota para mulher, que ela provavelmente corre o maior perigo.

Em vez de se esquivar de suas obrigações legais e morais, deixando para as autoridades policiais a proteção das alunas mulheres, as universidades precisam elaborar procedimentos para julgar denúncias de agressão sexual que sejam uniformes, simplificados e justos para todos os envolvidos. O processo deve identificar rapidamente alunos agressores e impedi-los de reincidir, ao mesmo tempo que garante os direitos do acusado. Estabelecer tal processo será difícil, mas não é um bicho de sete cabeças. O desafio pode e deve ser alcançado, porque não fazê-lo seria inconcebível.

Em 2012 eu soube que Laura Summers,^c uma jovem de vinte e poucos anos de quem minha esposa e eu somos próximos, foi estuprada por um colega quando era adolescente. Alguns anos depois, ela foi sexualmente agredida por outro conhecido; dessa vez o agressor era um amigo de confiança da família. Os homens que a agrediram não só roubaram sua inocência como envenenaram sua compreensão de quem ela era. Eles a transformaram numa espécie de fantasma, presa para sempre no ato da violação.

Na esteira dessas traições, Laura buscou alívio dedicando-se obsessivamente à sua carreira, trabalhando às vezes 48 horas ou mais sem descanso. Ela se entupia de Adderall para ficar acordada e enchia a cara de álcool para pegar no sono, seguindo esse regime durante anos com uma perseverança sombria. Era uma tentativa inconsciente de se aniquilar, hoje ela reconhece, a fim de escapar do desespero que a perseguia sem trégua.

Eu só fui saber que Laura tinha sido agredida, ou estava tão desconsolada, quando ela foi parar em The Meadows, uma instituição do Arizona que trata traumas e vícios. Durante o período que

antecedeu sua ida para lá, Laura se envolveu diversas vezes com homens insensíveis para sexo casual. Ela me disse que, enquanto estava em The Meadows, “tive conhecimento do conceito de ‘repetição do trauma’,^d e meus terapeutas identificaram que minha exteriorização sexual era uma reação ao trauma de ter sido sexualmente agredida — um comportamento autodestrutivo que quase sempre acontecia quando eu estava extremamente bêbada, as mesmas condições das agressões originais”. Ela estava tentando recuperar o controle de sua vida dos homens que a haviam estuprado. Era um esforço angustiante tornar o mundo um lugar seguro de novo.

Laura sofreu intensamente durante muitos anos por causa dessas agressões sexuais. E seu sofrimento, disse ela, foi agravado pelo estigma associado às compulsões prejudiciais que tiranizaram sua existência depois das agressões. Nesse sentido, ela era como muitas outras vítimas de estupro. Seus comportamentos autodestrutivos são muitas vezes apontados como “prova” de que elas não são confiáveis e estão moralmente comprometidas, ou de que mereciam ser estupradas.

Depois que Laura me contou o que havia sofrido, fiquei com raiva de mim mesmo por ser tão desinformado — sobre o drama dela e sobre o estupro por conhecido de modo geral. Então decidi aprender o que podia sobre o assunto. Li muita coisa e procurei sobreviventes de estupros que estavam dispostas a compartilhar suas histórias. Escrever este livro foi o resultado dessa busca.

À medida que o escopo da minha pesquisa se expandia, fiquei chocado ao descobrir que muitas conhecidas minhas, inclusive várias mulheres da minha família, já tinham sido sexualmente agredidas por homens em quem confiavam. Quanto mais ouvia os relatos dessas mulheres, mais perturbado eu ficava. Não fazia ideia de que o estupro era algo tão predominante, ou que podia causar uma dor tão profunda e intratável. Minha ignorância era indesculpável, e isso me deixou envergonhado.

Durante cinco meses entre 2006 e 2007, enquanto realizava pesquisas para meu livro anterior, acompanhei tropas de combate no Afeganistão. Depois que o livro foi publicado, alguns veteranos que vim a respeitar me incentivaram a participar de suas sessões semanais de terapia de grupo. Ao longo dos anos que se seguiram, vários veteranos desse grupo — soldados e fuzileiros navais que tinham servido no Vietnã, no Iraque e no Afeganistão — falaram de forma comovente sobre suas lutas com o estresse pós-traumático. E o que eles descreveram se assemelhava muito com aquilo pelo que Laura estava passando.

Quando comentei isso com Trisha Dittrick, a terapeuta que supervisionava nosso grupo, ela me disse que não estava surpresa. Estupro e guerra, explicou ela, estão entre as causas mais comuns de transtorno de estresse pós-traumático, e sobreviventes de agressão sexual com frequência exibem muitos dos sintomas e comportamentos de sobreviventes de combate: flashbacks, insônia, pesadelos, hipervigilância, depressão, isolamento, pensamentos suicidas, acessos de raiva, ansiedade incessante e uma incapacidade de se livrar da sensação de que o mundo está saindo do controle.

Não existe “cura” para o estresse pós-traumático. Os efeitos de trauma emocional grave, sejam de guerra, sejam de estupro, geralmente são sentidos por décadas. Mas há formas de superar o

trauma e recuperar os prazeres ordinários da vida. O aconselhamento de um terapeuta qualificado certamente pode ajudar. Assim como falar a verdade sobre a natureza indescritível do dano. Por esses meios, Laura Summers conseguiu recuperar o equilíbrio e encontrar alguma paz. Uma parte significativa de seu processo para sarar, disse ela, veio de compartilhar os fatos excruciantes de seu drama com sua família e amigos depois de ter sofrido em segredo por tanto tempo.

Estupradores contam com o silêncio de suas vítimas para escapar impunes. Ao revelar suas histórias e quebrar esse silêncio, sobreviventes de agressão sexual desferem um golpe poderoso contra seus agressores. Inevitavelmente, muitas vítimas que se apresentam vão ser desacreditadas e não vão encontrar justiça nos tribunais, nos salões da academia ou em qualquer outro lugar. Mas, ao falar, provavelmente vão encorajar outras vítimas a contar suas histórias também, e ainda podem descobrir que avançaram na própria recuperação. Ao sair das sombras e revelar o quanto a agressão sexual está presente, mais e mais sobreviventes vão encontrar forças. Essa força coletiva atinge todas as vítimas, mesmo aquelas temerosas demais para falar por conta própria, por erradicar o sentimento imerecido de vergonha tantas vezes vivido no isolamento.

a De acordo com dados de um censo de 2010, a população feminina de Missoula era de 33 456 pessoas.

b A menos que o acusado não possa pagar um bom advogado, claro. Mas isso é tema para outra ocasião.

c Pseudônimo.

d Outro termo para o que Sigmund Freud chama de “compulsão à repetição”.

Lista de personagens

Observação: Um asterisco após o nome indica um pseudônimo.

ADAM DUERK — advogado de Missoula, nomeado promotor especial, que participou do julgamento do *quarterback* do Grizzly Jordan Johnson pelo suposto estupro de Cecilia Washburn em fevereiro de 2012.

ALEX BIENEMANN — jogador de futebol americano da Universidade de Montana que morava com o *quarterback* do Grizzly Jordan Johnson na época em que ele teria estuprado Cecilia Washburn, em fevereiro de 2012.

ALI BIERER — amiga de Cecilia Washburn que insistiu que ela fizesse um exame médico-legal no Centro de Recursos First Step depois que Cecilia lhe contou que fora estuprada pelo *quarterback* do Grizzly Jordan Johnson, em fevereiro de 2012.

ALLISON HUGUET — amiga de longa data do jogador de futebol americano da Universidade de Montana Beau Donaldson, estuprada por ele em setembro de 2010.

BEAU DONALDSON — jogador de futebol americano do Grizzly condenado por estuprar Allison Huguet em setembro de 2010.

BENJAMIN STYRON* — jogador de futebol americano da Universidade de Montana que namorava Betsy Fairmont. Kelsey Belnap teria sofrido um estupro coletivo durante uma festa no apartamento de Benjamin em dezembro de 2010.

BETH HUGUET — mãe de Allison Huguet e primeira esposa de Kevin Huguet.

BETSY FAIRMONT* — amiga de Kelsey Belnap que estava presente quando Kelsey alegou ter sofrido um estupro coletivo em dezembro de 2010.

BO TULLY — Jogador de futebol americano da Universidade de Montana que morava com o *quarterback* do Grizzly Jordan Johnson na época em que ele teria estuprado Cecilia Washburn, em fevereiro de 2012.

BOB EUSTACE — professor e treinador de futebol americano da Big Sky High School que treinou Beau Donaldson.

BRADY DONALDSON — irmão mais velho de Beau Donaldson, o jogador de futebol americano do Grizzly condenado por estuprar Allison Huguet em setembro de 2010.

BRIAN BANKS — aluno falsamente acusado de estuprar Wanetta Gibson em Long Beach, Califórnia, em 2002. Banks cumpriu mais de cinco anos de pena na prisão antes de Gibson admitir que Banks não a estuprara.

BRIAN VREELAND — policial de Missoula que entrevistou Kerry Barrett na noite em que ela alegou ter

vido sexualmente agredida por Zeke Adams, em setembro de 2011.

CALVIN SMITH* — aluno da Universidade de Montana que estuprou Kaitlynn Kelly em outubro de 2011.

CATHY DONALDSON — mãe de Beau Donaldson, o jogador de futebol americano do Grizzly condenado por estuprar Allison Huguet em setembro de 2010.

CECILIA WASHBURN* — aluna da Universidade de Montana que alegou ter sido estuprada pelo *quarterback* do Griz Jordan Johnson em fevereiro de 2012.

CHARLES COUTURE — decano dos alunos da Universidade de Montana que realizou investigações sobre o suposto estupro coletivo de Kelsey Belnap por quatro jogadores de futebol americano do Griz em 2010, sobre o estupro de Kaitlynn Kelly por Calvin Smith em 2011 e sobre o suposto estupro de Cecilia Washburn pelo *quarterback* do Grizzly Jordan Johnson em 2012.

CLAIRE FRANCOEUR — enfermeira especializada do Centro de Recursos First Step que realizou exames médico-legais em Allison Huguet, depois de ela ter sido estuprada por Beau Donaldson em setembro de 2010; em Kelsey Belnap, depois do suposto estupro coletivo por quatro jogadores de futebol americano do Grizzly em dezembro de 2010; e em Cecilia Washburn, depois do suposto estupro pelo *quarterback* do Griz Jordan Johnson em fevereiro de 2012.

CONNIE BRUECKNER — detetive da polícia de Missoula que investigou o estupro de Kaitlynn Kelly por Calvin Smith em outubro de 2011 e o suposto estupro de Cecilia Washburn pelo *quarterback* do Grizzly Jordan Johnson em fevereiro de 2012.

CYNTHIA WOLKEN — vereadora da cidade de Missoula que promoveu um fórum público em janeiro de 2012 para discutir a onda de estupros que não estavam sendo julgados em Missoula.

DARLA KECK — advogada do escritório de Milt Datsopoulos que forneceu representação jurídica gratuita para o *cornerback* do Griz Trumaine Johnson em outubro de 2011 quando ele foi acusado de perturbação da ordem pública e resistência à prisão.

DAVID ARONOFSKY — principal assessor jurídico da Universidade de Montana; participou dos julgamentos realizados pela universidade de Calvin Smith, pelo estupro de Kaitlynn Kelly em 2011, e do *quarterback* do Grizzly Jordan Johnson, pelo suposto estupro de Cecilia Washburn em 2012.

DAVID LISAK — psicólogo clínico, um dos maiores especialistas do país em estupro e traumas relacionados.

DAVID PAOLI — advogado de defesa do *quarterback* da Universidade de Montana Jordan Johnson quando ele foi acusado de estuprar Cecilia Washburn em fevereiro de 2012.

DIANE BARZ — ex-juíza do Superior Tribunal de Montana que realizou uma investigação sobre o aparente surto de estupros na Universidade de Montana em 2010 e 2011.

DILLON KATO — repórter do *Montana Kaimin* que escreveu sobre as agressões sexuais de duas alunas da Universidade de Montana por um aluno de intercâmbio da Arábia Saudita em fevereiro de 2012.

FRED VAN VALKENBURG — promotor à frente do gabinete da procuradoria de Missoula durante o escândalo dos estupros no condado.

GREG WITT* — amigo de Kaitlynn Kelly que insistiu que ela chamasse Calvin Smith para o seu quarto

na noite em que Calvin a estuprou, em 2011.

GUY BAKER — detetive veterano da polícia de Missoula que investigou o estupro de Allison Huguet por Beau Donaldson em 2010 e o suposto estupro coletivo de Kelsey Belnap em 2010.

GWEN FLORIO — repórter sênior do *Missoulian* cujos numerosos artigos expuseram o escândalo dos estupros de Missoula.

HILLARY MCLAUGHLIN — moradora de Great Falls, Montana, que foi sexualmente agredida por Beau Donaldson em 2008.

IRINA CATES — repórter do canal de televisão de Missoula Kpax que noticiou que o *quarterback* da Universidade de Montana Jordan Johnson teria estuprado Cecilia Washburn em fevereiro de 2012.

JAMIE MERIFIELD — detetive da polícia de Missoula que investigou a suposta agressão sexual de Kerry Barrett por Zeke Adams.

JASON MARKS — promotor da procuradoria do condado de Missoula.

JENNIFER CLARK — promotora do condado de Missoula.

JIM FOLEY — vice-presidente de relações externas da Universidade de Montana, demitiu-se depois de exercer um papel controverso no escândalo dos estupros da universidade. Antes de atuar como vice-presidente da UM, foi chefe de gabinete de Pat Williams, membro da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos por Montana.

JIM MYERS — um dos dois psicólogos que avaliou Beau Donaldson depois de sua prisão em janeiro de 2012 pelo estupro de Allison Huguet.

JIM O'DAY — diretor atlético da Universidade de Montana que foi demitido em março de 2012 com a intensificação do escândalo dos estupros de Missoula.

JOANNA SUTHERLIN* — amiga de Hillary McLaughlin que a convidou para uma festa em sua casa em 2008; lá, Beau Donaldson tentou estuprar Hillary.

JOANNE FARGO* — membro do júri no julgamento de Jordan Johnson pelo suposto estupro de Cecilia Washburn.

JOCELYN SAMUELS — procuradora-geral assistente interina dos Estados Unidos em 2014, quando o governo federal resolveu sua ação judicial com o procurador do condado de Missoula Fred Van Valkenburg.

JOEL THOMPSON — procurador-geral adjunto de Montana que atuou como promotor de justiça no julgamento do *quarterback* da Universidade de Montana Jordan Johnson, acusado de estuprar Cecilia Washburn em fevereiro de 2012.

JOHN ENGEN — prefeito de Missoula.

JOHN PETERSON — empreiteiro de placas de gesso de Missoula que empregou Beau Donaldson.

JONATHAN MOTL — comissário de práticas políticas de Montana.

JORDAN JOHNSON — *quarterback* da Universidade de Montana acusado de estuprar Cecilia Washburn em fevereiro de 2012.

JOSH VAN DE WETERING — advogado de Missoula que representou Calvin Smith na audiência de 2011 do Tribunal Universitário da UM em que Smith foi declarado culpado pelo estupro de Kaitlynn Kelly. Também atuou como advogado pessoal de Cecilia Washburn depois de ela ter acusado o

quarterback do Griz Jordan Johnson de estuprá-la em fevereiro de 2012.

KAITLYNN KELLY — aluna da Universidade de Montana que foi estuprada por Calvin Smith em outubro de 2011.

KAREN TOWNSEND — juíza da Quarta Comarca de Montana que sentenciou Beau Donaldson pelo estupro de Allison Huguet; também presidiu o julgamento do *quarterback* da Universidade de Montana Jordan Johnson, acusado de estuprar Cecilia Washburn em fevereiro de 2012.

KATHRYN HAAKE — repórter do *Missoulian*.

KATHLEEN HUGUET — irmã mais nova de Allison Huguet.

KATIE BURTON — oficial de liberdade condicional de Missoula designada para o caso de Beau Donaldson.

KEELY WILLIAMS — amiga íntima de Allison Huguet que alegou ter sido estuprada por Lewis Ronan em Portland, Oregon, em 2008. Keely estava dormindo em um quarto próximo quando Allison foi estuprada por Beau Donaldson em setembro de 2010.

KELLI FROLAND — aluna da Universidade de Montana com quem o *quarterback* do Griz Jordan Johnson queria ter um relacionamento amoroso na época em que teria estuprado Cecilia Washburn, em fevereiro de 2012.

KELSEY BELNAP — aluna da Universidade de Montana que alegou ter sofrido um estupro coletivo por quatro membros do time de futebol americano Grizzly em dezembro de 2010.

KERRY BARRETT — aluna da Universidade de Montana que acusou Zeke Adams de agredi-la sexualmente em setembro de 2011.

KEVIN HUGUET — pai de Allison Huguet.

KIRSTEN PABST — promotora de justiça do condado de Missoula que não quis acusar Calvin Smith de estupro depois de ele ter agredido sexualmente Kaitlynn Kelly; pouco tempo mais tarde, ela se demitiu do gabinete da procuradoria do condado de Missoula e se tornou advogada de defesa do *quarterback* do Griz Jordan Johnson quando ele foi acusado de estuprar Cecilia Washburn.

LARRY DONALDSON — pai de Beau Donaldson, o jogador de futebol americano do Grizzly condenado por estuprar Allison Huguet em setembro de 2010.

LEWIS RONAN* — aluno da Universidade Estadual de Portland que teria estuprado Kelly Williams em setembro de 2008.

LORI MORIN — decana assistente de assuntos estudantis da faculdade de farmácia da Universidade de Montana na época em que Cecilia Washburn, uma de suas alunas, teria sido estuprada pelo *quarterback* do Griz Jordan Johnson, em fevereiro de 2012.

MARGIE HUGUET — segunda esposa de Kevin Huguet e madrasta de Allison Huguet.

MARK BLOOD — detetive da polícia de Missoula que trabalhou com o detetive Guy Baker na investigação do estupro de Allison Huguet, em setembro de 2010, e do estupro de Kelsey Belnap, em dezembro do mesmo ano.

MARK MUIR — delegado de polícia de Missoula.

MARTY JOHNSON — pai de Jordan Johnson.

MARY SMITH* — mãe de Calvin Smith, que estuprou Kaitlynn Kelly em outubro de 2011.

MICHAEL COTTER — procurador federal do distrito de Montana, casado com a juíza do Superior

Tribunal de Montana Patricia O'Brien Cotter.

MICHAEL MCGOWAN — capelão do time de futebol americano da Universidade de Montana que participou como testemunha de caráter de Jordan Johnson em seu julgamento pelo suposto estupro de Cecilia Washburn.

MICHAEL MOORE — repórter do *Missoulian* que escreveu um artigo sobre o estupro coletivo de Kelsey Belnap.

MIKE BRADY — delegado de polícia de Missoula que sucedeu o delegado Mark Muir depois que este se aposentou, em dezembro de 2013.

MILTON DATSOPOULOS — advogado de defesa que representou Beau Donaldson quando ele foi acusado de estuprar Allison Huguet em 2010.

MITCHELL LANG — policial de Missoula que entrevistou Kelsey Belnap no hospital depois de ela ter sofrido um suposto estupro coletivo em dezembro de 2010.

NANCY JONES* — colega de quarto de Kaitlynn Kelly na Universidade de Montana que estava presente quando Kelly foi estuprada por Calvin Smith, em outubro de 2011.

PAT WILLIAMS — depois de representar Montana no Congresso dos Estados Unidos de 1979 a 1997, Williams foi indicado para o Conselho Administrativo de Ensino Superior de Montana em 2012.

PAUL SELLS — assistente social clínico que tratou Beau Donaldson por dependência de drogas e álcool depois de sua prisão em janeiro de 2012 pelo estupro de Allison Huguet.

PETER LACNY — um dos dois advogados que representou Beau Donaldson na audiência de janeiro de 2013 para determinar sua sentença pelo estupro de Allison Huguet em setembro de 2010.

RALPH RICHARDS* — amigo de Calvin Smith que testemunhou na audiência do Tribunal Universitário em que Smith foi considerado culpado pelo estupro de Kaitlynn Kelly em 2011.

REBECCA ROE — advogada de Seattle que trabalhou no gabinete da procuradoria do condado de King de 1977 a 1994, onde dirigiu uma Unidade Especial de Agressões Sexuais durante onze anos.

RHONDIE VOORHEES — decana dos alunos da Universidade de Montana que substituiu Charles Couture quando ele se aposentou, em julho de 2012.

ROBERT PAGE — um dos dois psicólogos que avaliou Beau Donaldson depois que ele foi preso em janeiro de 2012 pelo estupro de Allison Huguet.

ROBIN PFLUGRAD — técnico principal de futebol americano da Universidade de Montana, foi demitido em março de 2012 com a intensificação do escândalo dos estupros de Missoula.

ROYCE ENGSTROM — presidente da Universidade de Montana.

RUDY HERR — pastor de jovens e treinador de futebol americano durante a infância do *quarterback* da Universidade de Montana Jordan Johnson. Participou como testemunha de caráter de Johnson em seu julgamento pelo suposto estupro de Cecilia Washburn.

SAM ERSCHLER* — amigo de Allison Huguet e Beau Donaldson.

SARAH HUGUET — irmã mais velha de Allison Huguet.

SHARON MORTIMER* — amiga de Beau Donaldson e prima em segundo grau de Hillary McLaughlin. Estava presente na festa de 2008 em que Donaldson tentou estuprar McLaughlin.

SHAUN DONOVAN — promotor do condado de Missoula que participou da instauração de processo contra Beau Donaldson, o jogador de futebol americano do Grizzly condenado por estuprar

Allison Huguet em setembro de 2010.

STEPHEN GREEN — amigo de Cecilia Washburn, com quem ela dividia a casa. Estava jogando video game do outro lado da porta do quarto dela no momento do suposto estupro de Cecilia pelo *quarterback* do Griz Jordan Johnson, em fevereiro de 2012.

SUZY BOYLAN — promotora do condado de Missoula que participou da instauração de processo contra Beau Donaldson pelo estupro de Allison Huguet em 2010 e da instauração de processo contra Jordan Johnson em 2012.

TANYA CAMPBELL — advogada de vítimas de Missoula.

TERRY TRIEWELER — ex-juiz do Superior Tribunal de Montana que escreveu em 2013 um artigo de opinião no *Missoulian* em apoio a Pat Williams, depois que este foi muito criticado por comentar que o time de futebol americano da Universidade de Montana “estava recrutando valentões demais”.

THOMAS PEREZ — procurador-geral adjunto da Divisão de Direitos Civis do Ministério da Justiça dos Estados Unidos que em maio de 2012 anunciou que o Ministério estava investigando o modo como oitenta casos de agressão sexual tinham sido tratados pelo gabinete da procuradoria do condado de Missoula, pelo departamento de polícia de Missoula e pela Universidade de Montana.

TRUMAINE JOHNSON — jogador de futebol americano da Universidade de Montana (sem relação com Jordan Johnson) preso em outubro de 2011 por agredir outro aluno em uma festa. Johnson se tornou um *cornerback* famoso para o St. Louis Rams depois que saiu da UM.

ZEKE ADAMS* — aluno da Universidade de Montana acusado de agredir sexualmente Kerry Barrett em setembro de 2011.

Agradecimentos

Sou imensamente grato a Allison Huguet, Keely Williams, Hillary McLaughlin, Kerry Barrett, Kaitlynn Kelly, Kelsey Belnap e Laura Summers por conversarem comigo e me confiarem suas histórias. Elas são mulheres fortes e corajosas.

Por suas importantes contribuições para este livro, devo um agradecimento especial a Kevin Huguet, Beth Huguet, Margie Huguet, Joanne Fargo, Guy Baker, David Lisak, Josh Van de Wetering, Terry Trieweler, Becky Hall, Sarah Sand, Rebecca Roe, Mike Meloy, Kimberly Hult, Bill Meyer, Michelle D'Arcy, Trisha Dittrick, Martin Shapiro, Catherine Rebish, Stephanie Morrow, Janet Foss, Bill Briggs, Pat Joseph, David Roberts e Sharon Roberts.

Na Penguin Random House, sou profundamente grato a Bill Thomas, Alison Rich, Kathy Trager, Rose Courteau, Bette Alexander, Andy Hughes, Kathy Hourigan, Maria Carella, John Fontana, Lorraine Hyland, John Pitts, Suzanne Herz, Beth Meister, Janet Cooke, Sonny Mehta, Carol Janeway, LuAnn Walther, Kate Runde, Catherine Tung, Amy Metsch, Anne Messitte, Russell Perreault, John Siciliano, Dan Zitt, Anke Steinecke, Laura Golden, Bill Shannon, Nancy Rich, Joelle Dieu, Serena Lehman, Deborah Foley e Pauline James. Agradeço a Bonnie Thompson pela preparação do texto.

Pelos conselhos, pelo apoio e pela inspiração ao longo dos anos, agradeço a Steve Rottler, Dave Jones, Roger Briggs, Roman Dial, Peggy Dial, Neal Beidleman, Amy Beidleman, Ron Harris, Mary Harris, Sally La Venture, Mike Pilling, Kerry Kirkpatrick, John Winsor, Bridget Winsor, David Trione, Michael Moore, Laura Brown, Helen Apthorp, Pamela Brown, Ed Ward, Matt Hale, Chris Gulick, Deborah Shaw, Nick Miller, Mark Fagan, Sheila Cooley, Sam Brower, Tom Sam Steed, Carine McCandless, Mark Bryant, Tom Hornbein, Harry Kent, Owen Kent, Ruth Fecych, David Rosenthal, Charlie Conrad, Jonathan Southard, Masood Ahmad, Chip Lee, Erica Stone, Richard Blum, Greg Child, Chris Reveley, Annie Finley, Chris Wejchert, Monty McCutcheon, Martin Shapiro, Ray Meyers, Judy Nogg, Craig Brown, Denny Sedlack, Dan Janosko, Eric Ackerman, Christian Somoza, Scott Van Dyke, Lori Smith, Eric Zacharias, Coco Dughi, Jenny Feiger, Jeremy Rodgers, Ania Mohelicki, Marie Tillman, Sean Penn, Eddie Vedder, Amy Berg, Erica Huggins, Lance Black, Dan Stone, Charley Mace, Rick Accomazzo, Gerry Accomazzo, Dave Turner, Geoff Friefeld, Conrad Anker, Jenni Lowe-Anker, Steve Swenson, Pamela Hainsworth, David Quammen, Jimmy Chin, Renan Ozturk, Chai Vasarhelyi, Doug Chabot, Genevieve Chabot, Mike Alkaitis, Josh Jespersen, Jeremy Jones, Cecilia Perucci, Roberto Santachiara, Brian Nuttall, Christine Durnan, Drew Simon, Alexandra Martella, Eric Love, Josie Heath, Margaret Katz, Carol Krakauer, Karin

Krakauer, Wendy Krakauer, Sarah Krakauer, Andrew Krakauer, Bill Costello, Tim Stewart, Robin Krakauer, Rosie Lingo, Ali Stewart, Shannon Costello, Maureen Costello, Ari Kohn, Miriam Kohn, Kelsi Krakauer, A. J. Krakauer, Devin Lingo, Zay Lingo e Abilene Rose Lingo.

Bibliografia

- ARMSTRONG, Ken; PERRY, Nick. *Scoreboard, Baby: A Story of College Football, Crime, and Complicity*. Lincoln: Bison Books, 2010.
- ARONOFSKY, David. "Legal Issues & Recommendations". Memorando para o presidente da Universidade de Montana Royce Engstrom, 28 fev. 2012.
- ATKINSON, Matt. "Rape and False Reports". *Oklahoma Coalition Against Domestic Violence & Sexual Assaults*. Disponível em: <www.ncdsv.org/images/OCADVSA_RapeAndFalseReports_2010.pdf>.
- BAKER, Katie J. M. "Former Prosecutor Set to Take Over Missoula Office That Mistreated Rape Victims on Her Watch". BuzzFeed, 15 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.buzzfeed.com/katiejmbaker/missoula-county-prosecutor-kirsten-pabst#.mv828lZ88X>>.
- _____. "My Weekend in America's So-Called 'Rape Capital'". *Jezebel*, 10 maio 2012. Disponível em: <<http://jezebel.com/5908472/my-weekend-in-americas-so-called-rape-capital>>.
- _____. "University of Montana Quarterback Charged with Rape." *Jezebel*, 10 ago. 2012. Disponível em: <<http://jezebel.com/5930780/university-of-montana-quarterback-charged-with-rape>>.
- BARZ, Diane. "Status Report". Carta ao presidente da Universidade de Montana Royce Engstrom, 31 dez. 2011.
- BHARGAVA, Anurima; JACKSON, Gary. "RE DOJ Case n. DJ 169-44-9, OCR Case n. 10126001". Carta do Ministério da Justiça dos Estados Unidos e do Ministério da Educação dos Estados Unidos para o presidente da Universidade de Montana Royce Engstrom e para a assessora jurídica da universidade Lucy France, 9 maio 2013.
- BISSINGER, Buzz. "The Boys in the Clubhouse". *New York Times*, 18 out. 2014.
- BLOOMEKATZ, Ari. "Brian Banks, Exonerated in Rape Case, Cut from Atlanta Falcons". *Los Angeles Times*, 30 ago. 2013.
- BLUMENTHAL, Richard; FEINSTEIN, Dianne; BALDWIN, Tammy; CASEY JR., Robert P. "Dear Mr. Will". Carta dos senadores dos Estados Unidos para George Will, *Politico*, 12 jun. 2014. Disponível em: <http://images.politico.com/global/2014/06/12/2014_06_12_george_will_letter.html>.
- BRADY, Mike; ENGEN, John. "DOJ Decision Has Made Missoula Better". *Missoulian*, 21 fev. 2014.
- BREIDING, Matthew J.; SMITH, Sharon G.; BASILE, Kathleen C.; WALTERS, Mikel L.; CHEN, Jieru; MERRICK, Melissa T. "Prevalence and Characteristics of Sexual Violence, Stalking, and Intimate Partner Violence Victimization — National Intimate Partner and Sexual Violence Survey, United States, 2011". Relatório, Centros de Controle e Prevenção de Doenças, 5 set. 2014.
- BROWNMILLER, Susan. *Against Our Will: Men, Women, and Rape*. Nova York: Ballantine, 1993.
- BUCKS, Frances Marks. "Van Valkenburg's Ego-Based Fight Affects Community's Well-Being". *Missoulian*, 15 jan. 2014.
- BURNS, Amy Knight. "Improving Prosecution of Sexual Assault Cases". *Stanford Law Review Online*, 67, n. 17, 5 jul. 2014.
- CATES, Irina. "Ex-Griz Donaldson Pleads Guilty to Rape". Kpax.com, 11 set. 2012. Disponível em: <<http://www.kpax.com/news/ex-griz-donaldson-pleads-guilty-to-rape/>>.
- _____. "Griz QB Served with Restraining Order After Alleged Sexual Assault". Kpax.com, 15 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.kpax.com/news/griz-qb-served-with-restraining-order-after-alleged-sexual-assault/>>.
- COHAN, William D. *The Price of Silence: The Duke Lacrosse Scandal, the Power of the Elite, and the Corruption of Our Great Universities*. Nova York: Scribner, 2014.
- COLB, Sherry F. "'Yes Means Yes' and Preponderance of Evidence." *Dorf on Law Blog*, 29 out. 2014. Disponível em: <<http://www.dorfonlaw.org/2014/10/yes-means-yes-and-preponderance-of.html>>.
- CULP-RESSLER, Tara. "This is Why One Study Showed 19% of College Women Experience Sexual Assault and Another Said 0.6%". thinkprogress.org, 11 dez. 2014. Disponível em: <<http://thinkprogress.org/health/2014/12/11/3602344/estimate-college-sexual-assault/>>.
- DEDERER, Claire. "Why is it So Hard for Women to Write About Sex?". *Atlantic*, mar. 2014.
- DERSHOWITZ, Alan M. *The Best Defense*. Nova York: Vintage, 1983.
- Doe, John, Plaintiff, vs. The University of Montana, Defendant*. United States District Court for the District of Montana, Missoula. CV 12-77-M-DLC. Order, 26 jun. 2012.

- DOUGHERTY, Michael Brendan. "The Rape Culture That Everyone Ignores". *The Week*, 9 dez. 2014. Disponível em: <<https://theweek.com/articles/441689/rape-culture-that-everyone-ignores>>.
- ENGSTROM, Royce. "Sexual Assault Report". Memorando para a comunidade do campus da UM e para a comunidade de Missoula, 22 mar. 2012.
- Fletcher v. Montanans for Veracity, Diversity and Work*. Commissioner of Political Practices of the State of Montana. No. COPP 2014-CFP-028. Dismissal of Complaint Against Kirsten Pabst, Summary of Facts and Findings of Sufficient Evidence to Show a Violation of Montana's Campaign Practices Act as to Montanans for Veracity, Diversity and Work, 16 jul. 2014.
- FLORIO, Gwen. "Attorney: Ex-Griz Donaldson Will Plead Guilty to Rape Charge". *Missoulian*, 5 set. 2012.
- _____. "Donaldson Pleads Guilty to Rape; Prosecution Wants 30-Year Sentence". *Missoulian*, 11 set. 2012.
- _____. "Griz Football Player Jailed on Rape Charge". *Missoulian*, 7 jan. 2012.
- _____. "Griz QB Allowed Back at Practice by Legal Misunderstanding, Says Woman's Attorney". *Missoulian*, 28 mar. 2012.
- _____. "Justice Department Investigating 80 Missoula Rapes; County Attorney Blasts Feds". *Missoulian*, 1º maio 2012.
- _____. "Lead Detective in Johnson Case: City Revised Policy on Sexual Assaults". *Missoulian*, 22 fev. 2013.
- _____. "Missoula County Attorney's Heir Apparent Leaving for Solo Practice". *Missoulian*, 26 fev. 2012.
- _____. "Missoula Police: 2nd Attack May Be Linked to Alleged Sex Assault Involving UM Football Players". *Missoulian*, 20 dez. 2011.
- _____. "Officials: Evidence Threshold is High for Rape Charges". *Missoulian*, 8 jan. 2012.
- _____. "Research Varies on Frequency of False Rape Reports". *Missoulian*, 7 jan. 2012.
- _____. "Saudi Student Accused of UM Rape Has Fled the U.S.". *Missoulian*, 24 fev. 2012.
- _____. "Student Says She Was Sexually Assaulted by UM Football Players; County Filed No Charges". *Missoulian*, 21 dez. 2011.
- _____. "3 UM Football Players Allegedly Involved in Sexual Assault on Campus". *Missoulian*, 16 dez. 2011.
- FLORIO, Gwen. "TRO Dismissed Against Griz QB; New Civil Agreement Forbids Contact with Accuser". *Missoulian*, 24 mar. 2012.
- _____. "UM Dean Implicated 4 Football Players in Gang Rape, Emails Reveal". *Missoulian*, 19 maio 2012.
- _____. "UM Hires Outside Investigation of Alleged Sex Assault Involving Multiple Students, Victims". *Missoulian*, 15 dez. 2011.
- _____. "UM Keeps Mum on Reasons for O'Day, Pflugrad Firings". *Missoulian*, 1º abr. 2012.
- _____. "UM Student Accuses Grizzlies Quarterback of Rape". *Missoulian*, 20 mar. 2012.
- _____. "UM Vice President Sought to Punish Alleged Rape Victim, Emails Reveal". *Missoulian*, 20 maio 2012.
- _____. "University of Montana Helps High-Profile Athletes Find Top Lawyers". *Missoulian*, 6 nov. 2011.
- _____. "Woman Claims Sexual Assault by Griz QB; Court Issues TRO". *Missoulian*, 17 mar. 2012.
- FLORIO, Gwen; SZPALLER, Keila. "Jordan Johnson Found Not Guilty of Rape". *Missoulian*, 1º mar. 2013.
- FREEDMAN, Monroe H. *Lawyers' Ethics in an Adversary System*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1975.
- FREUD, Sigmund. *História de uma neurose infantil ("O homem dos lobos")*, *Além do princípio do prazer e outros textos* [1917-1920]. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- GERSON, Allan (Ed.). *Lawyers' Ethics*. New Brunswick, NJ: Transaction, 1980.
- GOLDSTEIN, Dana. "The Dueling Data on Campus Rape". Marshall Project, 11 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.themarshallproject.org/2014/12/11/the-dueling-data-on-campus-rape>>.
- GREYER, Nicole. "Men's Rights Activist: Feminists Have Used Rape 'as a Scam'". Al Jazeera America, 6 jun. 2014.
- GROSS, Bruce. "False Rape Allegations: An Assault on Justice". *Forensic Examiner*, primavera de 2009.
- HAAKE, Kathryn. "Former Deputy to Run for Missoula County Attorney". *Missoulian*, 22 nov. 2013.
- _____. "Jason Marks Ends Campaign for Missoula County Attorney". *Missoulian*, 29 mar. 2014.
- _____. "Missoula County Attorney Election: Pabst Has 'Clear Ideas' for Improvements". *Missoulian*, 15 abr. 2014.
- _____. "Missoula County, State, DOJ Sign Agreements to Improve Handling of Sexual Assault Cases". *Missoulian*, 10 jun. 2014.
- HAAKE, Kathryn. "PAC That Backed Pabst Violated Law, State Official Finds". *Missoulian*, 18 jul. 2014.
- HARWELL, M. Claire; LISAK, David. "Why Rapists Run Free". *Sexual Assault Report*, 14, n. 2, nov-dez. 2010.
- HELLER, Zoë. "Rape on the Campus". *New York Review of Books*, 5 fev. 2015.
- HERMAN, Judith Lewis. "The Mental Health of Crime Victims". *Journal of Traumatic Stress*, 16, n. 2, abr. 2003.
- _____. *Trauma and Recovery*. Nova York: Basic Books, 1997.
- KANIN, Eugene J. "False Rape Allegations". *Archives of Sexual Behavior*, 23, n. 1, fev. 1994.
- KATO, Dillon. "Rape Suspect Said to Have Fled U.S.". *Montana Kaimin*, 23 fev. 2012.
- KIDSTON, Martin. "Petition Seeks Regent Williams' Ouster for 'Thugs' Comment". *Missoulian*, 13 fev. 2013.
- _____. "State Appeals Order to Release Records of UM Quarterback's Disciplinary Hearing". *Missoulian*, 17 out. 2014.
- KINGKADE, Tyler. "Fewer Than One-Third of Campus Sexual Assault Cases Result in Expulsion". *Huffington Post*, 29 set. 2014. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/2014/09/29/campus-sexual-assault_n_5888742.html>.
- KITREDGE, William. *The Next Rodeo: New and Selected Essays*. Saint Paul: Graywolf, 2007.
- Krakauer, Jon, Petitioner, v. State of Montana, by and Through Its Commissioner of Higher Education, Clayton Christian, Respondent.*

Montana First Judicial District Court, Lewis and Clark County. Cause No.: CDV-2014-117. Memorandum and Order on Cross Motions for Summary Judgment, 25 set. 2014.

KREBS, Christopher P.; LINDQUIST, Christine H.; WARNER, Tara D.; FISHER, Bonnie S.; MARTIN, Sandra L. "The Campus Sexual Assault (CSA) Study". Final Report, National Institute of Justice, out. 2007.

LAUERMAN, John. "College Men Accused of Sexual Assault Say Their Rights Violated". *Bloomberg News*, 17 dez. 2013.

LISAK, David. "False Allegations of Rape: A Critique of Kanin". *Sexual Assault Report*, 11, n. 1, set-out. 2007.

_____. "Understanding the Predatory Nature of Sexual Violence". *Sexual Assault Report*, 14, n. 4, mar.-abr. 2011.

LISAK, David; GARDINIER, Lori; NICKSA, Sarah C.; COLE, Ashley M. "False Allegations of Sexual Assault: An Analysis of Ten Years of Reported Cases". *Violence Against Women*, 16, n. 12, dez. 2010.

LISAK, David; MILLER, Paul M. "Repeat Rape and Multiple Offending Among Undetected Rapists". *Violence and Victims*, 17, n. 1, 2002.

LOCKWOOD, Patricia. "The Rape Joke". *The Awl*, 25 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.theawl.com/2013/07/rape-joke-patricia-lockwood>>.

LOMONTE, Frank D. "UM Cries Wolf over Johnson Privacy Issue". *Great Falls Tribune*, 17 nov. 2014.

LONSWAY, Kimberly A.; ARCHAMBAULT, Joanne. "The 'Justice Gap' for Sexual Assault Cases: Future Directions for Research and Reform". *Violence Against Women*, 18, n. 2, fev. 2012.

LONSWAY, Kimberly A.; ARCHAMBAULT, Joanne; LISAK, David. "False Reports: Moving Beyond the Issue to Successfully Investigate and Prosecute Non-Stranger Sexual Assault". *The Voice*, 1, n. 1, 2009.

MACLEAN, Norman. *A River Runs Through It and Other Stories*. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

MACUR, Juliet. "Transcript of Winston Hearing Reveals Accuser's Words, and Florida State's Complicity". *New York Times*, 23 dez. 2014.

MAYRER, Jessica. "Still Fighting: County Attorney Fred Van Valkenburg Stands Firm in the Face of Mounting Criticism". *Missoula Independent*, 5 set. 2013.

MCCASKILL, Claire. "Sexual Violence on Campus". Relatório do Subcomitê de Supervisão Financeira e de Contratação do Senado dos Estados Unidos, 9 jul. 2014.

MELLEN, Greg. "Long Beach Unified Wins Judgment Against Accuser in False Rape Case Against Brian Banks". *Press-Telegram News*, 14 jun. 2013.

MOLLO, Kimberly. "Profile of a Journalist: Gwen Florio". *Feature Well*, 13 maio 2011. Disponível em: <<https://thefeaturewell.wordpress.com/2011/05/13/profile-of-a-journalist-gwen-florio/>>.

MOORE, Michael. "UM Rape Victim Comes Forward About Attack, Response from University". *Missoulian*, 15 jan. 2012.

_____. "University of Montana Has Problem with Sex Assaults, President Says." *Missoulian*, 17 jan. 2012.

MORRIS, David J. *The Evil Hours: A Biography of Post-Traumatic Stress Disorder*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2015.

MUIR, Mark. "Van Valkenburg is Right: Time to Muzzle Holder and DOJ". *Missoulian*, 18 fev. 2014.

MUNSON, Lester. "QB's Trial Begins Amid Larger Scandal". ESPN.com, 8 fev. 2013. Disponível em: <http://espn.go.com/espn/otl/story/_/id/8921202/university-montana-qb-rape-trial-begins-amid-larger-sex-assault-scandal-plaguing-missoula>.

NEAL, Anne D. "Statement of the American Council of Trustees and Alumni". Comunicado de imprensa, 25 jun. 2014.

NERBOVIG, Ashley. "Missoula Sexual Assaults Spur Controversial Media Coverage". *Montana Journalism Review*, 17 maio 2013. Disponível em: <<http://dev.mjr.jour.umt.edu/?p=1794>>.

PABST, Kirsten. "Which Right Would You Sacrifice?". Pabstblawg, 22 mar. 2013.

_____. "Why Reporters Should Be Elected Officials". Pabstblawg, 19 jun. 2012.

PAOLI, David R. "Williams' Comment Jeopardized a Fair Trial". *Missoulian*, 17 mar. 2013.

PEREZ, Thomas E.; COTTER, Michael W. "Re: The United States' Investigation of the Missoula Police Department". Carta do Ministério da Justiça dos Estados Unidos para o Prefeito de Missoula John Engen, 15 maio 2013.

POSNER, Richard A. *The Problems of Jurisprudence*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

POWERS, Ashley. "A 10-Year Nightmare over Rape Conviction is Over". *Los Angeles Times*, 25 maio 2012.

RAPHAEL, Jody. "The Duke Lacrosse Case: Exploiting the Issue of False Rape Accusations". *Violence Against Women*, 14, n. 3, mar. 2008.

RENNISON, Callie Marie. "Privilege, Among Rape Victims". *New York Times*, 21 dez. 2014.

ROBBINS, Jim. "Montana Football Team at Center of Inquiry into Sexual Assaults". *New York Times*, 22 maio 2012.

_____. "Trial of Former College Quarterback Accused of Rape Starts Friday in Montana". *New York Times*, 6 fev. 2013.

ROIPEHE, Katie. "Date Rape Hysteria". *New York Times*, 20 nov. 1991.

SAMUELS, Jocelyn; COTTER, Michael W. "The United States' Investigation of the Missoula County Attorney's Office". Carta do Ministério da Justiça dos Estados Unidos para o procurador do condado de Missoula Fred Van Valkenburg, 14 fev. 2014.

SEBOLD, Alice. *Lucky*. Nova York: Scribner, 1999.

State of Montana, Plaintiff, vs. Beau A. Donaldson, Defendant. Montana Fourth Judicial District, Missoula County. Cause No. DV-12-34. Sentencing Hearing, transcript, 11 jan. 2013.

State of Montana, Plaintiff, vs. Beau A. Donaldson, Defendant. Montana Supreme Court, Sentence Review Division. Sentence Review Hearing, transcript, May 2, 2013.

State of Montana, Plaintiff, vs. Jordan Todd Johnson, Defendant. Montana Fourth Judicial District Court, Missoula County. Cause No. DC-12-352. Court filings and transcripts of proceedings, 2012-2013.

STRIER, Franklin. "Adversarial Justice". *World & I*, jul. 1998.

TAYLOR JR., Stuart; JOHNSON, K. C. *Until Proven Innocent: Political Correctness and the Shameful Injustices of the Duke Lacrosse Rape Case*. Nova York: Thomas Dunne, 2007.

TOLAND, John. *The Last 100 Days*. Nova York: Random House, 1966.

TOOBIN, Jeffrey. *The Run of His Life: The People v. O. J. Simpson*. Nova York: Random House, 1996.

TRIEWEILER, Terry. "Straight Talk' Was Long Overdue". *Missoulian*, 22 mar. 2013.

U.S. Department of Education. "U.S. Department of Education Releases List of Higher Education Institutions with Open Title IX Sexual Violence Investigations". Comunicado de imprensa, 1º maio 2014.

U.S. Department of Justice. "Justice Department Announces Investigations of the Handling of Sexual Assault Allegations by the University of Montana, the Missoula, Mont., Police Department and the Missoula County Attorney's Office". Comunicado de imprensa, 1º maio 2012.

_____. "Rape and Sexual Assault Victimization Among College-Age Females, 1995-2013". Relatório especial, dez. 2014.

VALENTI, Jessica. "The Only 'Privilege' Afforded to Campus Rape Victims is Actually Surviving". *Guardian*, 10 jun. 2014.

_____. *The Purity Myth: How America's Obsession with Virginity is Hurting Young Women*. Berkeley, CA: Seal Press, 2010.

VAN DER KOLK, Bessel A. "The Compulsion to Repeat the Trauma". *Psychiatric Clinics of North America*, 12, n. 2, jun. 1989.

VAN VALKENBURG, Fred. "Missoula County Attorney Response to Department of Justice Letter Dated February 14, 2014". Comunicado de imprensa, 21 fev. 2014.

WHITE HOUSE. "Not Alone: The First Report of the White House Task Force to Protect Students from Sexual Assault". Relatório, abr. 2014.

WILL, George. "Colleges Become the Victims of Progressivism". *Washington Post*, 6 jun. 2014.

WILLIAMS, Pat. "Pat Williams: Deep Commitment to UM". *Missoulian*, 10 mar. 2013.

WOO, Stu. "Montana and Its Troubled Football Team". *Wall Street Journal*, 12 abr. 2012.

YEHUDA, Rachel. "Post-Traumatic Stress Disorder." *New England Journal of Medicine* 346, 10 jan. 2002.

YOFFE, Emily. "The College Rape Overcorrection". *Slate*, 7 dez. 2014. Disponível em: <http://www.slate.com/articles/double_x/doublex/2014/12/college_rape_campus_sexual_assault_is_a_serious_problem_but_the_effort>

YOUNG, Cathy. "Excluded Evidence: The Dark Side of Rape Shield Laws". *Reason*, fev. 2002.

_____. "Guilty Until Proven Innocent: The Skewed White House Crusade on Sexual Assault". *Time*, 6 maio 2014.

_____. "The Noble Lie, Feminist Style". *Weekly Standard*, 1º ago. 2011.

_____. "The Rape Charge as Weapon". *Boston Globe*, 1º maio 2006.

JON KRAKAUER nasceu em 1954, em Brookline, Massachusetts. Vencedor do prêmio do Clube Alpino Americano de literatura sobre montanhismo, escreve para diversas revistas e jornais de circulação nacional nos Estados Unidos. Dele, a Companhia das Letras publicou *No ar rarefeito* (1997), *Na natureza selvagem* (1998), *Sobre homens e montanhas* (1999), *Pela bandeira do Paraíso* (2003) e *Onde os homens conquistam a glória* (2011).

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Título original

Missoula: Rape and the Justice System in a College Town

Capa

Christiano Menezes

Foto de capa

Witold Skrypczak/ Getty Images

Preparação

Cláudia Cantarin

Revisão

Carmen T. S. Costa

Marise Leal

ISBN 978-85-438-0546-7

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras